

# Secom - Secretaria de Comunicação Social - Governo do Estado da Bahia

Fazenda

14/08/2020 12:10

## Salvador lidera emissões de notas eletrônicas, mas interior avança

Com 22,29 milhões de Notas Fiscais do Consumidor Eletrônicas emitidas no último mês de junho, Salvador lidera o ranking das cidades baianas com maior número de documentos fiscais gerados. Mas, de acordo com os dados da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz), a NFC-e expande-se também pelo interior do estado: quase 70% das 72,5 milhões notas expedidas em junho saíram de empresas localizadas fora da capital. Presente em todos os 417 municípios baianos e emitida por mais de 60 mil empresas, as notas eletrônicas geradas no estado durante o primeiro semestre de 2020 somaram 486 milhões.

O ranking das dez cidades da Bahia com maior número de notas eletrônicas emitidas no mês de junho conta com municípios de diversas regiões. As cinco primeiras, além de Salvador, são Feira de Santana, com 3,76 milhões de notas, Vitória da Conquista, com 2,40 milhões, Lauro de Freitas, com 2,19 milhões, e Camaçari, com 2,11 milhões. Completam ainda o grupo, mas abaixo do montante de 2 milhões de documentos eletrônicos, Itabuna (1,47 milhão), Ilhéus (1,38 milhão), Porto Seguro (1,33 milhão), Juazeiro (1,32 milhão) e Barreiras (1,22 milhão). "Quanto mais notas eletrônicas são emitidas, mais efetivo é o trabalho do fisco", afirma o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório.

Ele lembra que o consumidor também se beneficia com o volume crescente de informações, que passam a constar no banco de dados da Sefaz, trazendo benefícios diretos por contribuir, por exemplo, para melhorar os resultados do aplicativo Preço da Hora Bahia, ferramenta de pesquisas de preço em tempo real, no celular ou no computador, lançada em abril pelo governador Rui Costa e que já consta com mais de 270 mil usuários. O app pode ser baixado na Apple Store, no Google Play ou no site [precodahora.ba.gov.br](http://precodahora.ba.gov.br), sem custo.

### Obrigatoriedade

Desde o início de 2019, os contribuintes do Simples Nacional, ou seja, as micro e pequenas empresas, passaram também a emitir a NFC-e de forma obrigatória. De acordo com o Decreto nº 16.434/15, a obrigatoriedade só não vale para os Microempreendedores Individuais (MEIs). O melhor resultado nos últimos seis meses foi obtido em janeiro de 2020, com um total de 98,88 milhões de notas eletrônicas emitidas.

Ao solicitar a nota sempre que fizer uma compra no mercado varejista baiano, o consumidor também contribui com as entidades filantrópicas apoiadas pelo programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. Nesse último caso, é necessário estar inscrito na campanha [Nota Premiada Bahia](#) e solicitar, a cada compra, que o CPF cadastrado seja inserido na nota. A campanha tem hoje cerca de 563 mil participantes em todo o Estado.

O app Preço da Hora Bahia, o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade e a campanha Nota Premiada Bahia são iniciativas de cidadania fiscal do governo baiano. Desde que o Sua Nota teve as regras simplificadas e passou a ser vinculado à Nota Premiada Bahia, já foram repassados R\$ 31,8 milhões às instituições participantes do programa. "Todas essas iniciativas só reforçam o quanto é importante o consumidor solicitar a nota fiscal em todas as compras", explica o secretário da Fazenda, Manoel Vitório.

### NFC-e

A Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica, que pode ser reconhecida pelo código de barras em formato quadrado, é emitida pelos contribuintes do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e registra as transações no varejo. É obrigação do comerciante varejista emitir o documento fiscal no momento da venda. A emissão do documento fiscal permite ao fisco verificar se o recolhimento do ICMS foi realizado da forma devida.

De acordo com a Sefaz-Ba, os estabelecimentos obrigados a aderir à NFC-e mas que não emitirem o documento poderão ter a inscrição estadual tornada inapta, ficando, na prática, impedidos de operar. Além disso, podem receber uma multa cujo valor corresponde a 2% do total das vendas feitas com os documentos fiscais indevidos. O credenciamento pode ser feito no site [www.sefaz.ba.gov.br](http://www.sefaz.ba.gov.br), clicando em "Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica" > "Como se tornar emissor de NFC-e".

**Fonte: Ascom/ Sefaz**

Áudio:

- [Confira o áudio desta notícia](#)

Governo da Bahia

Governo do Estado da Bahia

Secom - Secretaria de Comunicação Social

3ª Avenida, nº 390, Plataforma IV, 1º andar, CAB

CEP 41.745-005 - Salvador - Bahia

Tel: +55 (71) 3115-9249

[Localização](#)

Veículo: Site Andaiá FM	Online
Data: 14/08/2020	Caderno: Notícias



## Salvador lidera emissões de notas eletrônicas, mas interior avança

Com 22,29 milhões de Notas Fiscais do Consumidor Eletrônicas emitidas no último mês de junho, Salvador lidera o ranking das cidades baianas com maior número de documentos fiscais gerados. Mas, de acordo com os dados da **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz)**, a NFC-e expande-se também pelo interior do estado: quase 70% das 72,5 milhões notas expedidas em junho saíram de empresas localizadas fora da capital. Presente em todos os 417 municípios baianos e emitida por mais de 60 mil empresas, as notas eletrônicas geradas no estado durante o primeiro semestre de 2020 somaram 486 milhões.

O ranking das dez cidades da Bahia com maior número de notas eletrônicas emitidas no mês de junho conta com municípios de diversas regiões. As cinco primeiras, além de Salvador, são Feira de Santana, com 3,76 milhões de notas, Vitória da Conquista, com 2,40 milhões, Lauro de Freitas, com 2,19 milhões, e Camaçari, com 2,11 milhões. Completam ainda o grupo, mas abaixo do montante de 2 milhões de documentos eletrônicos, Itabuna (1,47 milhão), Ilhéus (1,38 milhão), Porto Seguro (1,33 milhão), Juazeiro (1,32 milhão) e Barreiras (1,22 milhão). “Quanto mais notas eletrônicas são emitidas, mais efetivo é o trabalho do fisco”, afirma o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório.

Ele lembra que o consumidor também se beneficia com o volume crescente de informações, que passam a constar no banco de dados da Sefaz, trazendo benefícios diretos por contribuir, por exemplo, para melhorar os resultados do aplicativo Preço da Hora Bahia, ferramenta de pesquisas de preço em tempo real, no celular ou no computador, lançada em abril pelo governador Rui Costa e que já consta com mais de 270 mil usuários. O app pode ser baixado na Apple Store, no Google Play ou no site [precodahora.ba.gov.br](http://precodahora.ba.gov.br), sem custo.

### Obrigatoriedade

Desde o início de 2019, os contribuintes do Simples Nacional, ou seja, as micro e pequenas empresas, passaram também a emitir a NFC-e de forma obrigatória. De acordo com o Decreto nº 16.434/15, a obrigatoriedade só não vale para os Microempreendedores Individuais (MEIs). O melhor resultado nos últimos seis meses foi obtido em janeiro de 2020, com um total de 98,88 milhões de notas eletrônicas emitidas.

Ao solicitar a nota sempre que fizer uma compra no mercado varejista baiano, o consumidor também contribui com as entidades filantrópicas apoiadas pelo programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. Nesse último caso, é necessário estar inscrito na campanha Nota Premiada Bahia e solicitar, a cada compra, que o CPF cadastrado seja inserido na nota. A campanha tem hoje cerca de 563 mil participantes em todo o Estado.

O app Preço da Hora Bahia, o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade e a campanha Nota Premiada Bahia são iniciativas de cidadania fiscal do governo baiano. Desde que o Sua Nota teve as regras simplificadas e passou a ser vinculado à Nota Premiada Bahia, já foram repassados R\$ 31,8 milhões às instituições participantes do programa. “Todas essas iniciativas só reforçam o quanto é

importante o consumidor solicitar a nota fiscal em todas as compras”, explica o secretário da Fazenda, Manoel Vitório.

### **NFC-e**

A Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica, que pode ser reconhecida pelo código de barras em formato quadrado, é emitida pelos contribuintes do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e registra as transações no varejo. É obrigação do comerciante varejista emitir o documento fiscal no momento da venda. A emissão do documento fiscal permite ao fisco verificar se o recolhimento do ICMS foi realizado da forma devida.

De acordo com a Sefaz-Ba, os estabelecimentos obrigados a aderir à NFC-e mas que não emitirem o documento poderão ter a inscrição estadual tornada inapta, ficando, na prática, impedidos de operar. Além disso, podem receber uma multa cujo valor corresponde a 2% do total das vendas feitas com os documentos fiscais indevidos. O credenciamento pode ser feito no **site**, clicando em "Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica" > "Como se tornar emissor de NFC-e".

Veículo: Site Costa Sul FM	Online
Data: 14/08/2020	Caderno: Notícias

últimas notícias

Em vídeo, deputado Estadual chama prefeito de Canavieiras de mentiroso; e

Estudantes economizam até 60% na Adobe Creative Cloud.

Compre agora

ECONOMIA

**Salvador lidera emissões de notas eletrônicas, mas interior avança**

Facebook Twitter Google+

14/08/2020 14:07

Com 22,29 milhões de Notas Fiscais do Consumidor Eletrônicas emitidas no último mês de junho, Salvador lidera o ranking das cidades baianas com maior número de

## Salvador lidera emissões de notas eletrônicas, mas interior avança

Com 22,29 milhões de Notas Fiscais do Consumidor Eletrônicas emitidas no último mês de junho, Salvador lidera o ranking das cidades baianas com maior número de documentos fiscais gerados. Mas, de acordo com os dados da **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz)**, a NFC-e expande-se também pelo interior do estado: quase 70% das 72,5 milhões notas expedidas em junho saíram de empresas localizadas fora da capital. Presente em todos os 417 municípios baianos e emitida por mais de 60 mil empresas, as notas eletrônicas geradas no estado durante o primeiro semestre de 2020 somaram 486 milhões.

O ranking das dez cidades da Bahia com maior número de notas eletrônicas emitidas no mês de junho conta com municípios de diversas regiões. As cinco primeiras, além de Salvador, são Feira de Santana, com 3,76 milhões de notas, Vitória da Conquista, com 2,40 milhões, Lauro de Freitas, com 2,19 milhões, e Camaçari, com 2,11 milhões. Completam ainda o grupo, mas abaixo do montante de 2 milhões de documentos eletrônicos, Itabuna (1,47 milhão), Ilhéus (1,38 milhão), Porto Seguro (1,33 milhão), Juazeiro (1,32 milhão) e Barreiras (1,22 milhão). "Quanto mais notas eletrônicas são emitidas, mais efetivo é o trabalho do fisco", afirma o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório.

Ele lembra que o consumidor também se beneficia com o volume crescente de informações, que passam a constar no banco de dados da Sefaz, trazendo benefícios diretos por contribuir, por exemplo, para melhorar os resultados do aplicativo Preço da Hora Bahia, ferramenta de pesquisas de preço em tempo real, no celular ou no computador, lançada em abril pelo governador Rui Costa e que já consta com mais de 270 mil usuários. O app pode ser baixado na Apple Store, no Google Play ou no site precodahora.ba.gov.br, sem custo.

### Obrigatoriedade

Desde o início de 2019, os contribuintes do Simples Nacional, ou seja, as micro e pequenas empresas, passaram também a emitir a NFC-e de forma obrigatória. De acordo com o Decreto nº 16.434/15, a obrigatoriedade só não vale para os



Microempreendedores Individuais (MEIs). O melhor resultado nos últimos seis meses foi obtido em janeiro de 2020, com um total de 98,88 milhões de notas eletrônicas emitidas.

Ao solicitar a nota sempre que fizer uma compra no mercado varejista baiano, o consumidor também contribui com as entidades filantrópicas apoiadas pelo programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. Nesse último caso, é necessário estar inscrito na campanha Nota Premiada Bahia e solicitar, a cada compra, que o CPF cadastrado seja inserido na nota. A campanha tem hoje cerca de 563 mil participantes em todo o Estado.

O app Preço da Hora Bahia, o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade e a campanha Nota Premiada Bahia são iniciativas de cidadania fiscal do governo baiano. Desde que o Sua Nota teve as regras simplificadas e passou a ser vinculado à Nota Premiada Bahia, já foram repassados R\$ 31,8 milhões às instituições participantes do programa. "Todas essas iniciativas só reforçam o quanto é importante o consumidor solicitar a nota fiscal em todas as compras", explica o secretário da Fazenda, Manoel Vitória.

### **NFC-e**

A Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica, que pode ser reconhecida pelo código de barras em formato quadrado, é emitida pelos contribuintes do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e registra as transações no varejo. É obrigação do comerciante varejista emitir o documento fiscal no momento da venda. A emissão do documento fiscal permite ao fisco verificar se o recolhimento do ICMS foi realizado da forma devida.

De acordo com a Sefaz-Ba, os estabelecimentos obrigados a aderir à NFC-e mas que não emitirem o documento poderão ter a inscrição estadual tornada inapta, ficando, na prática, impedidos de operar. Além disso, podem receber uma multa cujo valor corresponde a 2% do total das vendas feitas com os documentos fiscais indevidos. O credenciamento pode ser feito no **site**, clicando em "Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica" > "Como se tornar emissor de NFC-e".

Veículo: Site Folha do Estado	Online
Data: 14/08/2020	Caderno: Notícias

**FOLHA DO ESTADO**  
DA BAHIA

*Geral*

[todas as notícias](#)>

## Feira de Santana emite 3.7 milhões de notas eletrônicas em junho

Quase 70% das 72,5 milhões notas expedidas em junho saíram de empresas localizadas fora da capital

14/08/2020 às 04:55h



Crédito: Reprodução

Com 22,29 milhões de Notas Fiscais do Consumidor Eletrônicas emitidas no último mês de junho, Salvador lidera o ranking das cidades baianas com maior número de documentos fiscais gerados. Mas, de acordo com os dados da **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz)**, a NFC-e expande-se também pelo interior do estado: quase 70% das 72,5 milhões notas expedidas em junho saíram de empresas localizadas fora da capital. Presente em todos os 417 municípios baianos e emitida por mais de 60 mil empresas, as notas eletrônicas geradas no estado durante o primeiro semestre de 2020 somaram 486 milhões.

O ranking das dez cidades da Bahia com maior número de notas eletrônicas emitidas no mês de junho conta com municípios de diversas regiões. As cinco primeiras, além de Salvador, são Feira de Santana, com 3,76 milhões de notas, Vitória da Conquista, com 2,40 milhões, Lauro de Freitas, com 2,19 milhões, e Camaçari, com 2,11 milhões. Completam ainda o grupo, mas abaixo do montante de 2 milhões de documentos eletrônicos, Itabuna (1,47 milhão), Ilhéus (1,38 milhão), Porto Seguro (1,33 milhão), Juazeiro (1,32 milhão) e Barreiras (1,22 milhão). “Quanto mais notas eletrônicas são emitidas, mais efetivo é o trabalho do fisco”, afirma o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitória.

Ele lembra que o consumidor também se beneficia com o volume crescente de informações, que passam a constar no banco de dados da Sefaz, trazendo benefícios diretos por contribuir, por exemplo, para melhorar os resultados do aplicativo Preço da Hora Bahia, ferramenta de pesquisas de preço em tempo real, no celular ou no computador, lançada em abril pelo governador Rui Costa

e que já consta com mais de 270 mil usuários. O app pode ser baixado na Apple Store, no Google Play ou no site precodahora.ba.gov.br, sem custo.

### **Obrigatoriedade**

Desde o início de 2019, os contribuintes do Simples Nacional, ou seja, as micro e pequenas empresas, passaram também a emitir a NFC-e de forma obrigatória. De acordo com o Decreto nº 16.434/15, a obrigatoriedade só não vale para os Microempreendedores Individuais (MEIs). O melhor resultado nos últimos seis meses foi obtido em janeiro de 2020, com um total de 98,88 milhões de notas eletrônicas emitidas.

Ao solicitar a nota sempre que fizer uma compra no mercado varejista baiano, o consumidor também contribui com as entidades filantrópicas apoiadas pelo programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. Nesse último caso, é necessário estar inscrito na campanha Nota Premiada Bahia e solicitar, a cada compra, que o CPF cadastrado seja inserido na nota. A campanha tem hoje cerca de 563 mil participantes em todo o Estado.

O app Preço da Hora Bahia, o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade e a campanha Nota Premiada Bahia são iniciativas de cidadania fiscal do governo baiano. Desde que o Sua Nota teve as regras simplificadas e passou a ser vinculado à Nota Premiada Bahia, já foram repassados R\$ 31,8 milhões às instituições participantes do programa. “Todas essas iniciativas só reforçam o quanto é importante o consumidor solicitar a nota fiscal em todas as compras”, explica o secretário da Fazenda, Manoel Vitório.

### **NFC-e**

A Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica, que pode ser reconhecida pelo código de barras em formato quadrado, é emitida pelos contribuintes do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e registra as transações no varejo. É obrigação do comerciante varejista emitir o documento fiscal no momento da venda. A emissão do documento fiscal permite ao fisco verificar se o recolhimento do ICMS foi realizado da forma devida.

De acordo com a Sefaz-Ba, os estabelecimentos obrigados a aderir à NFC-e mas que não emitirem o documento poderão ter a inscrição estadual tornada inapta, ficando, na prática, impedidos de operar. Além disso, podem receber uma multa cujo valor corresponde a 2% do total das vendas feitas com os documentos fiscais indevidos. O credenciamento pode ser feito no **site**, clicando em "Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica" > "Como se tornar emissor de NFC-e".

Veículo: Site RBR Notícias	Online
Data: 14/08/2020	Caderno: Notícias

The screenshot shows the RBR Notícias website interface. At the top, there is a navigation bar with the RBR logo and a search bar. Below the navigation bar, there is a blue banner for PayPal with the text "Baixe o PayPal Business". The main content area features a large article titled "Salvador lidera emissões de notas eletrônicas, mas interior avança" under the "ECONOMIA" category. The article includes a sub-headline "Com 22,29 milhões de Notas Fiscais do Consumidor Eletrônicas emitidas no último mês de junho, Salvador lidera o ranking das cidades baianas com maior número de documentos fiscais gerados. Mas, de acordo com os dados da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz), a NFC-e expande-se também pelo interior do estado: quase 70% das 72,5 milhões notas expedidas em junho saíram". There are social media sharing icons for Facebook, Twitter, and Google+. A date and time stamp "14/08/2020 14:07" is visible. To the left, there is a smaller article titled "MUNDO Nova Zelândia adia eleições gerais após" with a small image of a woman.

## Salvador lidera emissões de notas eletrônicas, mas interior avança

Com 22,29 milhões de Notas Fiscais do Consumidor Eletrônicas emitidas no último mês de junho, Salvador lidera o ranking das cidades baianas com maior número de documentos fiscais gerados. Mas, de acordo com os dados da **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz)**, a NFC-e expande-se também pelo interior do estado: quase 70% das 72,5 milhões notas expedidas em junho saíram de empresas localizadas fora da capital. Presente em todos os 417 municípios baianos e emitida por mais de 60 mil empresas, as notas eletrônicas geradas no estado durante o primeiro semestre de 2020 somaram 486 milhões.

O ranking das dez cidades da Bahia com maior número de notas eletrônicas emitidas no mês de junho conta com municípios de diversas regiões. As cinco primeiras, além de Salvador, são Feira de Santana, com 3,76 milhões de notas, Vitória da Conquista, com 2,40 milhões, Lauro de Freitas, com 2,19 milhões, e Camaçari, com 2,11 milhões. Completam ainda o grupo, mas abaixo do montante de 2 milhões de documentos eletrônicos, Itabuna (1,47 milhão), Ilhéus (1,38 milhão), Porto Seguro (1,33 milhão), Juazeiro (1,32 milhão) e Barreiras (1,22 milhão). “Quanto mais notas eletrônicas são emitidas, mais efetivo é o trabalho do fisco”, afirma o **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório**.

Ele lembra que o consumidor também se beneficia com o volume crescente de informações, que passam a constar no banco de dados da Sefaz, trazendo benefícios diretos por contribuir, por exemplo, para melhorar os resultados do aplicativo Preço da Hora Bahia, ferramenta de pesquisas de preço em tempo real, no celular ou no computador, lançada em abril pelo governador Rui Costa e que já consta com mais de 270 mil usuários. O app pode ser baixado na Apple Store, no Google Play ou no site precodahora.ba.gov.br, sem custo.

### Obrigatoriedade

Desde o início de 2019, os contribuintes do Simples Nacional, ou seja, as micro e pequenas empresas, passaram também a emitir a NFC-e de forma obrigatória. De acordo com o Decreto nº 16.434/15, a obrigatoriedade só não vale para os Microempreendedores Individuais (MEIs). O melhor resultado nos últimos seis meses foi obtido em janeiro de 2020, com um total de 98,88 milhões de notas eletrônicas emitidas.

Ao solicitar a nota sempre que fizer uma compra no mercado varejista baiano, o consumidor também contribui com as entidades filantrópicas apoiadas pelo programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. Nesse último caso, é necessário estar inscrito na campanha Nota Premiada Bahia e solicitar, a cada compra, que o CPF cadastrado seja inserido na nota. A campanha tem hoje cerca de 563 mil participantes em todo o Estado.

O app Preço da Hora Bahia, o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade e a campanha Nota Premiada Bahia são iniciativas de cidadania fiscal do governo baiano. Desde que o Sua Nota teve as regras simplificadas e passou a ser vinculado à Nota Premiada Bahia, já foram repassados R\$ 31,8 milhões às instituições participantes do programa. “Todas essas iniciativas só reforçam o quanto é importante o consumidor solicitar a nota fiscal em todas as compras”, explica o secretário da Fazenda, Manoel Vitório.

### **NFC-e**

A Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica, que pode ser reconhecida pelo código de barras em formato quadrado, é emitida pelos contribuintes do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e registra as transações no varejo. É obrigação do comerciante varejista emitir o documento fiscal no momento da venda. A emissão do documento fiscal permite ao fisco verificar se o recolhimento do ICMS foi realizado da forma devida.

De acordo com a Sefaz-Ba, os estabelecimentos obrigados a aderir à NFC-e mas que não emitirem o documento poderão ter a inscrição estadual tornada inapta, ficando, na prática, impedidos de operar. Além disso, podem receber uma multa cujo valor corresponde a 2% do total das vendas feitas com os documentos fiscais indevidos. O credenciamento pode ser feito no [site](#), clicando em "Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica" > "Como se tornar emissor de NFC-e".

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Antônio José Lorangeira
Data: 15 e 16/08/2020	Página: 08

# Tribuna

## Leilão da PPP da Iluminação

O prefeito Colbert Filho e o ministro do Desenvolvimento Regional Rogério Marinho, deram, juntos, as três batidas de martelo que confirmaram o Consórcio Conecta Feira como vencedor da licitação pública da PPP para a modernização e efficientização da iluminação pública de Feira de Santana. A licitação, da modalidade deságio, foi concluída em pouco mais de 40 minutos na Bovespa, em São Paulo, na manhã desta sexta-feira (14). O consórcio apresentou a contraprestação mensal de R\$ 785.800. O deságio foi de 56,20%. Colbert Filho disse que dividia o momento, que considera histórico, com todos os feirenses e agradeceu a participação da Caixa Econômica Federal na condução do processo transparente. “Esta é uma mostra de que é possível investir no semiárido do nordeste e em qualquer lugar no mundo”. Comentou ainda que este é um passo importante para o futuro e que mostra que o município avança, mesmo em meio das dificuldades do momento.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 15 e 16/08/2020	Página: 02

# Tribuna

## Contas

O Tribunal de Contas da Bahia (TCE-BA) agendou para o dia 27 de agosto, uma quinta-feira, o julgamento das contas de 2019 do governador Rui Costa (PT). Os sete conselheiros da Corte vão analisar se acatam ou não o parecer de técnicos do tribunal pela aprovação com ressalvas das contas do petista. Tópicos como a concessão da Arena Fonte Nova e a Ponte Salvador-Itaparica serão abordados no parecer. O conselheiro Inaldo Araújo é o relator do processo.

## Esporte

Nesta quinta-feira (13), o Senado aprovou a proposta que destina R\$ 1,6 bi a ações emergenciais para o setor esportivo, afetado pela pandemia da Covid-19. Com a medida, profissionais do setor esportivo terão direito a três parcelas de auxílio emergencial de R\$ 600,00. De acordo com o vereador Téo Senna (PSDB), esse projeto é de extrema importância para dar o suporte para profissionais desse setor. "Para algumas pessoas o setor esportivo se resume ao glamour dos grandes atletas, isso porque não conhecem a realidade de muitos profissionais que constroem o esporte no Brasil e que estão passando por muitas dificuldades nesse momento", afirma o vereador que tem o esporte como uma de suas bandeiras.



## ENTRE/PATRIMÔNIO

www.correio24horas.com.br

**CORREIO LANÇOU A CAMPANHA #COLECOMASBAIANASDEACARAJÉ QUE BUSCA AJUDAR AS PROFISSIONAIS QUE PERDERAM SEU SUSTENTO DURANTE A PANDEMIA**

DEPOSITE QUALQUER QUANTIA NA SEGUINTE CONTA BANCÁRIA (AS DOAÇÕES SERÃO REVERTIDAS EM CESTAS BÁSICAS): ABAM - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS BAIANAS DE ACARAJÉ, MINGAU BEIJU E SIMILARES, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL / CÓDIGO OPERAÇÃO: 0037 AG: 4802 / CONTA CORRENTE: 000056-1/ CNPJ: 02561067000120

A produção do óleo de palma na Bahia jamais foi condizente com o título de terra do dendê.

De 2015 pra cá, porém, houve uma redução vertiginosa da produção do fruto que gera o óleo sagrado. Segundo dados mais recentes do IBGE, coletados nos 23 municípios produtores de dendê no Baixo Sul e Recôncavo, em 2017 o estado produziu apenas 36.915 toneladas de cachos de dendê - 2,2% da oferta nacional.

Em 2015, a produção baiana era de 204.986 toneladas, bem maior, mas igualmente irrisória perto do que se fabrica no Pará. Quando se compara o fabrico de óleo de palma da Bahia com o estado do Norte, temos a noção do quanto estamos distantes de ser a terra do dendê e entendemos porque vivemos a atual crise da falta do produto e elevação dos preços. Das 1.676.421 toneladas de cachos do Brasil, os paraenses foram responsáveis por 1.634.476.

A área destinada à colheita do dendê nos dois estados já mostra essa diferença. Enquanto o Pará destinava, também em 2017, mais de 100 mil hectares, a área de cultivo na Bahia não passava de 9 mil hectares. Nos últimos três anos, mesmo sem números oficiais, os principais envolvidos na produção do fruto na Bahia apontam para um declínio ainda maior da nossa cultura do dendê. Aí está a explicação para que em 2020 a crise do dendê tenha chegado ao seu limite.

Um dos maiores conhecedores do cultivo da palmeira na Bahia, o técnico em agropecuária Valdeni Pereira de Oliveira afirma que a produção de dendê do tipo tenera (espécie de maior rendimento e qualidade) chegou a pouco mais de 2 toneladas de cachos por hectare no ano de 2019. No Pará, diz Valdeni, a produção chega perto das 20 toneladas por hectare ao ano, ou seja, dez vezes mais. "Ninguém sobrevive com uma produtividade dessa".

Em uma amostragem feita a partir da empresa Pandeba (Palmeiras de Dendê da Bahia), que produz óleo de palmiste, é possível perceber uma redução de 49,1% da produção entre 2017 e julho de 2020. O declínio ocorre em função da ausência de 'boas práticas' para que o pé do dendê se desenvolva melhor, além de adubação correta e substituição das palmeiras antigas.

A empresa que detém a maior plantação e produção de dendê da Bahia, a Oldesa, também registrou baixa nos últimos anos. Em 2014, a fazenda produziu 20.118 toneladas de cachos de dendê. No ano passado, esse número caiu para 7.777 toneladas - 61,3% mais baixo. Um dos motivos é que a própria empresa decidiu mudar parte de sua produção para o Pará, onde há incentivos e dife-

O dendê como um dos fluidos vitais, que oxigena o corpo negro resistente. Sangue, Suor e Sêmen de Ayrson Heráclito; foto da Obra Yao

**30** Mil toneladas foi a produção de dendê na Bahia em 2018; 4 vezes menos que em 2016 (131 mil t)

**97%** do dendê produzido no Brasil veio do Pará em 2017. Das 1.676.421 toneladas de cachos do Brasil, 1.634.476 foram paraenses. Em 2010, quando a produção de dendê na Bahia atingiu o ápice, não passava de 230 mil t

**2,2%** Foi a participação baiana na produção de dendê do país em 2017; Valença lidera ranking



## A fama é da Bahia; o azeite é do Pará

**Mito Estado do Norte produz 10 vezes mais dendê; até empresa baiana mudou para lá em busca de apoio e incentivo**

renças no cultivo, como seleção de material genético, pesquisa e formação de mudas.

Natural de Nazaré das Farinhas, no Recôncavo, um dos sócios da Oldesa, Marco Aurélio Carvalho Santos, é administrador de empresas e criou no Pará a Vila Nova Agroindustrial. Gerente do setor de extração de óleo de palma bruto, ele passa uma semana por mês na Bahia e o restante no Pará. "Apesar de a Bahia ser pioneira, a palma encontrou no Pará condições mais favoráveis", diz Marco, que ainda vê potencial na Bahia.

"Faltam linhas de crédito adequadas para esse plantio, onde são necessários 8 anos até se tornar viável. O alto custo e a ausência de linhas de crédito compatíveis inviabilizam o crescimento da cultura no nosso estado", acredita.

A falta de incentivo na Bahia ocorre também no setor tributário. "Enquanto no Pará se tem redução de 95% do ICMS em todos os derivados da palma, na Bahia são somente 80% sobre o óleo de palma, os demais derivados são taxados 100%".

O resultado disso é que a

### QUEM MAIS PRODUZIA NA BAHIA/POR TONELADA

Município	2016 (t)	2018
Valença	40.022	10.000
Jaguaripe	20.443	1.800
Taperoá	19.043	4.223
Ituberá	11.900	4.900
Nilo Peçanha	10.880	198

FONTE: PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL/IBGE

maior parte do dendê consumido na Bahia é oriundo do norte do país. Transportado em carretas, além de chegar aqui mais caro, utiliza os rótulos das empresas locais. "Eu costumo dizer que a Bahia hoje é o representante de vendas do azeite de dendê do Pará", diz Valdeni. "O Pará percebeu essa lacuna e as empresas produtoras daqui foram comprando deles".

Muito do azeite consumido aqui é engarrafado e rotulado como se fosse da Costa do Dendê, mas na verdade é do Pará. "É engarrafado como um dendê de pequenas empresas da região", reforça Alcides Caldas, professor do Instituto de Geociências da Ufba. Tem em-





## DENDÊ DE ORIGEM

UFBA TENTA TRANSFORMAR A REGIÃO DO BAIXO SUL E RECÔNCAVO EM ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO GEOGRÁFICA (IG). A IG É COMO UM SELO DE QUALIDADE PARA PROTEGER A LINHA DE FRENTE DA CADEIA PRODUTIVA: O AGRICULTOR FAMILIAR

presa de dendê na Bahia que não compra mais cachos. "Não tem um pé de dendê plantado".

Investir no dendê significa apostar em boas práticas de plantio, inclusive com a renovação de plantações. "A substituição das plantas devem ocorrer em 25 anos. Isso não ocorre na região. As plantações têm sido abandonadas e substituídas por outras culturas", afirma Adalton Francisco dos Santos, coordenador do Colegiado Territorial do Baixo Sul, formado por 15 municípios da região.

"A verdade é que o dendê está em decadência há anos", diz Adalton. Além do mais, completa, na região predomina a variedade dura do dendê, que tem entre 10% e 12% de óleo no seu fruto. O dendê tenara tem até 22% de óleo. É nessa variedade que o Pará investe mais.

### CLIMA

Procurado na semana passada pelo CORREIO, a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) informou que um dos motivos para a baixa produção de dendê esse ano foram fatores climáticos. Valdeni Oliveira, porém, discorda. "Tenho convicção que o problema não é climático. Tem diferenças, óbvio, mas não ao ponto de termos essa produtividade tão baixa. Já fizemos diversos experimentos na área zoneada para o cultivo de dendê na Bahia. Para mim, as condições são ideais. Já tivemos muitas boas produtividades quando se deu alguns tratamentos culturais". A resposta financeira é boa, garante, quando a cultura do dendê recebe o tratamento devido.

A resposta de produção não é longa. Com três anos, quando se dá a primeira colheita, até o final do quarto ano, ele pode produzir entre 6 e 8 toneladas de cachos por hectare. Do sétimo ao oitavo ano, o dendezinho atinge o ápice e segue produzindo bem, com algumas quedas, por 25 ou 30 anos. "O dendê é um dos melhores negócios. É uma das culturas mais economicamente rentáveis. Só que nunca foi valorizado".

O fato é que, diz Valdeni, na Bahia faltam recursos. "Existem know-how e conhecimento, mas faltam recursos e vontade. Na Bahia tem palmeiras centenárias, sem tratamentos culturais, sem adubações, sem tecnologia. Nunca foi investido um plano de ação".

Ele diz que os baianos não têm noção do potencial da palmeira. O problema do dendê na Bahia é cultural, das pessoas, diz Valdeci. "Nunca levaram a sério o cultivo do dendê". A maior plantação de dendê da Bahia fica no município de Jaguaripe, na Fazenda Misericórdia. "Acredito que os moradores de lá nem sabem da existência dessa fazenda. As pessoas ignoram".

Isso tem muito a ver, acredita Valdeni, com o cultivo original – ou seja, o dendê surgiu espontaneamente no solo local e nunca houve plano de cultivo. A nossa forma de extração é ar-

tesanal. Paramos no tempo. A produção da palmeira na Bahia tem mais de 300 anos e se confunde com a história da escravização do povo negro e depois dos escravos libertos.

Até a qualidade do dendê baiano é inferior ao paraense. O fabricado na Bahia é extremamente ácido, cerca de 13% – o azeite de oliva tem média de 0,3% de acidez. O problema está na extração. "Os equipamentos são à base de ferro, o que aumenta muito a acidez", afirma a Deusdélia Almeida, professora do Grupo de Pesquisas e Estudos em Alimentação Coletiva da Escola de Nutrição da Ufba.

### DEMANDA

A verdade é que falta dendê no Brasil. Em 2011, o consumo doméstico brasileiro era de 500 mil toneladas de óleo por hectare-ano. Naquela temporada, produzimos apenas 300 mil toneladas. É preciso importar de países como Indonésia e Malásia. Deusdélia diz que o Brasil importa hoje dois terços do dendê usado em alimentos.

Para atender a necessidade do mercado interno, Deusdélia calcula ser necessário o plantio de 3 milhões de hectares de palma até o final desse ano. Ela afirma que, em toda história do dendê na Bahia, nunca se investiu de fato no pequeno produtor – em 1989, houve a criação do programa Pró-Dendê, que não foi para frente.

"Os primeiros registros da falta de uma política para a criação de uma indústria do dendê na Bahia são de 1923. Isso está registrado em diário oficial da época. Hoje ainda não temos uma indústria", afirma Deusdélia, uma das maiores estudosas do produto. O problema se tornou pior agora porque falta dendê no mundo todo (veja ao lado). Além disso, o Pará, que exporta parte do seu óleo mais refinado, tem importado pouquíssimo o produto por conta da alta do dólar.

Quase toda a produção paraense, portanto, tem sido para uso doméstico, no próprio estado. Resultado: falta dendê na Bahia. Cogitou-se que a destinação do dendê para o biodiesel teria ampliado essa crise, mas o fato é que, em 2020, pouco foi destinado para a Petrobras ou outras empresas do ramo. De qualquer forma, o biodiesel se tornou outra aplicação para o óleo de palma, concorrendo com o setor alimentício.

"O programa do biodiesel, introduzido em 2010, pecou ao não investir na agricultura familiar", aponta Deusdélia. Para os próximos anos, a demanda para a utilização do óleo de palma no Brasil tende a crescer. Ainda mais depois que a Anvisa decretou a proibição, até 2023, da utilização de gorduras hidrogenadas em alguns alimentos. Ou seja, diversos produtos devem substituir gorduras hidrogenadas das suas composições por óleo de palma. O problema vai ser encontrar o produto.

O dendê como representação do sangue que atravessou o Atlântico nos navios negreiros. Foto da obra Black Atlantic, de Ayrson Heráclito



**Alexandre Lyrio**

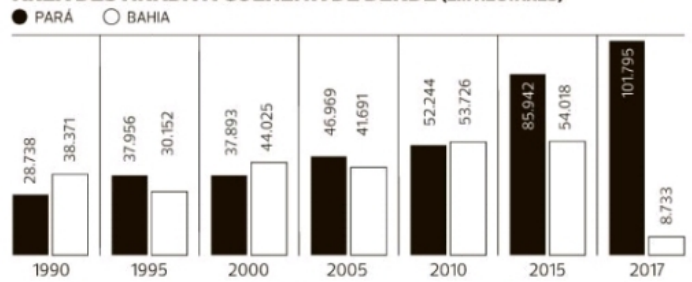
texto  
alexandre.lyrio@redabahia.com.br



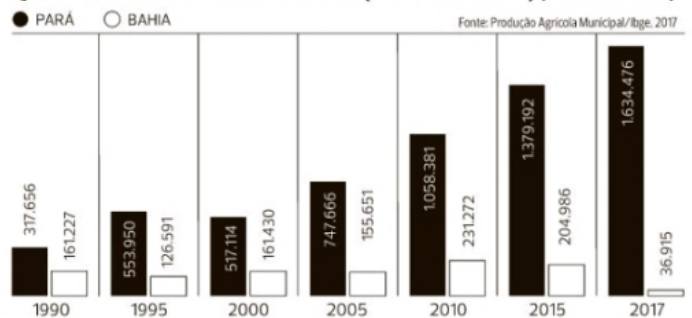
**Morgana Lima**

infografia  
morgana.lima@redabahia.com.br

## ÁREA DESTINADA À COLHEITA DE DENDÊ (EM HECTARES)



## QUANTIDADE PRODUZIDA DE DENDÊ (CACHO DE COCO) (EM TONELADAS)



## OURO LÍQUIDO: ESCASSEZ DE DENDÊ É MUNDIAL

O agricultor familiar tem que deixar de ser um entregador de cachos e passar a comercializar os produtos do dendê. Isso agrega valor à cultura e ele teria uma melhor remuneração, podendo cuidar da sua produção

Adalton Francisco  
coordenador do Colegiado Territorial do Baixo Sul, formado por 15 municípios da região

No contexto mundial, a Malásia e a Indonésia são líderes da produção de dendê. Mas, não há dendê que supra a demanda alimentícia do óleo de palma. Até mesmo na África, falta dendê. Baiana que trabalha com importações na maior distribuidora de alimentos de Angola, Carolina Roxo explica que a oferta de dendê é baixa no mundo inteiro em relação à demanda.

Ela diz que cada vez mais o dendê tem se tornado um ouro líquido. "Em muitos países, o óleo de palma ainda é acrescentado aos óleos vegetais. No Brasil não precisamos disso porque produzimos muita soja. Mas aqui fora o dendê ainda tem essa demanda", afirma.

Em Angola, assim como em Salvador, o preço do azeite está altíssimo. Da mesma forma, há pratos típicos, como o feijão de óleo de palma, que depende do produto para o preparado. Ela diz que, assim como no Brasil, no oeste da África também há a dificuldade de importação por conta da instabilidade do dólar.

Ainda há outra questão mundial. Atualmente, diz o professor Alcides Caldas, do Instituto de Geociências da Ufba, tanto o dendê asiático quanto o africano não entram na Europa. Isso porque Malásia e Indonésia desmataram boa parte de suas florestas nativas para plantar palma, o que criou um problema ambiental. Isso abriria uma possibilidade para o azeite brasileiro atuar nesse mercado. "Mas não temos uma política de produção, quem dirá de exportação".

## BAIXO SUL, RECÔNCAVO E INSTITUIÇÕES SE MOBILIZAM

Junto com a Ufba, o Instituto Federal Baiano (Ifbaiano) de Valença tenta implantar o laboratório de agroindústria, que, além de analisar a produção, daria suporte ao ensino e atividades de pesquisas e extensão relacionadas ao dendê. "Submetemos projeto ao Ministério da Agricultura, com orçamento próximo a R\$ 1 milhão", diz o engenheiro agrônomo Geovane Guimarães, diretor do Instituto. Produtores locais e o Colegiado Territorial do Baixo Sul tentam articular com o mesmo ministério ações para a dendecultura na Bahia e também emendas de apoio. Eles apontam para a necessidade de um programa governamental voltado à assistência técnica, crédito agrícola, disponibilidade de mudas e unidades de beneficiamento para a agricultura familiar. "O agricultor familiar tem que deixar de ser entregador de cachos", defende o coordenador do colegiado Adalton Francisco. Após o CORREIO mostrar a crise do dendê no estado, a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional, empresa pública vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural, anunciou que vai destinar R\$ 2,2 milhões ao Baixo Sul e Recôncavo. Enquanto não há um investimento robusto, iniciativas com pequenos produtores tentam salvar a cultura. Grupo da Escola de Nutrição da Ufba mantém projeto de R\$ 18 mil com o Centro de Estudos Afro Orientais (Ceao) para capacitar mulheres produtoras da região. O objetivo é estimular a produção de pão de mel e sequilhos à base de dendê.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 15 e 16/08/2020	Página:

**Correio\***

## **MÁQUINAS SÃO ENTREGUES A CONSÓRCIOS**

**CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS** O governador Rui Costa entregou diversos equipamentos a dez consórcios públicos do estado. Eles são constituídos de 109 prefeituras, receberam um total de quatro pás carregadeiras, três rolos compactadores, uma motoniveladora e dois caminhões basculantes. O evento contou com a presença de prefeitos e representantes dos municípios beneficiados. De acordo com a Secretaria da Agricultura e Pecuária, as máquinas serão utilizadas para melhorar as estradas e facilitar a circulação de mercadorias nas cidades contempladas pelos consórcios.



## A Rússia, a Bahia, e a corrida global pela vacina

**LUTA CONTRA O VÍRUS** Sputnik é o nome do satélite artificial russo lançado em 1957, dando início à corrida espacial. Sputnik V, a vacina contra o novo coronavírus anunciada pelo presidente russo, Vladimir Putin, na segunda, 10, como a primeira registrada no mundo para combater a pandemia.

Ao todo, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), existem 165 vacinas contra o vírus sendo desenvolvidas em todo o mundo, mas apenas seis delas estão avançadas nas pesquisas, nenhuma é a anunciada por Vladimir Putin.

A Bahia testa, atualmente, três dessas vacinas mais promissoras, todas em Salvador: a da Universidade de Oxford com a AstraZeneca; e duas substâncias desenvolvidas pela farmacêutica americana Pfizer em parceria com a alemã BioNtech,

que ao final do processo vão se combinar para formar uma única vacina.

Ainda segundo a OMS, fora as que já estão em teste entre os voluntários soteropolitanos, as outras mais avançadas são três chinesas: a CoronaVac, da empresa chinesa Sinovac; o imunizante da CanSino, já sendo testado nos Emirados Árabes Unidos; e a da Sinopharm, que criou duas versões de vacinas. Outra pesquisa bem à frente da Rússia é a norte-americana da empresa Moderna, sendo testada em humanos desde março e com investimento de quase US\$ 1 bilhão de Trump.

A OMS alega que a vacina russa foi registrada ainda na fase 1 dos estudos, sem as validações das fases 2 e 3, sendo que é só na última etapa que a substância pode ser testada em humanos. As críticas à vacina russa pau-

taram o debate científico da semana, motivadas pela recusa do governo Putin de liberar os dados da pesquisa.

Uma enquête publicada na sexta-feira, 14, com três mil médicos russos revela que a maioria deles afirma não se sentir seguro em receber a vacina do próprio país para imunizar a população, justamente por conta da falta de informação e pelo fato da aprovação ter ocorrido em ritmo acelerado.

Também na sexta-feira, 14, o governo baiano anunciou que enviou documentos para a China e a Rússia demonstrando interesse em testar as vacinas desses países. Se tudo correr como esperado as autoridades estaduais, serão duas vacinas chinesas a ser testadas na Bahia - as da Sinopharm -, mais a de Putin.

Se os protocolos de cooperação com os dois países se concretizarem, a Bahia será o principal estado brasileiro a servir de polo de testes para as vacinas contra a covid-19. As doses, no entanto, além da Bahia, seriam também distribuídas entre os outros estados do Consórcio Nordeste, que é presidido

pelo governador Rui Costa.

O protocolo com a Sinopharm, se for aprovado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) prevê que os testes já comecem na primeira quinzena de setembro e durem três meses. Pelo acordo, o governo baiano receberá os resultados oficiais e detalhes das duas fases iniciais da pesquisa da Sinopharm.

Pelo acordo, são 9 mil doses dos imunizantes experimentais chineses e o Instituto Couto Maia será o centro de pesquisas. No caso das vacinas de Oxford/AstraZeneca e da Pfizer/BioNtech, os centros de pesquisa são, respectivamente, o Hospital São Rafael e as Obras Sociais Irmã Dulce (Osid).

Antes mesmo do anúncio de Putin de que a Sputnik V já foi registrada, no começo deste mês o governo baiano demonstrou interesse em fazer parte dos testes russos. O que travou o avanço do convênio é a resistência russa em liberar a pesquisa. Essa semana, em entrevista ao CORREIO, o secretário estadual de Saúde, Fábio Vil-

las-Boas, afirmou que sem os dados a vacina não seria testada na Bahia. O governador Rui Costa, na sexta, enfatizou que nenhuma vacina será testada em larga escala na população e sim em grupos de voluntários. O convênio com a Rússia, no entanto, segue indefinido.

O Paraná também manifestou interesse em fazer convênio com a Rússia e esbarrou no mesmo empecilho baiano, a falta de informações transparentes. O ministro interino da Saúde, Eduardo Pazuello, disse na quinta-feira, 13, que os dados da vacina russa "ainda são incipientes" e que na opinião dele, a melhor opção de imunizante é o de Oxford. Basicamente, seguiu a tendência dos cientistas ocidentais e da OMS. Em Salvador, 700 voluntários já tomaram a substância.

A expectativa mundial é que a vacina contra o coronavírus seja colocada no mercado ainda este ano, em dezembro, ou no mais tardar, no primeiro bimestre de 2021. Mas se Putin quiser honrar o pioneirismo do nome Sputnik, vai ter de abrir sua caixa de pandora.

**Correio\***

# Satélite

*Os bastidores da política baiana***POR** JAIRO COSTA JÚNIOR

jairo.junior@redabahia.com.br @satelite

**Estou muito preocupado com a covid-19. O nível de isolamento social está sendo muito reduzido na Bahia e no resto do Brasil. O número de casos vai aumentar bastante**

**Marcelo Nilo**

Deputado federal pelo PSB da Bahia

## Relógio mantido

Em meio à pressão para que o horário de funcionamento dos bares e restaurantes da capital seja flexibilizado, iniciada por proprietários de grandes estabelecimentos e lideranças do setor, o prefeito ACM Neto (DEM) deixou claro para a equipe responsável pela fiscalização das regras que não há qualquer possibilidade de recuo nas medidas adotadas na segunda fase da retomada econômica. Segundo apurou a Satélite, o movimento foi deflagrado na quarta-feira passada por empresários insatisfeitos com as recentes operações da Secretaria de Desenvolvimento e Urbanismo de Salvador (Sedur), especialmente aqueles que tiveram bares e restaurantes autuados por descumprirem o limite máximo para fechamento às 23h, estabelecido por decreto.

### LISTA DE RECLAMAÇÃO

Em carta aberta divulgada na última quinta, a Abrasel, associação que representa o segmento, critica supostos excessos nas ações da Sedur, diz que o horário definido desconsidera a rotina dos bares e restaurantes e reclama da presença da PM durante as fiscalizações.

## A regra é clara

Na sexta, a Abrasel encaminhou ofício ao chefe da Sedur, Sérgio Guanabara, no qual pede que seja regulamentado, por meio de novo decreto, o horário de 23h apenas para acesso de clientes, mais 60 minutos de tolerância para encerramento. Procurado, o secretário disse que cabe ao prefeito comentar quaisquer assuntos referentes a alterações nas regras da retomada e que não foi informado sobre a posição de ACM Neto a respeito do pedido da entidade. Em relação à presença da PM nas fiscalizações da Sedur, Guanabara afirmou que o apoio policial é padrão adotado desde março em todas as ações, independente do tipo de estabelecimento, tanto em bairros pobres quanto nas áreas nobres, e que a imensa maioria dos bares e restaurantes vem cumprindo o protocolo exigido.

## Dura lex, sed lex

Em outro flanco, proprietários de bares e restaurantes protestam reservadamente contra o retorno das blitzes da Lei Seca em Salvador, como revelam prints de conversas mantidas em um grupo de WhatsApp que reúne associados da Abrasel na Bahia. As imagens foram enviadas à coluna por um empresário irritado com as manifestações de repúdio à retomada das operações para coibir a embriaguez ao volante.

## Aviso prévio

O governador Rui Costa (PT) confidenciou a aliados próximos que, passada as eleições municipais, fará uma reforma administrativa profunda no alto escalão do Executivo. De acordo com interlocutores do petista, as mudanças incluirão trocas de comando em secretarias consideradas estratégicas e redistribuição de espaços entre partidos que compõem hoje a base governista, com foco nos arranjos políticos construídos para a sucessão deste ano e na nova composição de poder que surgirá do resultado das urnas.

## Pé na tábua

Com o fim do recesso nos tribunais superiores, procuradores do Ministério Público Federal que atuam na Faroeeste pretendem acelerar futuras etapas da operação sobre a venda de sentenças no Judiciário baiano.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 17/08/2020	Página:

# Correio\*

## Bamin embarca primeira carga de minério de ferro em pequena escala

**MINERAÇÃO** A Bahia Mineração (Bamin) vai iniciar hoje o embarque da primeira carga de minério de ferro do seu projeto para produção e comercialização em pequena escala. O processo de escoamento do minério será feito pela ferrovia da VLI Logística, após o carregamento dos vagões no terminal da Bamin,

em Licínio de Almeida (BA). De lá, o minério segue para Minas Gerais. Ao todo, são 15 embarques para completar o transporte de 35 mil toneladas para o mercado interno.

Com a operação inicial em pequena escala, a companhia prevê produzir e comercializar 800 mil toneladas/ano de minério de seu projeto Pedra

de Ferro, com um investimento aproximado de R\$ 40 milhões. “Estas 35 mil toneladas são oriundas de nosso estoque de fino de hematita, um minério com 65% de ferro e baixo teor de fósforo”, explica o gerente geral de Operações, Fernando Carneiro.

Para a Bamin, a produção em pequena escala é estratégica para a viabilização do projeto completo da Mina Pedra de Ferro, que terá produção de 18 milhões de toneladas de minério por ano, com movimentação de sua carga pela Ferrovia de Integração

Oeste – leste (Fiol) e pelo Porto Sul. “Com esta operação colocaremos no mercado um produto de alta qualidade, demonstrando nossa capacidade operacional e gerando receita para a empresa”, acrescenta o gerente geral.

O início das atividades da Bamin deve movimentar economicamente não só o sudoeste da Bahia, mas também o estado como um todo. Isto porque no período de um ano, a empresa prevê a geração de mais de R\$ 47 milhões de reais em recolhimento de impostos.



## 'Prévia do PIB' do Banco Central aponta recessão

**CRISE** A economia brasileira registrou um tobo de 10,94% no segundo trimestre de 2020, segundo o Índice de Atividade Econômica (IBC-Br) divulgado pelo Banco Central (BC) nessa sexta-feira (14). Essa é a maior baixa para um trimestre em toda a série histórica do BC, iniciada em janeiro de 2003. O indicador é considerado uma "prévia" do Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país e serve para medir a evolução da economia.

Se a retração do PIB se confirmar no segundo trimestre deste ano, o Brasil terá entrado oficialmente em "recessão técnica" - que se caracteriza pelo recuo do nível de atividade por dois trimestres consecutivos. Nos três primeiros meses deste ano, a economia já havia tido retração de 1,5%. O resultado oficial do PIB do segundo trimestre será di-

**10,94**  
por cento  
foi a queda  
da  
economia  
brasileira  
no  
segundo  
trimestre  
de 2020,  
de acordo  
com o  
Índice de  
Atividade  
Econômica

vulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) somente no dia 1º de setembro.

O recuo entre abril e junho deste ano foi verificado na comparação com o primeiro trimestre de 2020. O valor foi calculado após ajuste sazonal, uma "compensação" para comparar períodos diferentes de um ano. "O 2º trimestre vai ter aquela queda mais forte, que todo mundo estava esperando. A dúvida que permanece é como isso vai continuar ao longo do ano", diz o economista Julio Cesar Barros, da MAG Investimentos.

Segundo ele, a principal incerteza neste momento é sobre os efeitos na atividade do fim do auxílio emergencial pago pelo governo a desempregados, informais e beneficiários do Bolsa Família. Os efeitos da pandemia de covid-19 sobre a economia, apesar de percebidos em fevereiro, se intensificaram em todo o mundo a partir de

março. Os efeitos negativos foram percebidos principalmente em março e abril. Nos últimos dois meses (maio e junho), porém, o IBC-Br já demonstrou reação.

A projeção atual do BC para a atividade doméstica em 2020 é de retração de 6,4%. No Relatório de Mercado Focus divulgado pelo BC na segunda-feira, a projeção de economistas do mercado financeiro é de queda de 5,62% do PIB em 2020.

Para o Itaú Unibanco, a economia tem reagido bem ao processo gradual de reabertura. "Os números de maio e junho mostram a economia se recuperando das quedas fortes que ocorreram em março e abril, período mais intenso de isolamento social", diz Luka Barbosa, economista do Itaú Unibanco.

De acordo com ele, tem ocorrido uma recuperação rápida em alguns setores da economia brasileira como varejo e indústria.

### OI QUER LEVANTAR R\$ 20 BI COM ATIVOS

**FIBRA ÓTICA** A operadora de telefonia Oi apresentou nessa sexta-feira (14) mudanças em seu plano de reestruturação, com o objetivo de levantar novos empréstimos com credores e de conseguir um valor maior pelos ativos colocados à venda. A empresa elevou o valor mínimo para a venda de sua unidade de fibra óptica de R\$ 6,5 bilhões para R\$ 20 bilhões. Os credores votarão as mudanças em 8 de setembro. A tele, em recuperação judicial desde junho de 2016, busca um sócio para a venda de 25% a 51% de participação na divisão, chamada de InfraCo. A empresa prevê concluir o negócio até setembro de 2021.

### BNDES TEM PREJUÍZO DE R\$ 582 MILHÕES

**BALANÇO** O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) teve prejuízo de R\$ 582 milhões no segundo trimestre, revertendo lucro de R\$ 5,5 bilhões obtido nos primeiros três primeiros meses do ano, informou o banco nessa sexta-feira (14). O resultado do 2º trimestre foi afetado pela pandemia de covid-19, segundo o banco. "O prejuízo foi motivado por ajustes negativos de equivalência patrimonial em empresas investidas e por provisionamentos para risco de crédito visando a cobertura de eventuais perdas decorrentes do cenário de pandemia", afirmou a instituição.



MIRIAM LEITÃO

 [blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/](https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/)

NO MUNDO INTEIRO, O BOLSA FAMÍLIA SEMPRE FOI ELOGIADO POR TER FOCO E BAIXO CUSTO

# Bolsa Família e Bolsonaro

"O voto do idiota é comprado pelo Bolsa Família", disse Jair Bolsonaro, certa vez. Ele já definiu esse programa como a forma de "tirar dinheiro de quem produz para dar para quem se acomoda", e pediu que fosse extinto. Em 2017, em Barretos, afirmou que "para ser candidato a presidente tem que falar que vai ampliar o Bolsa Família". No mundo inteiro, o Bolsa Família sempre foi elogiado por ter foco, baixo custo, e porque através dele foi criada uma rede de proteção social aos mais vulneráveis no Brasil. Esse presidente, que tem tal desprezo por essa política social, fará agora o Renda Brasil. Seu objetivo é um só: o de se reeleger.

Todas as ações anteriores de Bolsonaro negam qualquer

compreensão da importância de políticas de transferência de renda. Em março, foram cortados 158 mil beneficiários do Bolsa Família, 61% eram no Nordeste. Os governadores, então, foram ao Supremo, que na semana passada confirmou a decisão do ministro Marco Aurélio de proibir novos cortes enquanto durar a pandemia. Em junho, o governo tentou tirar dinheiro do Bolsa Família para gastos com publicidade do Planalto. Na quinta-feira passada, o ministro Paulo Guedes, em entrevista a um instituto espanhol, revelou que haverá um acréscimo de seis ou sete milhões de beneficiários. No dia da reunião sobre o teto, Guedes gastou um bom tempo falando no Alvorada que o Renda Brasil será criado. Era

uma forma de dizer para o presidente que cortaria gastos, mas daria para ele o Bolsa Família com outro nome.

O mais popular e mais bem-sucedido programa social do Brasil foi tecnicamente bem feito, resultou de estudos de especialistas e nasceu dos programas definidos como Bolsa Escola. Algumas vezes, foi usado nas campanhas, quando se disseminavam boatos de que um determinado candidato acabaria com ele. No caso de Bolsonaro, parecia possível porque ele sempre fez críticas. Mas hoje o programa foi incorporado ao rol das políticas públicas que permanecerão. O que se quer agora é reempacotá-lo para servir à reeleição de Bolsonaro. A equipe econômica

tem trabalhado com esse objetivo declarado.

Num vídeo postado por Bolsonaro na segunda-feira, o presidente da Caixa Econômica Federal (CEF), Pedro Guimarães, está no aeroporto, faz uma chamada de vídeo para o presidente e diz: "Tem uma história interessante da dona Maria José aqui." E, pelo celular, mostra o presidente à mulher. Ela diz que é "apaixonada, louca" por ele. E agradece "tudo o que você tem feito por nós, principalmente os amapaenses". Pedro Guimarães, no papel de garoto-propaganda, pergunta: "E quanto você vai receber hoje aqui?" Ela diz que são duas parcelas. "Eu vendo bombom trufado aqui no Amapá e tem me ajudado muito a sua ajuda", ela fala se dirigindo ao presidente. Conta que é evangélica. No encerramento do vídeo, Guimarães, em voz bem alta, em local público, para confirmar com quem está falando, diz: "E aí presidente tudo bem?" Tudo foi filmado por um outro celular, talvez de um assessor de Guimarães. Bolsonaro postou o vídeo com o texto: "Auxílio de R\$ 600 salvando vidas."

Dona Maria José está gerando renda com o auxílio que re-

cebeu, ao fazer o bombom trufado. Um caso realmente interessante, mas Bolsonaro e Guimarães mostram que estão interessados em propaganda eleitoral, em tirar proveito da história dela. O uso político da CEF supera os abusos do passado.

O país precisará de uma ampliação do Bolsa Família. E seria bom que ele ocorresse dentro de um planejamento técnico e fiscalmente bem feito, para continuar sendo sustentável. O planque, contudo, vai desvirtuar o programa. A pesquisa do Datafolha mostra que o auxílio emergencial, que era de fato necessário, reduziu sua rejeição e aumentou a aprovação.

Bolsonaro é um populista. E tem um projeto autoritário. Como no chavismo, que distribuía o dinheiro do petróleo para se perpetuar. Bolsonaro esqueceu o que dizia do Bolsa Família e usará qualquer programa social que for formatado como alavanca eleitoral. Não é possível deixar os pobres sem proteção. Não é aceitável ver um candidato a ditador usando recursos públicos como se fosse dinheiro dele doado aos pobres, como Bolsonaro e Pedro Guimarães quiseram fazer crer à dona Maria José.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 15 e 16/08/2020	Página:

# Correio\*

MARCOS CORRÊIA/PR



O presidente Jair Bolsonaro voltou a defender a necessidade de respeitar teto e responsabilidade fiscal

## Bolsonaro recua e diz que teto de gastos segue como 'norte' do governo

**GASTO PÚBLICO** Depois de dizer que a ideia de furar o teto de gastos existe, o presidente Jair Bolsonaro recuou e voltou ao discurso de que a responsabilidade fiscal é o “norte” do governo. Na manhã desta sexta-feira, 14, o presidente usou suas redes sociais para reforçar seu compromisso com a manutenção do teto, depois de ter indicado que poderia extrapolar gastos, na noite anterior. O chefe do Executivo culpou a imprensa por noticiar a possibilidade de furo no teto de gastos. Em transmissão ao vivo na quinta-feira, 13, Bolsonaro disse: “A ideia de furar teto (de gastos) existe, o pessoal debate, qual o problema?”. Ele pediu ainda compreensão e “um pouquinho de patriotismo” do mercado financeiro no caso de superação do teto de gastos. As declarações foram feitas um dia após reunião com o ministro Paulo Guedes,

**Vamos trabalhar junto ao Congresso para controlar despesas com objetivo de abrir espaço para investimentos**  
Jair Bolsonaro  
Presidente

da Economia, e os presidentes da Câmara e do Senado, Rodrigo Maia (DEM-RJ) e Davi Alcolumbre (DEM-AP), além de outros ministros, incluindo o do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho. Na ocasião, Bolsonaro, Maia e Alcolumbre se pronunciaram em defesa do teto de gastos.

Na manhã desta sexta, contudo, o presidente responsabilizou a imprensa por “variadas e absurdas notícias” com o teor de que “o presidente admitia que o teto poderia ser furado”. Bolsonaro justificou que sua fala na quinta-feira: “por mais justa que fosse a busca de recursos por parte de ministros finalistas, a responsabilidade fiscal e o respeito Emenda Constitucional do teto seriam o nosso norte”.



**FINANÇAS** O depósito do auxílio emergencial nas contas é um dos motivos para este resultado

# Em meio à pandemia, poupança tem captação positiva pelo 5º mês

**FÁBIO BITTENCOURT**

Pelo quinto mês consecutivo, em julho, a caderneta de poupança registrou captação líquida recorde, e o maior saldo positivo (R\$ 28,1 bilhões) para o período desde o início da série histórica do Banco Central, em 1995. No acumulado de 2020, a captação líquida é de R\$ 112,6 bilhões, resultado também recorde para o período.

Com a taxa básica de juros (Selic) em 2%, puxando cada vez mais para baixo a rentabilidade de aplicações em renda fixa – com resultado agora muitas vezes negativo quando descontada a inflação –, como entender, porém, desempenho tão expressivo, justamente em momento de crise e pandemia de coronavírus?

Segundo os especialistas ouvidos pela reportagem, alguns motivos explicam o fenômeno, e o primeiro deles é o valor do auxílio emergencial depositado pelo governo em contas poupanças (digitais), e levado “alguns dias” para ser sacado. Outros fatores são mais conhecidos, como o freio no consumo, a pouca educação financeira da população.

Com rentabilidade média atual na casa 0,12% ao mês, a estimativa é de que a poupança chegue ao final do ano remunerando em 1,5%, segundo os analistas, com a inflação oficial na casa de 2% – o centro da meta é 4%, com variação de 1,5% para cima ou para baixo. E CDB, LCI, LCA, entre outros, rendendo até menos, dizem.

Por outro lado, quem ainda tinha um dinheirinho e portfólio minimamente diversificado de investimentos, também migrou para a conservadora caderneta, como forma de mitigar perdas. Resultado: quem quiser ganhar dinheiro com aplicação no Brasil agora terá de correr riscos no mercado financeiro, como em economias desenvolvidas.

“A poupança vem ganhando [em rentabilidade] da maioria das aplicações. Ela representa segurança, é mais simples que outras modalidades, e por várias décadas foi sinônimo de porto seguro, com características de reserva financeira. Muito parecido com o momento de agora”, diz o professor de economia da Universidade Salvador (Unifacs), Moisés Conde.

## O freio no consumo também tem impulsionado os depósitos em poupança

Conde destaca ainda que, além da facilidade na operacionalização, a poupança transmite “segurança” à maioria, possui alta liquidez (dinheiro fácil de ser sacado), e sobre ela não incide Imposto de Renda.

De acordo com o professor, em um cenário de juros baixos e Selic em queda, o Brasil, aos poucos, deixa de ser um paraíso dos rentistas, obrigando o capital a circular mais, seja em direção ao mercado de ações, renda variável, ou voltando à produção, como forma de investimento na indústria, gerando mais emprego e renda.

Por menor que seja, “o resultado da poupança tem sido melhor que outros fundos, em que a remuneração se baseia na Selic, como ti-

tulos da dívida pública ou privados. Agora para ganhar um pouco mais de dinheiro, terá de investir em ações, fundos imobiliários, cambiais, ou investindo na indústria nacional. O que acontecia antes era uma anomalia”, diz.

Consultor financeiro, o professor e perito Antônio Carvalho explica que a medida de redução de juros é uma política do governo com o objetivo de controlar a inflação, e também regular o mercado. Ele lembra que a redução dos juros começa a surtir efeitos nos financiamentos, com diminuição de taxas do empréstimo pessoal ao crédito imobiliário.

### Mais conhecimento

E dá exemplos de novas taxas praticadas pela Caixa nesta área, estimulando outros bancos seguir na mesma linha, como o Santander, que anunciou recentemente a menor despesa da praça para o financiamento de imóvel. Ou seja, uma mudança de paradigma. Taxa alta de juros estimula a poupança, mas não o empreendedorismo, ele fala.

“As altas taxas de juros atraem o grande investidor,

movimentam a economia financeira, mas não a real, aquela que realmente contribui com a geração de mais emprego, atividade produtiva. Agora será preciso buscar mais conhecimento, ariscar um pouco mais, e até contar com uma consultoria especializada”, afirma.

“OBNB [Banco do Nordeste], em uma linha bem específica, já oferece financiamento à produção a 0,08% ao mês. A Caixa (Econômica), empréstimo pessoal a 2,25%, ao mês; consignado privado, a 1,34%, e público, a 1,15%. O imobiliário vai ficando mais acessível, na casa de 7%, com tendência a chegar a 4%, quando já foi 11%, ou mais. A queda da Selic puxa tudo para baixo”.

Vale também lembrar, contudo, que o valor depositado (até abril de 2012) na chamada poupança velha, segue com uma rentabilidade maior, de quase meio por cento ao mês, ou cerca de 6% ao ano. Para a sorte do administrador Ian Carvalho, 37 anos, que possui uma reserva na modalidade, e nela não mexe “por nada”. “É para uma ocasião especial. Uma viagem, talvez a compra de um apartamento”.

**“Altas taxas movimentam a economia financeira, mas não a real”**

ANTÔNIO CARVALHO, consultor



Arquivo pessoal

Veículo: A Tarde	Caderno: Opinião
Data: 16/08/2020	Página: A2

## **Descontos em tributos**

O resultado de tantas empresas permanecerem quatro meses sem movimento em caixa é a busca por apoio de órgãos oficiais, como o pedido de mais descontos nas cobranças tributárias e fiscais. A medida, sugerida pela Federação do Comércio (Fecomércio) à prefeitura, requer o atendimento às demandas dos empresários lojistas, e serviria de atenuante aos efeitos do paradeiro no varejo. Entre os pedidos, há prorrogação de prazo deste mês para dezembro para pagamento de tributos, além da possibilidade de tratamento diferenciado para as parcelas referentes a todo o período de funcionamento prejudicado.

Sobre as novas condições apresentadas pela prefeitura para débitos anteriores, a Federação reivindica mais descontos de acordo com a forma de pagamento escolhida pelo filiado. Foi sugerido que seja dado 20% de desconto sobre o valor principal em pagamentos à vista e 10% de desconto para pagamento em 12 parcelas. A Fecomércio também pede a isenção ou remissão da TFF – Taxa de Fiscalização de Funcionamento, referente ao período de não funcionamento dos estabelecimentos localizados em shopping centers. Na lista de novos pleitos, está também a redução dos valores cobrados referentes à TLP no período de não funcionamento ou que também seja concedido desconto de 20% para o exercício de 2020.

**RESULTADOS** Investimentos realizados nos últimos cinco anos estão mantendo aquecida a aviação regional na Bahia

## Governo do Estado investe em aeroportos

### DA REDAÇÃO

Com uma série de obras na Bahia, o setor da aviação civil decola e leva desenvolvimento a diversas regiões do estado. Os municípios de Senhor do Bonfim e Bom Jesus da Lapa vão ganhar dois novos aeroportos. Os estudos de viabilidade para a implantação de um novo aeroporto em Porto Seguro estão em fase de finalização e, em Vitória da Conquista, o aeroporto Glauber Rocha aumentou a movimentação de passageiros em 37%, em um ano de funcionamento e mesmo com a pandemia.

O Aeroporto de Barreiras, no oeste do estado, também vai passar por uma reforma completa. Para a conservação dos aeródromos em toda a Bahia foi feito um investimento de aproximadamente R\$ 25 milhões nos últimos cinco anos. Por exemplo, somente em 2020, os aeródromos de Remanso, Irecê, Xique-Xique, Gentio do Ouro, Barra, Piritiba, Prado e Sento Sé passaram por serviços de manutenção.

Segundo o secretário da Infraestrutura do Estado, Marcus Cavalcanti, as construções de novos aeroportos baianos devem aquecer a aviação regional no estado nos próximos anos.

"Estamos com obras em Senhor do Bonfim e prestes a começar em Bom Jesus da Lapa. Sem falar na reforma do Aeroporto de Barreiras. São investimentos do Governo do Estado, através da Seinfra, que podem chegar a R\$ 60 milhões", ressalta.



O Aeroporto de Conquista teve maior afluxo de passageiros, apesar da pandemia

**Os estudos de viabilidade para um novo aeroporto em Porto Seguro estão em fase de finalização e, em Vitória da Conquista, o Aeroporto Glauber Rocha aumentou a movimentação**

A construção do aeródromo de Senhor do Bonfim, na região do Piemonte Norte do Itapicuru, foi iniciada no mês de junho. A obra realizada pelo Governo da Bahia, através da Secretaria de Infraestrutura (Seinfra), está com 19% de execução e prevista para ser concluída em junho de 2021.

O novo equipamento irá operar com aviação geral e receberá aeronaves como UTIs aéreas e de transporte de medicamentos e de valor. O investimento é de cerca de R\$ 19,7 milhões.

O aeródromo será o maior da região e o projeto o possibilita de se transformar

em um aeroporto de aviação regular, se houver o crescimento da movimentação total de passageiros e o interesse das companhias aéreas.

A ordem de serviço para a construção do novo aeroporto de Bom Jesus da Lapa, na região do Velho Chico, está prevista para ser assinada ainda neste mês de agosto.

### Investimento

O investimento é de aproximadamente R\$ 20 milhões. O equipamento vai permitir a operação com as aeronaves com capacidade para até 72 passageiros, além do funcionamento com a

aviação geral.

Há cerca de um ano, em julho de 2019, o Aeroporto Glauber Rocha era inaugurado em Vitória da Conquista e, junto com ele, uma nova era para todo o Sudoeste da Bahia. Turismo, negócios, acesso a outras regiões do País.

A terceira maior cidade do estado ganhava então um aeroporto com equipamentos modernos, capaz de operar à noite ou em condições adversas de tempo. Outro título do Glauber Rocha: único grande aeroporto construído em toda a Bahia nos últimos 20 anos.

A movimentação total de passageiros no aeroporto Glauber Rocha aumentou em cerca de 37% em comparação aos dois últimos anos. O antigo aeroporto Pedro Otacilio havia recebido 223.074 pessoas no período de julho de 2018 até julho de 2019.

O novo aeroporto de Vitória da Conquista registrou 306.624 passageiros embarcando ou desembarcando entre julho de 2019 e julho de 2020.

Esse crescimento ocorre mesmo com a suspensão da operação com aviação regular entre os meses de março e julho deste ano por conta da pandemia do novo Coronavírus.

O aeroporto de Barreiras, no oeste baiano, vai passar por reforma e ampliação. O aviso de licitação para a adequação dos projetos de infraestrutura do terminal de passageiros do equipamento aeroviário tem a previsão

de ser publicado no Diário Oficial do Estado até o final do mês de agosto.

O investimento para a reabilitação da obra será de R\$ 45 milhões do Governo Federal e R\$ 19,2 milhões de contrapartida do Estado da Bahia.

As obras realizadas serão da ampliação da área de movimentação de aeronaves e a construção do novo terminal de passageiros. O aeroporto é considerado o mais importante do extremo oeste baiano e atende municípios como Luís Eduardo Magalhães, São Desidério e Santa Rita de Cássia, além de Barreiras.

Os estudos de viabilidade para a implantação do novo aeroporto na região da Costa do Descobrimento, em Porto Seguro, estão em fase final de desenvolvimento pela Secretaria de Infraestrutura da Bahia (Seinfra).

A construção do novo equipamento tem como objetivo atender as demandas futuras da aviação regular que servirá ao extremo sul baiano.

O aeroporto de Guanambi está apto para operações da aviação regular com até 72 passageiros. O equipamento recebeu obras com investimento de aproximadamente R\$ 8 milhões.

Entre as obras realizadas estão a pavimentação da pista de pouso e decolagem, a recuperação do balizamento noturno e a implantação da área de giro das cabeceras, que facilita a manobra para chegada e saída de aviões.

Veículo: A Tarde	Caderno: Especial
Data: 15/08/2020	Página: A7

## 'Prévia' do PIB do BC indica início de "recessão técnica" no Brasil

### REDAÇÃO E AGÊNCIAS

De acordo com o Índice de Atividade Econômica (IBC-Br) divulgado ontem pelo Banco Central (BC), a economia brasileira registrou um tombo de 10,94% no segundo trimestre de 2020. Nos três primeiros meses deste ano, a economia já havia tido retração de 1,5%.

Se a retração do PIB se confirmar no segundo trimestre deste ano, o Brasil terá entrado oficialmente em "recessão técnica", ou seja, recuo do nível de atividade por dois trimestres consecutivos.

Mas o PIB oficial do segundo trimestre será divulgado somente no dia 1º de setembro pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Esta-

tística (IBGE).

O recuo entre abril e junho deste ano foi verificado pelo Banco Central na comparação com o primeiro trimestre de 2020. O valor foi calculado após ajuste sazonal, uma "compensação" para comparar períodos diferentes de um ano.

A queda da atividade eco-

nômica acontece em meio à pandemia do novo coronavírus (Covid-19), que tem derrubado a economia mundial e colocado o mundo no caminho de uma recessão. Nos últimos meses, porém, indicadores têm mostrado o início de uma retomada no Brasil, em setores como indústria e comércio.

Em 2019, segundo dados do IBGE, o PIB cresceu 1,1%. Foi o desempenho mais fraco em três anos.

O Índice de Atividade Econômica (IBC-Br) é considerado uma "prévia" do desempenho do Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país e serve para medir a evolução da economia.

**Se a retração do PIB se confirmar [...], o Brasil terá entrado oficialmente em "recessão técnica"**



Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 17/08/2020	Página: 02

# Tribuna

## Vistoria

O governador Rui Costa vistoria hoje, às 8h30, as obras de construção da policlínica de Nandiba (Rua Edgar Santos), em Salvador. Estão sendo investidos cerca de R\$ 18,3 milhões na nova unidade de saúde, sendo R\$ 11,3 milhões nas obras físicas e R\$ 7 milhões na aquisição de equipamentos. O trabalho já está próximo da fase de conclusão. A policlínica, que terá área construída de 2,8 mil metros quadrados, será gerenciada pela Secretaria de Saúde do Município de Salvador e contará com diversos serviços. No plano assistencial, vai atender consultas especializadas em angiologia, cardiologia, endocrinologia, neurologia, gastroenterologia, otorrinolaringologia, oftalmologia, dentre outras.



## Reforma tributária: governo estuda criação de ‘imposto verde’

ALEXANDRO MARTELLO - G1

O governo federal avalia propor no âmbito da reforma tributária a criação de um imposto “verde” — sobre a emissão de carbono —, informou Vanessa Canado, assessora especial do Ministério da Economia. Os chamados impostos “verdes” ou ambientais são destinados a diminuir as emissões de carbono na atmosfera, com o objetivo de tentar frear o aquecimento global e também podem ajudar na redução do desmatamento — por meio da destinação de parte da arrecadação para fundos com esse propósito.

“Números e desenho ainda estão em construção”, declarou Canado ao G1, explicando que ainda não há um formato definido sobre quais

produtos e serviços seriam taxados nem previsão de arrecadação. Se o imposto verde for criado, outros seriam reduzidos, dentro da estratégia do governo de manter a carga tributária total estável.

Entre os produtos tributados por outros países com esse tipo de imposto, estão combustíveis como gasolina, diesel, gás natural, carvão, produção de eletricidade com combustíveis fósseis — cuja combustão provoca emissões de carbono. Também são taxados veículos (automóveis e caminhões, por exemplo) e fábricas poluidoras, entre outros. Segundo Vanessa Canado, do Ministério da Economia, essa tributação estaria no âmbito do chamado imposto seletivo, em uma segunda fase da reforma tributária.

# Tribuna

## PONTO DE VISTA

Inaldo da Paixão Santos  
Araújo e José Raimundo  
Bastos de Aguiar

### Novas Normas para a Auditoria Financeira

**A**s normas profissionais são essenciais para assegurar a qualidade, a precisão, o profissionalismo e a credibilidade de todo trabalho especializado. Compreendem os padrões utilizados para regular uma atividade profissional, abrangendo os princípios, regras e procedimentos que devem ser seguidos para o bom resultado final.

Não poderia ser diferente no campo da contabilidade e da auditoria, em que a normatização assume distintiva relevância, dado o esforço por uma padronização mundial.

No ambiente contábil, o Brasil já cumpriu as etapas para a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) e deverá concluir, até 2022, a sua adesão às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS).

Já em relação à auditoria governamental, desde 2015 o Instituto Rui Barbosa (IRB) tem promovido a tradução e a convergência das normas de auditoria, tendo por referência as Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAI) emitidas pela

Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai).

Para o desiderato dessa ação, foram aproveitadas normas nacionais que já eram utilizadas pelo controle externo brasileiro. Desde então, já foram lançados três níveis das Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP), que visam, em esforço de síntese, à realização de auditorias independentes e eficazes pelos Tribunais de Contas brasileiros.

Também protagonista desse esforço de fortalecimento normativo, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) colocou, de forma auspiciosa, em audiência pública, entre 18 de junho e 18 de agosto, a minuta da norma de auditoria governamental que poderá levar à alteração da Resolução CFC nº 1.328/2011, que dispõe sobre a Estrutura das Normas Brasileiras de Contabilidade.

Cumpra registrar que o CFC, nesse processo, considerou sugestão do IRB quanto à emissão de uma norma para recepcionar as Normas de Auditoria Independente de Informação Contábil Histórica (International Standards on Auditing – ISAs) como Nor-

mas de Auditoria do Setor Público”.

Depois disso, restará ajustada a nomenclatura das normas de Auditoria de Informação Contábil Histórica Aplicável ao Setor Público (NBC TASP), as quais correspondem às normas de auditoria contábil do setor privado brasileiro e que equivalem às Normas de Auditoria Independente de Informação Contábil Histórica (International Standards on Auditing – ISAs).

As ISAs são normas emitidas pelo International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB), da International Federation of Accountants (IFAC), e foram adotadas como normas de auditoria financeira pela Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai), entidade responsável, como dito, pelo desenvolvimento das ISSAI.

Após cumprido o processo normativo do CFC, o texto será publicado, com a vigência prevista para se iniciar a partir de 1º de janeiro de 2024, permitida a adoção antecipada já a partir de 1º de janeiro de 2021, de forma escalonada ou total. Após aprovadas pelo CFC, essas normas de auditoria financeira também serão adotadas pelo IRB, para serem utilizadas pelos auditores dos Tribunais de Contas.

Para os que não labutam no ramo auditorial, releva a necessidade de se estabelecer a distinção entre as normas profissionais e as normas legais, já que estas últi-

mas são as fontes de critério para os auditores. Vale dizer, no âmbito de um trabalho de fiscalização de conformidade, que auditar nada mais é do que comparar as situações observadas com os ditames legais. Verificada a divergência entre o que foi e o que deveria ser, tem-se o achado de auditoria, que será documentado e reportado com independência pelo auditor.

Dessa forma, as normas profissionais não se confundem e nem concorrem com as normas legais. Ao contrário, prestam-se a assegurar que os auditores atuarão de forma padronizada, com rigor técnico e metodológico. Com isso, seus relatórios serão mais confiáveis e transparentes, aumentando a sua compreensão pelo público em geral e estimulando o controle social. E bons relatórios de auditoria contribuirão para o aprimoramento da atuação governamental e para que os serviços públicos ofertados para a sociedade sejam mais eficientes, tenham mais qualidade, seus custos sejam menores e alcancem a desejada efetividade.

Inaldo da Paixão Santos  
Araújo  
Mestre em Contabilidade.  
Conselheiro-corregedor do  
Tribunal de Contas do Estado da  
Bahia, professor, escritor.  
inaldo\_paixao@hotmail.com

José Raimundo Bastos de  
Aguiar  
Bacharel em Direito. Auditor  
Estadual de Controle Externo do  
Tribunal de Contas do Estado da  
Bahia.  
joserbaguiar@gmail.com



Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Geral
Data: 17/08/2020	Página: 07

# Tribuna

## Policlínica de Narandiba será vistoriada nesta segunda-feira

O governador Rui Costa vai vistoriar, nesta segunda-feira (17), às 8h30, as obras de construção da policlínica de Narandiba (Rua Edgar Santos), em Salvador. Estão sendo investidos cerca de R\$ 18,3 milhões na nova unidade de saúde, sendo R\$ 11,3 milhões nas obras físicas e R\$ 7 milhões na aquisição de equipamentos. O trabalho já está próximo da fase de conclusão.

A policlínica, que terá área construída de 2,8 mil metros quadrados, será

gerenciada pela Secretaria de Saúde do Município de Salvador e contará com diversos serviços. No plano assistencial, vai atender consultas especializadas em angiologia, cardiologia, endocrinologia, neurologia, gastroenterologia, otorrinolaringologia, oftalmologia, urologia, pequenos procedimentos cirúrgicos, ginecologia, pneumologia, dermatologia, reumatologia, anestesia e ortopedia.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Esportes
Data: 17/08/2020	Página: 06

# Tribuna

## Estado investe em aeroportos e aquece aviação regional

Com uma série de obras na Bahia, o setor da aviação civil decola e leva desenvolvimento a diversas regiões do estado. Os municípios de Senhor do Bonfim e Bom Jesus da Lapa vão ganhar dois novos aeroportos. Os estudos de viabilidade para a implantação de um novo

aeroporto em Porto Seguro estão em fase de finalização e, em Vitória da Conquista, o Aeroporto Glauber Rocha aumentou a movimentação de passageiros em 37%, em um ano de funcionamento e mesmo com a pandemia.

O Aeroporto de Barreiras, no oeste do estado,

também vai passar por uma reforma completa. Para a conservação dos aeródromos em toda a Bahia foi feito um investimento de aproximadamente R\$ 25 milhões nos últimos cinco anos. Somente em 2020, por exemplo, os aeródromos de Remanso, Irecê, Xique-Xique,

Gentio do Ouro, Barra, Piritiba, Prado e Sento Sé passaram por serviços de manutenção.

A construção do aeródromo de Senhor do Bonfim, na região do Piemonte Norte do Itapicuru, foi iniciada no mês de junho. A obra realizada pelo Governo da

Bahia, por meio da Secretaria de Infraestrutura (Seinfra), está com 19% de execução e prevista para ser concluída em junho de 2021. O novo equipamento irá operar com aviação geral e receberá aeronaves como UTIs aéreas e de transporte de medicamentos e de valor. O in-

vestimento é de cerca de R\$ 19,7 milhões. O novo aeródromo será o maior da região, e o projeto o possibilita de se transformar em um aeroporto de aviação regular, se houver o crescimento da movimentação total de passageiros e o interesse das companhias aéreas.

## VAI E VEM

### Presidente muda outra vez e diz que respeitará teto de gastos

MARCOS CORRÊA/PR, AGÊNCIA O GLOBO

Após admitir que o seu governo discutiu a ideia de furar o teto de gastos, o presidente Jair Bolsonaro voltou a defender o mecanismo, durante transmissão ao vivo, o presidente disse que a ideia de furar o teto "existe" e questionou qual o "problema". Nesta sexta-feira (14), em uma publicação em uma rede social, criticou a cobertura da imprensa sobre a fala e disse que o respeito ao teto é o "norte".

Na transmissão, Bolsonaro afirmou que não vê "problema nenhum" em autorizar mais gastos que sejam relacionados ao combate à pandemia do novo coronavírus (Sars-Cov-2).

"Então a ideia de furar o teto existe, o pessoal debate, qual o problema? 'Presidente, na pandemia, nós temos a PEC de Guerra, nós já furamos o teto em mais ou menos R\$ 700 bilhões, dá para furar mais R\$ 20 (bilhões)?'. Eu falei: 'Qual é a justificativa? Se for pra vírus, não tem problema nenhum'. 'Ah, mas entendemos que água, por exemplo, é para essa mesma finalidade'. Então a gente pergunta. E

daí? Já gastamos R\$ 700 bilhões, vamos gastar mais R\$ 20 bilhões ou não?', disse Bolsonaro.

Bolsonaro disse em seguida que o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirma que isso sinalizaria para a economia e o mercado que o governo está furando o teto. Ele também disse que Guedes decide "99,9%" das questões sobre Economia.

Nesta sexta-feira, Bolsonaro publicou um texto no Facebook reclamando do destaque que a imprensa deu à frase sobre o teto. De acordo com o presidente, ele quis dizer que existe uma busca "justa" por mais recursos, mas reforçou o respeito à responsabilidade fiscal e à emenda constitucional que instituiu o teto de gastos.

"Quando indagado na live de ontem sobre 'furar' o teto, comecei dizendo que o Min Paulo Guedes mandava 99,9% no Orçamento. Tudo, após essa declaração, resumia que por mais justa que fosse a busca de recursos por parte de ministros finalistas, a responsabilidade fiscal e o respeito Emenda Constitucional do 'Teto' seriam o nosso norte", escreveu.

## CONFLITO

### Paciência de Jair Bolsonaro com Guedes chega ao fim

VICENTE NUNES - CORREIO BRAZILIENSE

Quem esteve com o presidente Jair Bolsonaro nos últimos dois dias ficou surpreso com a forma como ele se referiu ao ministro da Economia, Paulo Guedes. O presidente está irado com as declarações do ministro sobre os fiscos de o governo furar o teto de gastos. Bolsonaro deixou claro que a paciência dele com Guedes chegou ao "limite".

Todos, sem exceção, no entorno do presidente, consideraram as falas de Guedes totalmente inapropriadas neste momento. Mas, mais do que o ministro ter admitido que estava havendo uma debandada na equipe econômica, o que realmente foi considerado avassalador por Bolsonaro foi o subordinado ter levantado a possibilidade de impeachment dele.

A ministros palacianos e a pelo menos dois interlocutores, Bolsonaro admitiu que pode acelerar a saída de Paulo Guedes do governo. A convivência entre os dois ficou muito complicada. Para Bolsonaro, o ministro passou dos limites ao levantar suspeitas de estouro do teto de gastos neste ano. Se-

gundo Bolsonaro, como 2020 é excepcional e todos os limites fiscais foram estourados, o que se quer é usar sobras de recursos do Orçamento para obras, como forma de acelerar a economia, arrasada pela pandemia do novo coronavírus.

"Não se falou em cumprir o teto de gastos em 2021. Guedes sabe disso. O que está sendo pedido são verbas para este ano, nada demais", diz uma fonte ao Blog. Ele ressalta que, pelos cálculos da própria equipe econômica, há uma sobra de pelo menos R\$ 30 bilhões no Orçamento deste ano. "Se já destinarmos R\$ 5 bilhões para tocar obras que estão paradas já será muito bom. É isso o que o presidente quer", acrescenta.

#### Saída de Guedes provoca tumulto nos mercados

Bolsonaro reconhece que a saída de Guedes do governo causará tumultos no mercado financeiro, mas os efeitos, para ele, serão passageiros, pois o substituto do ministro terá a garantia de que os compromissos do governo com o ajuste fiscal serão mantidos.



# Tribuna

## 'Prévia' do PIB do BC indica tombo de quase 11 por cento

ALEXANDRO MARTELLO, G1  
— BRASÍLIA

A economia brasileira registrou um tombo de 10,94% no segundo trimestre de 2020, segundo o Índice de Atividade Econômica (IBC-Br) divulgado pelo Banco Central (BC) ontem.

O indicador é considerado uma "prévia" do desempenho do Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país e serve para medir a evolução da economia. O resultado oficial do PIB do segundo trimestre será divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1º de setembro.

Se a retração do PIB se confirmar no segundo trimestre deste ano, o Brasil terá entrado oficialmente em "recessão técnica", ou seja, recuo do nível de atividade por dois trimestres consecutivos.

Nos três primeiros meses deste ano, a economia já havia tido retração de 1,5%.

O recuo entre abril e junho deste ano foi verificado pelo Banco Central na comparação com o primeiro trimestre de 2020. O valor foi calculado após ajuste sazonal, uma "compensação" para comparar períodos diferentes de um ano.

A queda da atividade econômica acontece em meio à pandemia do novo coronavírus, que tem derrubado a economia mundial e colocado o mundo no caminho de uma recessão.

Nos últimos meses, porém, indicadores têm mostrado o início de uma reto-

mada no Brasil, em setores como indústria e comércio.

O mercado financeiro estimou, na semana passada, uma retração de 5,62% para a economia brasileira neste ano.

No mês passado, o governo brasileiro manteve a expectativa de queda de 4,7% para o PIB de 2020.

O Banco Mundial prevê uma queda de 8% no PIB brasileiro e o Fundo Monetário Internacional (FMI) estima um tombo de 9,1% em 2020.

Em 2019, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o PIB cresceu 1,1%. Foi o desempenho mais fraco em três anos.

### MÊS DE JUNHO E PARCIAL DO ANO

Somente em junho deste ano, de acordo com o IBC-Br, a economia brasileira mostrou crescimento de 4,89% na comparação com o maio. O número foi calculado após ajuste sazonal.

Esse foi o segundo mês seguido de crescimento do indicador, após registrar fortes recuos em março e abril deste ano.

Entretanto, na comparação com junho do ano passado, informou o Banco Central, o índice de atividade econômica apontou queda de 7,05%. Nesse caso, o índice foi calculado sem ajuste sazonal, pois considera períodos iguais.

Já no acumulado dos seis primeiros meses deste ano, de acordo com a instituição, o índice de atividade econômica registrou uma redução de 6,28%.



## ICMS: queda na arrecadação pode gerar perda de R\$ 47 bi a estados

Redução é resultado da retração do consumo provocada pela pandemia

CLÉIDE CARVALHO E  
MARCELLO CORRÊA  
economy@oglobo.com.br  
SÍMULO TEBRALIA

A pandemia do novo coronavírus deve gerar uma perda de R\$ 47,2 bilhões para os cofres estaduais neste ano. O rombo reflete uma queda estimada de 9,1% na arrecadação do ICMS, um dos principais termômetros de consumo no país e maior fonte de recursos para os estados, de acordo com cálculos do economista Raul Velloso, especialista em contas públicas.

O peso do ICMS, que garantiu aos estados no ano passado um volume de quase R\$ 519 bilhões, deve fazer com que o imposto seja incluído na reforma tributária em discus-

são no Congresso. Na proposta encaminhada no final do mês passado, a equipe econômica optou por não tratar de tributos estaduais e municipais, mas todos são favoráveis à inclusão do ICMS na discussão. O plano do ministro da Economia, Paulo Guedes, é deixar que esse movimento parta dos parlamentares, com apoio dos governadores.

### TOMBOS DE DOIS DÍGITOS

A arrecadação do ICMS nos últimos meses revela o efeito perverso da pandemia. Abril, maio e junho foram de quedas consecutivas: -14,9%, -24,2% e -11,7%, respectivamente.

Velloso explica que a arrecadação de tributos como o ICMS deve acompanhar o

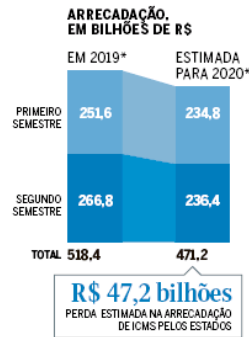
desempenho do PIB. A projeção do Fundo Monetário Internacional (FMI) é de uma queda de 9,1% em 2020.

Se a situação é ruim para os estados, o quadro não é muito diferente no plano federal. Cálculos da própria equipe econômica apontam para um déficit de quase R\$ 800 bilhões neste ano.

— Vamos ter em um ano mais que o déficit acumulado em sete — observa Velloso, lembrando que a diferença entre receitas e despesas de 2012 a 2019 somou R\$ 620 bilhões.

Rafael Fonteles, presidente do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda (Comsefaz), afirma que, para a maioria dos estados, a ajuda liberada pelo governo federal será insufi-

### VÍRUS NO CAIXA



### EVOLUÇÃO DA ARRECAÇÃO NOS DOIS PRIMEIROS TRIMESTRES, EM BILHÕES DE R\$

1º TRIMESTRE				
Mês	Em 2019**	Em 2020**	Diferença	Taxa***
Janeiro	44,6	46,7	+ 2,1	<b>+4,7%</b>
Fevereiro	41,3	42,5	+ 1,2	<b>+2,9%</b>
Março	40,2	41,3	+ 1,1	<b>+2,7%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>126,1</b>	<b>130,5</b>	<b>+ 4,4</b>	

2º TRIMESTRE				
Mês	Em 2019**	Em 2020**	Diferença	Taxa***
Abril	43,0	36,6	- 6,4	<b>-14,9%</b>
Maio	41,7	31,6	- 10,1	<b>-24,2%</b>
Junho	40,8	36,0	- 4,8	<b>-11,7%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>125,5</b>	<b>104,2</b>	<b>- 21,3</b>	

\*Valores em R\$ bilhões a preços de junho-2020.

\*\*ICMS Real (deflacionado junho de 2020/IPCA)

\*\*\*Taxas (em %) de crescimento real (mês contra mesmo mês do ano anterior)

Fonte: Raul Velloso

ente. Foi despachado um total de R\$ 60 bilhões, sendo R\$ 37 bilhões para estados e R\$ 23 bilhões para municípios.

— A queda de arrecadação não deve continuar tão grande, mas não vai ficar igual ou melhor do que em 2019. A crise econômica não deriva do

período de isolamento, mas da crise sanitária. As pessoas ficam com medo, compram menos e investem menos — diz Fonteles.

A saída, afirma ele, é a ampliação das medidas já adotadas pelo governo, como ocorreu com o auxílio emergencial. A

reforma tributária também é apontada por Fonteles como um caminho para a recuperação. Secretários de Fazenda apoiam a proposta da Câmara, que combina PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS em um único tributo, batizado de Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).



# Temor de perdas na reforma opõe União a Estados

Proposta das fazendas estaduais de fundo compensatório desagrada o Ministério da Economia

Por **Lu Aiko Otta** — De Brasília

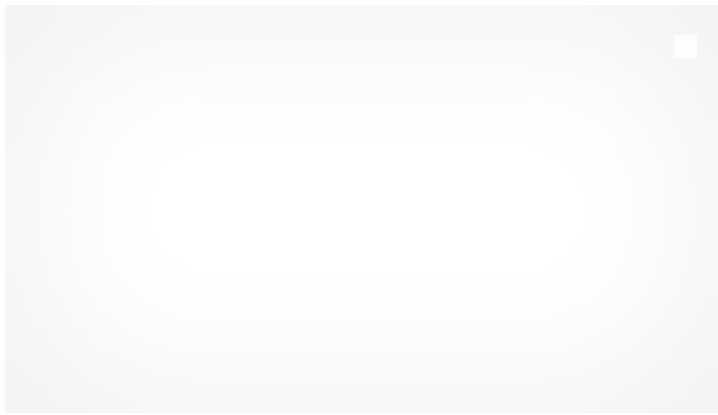
17/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---

O Ministério da Economia e as secretarias de Fazenda dos Estados travam uma batalha nos bastidores em torno da reforma tributária. A proposta de criação de dois fundos no valor total de R\$ 485 bilhões no prazo de dez anos para amenizar perdas dos entes subnacionais com a mudança no sistema de impostos e contribuições foi descrita por um interlocutor do ministro da Economia, Paulo Guedes, como um convite para “lutar no pântano”.

Os Estados, por sua vez, temem que o governo federal invada sua base tributária, com a criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Entendem que, tal como está proposto, o novo tributo federal poderia capturar parte da arrecadação que hoje é feita com o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), de responsabilidade estadual.

O diálogo com os Estados também colocou em suspenso o plano da equipe econômica de eliminar o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e substituí-lo pelo Imposto Seletivo, apelidado de “imposto do pecado”, a ser cobrado apenas sobre alguns produtos cujo consumo é considerado prejudicial. Hoje, metade da receita do IPI é distribuída aos Estados e municípios por meio dos Fundos de Participação (FPE e FPM).



Ads by Teads

Na semana passada, em reunião com representantes dos Estados, o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, deixou clara sua discordância com a proposta de criação de dois fundos, com receitas de impostos da União, para distribuir mais recursos aos entes subnacionais. Afirmou que não há dinheiro.

Um dos fundos propostos pelos Estados seria para financiar o desenvolvimento regional. As propostas de reforma tributária em exame acabam com a possibilidade de fazer “guerra fiscal”, que consiste em reduzir ou mesmo zerar as alíquotas do ICMS para atrair empresas. Unidades da Federação menos desenvolvidas se valeram desse mecanismo por décadas para ativar suas economias.

O fundo serviria para financiar um “desmame” desse artifício, que foi condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Por exemplo, por meio da realização de investimentos em infraestrutura como atrativo de novos negócios. Mas o dinheiro também poderia ser usado para dar subvenção a empresas.

O outro fundo seria para dar apoio aos Estados exportadores, que perderiam os repasses da União no âmbito da chamada Lei Kandir, com o fim do ICMS.

No entorno de Guedes, há quem afirme que o governo federal não dará mais recursos para que os Estados consertem a “brincadeira” que fizeram com a “guerra fiscal”.

Apesar das críticas, a criação dos fundos continua em discussão. Nesta semana, haverá duas reuniões entre secretários estaduais e o Ministério da Fazenda para discutir o tema. Embora tenha afirmado que não há dinheiro, Waldery e o secretário

especial de Receita, José Barroso Tostes Neto, deixaram aberta a porta para negociações. Também do lado dos Estados, há disposição para construir consensos.

Os R\$ 485 bilhões em dez anos para os dois fundos se aproximam do que o governo federal se propôs a repassar aos Estados e municípios na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Pacto Federativo: cerca de R\$ 400 bilhões em 15 anos. Mas há uma diferença fundamental: o que Guedes propôs foi dividir com os entes subnacionais as receitas de royalties de petróleo.

Os Estados querem uma parcela da arrecadação de impostos, que consideram fonte mais estável de recursos. Waldery tem insistido na linha dos royalties. Ainda se busca um acordo, mas palavra final sobre o caso será do Congresso Nacional.

Outro ponto de fricção entre Estados e União é a proposta de criação do CBS. Como a alíquota do novo tributo é de 12% e esse ficará no lugar do PIS-Cofins, cuja alíquota é de 9,25%, alguns secretários receiam que terão menos espaço para cobrar o ICMS. Dentro do pressuposto que a carga tributária global não será elevada, eles interpretam que haverá “invasão” de sua base tributária.

“Nosso receio é exatamente que a União avance na base sobre o consumo, como percebemos um pouco na proposta da CBS”, disse o presidente do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), Rafael Fonteles, em reunião da Comissão Mista de Reforma Tributária realizada no último dia 12.

O governo federal, por sua vez, tem argumentado que a alíquota de 12% da CBS é, na prática, os mesmos 9,25% do PIS/Cofins. Apenas a forma de cálculo mudou para deixar explícito o que antes era cobrado sem transparência.

A reforma do IPI é uma etapa posterior da discussão, mas também envolve dificuldade com os Estados. Hoje, 49% das receitas do IPI e do Imposto de Renda integram o FPE e o FPM. No ano passado, esses fundos distribuíram R\$ 289 bilhões. O fim do tributo poderia deixar um vácuo financeiro justamente nas áreas mais pobres do país, uma vez que os Fundos de Participação buscam redistribuir renda.

O Imposto Seletivo, que o governo federal quer criar no lugar do IPI, não teria o mesmo potencial arrecadatório. Ainda não há uma resposta para esse problema. Entre as alternativas, está trocar a eliminação total do IPI por uma eliminação parcial, sobre itens como eletrodomésticos.

Também está a ampliação da base de tributação do Seletivo. Em seu desenho clássico, esse tributo é cobrado sobre bebidas alcoólicas e cigarros. O Ministério da Economia analisa incluir também automóveis que utilizam combustíveis fósseis e bebidas açucaradas.

Se o tributo for cobrado em ainda mais itens, gerará receitas que permitirão reduzir a alíquota do futuro IBS para menos de 30%.

Na hipótese de o Seletivo incidir para itens além do clássico, os Estados vão querer ficar com um naco da arrecadação.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Compre o seu caminhão e pague só em 2021  
MERCEDES-BENZ DO BRASIL

### LINK PATROCINADO

Primeira parcela só para março de 2021!  
MERCEDES-BENZ VANS

### LINK PATROCINADO

Juntos na Estrada com o Mercedes Club  
MERCEDES-BENZ

### LINK PATROCINADO

Pacotes com 25, 50, 75 ou 100 máscaras. Preço de atacado  
HAYLO MÁSCARAS

### LINK PATROCINADO

Salvador seu filho não precisa andar com dinheiro no bolso  
BANCO INTER

### LINK PATROCINADO

Não utilize Cúrcuma, sem antes ler isso!



Veículo: Bahia Econômica	
Data: 15/08/20	



## ESTADOS E MUNICÍPIOS PODEM RECEBER APOORTE DE R\$ 242 BILHÕES EM 20 ANOS



admin 15 Agosto, 2020

Saúde e educação poderão perder R\$ 242 bilhões nos próximos 20 anos caso o presidente Jair Bolsonaro não vete parte de um projeto de lei aprovado na noite de quinta-feira pelo Senado. A proposta retira recursos do Fundo Social do Pré-Sal – criado para ser uma espécie de “poupança de longo prazo” para a área social – para expandir a rede de gasodutos do País e para despesas correntes de Estados e municípios. As estimativas, às quais o Estadão/Broadcast teve acesso, são do Ministério da Economia.

No período entre 2020 e 2040, o Fundo Social deve arrecadar R\$ 500 bilhões com a comercialização do óleo a que a União tem direito. Pelo projeto de lei aprovado, R\$ 97 bilhões passam a ser direcionados para o Brasduto e R\$ 145 bilhões para os fundos de participação de Estados (FPE) e municípios (FPM), que podem ser usados livremente pelos governadores e prefeitos para bancar qualquer tipo de despesa.

Quando uma proposta tramitou na Câmara, os deputados impuseram uma regra segundo a qual Estados e municípios exploraram usar esse dinheiro que abasteceria FPE e FPM em saúde e educação. No entanto, o Senado retirou essa obrigação. Segundo o relator, senador Eduardo Braga (MDB-AM), a vinculação engessaria os orçamentos dos governos.

Uma lei de 2010, que os valores apurados na venda do petróleo e do gás natural, por meio dos contratos de partilha (modelo em que os custos da extração de petróleo e gás são descontados do valor total da operação) devem ser transferidos exclusivamente para o Fundo Social do Pré-Sal. O projeto aprovado na quinta-feira cria uma nova divisão do dinheiro da partilha, que

não irá somente para o fundo. Pela proposta, os recursos arrecadados são distribuídos da seguinte forma: 50% para o Fundo Social; 20% para o Fundo de Expansão dos Gasodutos de Transporte e Escoamento da Produção (Brasduto) ; e 30% para o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) .

Desde 2015, quando houve o primeiro ingresso de recurso, até 2019, o Fundo Social do Pré-Sal arrecadou R \$ 48,7 bilhões, e para este ano, devem entrar mais R \$ 19 bilhões, de acordo com informações da Consultoria de Orçamento da Câmara. O uso integral de recursos depende de. Até agora, apenas uma parcela destinada à educação foi paga. Foram R \$ 25,6 bilhões desde 2015 e, para este ano, estão cumprindo R \$ 8,8 bilhões, segundo a Consultoria de Orçamento da Câmara. O valor representa cerca de 7,5% do orçamento do Ministério da Educação neste ano. Para se ter uma ideia, uma perda estimada pelo Ministério da Economia em 20 anos representa quase 2,5 o orçamento anual da Educação.

Os recursos disponíveis à educação não entram no teto de gastos. Já as despesas com Estados, municípios e Brasduto ficariam sujeitos a esse limite. Com a mudança, conforme as empresas do setor de gás podem obter recursos subsidiados para financiar a expansão do sistema de gases de transporte de gás natural e de suas instalações. Elas só apresentam que devolver o dinheiro quando os gasodutos se tornarem economicamente viáveis. O texto não esclarece o que aconteceria caso eles não sejam lucrativos, abrindo a possibilidade de que eles sejam dados a fundo perdido.

“Essa proposta do Brasduto prevê um modelo estatal, dirigista e bancado com dinheiro do governo. É basicamente gasoduto grátis. Esse não pode ser o caminho. O caminho é seguir a lógica de mercado e colocar gasodutos onde eles são economicamente viáveis”, crítico o secretário de Desenvolvimento de Infraestrutura, Diogo Mac Cord . Segundo o secretário, os Estados Unidos têm 500 mil milhas de gasodutos porque lá o setor opera sob regras de livre mercado, enquanto o Brasil tem cerca de 10 mil milhas.

A proposta vai contra o Novo Mercado de Gás , lançado pelo governo no ano passado e que tramita em regime de urgência na Câmara. Ao contrário do que o governo pretende ao abrir o mercado de gás para novos competidores, o Brasduto cria subsídios para investimentos privados e privilegia empresas que já estão no setor. Por isso, a expectativa é que o governo vete a proposta. A decisão final, no entanto, é do presidente Jair Bolsonaro, mas o Congresso pode derrubar ou não um eventual veto.

O projeto de lei também cria um benefício para uma distribuidora mineira de energia Cemig, para o qual também há sinalização de veto. Da forma como o texto foi aprovado, haveria um encontro de contas para encerrar uma disputa entre as partes. A União teria que abrir mão de uma receita de até R \$ 5 bilhões, enquanto a Cemig renunciaria ao recebimento de R \$ 382 milhões. A empresa foi procurada, mas não quis se manifestar.

Veículo: Metro1	Política
Data: 15/08/20	



## Política

# Projeto aprovado no Senado pode tirar R\$ 242 bilhões da Saúde e Educação nos próximos 20 anos

*Trecho da proposta tira recursos de Fundo Social do Pré-Sal para Brasduto e fundos de estados e municípios*



Foto : Arquivo/Agência Brasil

Por **Lara Curcino** no dia 15 de Agosto de 2020 · 11:21

As áreas da Saúde e da Educação podem perder R\$ 242 bilhões nos próximos 20 anos caso o presidente Jair Bolsonaro não vete trecho de um projeto de lei aprovado na quinta-feira (13) pelo Senado.

A proposta retira recursos do Fundo Social do Pré-Sal, que funciona como uma espécie “poupança de longo prazo” para a área social, para investir na expansão da



rede de gasodutos do Brasil e para despesas correntes de estados e municípios. De acordo com o Estadão, as estimativas são do Ministério da Economia.

No período entre 2020 e 2040, o Fundo Social deve arrecadar R\$ 500 bilhões com venda de óleo. O texto aprovado prevê direcionamento de R\$ 97 bilhões para o Brasduto e R\$ 147 bilhões para os fundos de participação de estados (FPE) e municípios (FPM), que podem ser utilizados por governadores e prefeitos para arcar com qualquer tipo de despesa.

Veículo: G1	Economia
Data: 17/08/20	



## Entenda a proposta de reforma tributária entregue pelo governo ao Congresso

**Governo Bolsonaro propõe reunir PIS-Cofins em uma mesma contribuição com alíquota única de 12%. Veja o que muda se proposta for aprovada e quais os impactos na tributação de empresas.**

**Por Darlan Alvarenga, G1**

17/08/2020 05h01 Atualizado há uma hora

A primeira parte da proposta de reforma tributária encaminhada pelo governo Bolsonaro ao Congresso prevê a unificação do PIS e da Cofins (incidente sobre a receita, folha de salários e importação), e a criação de um novo tributo sobre valor agregado, com o nome de Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS).

Se aprovado o projeto de lei, o tributo terá **alíquota única de 12% para as empresas em geral**, unificando o modelo de tributação entre diferentes setores, além de cortar benefícios e eliminar mais de uma centena de situações de alíquota zero de PIS/Cofins.

Para não esbarrar na Constituição Federal, a CBS ficará restrita à arrecadação federal, sem mexer no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS, estadual) e no Imposto sobre Serviços (ISS, municipal).

A proposta de criação da CBS é a **primeira etapa das mudanças que o governo planeja enviar ao Congresso** para simplificar e reorganizar o complexo sistema tributário brasileiro.

O projeto de lei será incorporado à **Comissão Mista da Reforma Tributária do Congresso, que desde o ano passado já discute outras propostas de emendas constitucionais (PECs)**, que discutem a revisão da tributação no país. Para avançar e sair do papel, além do apoio de deputados e senadores, a reforma terá que enfrentar a resistência de alguns setores, além das dificuldades relacionadas ao contexto de pandemia de coronavírus e proximidade das eleições municipais. Embora o governo garanta que a proposta não eleva a carga tributária global, economistas e empresários alertam que diversos setores e empresas podem vir a pagar mais tributo com a criação da CBS, mas reconhecem ganhos de simplificação e transparência. Estudo do Observatório de Política Fiscal, do Ibre/FGV, aponta que a criação da CBS com alíquota de 12% elevaria a arrecadação federal em cerca de R\$ 50 bilhões. Em meio às críticas, o ministro da Economia, **Paulo Guedes, já admitiu rever a alíquota, caso essa se mostre "exagerada"**.

**Veja abaixo os principais pontos da proposta e o que pode mudar na tributação das empresas sobre operações com bens e serviços:**



# Entenda a reforma tributária

Governo propôs ao Congresso uma proposta de reforma em 3 etapas, mas só detalhou a 1ª até agora

## UNIFICAÇÃO DE IMPOSTOS FEDERAIS

Proposta acaba com PIS/Pasep e Cofins, e cria a Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS), um tributo sobre valor agregado (IVA Federal)

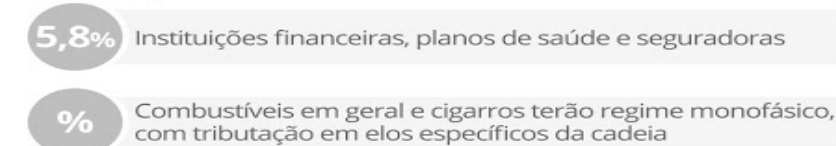


Para não esbarrar na Constituição, o CBS fica restrito à arrecadação federal, sem mexer no ICMS (estadual) e no ISS (municipal)

## ALÍQUOTA DA CBS



## Regimes específicos



## COMO É E COMO FICARÁ

A figura do regime cumulativo será extinta e passará a existir apenas o regime não cumulativo, que permite deduzir imposto durante as etapas de produção

REGIME	SITUAÇÃO ATUAL	PROPOSTA
Cumulativo	<b>3,65%</b> de PIS/Cofins (sem créditos)	Extinção
Não cumulativo	<b>9,25%</b> de PIS/Cofins (créditos com restrições)	<b>12%</b> de CBS (créditos ampliados)

## PRINCIPAIS MUDANÇAS

- ✓ Fim da cumulatividade de impostos federais, com a cobrança só sobre o valor que a empresa agrega ao produto ou serviço
- ✓ Vai incidir sobre a receita bruta das operações de compra e venda, e não mais sobre valores não operacionais (dividendos, rendimentos de aplicações financeiras e juros sobre capital próprio)
- ✓ Tributo cobrado em etapas anteriores e sobre insumos vai gerar crédito, ampliando as possibilidades de deduzir imposto e compensar créditos tributários
- ✓ Unificação de alíquotas entre vários setores, com extinção de desonerações e eliminação de mais de uma centena de situações de alíquota zero de PIS/Cofins
- ✓ Fica vedada a inclusão do ICMS e do ISS na base de cálculo do novo tributo, consagrando entendimento do STF

## PRÓXIMAS ETAPAS DA REFORMA

Propostas cogitas pelo governo:

- ✓ Simplificação do IPI
- ✓ Criação de imposto sobre transações financeiras, similar à extinta CPMF
- ✓ Desoneração da folha de salários
- ✓ Mudanças no imposto de renda de empresas e pessoas físicas, e tributação de dividendos
- ✓ Inclusão de tributos estaduais e municipais no CBS

Entenda a reforma tributária — Foto: Arte G1

## **Benefícios que serão mantidos e isenção que serão extintas**

A proposta prevê o fim de desonerações e tributos diferenciados para vários setores que, na avaliação do governo, não se justificam. **Entre os benefícios que seriam extintos estão a renúncia fiscal de PIS/Pasep e Cofins para livros**, biodiesel, cadeiras de rodas e aparelhos assistivos, embarcações e aeronaves, indústria cinematográfica, entre outros. **Veja aqui lista.**

- **Livro, artigo de luxo? Quanto custa e quanto pode custar um livro no Brasil**

Por outro lado, o projeto mantém alguns benefícios e regimes especiais. Ou seja, exceções à regra geral. Entre os benefícios fiscais referentes a PIS e Cofins que seriam mantidos estão os direcionados à Zona Franca de Manaus, aos Simples Nacional e à cesta básica.

Ficarão livres também do pagamento da CBS igrejas, partidos políticos, sindicatos, fundações, entidades representativas de classe, serviços sociais autônomos, instituições de assistência social. De acordo com o Ministério da Economia, a nova contribuição incidirá sobre a receita de venda de bens e serviços e, portanto, as pessoas jurídicas que não exercem atividade econômica não serão tributadas.

- **Proposta prevê cortar 34% dos benefícios fiscais de PIS e Cofins**

## Quem ganha e quem perde

Governo garante que não haverá aumento da carga tributária, mas alguns setores e empresas podem vir a pagar mais e outros menos com a criação da CBS



### O que diz o governo:

- Mudança irá garantir modelo mais neutro, homogêneo e transparente, com impactos individualizados de acordo com a estrutura de custos da empresa e perfil de atividade
- Eliminação de regras diferenciadas e de benefícios será compensada pela ampliação da possibilidade de uso de crédito tributário e pela nova metodologia de cálculo da CBS



### Críticas:

- Economistas e empresários apontam para risco de aumento da carga tributária com alíquota padrão de 12%, sobretudo para empresas do setor de serviços, que é composto basicamente por mão de obra e nem sempre tem gasto com insumos que geram crédito

## BENEFÍCIOS FISCAIS MANTIDOS

A proposta mantém alguns benefícios e regimes especiais:



**Simples Nacional:** não muda, mas empresa que adquirir bens e serviços de optante pelo regime poderá apurar crédito financeiro



**Regime agrícola:** manutenção de crédito presumido para pequenos agricultores



**Regime monofásico** (por unidade de medida) continua para combustíveis em geral e cigarros



**Isenção na venda de imóveis** residenciais para pessoas físicas



**Zona Franca de Manaus:** crédito presumido fica mantido, mas com simplificação das regras e procedimentos



**Cooperativas:** isenção em operações entre elas e seus associados



**Cesta básica:** isenção para receitas decorrentes de venda dos produtos



**Transporte coletivo:** isenção para receitas da prestação de serviços de transporte público municipal



**Serviços de saúde:** não haverá tributação sobre as receitas recebidas do SUS por hospitais particulares. Entidades beneficentes continuam imunes



## Quem deve pagar mais imposto e quem deve pagar menos

Pela proposta, a empresa só pagará a alíquota de 12% sobre o fator que efetivamente agregou ao produto ou serviço. Já a base de cálculo da CBS passará a ser a arrecadação bruta, descontados outros impostos pagos no processo produtivo como ICMS e ISS.

Alguns setores, porém, podem vir a pagar mais e outros menos do que atualmente. Setores com maior percentual de empresas que hoje estão no regime cumulativo, no lucro presumido e com menor cadeia de insumo tendem a ser os mais afetados. **Em especial, o setor de serviços**, que é intensivo em mão de obra (que não gera crédito) e costuma ter menor gasto com insumos para deduzir imposto.

Estudo divulgado pelo Itaú estima que quase 40% dos setores podem ter um aumento de alíquota acima de 1 ponto percentual com a substituição do PIS/Cofins pela CBS. O banco avalia, porém, que os impactos não invalidam a proposta, em razão dos "ganhos de simplificação e eficiência", além de "menor margem para contestações jurídicas".

A lista de atividades de empresas do setor de serviços que deve observar um aumento na carga tributária inclui clínicas médicas, telecomunicações, escolas, telemarketing, hotelaria, setor de ventos, companhias de transporte coletivo, entre outros. Já as **plataformas digitais devem ser mais tributadas ao passar a ter uma regulação específica**.

Simulações simplificadas feitas pelo especialista em tributação Lucas Ribeiro, CEO da Roit Consultoria e Contabilidade, mostram que **quanto menor o percentual de insumos na cadeia de produção ou prestação de serviços, maior tende a ser o aumento de tributação com a criação da CBS**.

Veja exemplos abaixo:

# Simulações do impacto da criação da CBS

Empresas hoje no regime cumulativo e com menos despesas com insumos tendem a ser mais afetadas

## EXEMPLO 1 com custos de 30% do faturamento

	Regime <b>CUMULATIVO</b>		Regime <b>NÃO CUMULATIVO</b>	
	Como é <b>HOJE</b>	Como <b>PODE FICAR</b>	Como é <b>HOJE</b>	Como <b>PODE FICAR</b>
Valor final do bem na nota	R\$ 1.000,00	<b>R\$ 1.000,00</b>	R\$ 1.000,00	<b>R\$ 1.000,00</b>
PIS/Cofins efetivo	R\$ 36,50	-	R\$ 67,30	-
CBS efetiva (após créditos)	-	<b>R\$ 84,00</b>	-	<b>R\$ 84,00</b>
Carga tributária efetiva	3,65%	<b>8,40%</b>	6,73%	<b>8,40%</b>
Aumento efetivo tributário (após créditos)	-	<b>4,75 p.p.</b>	-	<b>1,67 p.p.</b>

## EXEMPLO 2 com custos de 50% do faturamento

	Regime <b>CUMULATIVO</b>		Regime <b>NÃO CUMULATIVO</b>	
	Como é <b>HOJE</b>	Como <b>PODE FICAR</b>	Como é <b>HOJE</b>	Como <b>PODE FICAR</b>
Valor final do bem na nota	R\$ 1.000,00	<b>R\$ 1.000,00</b>	R\$ 1.000,00	<b>R\$ 1.000,00</b>
PIS/Cofins efetivo	R\$ 36,50	-	R\$ 50,50	-
CBS efetiva (após créditos)	-	<b>R\$ 60,00</b>	-	<b>R\$ 60,00</b>
Carga tributária efetiva	3,65%	<b>6%</b>	5,05%	<b>6%</b>
Aumento efetivo tributário (após créditos)	-	<b>2,35 p.p.</b>	-	<b>0,95 p.p.</b>

## EXEMPLO 3 com custos de 70% do faturamento

	Regime <b>CUMULATIVO</b>		Regime <b>NÃO CUMULATIVO</b>	
	Como é <b>HOJE</b>	Como <b>PODE FICAR</b>	Como é <b>HOJE</b>	Como <b>PODE FICAR</b>
Valor final do bem na nota	R\$ 1.000,00	<b>R\$ 1.000,00</b>	R\$ 1.000,00	<b>R\$ 1.000,00</b>
PIS/Cofins efetivo	R\$ 36,50	-	R\$ 33,70	-
CBS efetiva (após créditos)	-	<b>R\$ 36,00</b>	-	<b>R\$ 36,00</b>
Carga tributária efetiva	3,65%	<b>3,60%</b>	3,37%	<b>3,60%</b>
Aumento efetivo tributário (após créditos)	-	<b>-0,05 p.p.</b>	-	<b>0,23 p.p.</b>

Fonte: Roit Consultoria e Contabilidade

Infográfico elaborado em: 13/08/2020

Simulações mostram impactos da reforma tributária e da criação da CBS  
— Foto: Arte G1

Segundo economistas e tributaristas, a queda ou aumento da tributação e, conseqüentemente, do preço final de produtos e serviços, dependerá da realidade de cada setor e, em rigor, da forma como as empresas farão o planejamento tributário caso a CBS seja aprovada, em razão da sistemática de base de cálculo do tributo e da possibilidade de maior aproveitamento de créditos .

"O impacto deve ser maior quando a prestação do serviço ocorra diretamente ao consumidor final", afirma Felipe Fleury, sócio da área tributária do Zockun & Fleury Advogados. "Se o serviço for prestado a uma pessoa jurídica, esta terá direito ao crédito da CBS destacada pelo prestador do serviço, o que elimina o impacto do aumento da alíquota", acrescenta.

Ainda que a alíquota de 12% e CBS tenda a elevar o valor do imposto pago por diversos tipos de empresas, o **setor industrial deverá ser beneficiado pelo novo modelo**, uma vez que não terá mais restrições para tomar crédito de despesas que hoje não podem ser deduzidas do valor de tributo cobrado.

"Para a indústria é provável que a carga efetiva reduza porque hoje não pode tomar créditos de PIS e Cofins sobre tudo que ela adquire. Não toma crédito de despesas publicitárias, de honorários advocatícios e contábeis, por exemplo, porque esses itens não são considerados insumos para a produção", explica Ribeiro. "Por outro lado, folha de pagamentos não dará créditos e comprar de empresas do Simples não dará crédito cheio de 12%, o que prejudicará diversas atividades".

## O que diz a equipe econômica

Segundo o governo, as regras propostas para a CBS visam adotar no Brasil uma sistemática de tributação consagrada mundialmente para permitir uma maior produtividade e crescimento econômico.

Em nota, a Receita Federal informou ao **G1** que o novo modelo afetará cada pessoa jurídica de modo inteiramente particular, "pois dependem das condições do mercado em que inserida (maior ou menor concorrência, elasticidades econômicas), da estrutura de custos e das opções tributárias da pessoa jurídica (Simples Nacional, lucro presumido, regimes especiais de tributação, etc)".

"A eliminação de regras diferenciadas de tributação, como regimes especiais e reduções de alíquotas, etc., será compensada pela enorme ampliação das hipóteses de creditamento (crédito financeiro), pela completa monetização dos créditos (possibilidade de compensação com outros tributos e de ressarcimento), e pelo cálculo por fora de outros tributos e da própria contribuição", acrescentou.



Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 17/08/2020	Caderno: Notícias



Segunda, 17 de Agosto de 2020 - 08:00

## ***Bolsonaro cobra de Guedes controle menos rígido dos gastos públicos***

**por Gustavo Uribe, Danielle Brant e Alexa Salomão | Folhapress**

Animado com o aumento da popularidade, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) tem cobrado do ministro Paulo Guedes (Economia) postura menos resistente ao aumento de gastos públicos. O foco são obras e benefícios sociais. Segundo relatos feitos ao jornal Folha de S.Paulo, o presidente se queixou na semana passada a deputados aliados de que o ministro precisa ser menos inflexível e intransigente em relação aos recursos orçamentários. Guedes teria de entender que a política econômica precisa estar em sintonia com o projeto de governo.

A principal reclamação do presidente, de acordo com assessores palacianos, é que o ministro é mais propenso a negociar a liberação de recursos solicitados por deputados e senadores, mas adota uma posição mais rígida quando o pedido é feito por integrantes da equipe ministerial. A discussão gira em torno do respeito ao teto de gastos. A regra limita o aumento das despesas à inflação do ano anterior.

Há pressão para a inclusão de obras no chamado Orçamento de guerra que, dentro do estado de calamidade durante a pandemia, flexibiliza os gastos para ações de combate ao novo coronavírus. Economistas especializados em contas públicas veem os gastos extras com obras, neste momento, como uma manobra para contornar o teto e angariar votos em redutos políticos, mesma percepção de Guedes.

Pessoas próximas à equipe econômica, porém, contam que Guedes tem ponderado com Bolsonaro que ele, na posição de presidente, tem autonomia para decidir como sua gestão vai usar os recursos. Porém, o presidente precisa ficar atento ao fato de que os limites do teto são definidos em norma constitucional. O ministro tem dito também que os gastos de mais de R\$ 700 bilhões adicionais para o combate à pandemia é amparado pelo estado de calamidade, mas que a regra não permite ampliar despesa com obras que não têm relação com a pandemia.

O ministro estaria ainda, contam os interlocutores, alertando Bolsonaro que insistir nesses gastos seria seguir os passos da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) e abrir espaço para que opositores entrem com um processo de impeachment. Guedes também, contam, teria feito ponderações políticas e explicado ao presidente que não precisa se arriscar e gastar com obras agora. Pode esperar até o ano que, quando a situação econômica e fiscal tende a melhorar e as obras poderão ser incluídas formalmente no Orçamento.

O chefe da Economia teria dito ainda que, pensando pelo aspecto político, o auxílio emergencial, concedido dentro do permitido pela legislação, já teve um efeito positivo para sua popularidade. Na semana passada, o impasse sobre o dinheiro extra para obras neste ano parecia ter sido solucionado e haveria como atender as demandas, particularmente as dos ministros Tarcísio de Freitas (Infraestrutura) e Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional).

Haviam sido identificadas sobras de recursos definidos nas MPs (Medidas Provisórias) 909 e 938 para o socorro aos estados -cerca de R\$ 7 bilhões em uma e outros R\$ 8 bilhões na outra. Os R\$15 bilhões seriam redistribuídos. Ficariam para o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), R\$ 5 bilhões para emendas; para o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), outros R\$ 5 bilhões; e o restante seria, como crédito extraordinário, para o Executivo destinar a obras.

Ocorre que Maia, na sequência, disse que o uso dos R\$ 5 bilhões das MPs para obras do Executivo era inconstitucional. Não poderiam ser considerados recursos extraordinários, mas ordinários. A discussão sobre dinheiro para obras, então, voltou à estaca zero, e também o bombardeio sobre a postura de Guedes.

A integrantes da equipe econômica, o ministro da Economia conta que se sente amparado pelo presidente. Porém, seu posicionamento tem incomodado auxiliares de Bolsonaro no núcleo militar, no setor de infraestrutura e congressistas do bloco do centrão. O grupo de deputados já começou no fim de semana a até aventar uma saída do "Posto Ipiranga". Eles defendem o nome do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, como possível substituto.

O presidente disse a dois assessores próximos, no entanto, que não pretende abrir mão de Guedes neste momento. Bolsonaro avalia que ele representa um ativo importante, sobretudo para ampliar a credibilidade do governo junto ao setor empresarial, um dos pilares de sustentação da atual gestão. De acordo com deputados bolsonaristas, no entanto, o presidente tem lembrado que ninguém é insubstituível. Apesar de respeitar a posição dos integrantes de sua equipe, ele diz que quem toma a decisão é ele.

Para validar essa leitura, Bolsonaro lembra de outros dois nomes que eram tidos como indemissíveis. Cita então os ex-ministros Luiz Henrique Madetta (Saúde) e Sergio Moro (Justiça). Apesar da comoção e do desgaste provocados no curto prazo, a avaliação é que as saídas não causaram fortes danos à imagem do Executivo.

Em mais de uma ocasião, Bolsonaro reafirmou ser favorável à estratégia de Marinho e Tarcísio de tentar encontrar uma brecha para investimentos públicos. Porém, a repercussão negativa de um eventual desrespeito ao teto fez com que Bolsonaro recuasse. Com isso, ele adiou pontos estratégicos do Plano Pró-Brasil, que deve avançar em obras públicas apenas em 2021.

A iniciativa deve se resumir neste ano a decretos regulatórios e recursos privados. O presidente, segundo assessores palacianos, já pediu a Guedes e a Marinho que cheguem a um meio-termo. Um acerto lhe permitira cumprir uma agenda de inaugurações sem que desvirtue por completo o ajuste fiscal. O assunto deve ser discutido entre o presidente e Guedes nesta segunda-feira (17), após retorno de Bolsonaro de Sergipe para inauguração de uma usina termelétrica. O ministro Braga Netto (da Casa Civil) participará do encontro.

Aliados de Bolsonaro argumentam que uma brecha para ampliar as obras sem descumprir o teto de gastos estaria na emenda constitucional do Orçamento de guerra. Ela foi aprovada para dar ao Executivo ferramentas para ajudar no combate à pandemia. O texto autoriza que, no contexto do estado de calamidade e dos efeitos sociais e econômicos decorrentes da pandemia do coronavírus, o Executivo poderia contratar obras e serviços em caráter emergencial e temporário.

O texto, argumentam, traria segurança jurídica ao governo para aplicar recursos em obras durante a pandemia. No entanto, mesmo que a emenda dê ao Executivo essa prerrogativa, Guedes descarta essa possibilidade por causa do impacto nas contas do país. A IFI (Instituição Fiscal Independente, órgão vinculado ao Senado) estima o déficit no país fique em R\$ 877 bilhões, por causa da pandemia.

Mesmo que os gastos estejam amparados pela emenda constitucional, o governo federal terá de lidar com esse aumento do déficit para colocar o país novamente em uma trajetória de dívida sustentável. Na semana passada, durou menos de 24 horas a defesa de Bolsonaro à manutenção do teto de gastos. Na quarta-feira (12), ele disse respeitá-lo. No dia seguinte, reconheceu que havia discussões para burlar a regra.

No sábado (15), em mensagem nas redes sociais, o presidente ressaltou de novo que tem compromisso com a responsabilidade fiscal. Ele ponderou, no entanto, o dever de implementar projetos que aumentem a segurança hídrica no país. Na publicação, fez um aceno a Marinho, que vive em embates com Guedes, reproduzindo uma entrevista concedida pelo ministro do Desenvolvimento Regional. Em outro gesto de apoio ao ministro, Bolsonaro deve viajar na próxima sexta-feira (21) ao Rio Grande do Norte, reduto eleitoral do ex-deputado federal.

No Palácio do Planalto, assessores presidenciais dizem que a relação de Guedes e Marinho, que já era conturbada, piorou. O estopim foi a entrevista do ministro da Economia anunciando uma debandada na pasta. Deixaram o governo os secretários Salim Mattar (Desestatização) e Paulo Uebel (Desburocratização). Na entrevista, na terça-feira (11), Guedes criticou assessores presidenciais que aconselham Bolsonaro a furar o teto de gastos. O discurso expôs o racha na equipe ministerial.

Após o episódio, em reunião no Palácio da Alvorada, na quarta, o presidente pediu à equipe ministerial que entre em sintonia e evite discursos públicos que gerem ruídos. O recado, segundo presentes, foi para os dois ministros. Em um projeto para aumentar as chances de ser reeleito em 2022, Bolsonaro montou um cronograma de inaugurações pelo país até o fim do ano. Ele ainda lançará medidas de impacto social na tentativa de diminuir a rejeição ao seu nome nas classes D e E.

O presidente disse a um deputado aliado que a meta a partir de agora é visitar pelo menos dois estados por semana. Nesta semana, ele deve desembarcar em Sergipe, Rio Grande do Norte e Mato Grosso do Sul. Segundo a mais recente pesquisa Datafolha, Bolsonaro apresentou a melhor avaliação de governo desde o início do mandato. O levantamento mostrou que 37% dos brasileiros consideram seu governo ótimo ou bom, ante 32% da pesquisa anterior, feita em junho.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 16/08/2020	Caderno: Notícias



Domingo, 16 de Agosto de 2020 - 14:00

## ***Novo imposto de Guedes pode arrecadar mais que antiga CPMF***

**por Thiago Resende e Bernardo Caram | Folhapress**

O imposto sobre transações financeiras elaborado pelo ministro Paulo Guedes (Economia) pode ter arrecadação até mesmo superior à da extinta CPMF.

Como estratégia política, o governo tem propagado o discurso de que estuda a criação de um "microimposto digital", mas os dados mostram que o novo tributo poderia arrecadar mais que o antigo.

Em 2007, ano em que foi extinta, a CPMF teve uma arrecadação de R\$ 72 bilhões, em valores atualizados pela inflação, o que corresponde a 1,34% do PIB (Produto Interno Bruto), segundo informações da Receita Federal.

O time de Guedes prevê que a "nova CPMF", como vem sendo chamada no Congresso, renderia R\$ 120 bilhões por ano aos cofres públicos.

Para 2021, isso representaria 1,47% do PIB, considerando a estimativa do governo para o PIB nominal que está no projeto de LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

A equipe que elabora a reforma tem como objetivo modernizar o sistema sem alterar a carga tributária. Por isso, Guedes argumenta que, com o tributo, será possível, por exemplo, desonerar a folha de pagamentos, promessa da campanha eleitoral.

Dados mais recentes apontam que o emaranhado tributário do país, incluindo cobranças federais, estaduais e municipais, abocanha mais de 33% do PIB por ano.

Procurada, a Receita Federal não quis comentar.

Guedes afirmou no começo do mês que é "maldade ou ignorância" comparar os dois impostos, sem explicar qual seria a diferença entre eles.

Segundo especialistas, a proporção do PIB é a melhor forma de medir o peso de um tributo, porque permite avaliar seu impacto em relação ao tamanho da economia.

Quando vigorou no país, de 1997 a 2007, a CPMF incidiu sobre as movimentações financeiras, mas com exceções. Havia isenção para negociações de ações na Bolsa, transferências entre contas-correntes de mesma titularidade e saques de aposentadorias, seguro-desemprego e salários.

O Ministério da Economia discute com o Banco Central a possibilidade de não haver essas isenções, ou ao menos parte delas, no novo tributo.

O modelo do novo imposto está em fase final de formatação na pasta, que busca a maior base possível para garantir uma arrecadação robusta, segundo participantes da discussão. Embora o



foco seja alcançar operações digitais, um interlocutor do ministro disse que os saques também serão taxados. Em 2007, a CPMF tinha alíquota de 0,38% e incidia só de um lado da operação, como no débito na conta. Em cenário traçado pela Receita em 2019, um imposto idêntico à CPMF -com alíquota de 0,38%- arrecadaria em 2021 quase R\$ 106 bilhões.

No último ano em que foi aplicada, a CPMF recolheu R\$ 36,5 bilhões. Corrigido pela inflação de 2007 a 2020, esse valor sobe para quase R\$ 72 bilhões. Portanto, tinha potencial de arrecadação abaixo do novo imposto de Guedes.

A alíquota do novo tributo deve ser de 0,2%, mas com cobrança nas duas pontas: em uma compra online, será cobrada do consumidor e da empresa vendedora. A incidência total daquela operação, portanto, será de 0,4%.

Apesar de o governo dizer que o novo tributo terá uma base diferente, técnicos ainda não apresentaram explicações ao Congresso, e especialistas veem a chance de o imposto digital ser uma "nova CPMF" disfarçada.

Para o economista e advogado Eduardo Fleury, do escritório FCR Law, o governo dificilmente alcançará a arrecadação de R\$ 120 bilhões estimada pela equipe econômica.

A partir de análises das movimentações financeiras do país, ele estima que a receita poderia se aproximar desse valor só em cenário otimista e se fossem eliminadas todas as isenções da extinta CPMF.

Fleury ressalta que o baque econômico gerado pela pandemia do novo coronavírus vai derrubar o PIB e pode reduzir o volume de transações financeiras no país. Isso traria impacto negativo para a arrecadação do novo tributo. "Paulo Guedes fala 'vamos pegar o sonegador'. Tem estudos que dizem que temos cerca de 16% de economia não registrada. Mesmo que alcance essas pessoas e multiplique por várias transações, também não vai resolver."

Na avaliação de Fleury, com a taxa básica de juros, a Selic, em patamar baixo, a alíquota de 0,2% cobrada nas duas pontas da operação é proporcionalmente alta. O resultado da instituição do tributo, diz, será uma elevação do custo do dinheiro. Para ele, as pessoas tentarão achar meios para fugir da cobrança, possivelmente buscando mecanismos não alcançados pelo fisco, como moedas virtuais.

No caso das empresas, afirma que a tendência é de verticalização de processos. Um supermercado, por exemplo, buscaria ampliar o leque de produtos próprios para reduzir o volume de transações com outras companhias. "Não vejo muito ponto positivo e acho uma regressão em termos de sistema tributário", disse Fleury.

Sem nem sequer ser oficialmente entregue aos parlamentares, a proposta do novo imposto vem sendo criticada na Câmara e no Senado. Apesar de se aliar a Guedes na agenda econômica, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), é um dos mais resistentes a um imposto semelhante à CPMF. Por isso, a estratégia do Ministério da Economia é convencer o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), sobre a importância da medida.

Para ter apoio no Congresso, o governo terá de derrubar a ideia de que o tributo cria travas na economia e incide da mesma forma em todas as classes sociais, pesando mais para os mais pobres. O presidente Jair Bolsonaro deu, em julho, aval para Guedes retomar esse debate e negociações com o Congresso.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 16/08/2020	Caderno: Notícias



Domingo, 16 de Agosto de 2020 - 12:20

## ***BA abre licitação para distribuição de gás natural da 1ª etapa do duto sudoeste***

por Matheus Caldas



O governo do estado abriu licitação para a contratação de uma empresa para executar os serviços de construção e montagem de redes de distribuição de gás natural para a conclusão da primeira etapa do duto sudoeste. A informação consta na edição do último sábado (15) do diário oficial.

A primeira etapa da instalação compreende o trecho entre Itagibá e Jequié.

Com estimativa de tempo de execução total de quatro anos (projeto e obra), o empreendimento está estimado no valor total de cerca de R\$ 435 milhões, contabilizando as três etapas.

Veículo: Estadão	
Data: 15 a 17.08.2020	Caderno: Economia



## Congresso retira R\$ 242 bi de saúde e educação e passa a Estados e gasoduto

Proposta aprovada pelos parlamentares tira dinheiro do Fundo Social do Pré-Sal para expandir a rede de gasodutos do País; fundo terá R\$ 500 bi em 20 anos, mas Bolsonaro pode vetar o projeto

Anne Warth e Daniel Weterman, O Estado de S.Paulo

15 de agosto de 2020 | 05h00

BRASÍLIA - Saúde e educação poderão perder R\$ 242 bilhões nos próximos 20 anos caso o presidente **Jair Bolsonaro** não vete parte de um projeto de lei aprovado na noite de quinta-feira pelo **Senado**. A proposta retira recursos do **Fundo Social do Pré-Sal** – criado para ser uma espécie de “poupança de longo prazo” para a área social – para expandir a rede de gasodutos do **País** e para despesas correntes de Estados e municípios. As estimativas, às quais o **Estadão/Broadcast** teve acesso, são do **Ministério da Economia**.

No período entre 2020 e 2040, o Fundo Social deve arrecadar R\$ 500 bilhões com a comercialização do óleo a que a **União** tem direito. Pelo projeto de lei aprovado, R\$ 97 bilhões passam a ser direcionados para o **Brasduto** e R\$ 145 bilhões para os **fundos de participação de Estados (FPE)** e **municípios (FPM)**, que podem ser usados

livremente pelos governadores e prefeitos para bancar qualquer tipo de despesa.

Quando a proposta tramitou na **Câmara**, os deputados impuseram uma regra segundo a qual Estados e municípios deveriam usar esse dinheiro que abasteceria FPE e FPM em saúde e educação. No entanto, o Senado retirou essa obrigação. Segundo o relator, senador **Eduardo Braga (MDB-AM)**, a vinculação engessaria os orçamentos dos governos regionais.

Uma lei de 2010 estabelece que os valores apurados na venda do petróleo e do gás natural, por meio dos contratos de partilha (modelo em que os custos da extração de petróleo e gás são descontados do valor total da operação) devem ser transferidos exclusivamente para o Fundo Social do Pré-Sal.

O projeto aprovado na quinta-feira cria uma nova divisão do dinheiro da partilha, que não irá somente para o fundo. Pela proposta, os recursos arrecadados serão distribuídos da seguinte forma: 50% para o Fundo Social; 20% para o **Fundo de Expansão dos Gasodutos de Transporte e de Escoamento da Produção (Brasduto)**; e 30% para o **Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE)** e para o **Fundo de Participação dos Municípios (FPM)**.

Desde 2015, quando houve o primeiro ingresso de recurso, até 2019, o Fundo Social do Pré-Sal arrecadou R\$ 48,7 bilhões, e para este ano, devem entrar mais R\$ 19 bilhões, de acordo com informações da **Consultoria de Orçamento da Câmara**.

O uso integral desses recursos depende de regulamentação. Até agora, apenas a parcela destinada à educação foi efetivamente paga. Foram R\$ 25,6 bilhões desde 2015 e, para este ano, estão previstos R\$ 8,8



bilhões, segundo a **Consultoria de Orçamento da Câmara**. O valor representa cerca de 7,5% do orçamento do Ministério da Educação neste ano. Para se ter uma ideia, a perda estimada pelo Ministério da Economia em 20 anos representa quase 2,5 o orçamento anual da Educação.

Os recursos destinados à educação não entram no teto de gastos. Já as despesas com Estados, municípios e Brasília ficariam sujeitos a esse limite.

### **Gasoduto**

Com a mudança, as empresas do setor de gás podem obter recursos subsidiados para financiar a expansão do sistema de gasodutos de transporte de gás natural e de suas instalações. Elas só teriam que devolver o dinheiro quando os gasodutos se tornarem economicamente viáveis. O texto não esclarece o que aconteceria caso eles não sejam lucrativos, abrindo possibilidade de que eles sejam dados a fundo perdido.

“Essa proposta do Brasília prevê um modelo estatal, dirigista e bancado com dinheiro do governo. É basicamente gasoduto grátis. Esse não pode ser o caminho. O caminho é seguir a lógica de mercado e colocar gasodutos onde eles são economicamente viáveis”, criticou o **secretário de Desenvolvimento de Infraestrutura, Diogo Mac Cord**. Segundo o secretário, os **Estados Unidos** têm 500 mil quilômetros de gasodutos porque lá o setor opera sob regras de livre mercado, enquanto o **Brasil** tem cerca de 10 mil quilômetros. A proposta vai contra o **Novo Mercado de Gás**, lançado pelo governo no ano passado e que tramita em regime de urgência na Câmara. Ao contrário do que o governo pretende ao abrir o mercado de gás para

novos competidores, o Brasduto cria subsídios para investimentos privados e privilegia empresas que já estão no setor. Por isso, a expectativa é que o governo vete a proposta. A decisão final, no entanto, é do presidente Jair Bolsonaro, mas o Congresso pode derrubar ou não um eventual veto.

### **Cemig**

O projeto de lei também cria um benefício para a distribuidora mineira de energia Cemig, para o qual também há sinalização de veto. Da forma como o texto foi aprovado, haveria um encontro de contas para encerrar uma disputa entre as partes. A **União** teria que abrir mão de uma receita de até R\$ 5 bilhões, enquanto a Cemig renunciaria ao recebimento de R\$ 382 milhões. A empresa foi procurada, mas não quis se manifestar.

Veículo: Estadão	
Data: 15 a 17.08.2020	Caderno: Economia



# Os requisitos para transação nos processos tributários

Mateus Gonçalves Borba Assunção\*

17 de agosto de 2020 | 04h00

Mateus Gonçalves Borba Assunção. FOTO: DIVULGAÇÃO

No atual cenário brasileiro, em meio a pandemia e o estado de calamidade pública decretado pelo Governo Federal até o fim deste ano, nós brasileiros, que estamos atravessando uma recessão econômica, sabemos que o número de processos fiscais de execução no poder judiciário tende a aumentar.

No artigo redigido pelo professor Doutor Marcelo Veiga Franco “A Cobrança Extrajudicial de Dívida Ativa como meio de enfrentamento do gargalo das Execuções fiscais” consta o altíssimo número de execuções fiscais que somavam mais de 34% (trinta e quatro por cento) de todas as demandas na seara judicial, algo próximo aos sessenta e um milhões de processo até o ano de 2017.

Se atualizarmos essa pesquisa certamente esse número já sofreu significativo aumento.

Salta aos olhos que a previsão de transação no Código Tributário Nacional, em seu arts. 156 e 171, possui mais de 50 (cinquenta) anos. E somente agora foi regulamentada na Lei Federal n. 13.988/20. Antes tarde do que nunca!

A transação tributária é um negócio jurídico que estabelece condições para contribuinte quitar a dívida ou ao menos parte dela, com alternativas de pagamento que o incentivam a permanecer com seu negócio.

A Lei certamente implicará na redução das Execuções Fiscais, pois prevê a hipótese de acordo, seja por proposta individual ou por adesão na esfera administrativa. Mas, e as Execuções Fiscais, Anulatórias, Declaratórias e outros instrumentos judiciais que já tramitam nos tribunais? Infelizmente, o legislador não normatizou as regras de transação tributária em processos judiciais.

Todavia, na matéria processual a transação tributária encontra respaldo e segurança, pois no atual Código de Processo Civil (Lei n. 13.015/15) está previsto o negócio jurídico. Instituto esse inovador e previsto no arts. 190 e 191, por exemplo.

Nunca é demais ressaltar esta importante e preciosa inovação que permite as partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento judicial para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo.

Sendo a transação um negócio bilateral o contribuinte e o Fisco poderiam assim transigir nos processos judiciais, em um diálogo de



fontes e normas, com base no art.171, do CTN, no art. 2º e seguintes da Lei n. 13.988/20, bem como na regra civil no art. 842 do CC.

Então em 14 de abril de 2020 a Medida Provisória 899/2019 foi convertida na Lei Federal n. 13.988/20. A recém publicada norma federal versa sobre as hipóteses de transação tributária entre a União, as suas autarquias e fundações com os devedores sobre créditos não judicializados sob administração da Receita Federal, inscritos em dívida ativa que estão sob responsabilidade da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e da Procuradoria Geral da União.

O art. 2º, da Lei n. 13.988/20 nos remete a três hipóteses de transação: sendo por proposta individual alcançando contribuintes específicos em processos administrativos e judiciais; por proposta de adesão, a ser regulamentada previamente pelo Fisco, e; por adesão no contencioso administrativo tributário de pequeno valor.

A Lei de transação veio para impulsionar os contribuintes a manterem seus negócios e poderem negociar até 50% (cinquenta por cento) da dívida tributária. E para as entidades do terceiro setor, micro-empresas e cooperativas essa redução poderá ser transacionada em até 70% (setenta por cento), desde que cumprido os requisitos legais.

Para aqueles que estão na dívida ativa do Fisco Federal, a transação de forma individual ou por adesão, abarcará desconto nas multas, juros de mora e nos encargos legais sobre os créditos tributários classificados como irrecuperáveis ou de difícil recuperação. Essa modalidade ajudará as empresas em recuperação judicial, liquidação extrajudicial ou falência. E, também, as instituições de ensino e Santas Casas de

Misericórdia, como previsto no art. 11, §4º, incisos I e II da Lei n. 13.988/20.

A hipótese de transação afetará as empresas que optarem pela recuperação extrajudicial? A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, sensível ao atual momento, poderia permitir a transação para aquelas organizações que conseguirem aprovação do plano de recuperação de 3/5 (três quintos) dos seus credores, nos termos do art. 163, §6º, inciso III da Lei n. 11.101/09.

E ainda no caso da sanção do Projeto de Lei n. 1.397/20 que potencializa a reestruturação das empresas em tempo de pandemia, tendo a acreditar que seria muito importante que aquelas organizações que obtiverem 1/3 (um terço) de todos os créditos de cada espécie abrangidos no plano de recuperação extrajudicial, sejam incluídas no rol de possível transação dos créditos tributários.

Seria um importante incentivo do Estado ao contribuinte para se manter no mercado, exercer a função social da organização e se recuperar. Afinal, nos termos do art. 1º, §2º da Lei n. 13.988/20 o princípio da capacidade contributiva é suscitado como requisito para aplicação e regulamentação das regras de transação.

Outro importante aspecto contemplado na Lei n. 13.988/20, no art. 2º, §6º é a possibilidade de transacionar mediante oferta do contribuinte de garantias reais, fidejussórias, cessão fiduciária de direitos creditórios, imóveis, créditos líquidos e certos com a União.

Apesar de constar no art.12 da Lei n. 13.988/20 a não suspensão da exigibilidade do crédito tributário mediante a transação, entendendo ser possível por meio do negócio jurídico processual, com esteio nos arts.

190, 191 e 313 do CPC, assegurar a suspensão da exigibilidade, posto que, é um acordo e neste acordo as partes podem estabelecer regras para viabilização do pagamento do crédito. E, ainda, permitir a expedição de CND que é essencial para manutenção das atividades das organizações.

Quanto aos contribuintes optantes do Simples Nacional, foi sancionado no dia 6 de agosto a Lei Complementar n. 174 de 2020. Os créditos cobrados inteiramente pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, parcelas de ICMS e ISS podem ser transacionados.

Tal como na Lei n. 13.988/20, resta previsto a transação por Edital criado pela PGFN. Até 31 de agosto as empresas podem aderir à transação extraordinária (parcelamento de dívidas com prazo de 81 meses e de 142 meses para micro e pequenas empresas). No caso de dívidas de difícil recuperação ou irrecuperáveis há a transação excepcional por meio de adesão até 29 de dezembro.

Além das regras de acordo neste período de pandemia, o prazo para inscrição por adesão ao Edital n. 1 de 2019, para optantes do Simples Nacional ou para aqueles que querem se reenquadrar neste regime, foi prorrogado para 31 de agosto de 2020. Válido também para empresas inscritas em dívida ativa com créditos de até 15 (quinze) milhões de reais.

Agora, com a transação, o contribuinte pode encontrar com o auxílio de uma assessoria jurídica e contábil um caminho certo e eficiente para gerenciar a crise e potencializar a recuperação. Afinal, o acordo é sempre a melhor via. E para fins fiscais, regras transparentes e

respeitosas à capacidade contributiva incentivam o contribuinte a manter suas atividades e até mesmo aos novos a empreender.

**\*Mateus Gonçalves Borba Assunção, sócio do Sarubbi  
Cysneiros Advogados**



Veículo: Estadão	
Data: 15 a 17.08.2020	Caderno: Economia



# A derrota da realidade

Se os fatos não correspondem às versões, danem-se os fatos; Bolsonaro agradece

**Eliane Cantanhêde, O Estado de S.Paulo**

15 de agosto de 2020 | 21h00

A realidade e os fatos vão para um lado, a **popularidade** do presidente **Jair Bolsonaro** vai para o outro, confirmando que a propaganda é a alma do negócio e que o grande desafio dos governantes em processo de reeleição não é dar bons exemplos, agir estrategicamente e tomar as decisões mais adequadas ao País, mas manter um eleitorado cativo, cooptar o indeciso e atacar sem piedade qualquer tipo de opositor.

Não importam os princípios, importa o que bate diretamente no bolso. Não importam os fatos, importam as versões. Os esquemas da família Bolsonaro, de **rachadinhas**, **funcionários fantasmas** e do vício de **pagar em dinheiro vivo escola, plano de saúde** e até apartamentos não têm efeito na popularidade nem na rejeição do presidente. Diminui daqui, soma dali, o resultado é que Jair Bolsonaro continua sendo o único candidato à Presidência em 2022 e está em ascensão.

Também não interessa o desempenho trágico do presidente no combate ao coronavírus, que até aqui matou perto de 110 mil brasileiros. Como não importam o desmanche do Ministério da Saúde,

a disparada das queimadas na Amazônia, o desdém pelo meio ambiente, o abandono da Educação, a exclusão da cultura da pauta nacional e a política externa desastrosa. [Sergio Moro](#), [Lava Jato](#) e órgãos de combate à corrupção? Já vão tarde. Quem está interessado nisso? Em [Polícia Federal](#)? [Coaf](#)? Receita? PGR? Só essa mídia “esquerdista”, “petista”, para desmistificar o “mito”. O “povo” tem mais o que fazer e com o que se preocupar.

Igualmente pouco importa se Bolsonaro assassinou as promessas de campanha e voltou à “velha política” e ao Centrão. Os bolsonaristas raiz, de memória curta, continuam fiéis e o número de desgarrados é compensado nas pesquisas por outro tipo de rebanho: o dos que precisam do Estado para sobreviver, até para comer. Para esses, não interessa se Bolsonaro apenas cedeu ao Congresso, mas sim que é ele quem distribui os R\$ 600 e o socorro a empresas.

Além desse fator objetivo, que muda a percepção no Nordeste e entre os desempregados e os que ganham até dois salários mínimos, houve também uma guinada estratégica que estancou a sangria na classe média e entre os escolarizados: Bolsonaro parou de prejudicar Bolsonaro. Pôs de lado a metralhadora giratória contra tudo e todos, saiu das manchetes e reverteu a curva: deixou de cair, passou a subir.

Portanto, a [nova pesquisa Datafolha](#), [apurando que Bolsonaro atingiu o melhor índice de aprovação](#) desde a posse – 37% - e reduziu sua rejeição em dez pontos percentuais – para 34% - pode ter definido dois jogos internos no governo: a favor de estourar o teto de gastos para vitaminar a campanha do presidente e, portanto, contra Paulo Guedes.

Se Rogério Marinho, Tarcísio de Freitas e o time militar têm o Datafolha para convencer Bolsonaro de que gastança garante reeleição,

o que Guedes tem para contrapor? Um crescimento econômico pífio em 2019, antes da pandemia, e... mais nada. Ah! Mas foi o presidente quem atrapalhou a reforma tributária e vetou a administrativa! Ok, é verdade. Mas quem quer saber da verdade, se a versão bolsonarista é que importa?

Moro foi dormir ídolo e acordou Judas, Luiz Henrique Mandetta era um poço de popularidade e secou, o general Santos Cruz era líder e virou uma ilha entre militares. Guedes pode ir se preparando. Os “gabinetes do ódio” (no plural) não atuam só contra críticos e esquerdistas, mas para apagar a verdade e massificar versões e fake news. As pesquisas depois colhem o resultado. Descubrem, por exemplo, que Bolsonaro não tem nada a ver com as 106 mil mortes!!! Bolsonaro e bolsonaristas vão muito bem. Não se pode dizer o mesmo do Brasil e dos brasileiros.

Veículo: Estadão	
Data: 15 a 17.08.2020	Caderno: Economia



# Reforma tributária pode afetar sustentabilidade financeira do Terceiro Setor

Flavia Regina de Souza Oliveira e João Vitor Jabur Fogaça\*

15 de agosto de 2020 | 11h00

Flavia Regina de Souza Oliveira e João Vitor Jabur Fogaça. Fotos: Divulgação

Recentemente, o governo federal apresentou a primeira parte de sua proposta de Reforma Tributária, formalizada no Projeto de Lei (PL) nº 3.887/2020. O projeto foi incorporado para discussão conjunta no âmbito das PECs nº 45/2019 e nº 110/2019, as quais já tratavam do tema desde o ano passado, no Congresso Nacional.

Mais simplificada que as citadas PECs, que visam unificar diversos tributos hoje existentes, como o ISS, o ICMS, o PIS e a COFINS, o PL 3.887 propõe instituir a Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS), substituindo apenas dois tributos, o PIS e a COFINS. Nos termos do projeto, a CBS será não-cumulativa com alíquota única de 12%.

No entanto, importante perceber que, ainda que de modo indireto e reflexo, o PL 3.887 pode trazer grandes impactos ao Terceiro Setor –



composto pelas entidades sem fins lucrativos que atuam em áreas de interesse público –, com chances de afetar a sustentabilidade financeira dessas instituições.

Atualmente, diferentemente das empresas, as entidades sem fins lucrativos possuem uma sistemática específica de tributação do PIS, com alíquota de 1% sobre a folha de salários. Quanto à COFINS, há também uma isenção especial às essas entidades – em regra, elas só recolhem a contribuição sobre suas “receitas não próprias”, desvinculadas das atividades inerentes ao seu objeto social.

Com a extinção de tais tributos e a criação da CBS, à alíquota única de 12%, as entidades sem fins lucrativos poderão ser excessivamente oneradas pela contribuição, representando um risco à sua sustentabilidade financeira.

Isso porque, a imunidade tributária à CBS, nos termos do artigo 20 do PL 3.887, ficará restrita às entidades sem fins lucrativos portadoras de CEBAS (Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social), seguindo o disposto na Lei nº 12.101/2009.

Apesar de existir uma longa e grande discussão no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a constitucionalidade da Lei 12.101 e do próprio CEBAS, sobretudo no leading case Recurso Extraordinário (RE) nº 566.622 e nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) nº 4.480 e nº 4.891, a titularidade do CEBAS ainda é exigida das entidades beneficentes de assistência social, nos termos da Lei vigente.

Como é notório, além de requerer a observância de diversas contrapartidas complexas, o processo de certificação do CEBAS é burocrático e de difícil acesso, demandando um grande esforço das

entidades junto aos Ministérios certificadores. Além disso, o CEBAS é voltado apenas para entidades de educação, saúde e/ou assistência social, não contemplando diversas outras frentes de atuação das organizações da sociedade civil, tais como meio ambiente, direitos humanos e cultura.

Dessa maneira, para as entidades sem fins lucrativos não portadoras de CEBAS, o impacto da instituição da CBS pode ser muito significativo e oneroso. Para evitar que isso ocorra, é necessário que a proposta de Reforma Tributária confira às entidades sem fins lucrativos uma sistemática de tributação diferenciada, como já acontece hoje com o PIS, ou uma isenção que compreenda as entidades não portadoras de CEBAS, como já acontece hoje com a COFINS.

Neste cenário, conclui-se que, apesar de não ser alvo da Reforma Tributária, o Terceiro Setor poderá ser substancialmente afetado pela proposta apresentada pelo Governo Federal. Por isso, as entidades sem fins lucrativos, que ganharam destaque no enfrentamento à pandemia e se tornaram mais necessárias do que nunca, devem ser lembradas no debate nacional da Reforma Tributária.

**\* Flavia Regina de Souza Oliveira e João Vitor Jabur Fogaça são, respectivamente, sócia e advogado do escritório Mattos Filho**

Veículo: Estadão	
Data: 15 a 17.08.2020	Caderno: Economia



# Falta de regulamentação tributária prejudica o desenvolvimento dos fundos patrimoniais no Brasil

Luiz Roberto Peroba, Renato Caumo e Stella Oger Santos\*

17 de agosto de 2020 | 06h00

Passado mais de um ano desde a edição da Lei nº 13.800/19, que instituiu a figura dos chamados fundos patrimoniais, a falta de regulamentação de questões-chave para a operacionalização destes fundos (também conhecidos como “fundos de *endowment*”) continua a prejudicar a disseminação de entidades brasileiras dedicadas à arrecadação e à gestão profissionais de doações destinadas a projetos, instituições e fundações voltados à educação, cultura, ciência, tecnologia, saúde e a várias outras finalidades de interesse público, de maneira similar ao que se verifica no exterior.

Vale dizer que, se por um lado a edição da Lei nº 13.800/19 trouxe avanços relevantes para incentivar as doações voltadas a esses projetos e entidades, aprimorar a governança corporativa por meio da criação das chamadas Organizações Gestoras de Fundos Patrimoniais (OGFPs), que visam conferir maior segurança jurídica e transparência quanto à utilização dos recursos, por outro, deixou de tratar de questões importantes, que seguem pendentes de regulamentação específica e que, muito embora não impeçam a criação desses fundos,

certamente dificultam a operacionalização desse novo modelo de filantropia.

A falta de regulamentação é especialmente sentida no que diz respeito à ausência de orientação oficial da Secretaria da Receita Federal sobre o tratamento fiscal aplicável na transferência de recursos do doador interessado ao fundo gerido pelas OGFPs, no necessário reconhecimento tanto da extensão da imunidade ou isenção conferida à entidade apoiada para as OGFPs (e aos próprios fundos patrimoniais), dado que as organizações gestoras são pessoas jurídicas independentes, quanto da inexistência de tributação na entrega dos rendimentos às referidas entidades apoiadas, o que traz indesejável insegurança jurídica para um modelo criado, justamente, para trazer mais conforto e certeza a todos os envolvidos.

Como reflexo da questão exposta acima, há uma preocupação especial no que se refere ao ITCMD, cobrado pelos Fiscos Estaduais sobre as doações de recursos financeiros ou de bens que sejam realizadas por contribuintes residentes em seus territórios. Isso porque, caso a imunidade ou isenção não seja estendida às OGFPs, poderia existir até mesmo uma “dupla” incidência do referido tributo: no momento em que o doador interessado transferir os recursos ou bens para à OGFP e na saída dos recursos, bens ou rendimentos da OGFP para a entidade apoiada.

Por fim, vale notar, ainda, que a Lei nº 13.800/19, em sua redação original, previa a concessão de benefícios fiscais para aqueles que aportassem recursos em alguns tipos de fundos patrimoniais regulamentados por essa lei. Contudo, a maior parte dos artigos que veiculavam os referidos benefícios fiscais foram vetados,

remanescendo apenas uma referência à Lei de Incentivo à Cultura, mas também sem regulamentação específica que esclareça a forma como os incentivos previstos em tal lei se encaixam no universo dos fundos patrimoniais.

Foi justamente diante dessa falta de definição com relação aos aspectos tributários que a Coalização pelos Fundos Filantrópicos apresentou uma carta aberta ao Ministério da Economia e à Receita Federal para solicitar esclarecimentos com relação à possibilidade de extensão da imunidade a impostos federais e da isenção a contribuições sociais às OGFPs.

Entendemos que a instituição de fundos de *endowment* está prevista pela Lei nº 13.800/19 e a incidência de tributos sobre as doações recebidas, os investimentos realizados pelo fundo e os valores repassados para as instituições apoiadas acabaria por esvaziar o propósito da própria lei, que é incentivar a captação de recursos privados para instituições privadas para prestação de serviços de interesse público. A regulamentação das questões de ordem prática identificadas neste artigo é necessária justamente para trazer maior clareza acerca da aplicação das normas tributárias preexistentes a esse novo modelo de filantropia.

A falta de regulamentação e esclarecimento “oficial” da tributação aplicável aos fundos patrimoniais, bem como a ausência de benefícios fiscais para os doadores pode, em último grau, desencorajar a disseminação de OGFPs e fundos patrimoniais, o que vai justamente na contramão dos objetivos da Lei nº 13.800/19, quais sejam, incentivar “*a captação de recursos privados para instituições privadas para prestação de serviços de interesse público (...) com o objetivo de*



*proporcionar menor dependência de recursos públicos e novas doações”, de maneira a ensejar “maior estabilidade e condições para planejamento de longo prazo, permitindo que ampliem suas atividades em proporções e qualidade antes fora de seu alcance”.*

Assim, é fundamental que as instituições e demais partes interessadas sigam provocando às autoridades competentes para que se manifestem sobre a questão tributária, e esclareçam outros pontos pendentes de regulamentação.

Por fim, não obstante tal fato, os avanços instituídos pelo diploma legal em questão não devem ser desconsiderados, pois a Lei nº 13.800/19 efetivamente criou mecanismos jurídicos mais seguros e transparentes para fomentar as causas da educação, saúde, assistência social e outras que se enquadram no escopo da lei. Resta apenas aparar algumas arestas para que esse novo modelo de filantropia atinja todo o seu potencial.

**\*Luiz Roberto Peroba, sócio, e Renato Caumo e Stella Oger Santos, associados de Tributário de Pinheiro Neto Advogados**



## opinião

## FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

**PRESIDENTE** Luiz Frias  
**DIRETOR DE REDAÇÃO** Sérgio Dávila  
**SUPERINTENDENTES** Antonio Manuel Teixeira Mendes e Judith Brito  
**CONSELHO EDITORIAL** Rogério Cezar de Cerqueira Leite, Marcelo Coelho, Ana Estela de Sousa Pinto, Cláudia Colucci, Hélio Schwartzman, Mônica Bergamo, Patrícia Campos Mello, Suzana Singer, Vinicius Mota, Antonio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)  
**DIRETORIA-EXECUTIVA** Marcelo Benez (comercial), Marcelo Machado Gonçalves (financeiro) e Eduardo Alcaro (planejamento e novos negócios)

## EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

## Em defesa do teto

Déficit e dívida, não o limite constitucional, é que impedem de fato a expansão das despesas públicas

O país parece próximo de reafirmar ou abandonar uma escolha crucial. Enquanto sua dívida dispara com as providências essenciais para mitigar o impacto da pandemia, o governo flerta com a ruptura do teto para os gastos públicos inscrito na Constituição.

Ao minar a credibilidade da principal referência de controle das contas públicas, o presidente Jair Bolsonaro pensa menos no país e mais em sua reeleição — e, até nisso, de forma equivocada.

Na última semana, apesar das juras de fidelidade ao ministro Paulo Guedes, da Economia, deu voz à alta desenvolvimentista do governo, apontando a necessidade de investimentos. Apelou até ao patriotismo dos mercados, sempre o último recurso dos gastadores.

O presidente revela má compreensão do impacto da emenda constitucional 95, que restringiu a expansão das despesas federais à variação da inflação até 2026.

A regra teve impacto positivo na economia. Ao sinalizar um ajuste orçamentário de longo prazo, que dependeria também de outras reformas, viabilizou uma queda recorde dos juros e dos custos de rolagem da dívida pública.

O objetivo do dispositivo vai muito além disso, porém. O teto acaba por impor ao Congresso um debate mais sério sobre prioridades, em vez da distribuição de benesses sem qualquer controle, bancadas pela cotividade com impostos crescentes ou endividamento.

## Freio aos dossiês

Em boa hora, Supremo firma entendimento sobre atividades de inteligência, com recado a Bolsonaro

Toda decisão de fornecimento de informações à Agência Brasileira de Inteligência (Abin) deve ser motivada pelo interesse público e formalizada em procedimento administrativo; sua legalidade pode vir a ser controlada pelo Poder Judiciário, em especial quando a Constituição protege o sigilo. Esse foi o entendimento do Supremo Tribunal Federal na quinta-feira (13), ao reafirmar os parâmetros das atividades de inteligência do Estado. Estava em jogo a constitucionalidade do trecho da legislação que regula desde 1999 o compartilhamento de dados entre os órgãos desse setor.

De forma salomônica, fez bem o STF em não derrubar a norma, impondo a ela interpretação alinhada à Carta Magna. Limites republicanos, portanto.

Ganha ainda mais relevância o caso num momento em que o sistema de inteligência brasileiro passa por uma reestruturação.

Decreto assinado no final de julho pelo presidente Jair Bolsonaro, que passa a vigiar a partir desta segunda (17), encarrega o diretor da Abin de definir a coordenação das atividades, o que inclui o compartilhamento de informação.

Abandonar o limite, sem mais, elevará juros e trará instabilidade financeira. Abrirá, de imediato, a corrida por mais benefícios a grupos de interesse e ao topo da pirâmide de renda, a começar pelos salários da elite do funcionalismo.

O engano mais flagrante está em crer que é o mecanismo constitucional o obstáculo ao aumento de dispêndios mais ou menos virtuosos. A barreira real, infelizmente, é o patamar insustentável do déficit e da dívida do Estado.

Ao contrário do que prega a retórica demagógica, o teto pode ser instrumento para dar voz aos mais pobres. Foi antes de sua vigência, afinal, que a desigualdade de acesso ao Orçamento foi formatada.

Bolsonaro disse que o teto está fixo, mas o piso cresce continuamente, o que é verdadeiro. A receita correta, então, consiste em estabilizar o piso por meio de reformas que contemham o crescimento das despesas obrigatórias.

A proposta de emenda constitucional 186, em tramitação no Congresso, prevê, em caso de descontrol fiscal, corte de até 25% na jornada e nos salários dos servidores e redução progressiva de subsídios, entre outros ajustes.

O debate sobre o Orçamento de 2021 neste segundo semestre evidenciará o caminho que será trilhado — erodir as paredes que sustentam o teto ou abraçar reformas que de fato levarão o país a uma posição de maior segurança, com crescimento e justiça social.



## A política como ela é

Catarina Rochamonte

**FORTALEZA** O novo líder do governo na Câmara, o deputado Ricardo Barros (Progressistas) é um expoente do centrão que já foi condenado a ressacrar os cofres públicos quando prefeito de Maringá, apareceu na lista da Odebrecht como beneficiário de propina, foi denunciado por improbidade administrativa quando ministro da Saúde, teve o mandato cassado por compra de votos (ingressou com recurso que anulou a decisão), foi relator do projeto de lei contra o abuso de autoridade e, adinheira só, é um dos inúmeros inimigos da operação Lava Jato.

Na sua primeira entrevista depois de se tornar líder, Barros atacou Sergio Moro, disse que a Lava Jato estava sendo "combatida até pelo procurador geral da República" e que as suas ilegalidades seriam passadas a limpo. Ou seja, reproduziu a ladainha que até pouco tempo era exclusividade da esquerda.

Mas ele declarou também que assumiu a posição de líder "justamente na hora em que o presidente Bolsonaro se articula com a política como ela é."

Infelizmente somos herdeiros de Maquiavel. Encaramos a política como ela é; pouco nos importando como ela deve ser. Aceitamos passivamente o corte entre política e ética perpetrado pelo pensador florentino e já não ousamos conceber a virtude e o bem comum como meta da vida pública. Somos modernos. Entendemos a política como conquista e manutenção do poder; fim esse para consecução do qual todos os meios são válidos.

Vale se aliar à velha política jurando de dedinho combater o establishment; vale sancionar fundo eleitoral, juiz das garantias, lei de abuso de autoridade, limitação de delação premiada e restrição de prisão preventiva. Vale dizer que vai dar carta branca a Moro e em seguida tentar interferir no seu ministério. Vale interferir na Polícia Federal, nomear petista para PRG e assessor de Toffoli para Ministério da Justiça. Vale trocar dois ministros da Saúde em meio a uma pandemia. Vale tudo na política porque esse vale tudo é justamente "a política como ela é."

## Bolsonaro só pensa em 2022

Leandro Colon

**BRÁSILIA** A eleição presidencial de 2022 começou, as ruas já fletam com a reeleição de Jair Bolsonaro e alguém precisa contar para a oposição.

A agenda do impeachment, por ora, não existe no Congresso, não vai prosperar no cenário atual. Tende a ser ineficaz insistir nela.

Não há sinais de que Bolsonaro corre risco até o fim de seu mandato por mais que razões possam ter (e não são poucas) para a abertura de um processo de afastamento.

Uma ação de impeachment possível, além de ambiente político favorável, de um empurrão de fora que sustente a derrubada.

O Datafolha mostra que Bolsonaro está forte. Segundo a pesquisa, ele atingiu sua melhor avaliação no mandato, com 37% dos brasileiros considerando seu governo ótimo ou bom.

A curva de rejeição caiu de 44% para 34%, diz o levantamento. Para 47%, ele não tem culpa pelas 100 mil mortes causadas pela Covid-19 no país.

Alavançado pelo auxílio emergencial, que impediu 23,5 milhões de cair na pobreza, o presiden-

te está todo serelepe.

Semana passada foi para Belém inaugurar obras. Desembarca nesta segunda (17) em Sergipe para cortar a faixa de uma usina termoeletrica. E faz troca com o teto de gastos.

Bolsonaro joga para dentro também. Enlaçou-se com o probo contrão e namora o MDB do neolaliado Michel Temer. Réu por corrupção, o ex-presidente teve de pedir autorização da Justiça para chefiar a comitiva enviada ao Líbano.

Bolsonaro nem se constrangeu em indicar Ricardo Barros para liderar seu governo na Câmara. Deputado pelo PP-PR, Barros tem um prontuário extenso no ramo das investigações.

Com o fracasso na formação da Aliança pelo Brasil, Bolsonaro busca agora um partido para disputar a reeleição. Admite até deixar de lado as agruras que o PSL, a sigla especializada em laranjas que o elegeu em 2018.

O presidente movimenta as peças sem pudor. Quando (e se) seus adversários encontrarem um rumo nos próximos dois anos, pode ser tarde demais.

## A morte e a morte de Eric Bentley

Ruy Castro

**RIO DE JANEIRO** A morte de Eric Bentley, talvez o ensaísta mais importante da história do teatro, no dia 5 último, em Nova York, não mereceu uma linha na imprensa brasileira. Bentley era inglês, radicado nos EUA e estava com 103 anos. Foi o homem que divulgou, traduziu e explicou Bertolt Brecht para o público americano. Produziu também o maior corpo crítico sobre Bernard Shaw e, em 1971, juntou os interrogatórios do macarthismo num livro de 992 páginas, "Thirty Years of Treason".

Bentley veio ao Brasil em 1988 e entrevistou-o para o Estadão. Brecht, segundo ele, era importante como encenador, não como teórico, o que explicava que, já então, suas peças tivessem "perdido o gozo político". As de Bernard Shaw, ao contrário, continuavam "uma homenagem à inteligência". Mas, para Bentley, Shaw não ficava bem na Broadway, porque os atores americanos eram fracos nas falas longas: "Não sabem dizer parágrafos, só frases. Tendem a pôr um ponto nas passagens que foram es-

critas entre vírgulas".

O obituário de Bentley no New York Times saiu no dia seguinte à sua morte e é uma aula de resumo biográfico e analítico de sua vida e carreira. Foi assinado por Christopher Lehmann-Haupt, antigo editor de obituário do jornal. No pé do texto, uma informação: Lehmann-Haupt morreu em 2018.

Significa que o artigo já estava pronto antes de 2006, que foi quando Lehmann-Haupt se aposentou no jornal, aos 72 anos. Naquele ano, já Bentley tinha 89 e tudo indicava que partiria antes. É prática comum da imprensa preparar com antecedência obituários de pessoas importantes e em idade avançada. O incomum é que o autor do obituário morra antes do personagem.

Eu devo saber. Em 1995, a Folha me pediu o obituário de Dercy Gonçalves. Ela tinha 90 anos; eu, 47. E não é que Dercy só foi morrer em 2008, aos 104, e, nos três anos anteriores, tive de pular várias fogueiras e quase fui embora primeiro?

## 27 pandemias

Marcus André Melo

Professor da Universidade Federal de Pernambuco e ex-professor visitante da Universidade Yale. Escreve às segundas

"A vittoria trova cento padri, e nessuno vuole riconoscere l'insuccesso" (a vitória encontra cem pais, e o fracasso não é reconhecido por ninguém), notou Conde Ciano, ministro do exterior e genro de Mussolini. A disputa em torno de quem é o responsável — que merece crédito ou deve ser punido — é ubíqua na política; mas ela se agudiza onde há tensões na separação horizontal e vertical de Poderes.

A estratégia de Bolsonaro para a pandemia consistiu em atribuir responsabilidade aos governadores pelo horror sanitário e pelo colapso da economia. A expectativa era dupla: se suas ações gerassem resultados positivos, tratava-se, como alegou, "de uma gripinha". Caso contrário, seria a confirmação de que acabariam piorando a situação, como havia alertado.

Seu receio maior era uma conflagração que viesse a desestabilizar o governo. Se inicialmente o auxílio emergencial foi pensado como o melhor remédio para o colapso, seu enorme potencial político foi percebido "ex post", quando o Congresso elevou seu valor de R\$190 para R\$500. O aumento para R\$600 pelo presidente buscou torpedear a estratégia congressual para desgastá-lo, caso o vetasse, e capturar o crédito político.

A responsabilidade congressional é difusa, e a presidencial é concentrada: "todo o esforço e o trabalho que o Parlamento faz geram louros para o Executivo", como lembrou o presidente do MDB. De qualquer modo, interessa ao Parlamento, sobretudo à oposição, "tomar posição" e falar para seu público interno.

Por outro lado, o aumento da popularidade de Bolsonaro em um quadro de mais de 100 mil mortos sugere que sua estratégia teve êxito.

O abandono do estilo confrontacional e o auxílio foram fatores cruciais. A transferência de responsabilidade pretendida não foi uniforme, o que impede generalizações. O presidente em parte logrou desresponsabilizar-se, mas a transferência de culpa é incerta. No entanto, ela foi facilitada pelo arranjo federativo que obscureceu ou até borrou completamente a responsabilidade federal.

O federalismo estimulou uma disputa política em torno do desempenho relativo dos estados, produzindo uma "desnacionalização da pandemia" — assim, são 27 diferentes pandemias. E revelou escassa solidariedade interregional, além de mecanismos perversos de culpabilização (certas populações ou dirigentes mereceriam sua sina).

Além disso, a difusão da Covid não segue um padrão uniforme: o ciclo temporal produzida sensação precoce de melhoria nos estados que foram atingidos primeiro, malgrado a escalada de vítimas.

Bolsonaro saiu na frente. O que ocorrerá quando "se desligar o aparelho" que garante a sobrevivência de vastas parcelas do eleitorado, não sabemos.



## TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias\_debates@grupofolha.com.br

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

## Ajustamento com desenvolvimento

Austeridade fiscal drástica pode frear recuperação da economia e do emprego

Paulo Nogueira Batista Jr.

Economista, ex-vice-presidente do Novo Banco de Desenvolvimento (estabelecido pelos Brics em Xangai), ex-diretor-executivo do FMI em Washington e autor de 'O Brasil não cabe no quintal de ninguém' (editora Leya)

Uma coisa nunca deixa de me espantar, leitor: a falta de lógica dos economistas. Não estou falando de nenhuma lógica sofisticada. Ainda não fomos apresentados sequer a Aristóteles!

Em 2018 e 2019, muitos economistas proclamavam que o Estado estava falido, ou prestes a falir. Estranhamente, até Paulo Guedes, já na condição de ministro da Economia, ardeava a tese. A solução, dizia-se, era privatizar e implementar uma série de reformas.

Na época, o déficit total do setor público andava por volta de 6% a 7% do PIB, e a dívida bruta, em torno de 75% do PIB. Em 2020, com a pandemia de Covid-19 e a recessão, o déficit pode subir para 16%, e a dívida bruta para cerca de 95% do PIB, segundo projeções oficiais.

Se o Estado estava falido antes, imagine agora, leitor. Deveríamos estar experimentando um ou mais dos seguintes fenômenos: interrupção do pagamento da dívida pública, alta acentuada das taxas de juro ou inflação descontrolada. Mas a dívida continua sendo refinanciada, ainda que em condições menos favoráveis de prazo. O juro básico nunca esteve tão baixo. A inflação, idem.

A moda de Ptolomeu, arautos da falência estatal adaptaram o discurso, introduzindo epícticos. Agora, é a partir de 2021 que o Estado quebra mesmo — se não privatizarmos rapidamente e não fizermos reformas urgentes, aplicando cortes drásticos de gasto. A mesma ladainha, deslocada no tempo.

A realidade é que o Estado central brasileiro não estava falido antes e não está agora. O diagnóstico da falência estatal sofre de equívocos conceituais e empíricos. Entre eles: 1) a ideia de que existem limites facilmente identificáveis para a relação dívida/PIB e a emissão primária de moeda; 2) o foco na divi-

da bruta, e não na dívida líquida do setor público, que é muito menor; e 3) não levar na devida conta de que a dívida pública é interna e está sobretudo na mão de residentes.

Isso não significa, claro, que o problema possa ser desconsiderado. Como fez-lo com os números de 2020? É essencial, entretanto, afastar soluções falsas ou perigosas.

Por exemplo, não se deve tentar rápido ajustamento das contas públicas a partir de 2021. Adolfo Sachsida, secretário de Política Econômica, em entrevista recente à Folha, prometeu uma recuperação em "V", se o Congresso aprovar as reformas, e insistiu na ideia de uma contração fiscal expansionista (abrupta redução do gasto, que abriria espaço para o aumento do investimento privado) — oxímoro que não é intrinsecamente absurdo, mas se mostra altamente improvável na prática. O mais provável é que austeridade fiscal drástica dificulte muito a indispensável recuperação da economia e do emprego.

[...]

**Precisamos de um ajustamento com desenvolvimento, que combine crescimento econômico com controle das contas públicas. Isso inclui retomar o investimento governamental e manter transferências elevadas a setores de baixa renda, com alta propensão a consumir**

O que fazer? A situação das contas requer cuidados, mas é melhor espaço, o Estado poderia continuar tirando partido de circunstâncias favoráveis, notadamente os baixos juros internos, que aliviam o custo da dívida. O ajustamento gradual não impediria o Estado de promover o crescimento econômico, com as devidas precauções, lançando mão dos bancos públicos, mantendo câmbio depreciado e juros baixos, e usando a própria política fiscal para alavancar o crescimento. O crescimento da economia facilitaria o ajustamento ao elevar a base de arrecadação e diminuir gastos como o seguro-desemprego. Com o crescimento do PIB superando a taxa média de juros incidente sobre a dívida, o ajustamento gradativo do déficit primário permitiria estabilizar a razão dívida/PIB no médio prazo.

Em síntese, precisamos de um ajustamento com desenvolvimento, que combine crescimento econômico com controle das contas públicas. Isso inclui retomar o investimento governamental e manter transferências elevadas a setores de baixa renda, com alta propensão a consumir. E aplicar severa disciplina sobre despesas não essenciais, revendo inclusive os gastos tributários (as renúncias fiscais). Havendo necessidade de aumentar impostos — e provavelmente haverá —, cabe fazê-lo sobre os superprios que pagam pouco e têm baixa propensão a gastar — adotando ao mesmo tempo, se preciso, medidas fiscais e regulatórias para coibir fuga de capitais para o exterior.

Falta, porém, um pequeno detalhe: governo.

## PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor | leitor@grupofolha.com.br

Cartas para o Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

ENVIE PARA O PAINEL DO LEITOR SUA FOTO EM AMARELO DA CAMPANHA PELA DEMOCRACIA

## Delação de Palocci

"Delação de Palocci sobre BTG e Lula não tem provas e foi baseada em notícias de jornais, diz PE" (Mônica Bergamo, 16/8). A Polícia Federal demorou dois anos para descobrir o que sabíamos em 2018. Isso quer dizer que uma mentira dita hoje só será descoberta em 2022? É preciso acabar com esse processo de valorização das delações sem provas.

Manoel Roberto Seabra Pereira (Brasília, DF)

O sujeito que estava por dentro de tudo teve que recorrer aos jornais para fazer a delação. Precisa de mais alguma evidência de que Antonio Palocci não tinha nada para contar? O paladino da justiça Sergio Moro divulgou essa delação por quê? Como juiz, sempre foi um político.

José Perez (Rio de Janeiro, RJ)

Aos poucos, toda a sujeira feita contra Lula vai aparecendo.

Joaquim Carlos Fares (Rio de Janeiro, RJ)

## Lava Jato e tucanos

"Após mirar petistas e centrão, Lava Jato vira algoz de tucanos" (Poder, 16/8). Acácio Neves deve estar arrependido de quando não aceitou o resultado das eleições presidenciais e apoiou a destituição da presidente Dilma Rousseff. Ele seria eleito presidente nas eleições seguintes, mas a ganância foi maior, e deu no que deu. Os tucanos ajudaram a criar isso que está aqui no Brasil agora.

Eldo Eloi (Brasília, DF)

Uma pergunta que nunca foi feita, que eu saiba, aos acusadores: por que os tucanos não foram investigados na mesma época que os petistas?

Joacil Cambuim (Santo André, SP)

Todo o meu apoio à Lava Jato. Não foi a operação que criminalizou a política. Foram péssimos políticos que a macularam. Se o político tivesse cumprido, como bom cidadão, a lei eleitoral, a lei penal e a Constituição, jamais teria sido criminalizado. O Brasil é esse eterno subdesenvolvimento graças aos péssimos políticos. Tucanos que sejam investigados e, se comprovado crime, condenados.

Neli Aparecida de Faria (São Paulo, SP)

## Máscara e liberdade

Hélio Schwartzman sempre preciso ("Máscaras ferem a liberdade?", Opinião, 16/8). Minha percepção é a de que a maioria dos defensores de liberdades individuais absolutas caem em contradição quando opinam sobre o uso de drogas.

Jairo Geraldo Guimarães (Santo André, SP)

Deve vingar o princípio da ponderação dos direitos individuais. E isso se faz observando a realidade dos fatos. Se meu direito for exercido em detrimento de direitos e interesses de outras pessoas, pondo-as em perigo, esse direito deve ser contido. Ademais, é curioso, a recente pesquisa Datafolha dá conta que quase 90% dos entrevistados dizem que tomarão a vacina contra a Covid-19 ("89% querem se vacinar contra Covid assim que houver opção", Saúde, 16/8). Se tivéssemos esse percentual usando as máscaras no Brasil, os números da pandemia seriam outros.

Derocy Giacomo Cirillo Silva (Curitiba, PR)

## Imigração chinesa

"Aos 120, imigração chinesa no Brasil ainda é alvo de racismo" (Cotidiano, 15/8). Quero pedir desculpas para todos, chineses, chinesas e membros de demais comunidades asiáticas, pelo comportamento racista de alguns brasileiros. É a ignorância — não desculpável, por que o conhecimento está aí.

Paulo Azevedo (Santa Isabel do Rio Preto, RJ)

## Cientistas cancelados

"Ideias racistas levam à revisão de homenagens a cientistas" (Ciência, 16/8). Vamos supor que um cientista descubra agora a cura para todas as formas de câncer. Continuando o exercício: supondo que daqui a 80 anos os Estados deixem de ser laicos e constatem que o cientista era ateu — por essa lógica míope, toda e qualquer homenagem seria revista, e seu nome cairia no esquecimento.

Hugo Raposo Portella (São Paulo, SP)

Sugiro que não seja dado nenhum nome a nada a partir de hoje, pois poderá ser uma futura homenagem a alguém que não se deva homenagear no futuro.

Daniel Rodrigues Santos (Campinas, SP)

Eu estou pronto para uma sociedade evoluída e fundada no politicamente correto. Eu sei o poder que as palavras têm. Somos diámanthes a sermos lapidados. O politicamente incorreto é bruto. O politicamente correto agrega valor.

Raphael Kaiston (Uberlândia, MG)

## #UseAmarelo pela Democracia



Na minha rua, até os ipês se manifestam a favor da democracia! Mária Abreu, professora do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp (Campinas, SP)

## Pauta identitária

"O cancelamento da antropóloga branca e pauta identitária" (Ilustríssima, 16/8). Lucidez absoluta do professor Wilson Gomes. Lamentável como, apesar de pregarem a dialética em sua retórica acadêmica, aqueles que tentam monopolizar as chamadas pautas identitárias são apegados ao debate, isto é, à face intelectual da diversidade: tudo o que for dissonante de seus dogmas supostamente libertários recebe a mesma perseguição daqueles que sempre os escravizaram. Ora, a primeira responsabilidade ética das categorias sociais oprimidas é dar o exemplo de nunca se tornarem opressores.

Hamilton Rangel Junior (São Paulo, SP)

Eu não me lembro de ter lido uma análise tão correta, justa e sensata sobre o comportamento dos identitários citados no texto ao esmagarem a reputação de alguém que está do mesmo lado em vez de exercerem igual ou maior pressão, através dos típicos acessos de fúria da patrulha, contra alguém que atua do outro lado do balcão. Tal comportamento, desmedido nos últimos anos, pode ter impulsionado a ascensão da direita como a que vemos hoje.

Adriano Kirche Moneta (São Paulo, SP)

## PM morto

Como que se redimindo do injustificável atraso quando do ocorrido, na edição de sábado a Folha publicou uma esclarecedora reportagem sobre a lamentável ocorrência em que três policiais militares perderam a vida enquanto patrulhavam a av. Politécnica, em São Paulo, zelando pela segurança da população ("Não consigo acreditar", diz pai de PM morto por falso agente", Cotidiano, 15/8). Nosso reconhecimento.

Jarim Lopes Roseira, presidente da seção regional de São Paulo da International Police Association (São Paulo, SP)

## O santo nome em vão

Dias Toffoli extrapola com sua pretensão a ativismo judicial presidencial

Joaquim Falcão

Doutor em educação pela Universidade de Genebra, mestre em direito pela Universidade Harvard, membro da Academia Brasileira de Letras e professor da Escola de Direito do Rio da FGV

O ministro e presidente do STF, Dias Toffoli, assinou em nome do Supremo, com o Poder Executivo e o Tribunal de Contas da União, acordo interinstitucional. Regulamenta a gestão e coordenação dos acordos de leniência. Aqueles que as empresas processadas fazem com o Ministério Público e outros órgãos do Executivo para diminuir eventuais penalidades por atos de corrupção.

O acordo desmerece a participação do Ministério Público nas negociações. Os procuradores protestam contra as negociações de leniência. No Brasil todo. O procurador-geral da República, Augusto Aras, hesita em assinar.

Pode o ministro Dias Toffoli comprometer-se em nome do Supremo? Lógico que não.

Se amanhã algum órgão ou associação, o que certamente acontecerá, entrar no Supremo contra essa regulamentação, os ministros vão ter que votar como Toffoli se comprometeram? Claro que não. Vão votar de acordo com seu livre convencimento.

O presidente Toffoli, qualquer presidente, gere o Supremo administrativamente. Mas não manda; orienta, compromete-se, sugere — nem define interpretações prevalentes, não pode exigir votos dos demais ministros. Extrapola.

Seria inconstitucional se fosse executivo. Não é. Trata-se de simples pretensão a ativismo judicial presi-

dencial. Usou o santo nome do Supremo em vão. Revela inclusive, de antemão, seu provável voto. É parcial por antecipação. Ofende o devido processo legal.

A competência constitucional da Suprema Corte é apenas uma: quando provocada, dizer se a conduta questionada, de quem quer que seja, é constitucional ou não. Ponto. Já é poder suficiente.

Da mesma maneira, nem o Supre-

[...]

**Pode o ministro Dias Toffoli comprometer-se em nome do Supremo? Lógico que não. (...) O chamado ativismo do Supremo não é mais em casos individuais — o que foi tão de agrado de alguns criminalistas. Agora, trata-se de neutralizar as instituições de controle da legalidade. Neutralizar o Ministério Público, por exemplo**

mo, seu presidente ou ministro individual têm competência para promover mediação, negociação ou estratégias conjuntas com o Executivo e se comprometer com seu resultado.

Muito menos podem participar de comissões legislativas para assessorar o Congresso na feitura das leis e assegurar que determinadas interpretações valerão.

O chamado ativismo do Supremo não é mais em casos individuais — o que foi tão de agrado de alguns criminalistas. Agora, trata-se de neutralizar as instituições de controle da legalidade. Neutralizar o Ministério Público, por exemplo. Antes, isso se fazia nomeando um aliado para chefiar os órgãos de controle. Fosse a Procuradoria-Geral da República, a Polícia Federal ou mesmo o ministro da Justiça. Agora não mais.

Que força tem nomear um general sem tropa? Que força tem um procurador-geral da República com milhares de procuradores protestando em todo o país? Serão obrigados a cumprir o acordo de Toffoli à força?

Que força tem o diretor da Polícia Federal, mesmo sendo um superior hierárquico, se não tem a confiança dos delegados?

Que força tem o presidente do Supremo, se não manda no voto dos ministros? Que força tem um chefe sem sua corporação?

Que força tem um mestre de obras sem pedreiros e marceneiros?



mercado **coronavírus**

# Bolsonaro cobra de Guedes controle menos rígido dos gastos públicos

Apesar de pressão pela queda de ministro, presidente tem dito que não pretende abrir mão dele

Gustavo Uribe, Danielle Brant e Alexa Salomão

**BRÁSILIA E SÃO PAULO** Animado com o aumento da popularidade, o presidente Jair Bolsonaro tem cobrado do ministro Paulo Guedes (Economia) posição menos resistente ao aumento de gastos públicos. O foco são obras e benefícios sociais.

Segundo relatos feitos à Folha, o presidente se queixou na semana passada a deputados aliados de que o ministro precisa ser menos inflexível e intransigente em relação aos recursos orçamentários.

Guedes teria de entender que a política econômica precisa estar em sintonia com o projeto de governo.

A principal reclamação do presidente, de acordo com assessores palacianos, é que o ministro é mais propenso a negociar a liberação de recursos solicitados por deputados e senadores, mas adota uma posição mais rígida quando o pedido é feito por integrantes da equipe ministerial.

A discussão gira em torno do respeito ao teto de gastos. A regra limita a alta das despesas à inflação do ano anterior.

Há pressão para a inclusão de obras no chamado Orçamento de guerra, que, dentro do estado de calamidade durante a pandemia, flexibiliza os gastos para ações de combate ao novo coronavírus.

Economistas especializados em contas públicas veem os gastos extras com obras, neste momento, como manobra para contornar o teto e angariar votos em redutos políticos, mesma percepção de Guedes.

Pessoas próximas à equipe econômica, porém, contam que Guedes tem ponderado com Bolsonaro que ele, na posição de presidente, tem autonomia para decidir como sua gestão vai usar os recursos. Porém, o presidente precisa ficar atento ao fato de que os limites do teto são definidos em norma constitucional.

O ministro tem dito também que os gastos de mais de R\$ 700 bilhões adicionais para o combate à pandemia são amparados pelo estado de calamidade, mas que a regra não permite ampliar despesas com obras que não têm relação com a pandemia.

O ministro estaria ainda, contam os interlocutores, alertando Bolsonaro para o fato de que insistir nesses gastos seria seguir os passos da ex-presidente Dilma Rousseff



O presidente Jair Bolsonaro e o ministro da Economia, Paulo Guedes, no Palácio da Alvorada. Pedro Ladeira - 12.mai.20/Folhapress

(PT) e abrir espaço para que opositores entrem com um processo de impeachment.

Guedes também, contam, teria feito ponderações políticas e explicado ao presidente que não precisa se arriscar e gastar com obras agora. Pode esperar até o ano que vem, quando a situação econômica e fiscal tende a melhorar e as obras poderão ser incluídas formalmente no Orçamento.

O chefe da Economia teria dito ainda que, pensando pelo aspecto político, o auxílio emergencial, concedido dentro do permitido pela legislação, já teve um efeito positivo para sua popularidade.

Na semana passada, o impasse sobre o dinheiro extra para obras neste ano parecia ter sido solucionado e haveria como atender as demandas, particularmente as dos ministros Tarcísio de Freitas (Infraestrutura) e Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional).

Haviam sido identificadas sobras de recursos definidos nas MPs (medidas provisórias) 900 e 938 para o socorro aos estados — R\$ 7 bilhões em uma e R\$ 8 bilhões na outra.

Os R\$ 15 bilhões seriam redistribuídos. Ficariam para o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), R\$ 5 bilhões para emendas; para o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), ou-

tros R\$ 5 bilhões; e o restante seria, como crédito extraordinário, para o Executivo destinar a obras.

Ocorre que Maia, na sequência, disse que o uso dos R\$ 5 bilhões das MPs para obras do Executivo era inconstitucional. Não poderiam ser considerados recursos extraordinários, mas ordinários.

A discussão sobre dinheiro para obras, então, voltou à estaca zero, e também o bombardeio sobre a postura de Guedes. A integrantes da equipe econômica ministro da Economia conta que se sente amparado pelo presidente. Porém, seu posicionamento tem incomodado auxiliares de Bolsonaro no núcleo militar, no setor de infraestrutura e congressistas do bloco do centro.

O grupo de deputados já começou no fim de semana a atear uma saída do "Posto Ipiranga". Eles defendem o nome do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, como possível substituto.

O presidente disse a dois assessores próximos, no entanto, que não pretende abrir mão de Guedes neste momento. Na avaliação de Bolsonaro, o ministro representa um ativo importante, sobretudo para ampliar a credibilidade do governo com o setor empresarial, um dos pilares de sustentação da atual gestão.

De acordo com deputados bolsonaristas, no entanto, o presidente tem lembrado que ninguém é insubstituível. Apesar de respeitar a posição dos integrantes de sua equipe, ele diz que quem toma a decisão é ele.

Para validar essa leitura, Bolsonaro lembra outros dois nomes que eram tidos como indenizáveis. Cita então Luiz Henrique Medetta (Saúde) e Sérgio Moro (Justiça).

Em mais de uma ocasião, Bolsonaro reafirmou ser favorável à estratégia de Marinho e Tarcísio de tentar encontrar uma brecha para investimentos públicos.

Porém, a repercussão negativa de um eventual desrespeito ao teto fez com que Bolsonaro recuasse. Com isso, ele adiou pontos estratégicos do Plano Pró-Brasil, que deve avançar em obras públicas apenas em 2021.

A iniciativa deve ser resumir neste ano a decretos regulatórios e recursos privados.

O presidente, segundo assessores palacianos, já pediu a Guedes e a Marinho que cheguem a um meio-termo. Um acordo lhe permitiria cumprir uma agenda de inaugurações sem que desvirtue por completo o ajuste fiscal.

O assunto deve ser discutido entre o presidente e Guedes nesta segunda-feira (17),

## Glossário do ajuste fiscal

### Teto de gastos

Limita o crescimento dos gastos do governo à variação da taxa de inflação. Situação: em momentos de calamidade pública, crédito extraordinário pode ser usado e não entra na conta do teto

### Regra de ouro

Proíbe que governos federal, estadual e municipal realizem operações de créditos (dívidas) que excedam o valor das suas despesas de capital (investimentos). Situação: PEC do Orçamento de Guerra criou regime extraordinário fiscal durante o estado de calamidade pública e liberou o governo de cumprir, neste ano, a regra de ouro

### Meta fiscal

Lei de Responsabilidade Fiscal define meta para o resultado primário (que não inclui despesas com juros) do governo. Situação: calamidade pública permite o descumprimento

após retorno de Bolsonaro de Sergipe para inauguração de uma usina termelétrica. O ministro Braga Netto (da Casa Civil) participará do encontro.

Aliados de Bolsonaro argumentam que uma brecha para ampliar as obras sem descumprir o teto de gastos estaria na emenda constitucional do Orçamento de guerra. Ela foi aprovada para dar ao Executivo ferramentas para ajudar no combate à pandemia.

O texto, argumentam, trará segurança jurídica ao governo para aplicar recursos em obras durante a pandemia. No entanto, mesmo que a emenda dê ao Executivo essa prerrogativa, Guedes descarta essa possibilidade por causa do impacto nas contas do país.

A FI (Instituição Fiscal Independente, órgão vinculado ao Senado) estima que o déficit no país fique em R\$ 877 bilhões, por causa da pandemia.

Mesmo que os gastos estejam amparados pela emenda constitucional, o governo terá de lidar com esse aumento do déficit para colocar o país novamente em uma trajetória de dívida sustentável.

Na semana passada, durou menos de 24 horas a defesa de Bolsonaro à manutenção do teto de gastos. Na quarta (12), ele disse respeito. No dia seguinte, reconheceu que havia discussões para burlar a regra.

A relação Guedes-Marinho piorou após a entrevista do ministro da Economia anunciando uma de banda na pasta. Deixaram o governo os secretários Salim Mattar (Desestatização) e Paulo Uebel (Desburocratização).

Na entrevista, na terça-feira (11), Guedes criticou assessores presidenciais que aconselham Bolsonaro a furar o teto de gastos. O discurso expôs o racha na equipe ministerial.

O tom do ministro irritou até mesmo o presidente. Segundo ele, o "Posto Ipiranga" adotou uma posição agressiva.

Após o episódio, em reunião no Palácio da Alvorada, na quarta, o presidente pediu à equipe que entre em sintonia e evite discursos que gerem ruídos. Oreçado, dizem presentes, foi para os dois ministros.

Segundo a mais recente pesquisa Datafolha, Bolsonaro apresentou a melhor avaliação de governo desde o início do mandato. O levantamento mostrou que 37% consideram seu governo ótimo ou bom, ante 32% em junho.

Leia mais nas pág. A14 e A16

## O leão está afiando as garras

Se a proposta da reforma for tributar mais renda e menos consumo, a nova CPMF não passa

Marcia Dessen

Planejadora financeira CFP ("Certified Financial Planner"), autora de "Finanças Pessoais: O Que Fazer com Meu Dinheiro"

Tem uma reforma tributária vindo por aí. Ainda não sabemos o que será criado ou alterado, mas podemos apostar que mudanças virão. A ideia da reforma é simplificar um dos sistemas tributários mais complexos do mundo e torná-lo mais justo, adotando um modelo que tributa mais os ricos com impostos sobre renda e patrimônio e menos o trabalho e o consumo.

Os impostos sobre o consumo incidem sobre mercadorias e serviços, atingindo, sem distinção, toda a população,

sem diferença de classe ou nível de renda. Pobres, classe média, ricos e muito ricos pagam o mesmo tributo sobre produtos e serviços que consomem.

No Brasil, 50% da arrecadação total incide sobre o consumo, e apenas 21%, sobre a renda. Nos Estados Unidos, cerca de 15% vêm do consumo, e 50%, de impostos sobre a renda.

A proposta do governo, ainda no discurso, não é aumentar a já elevada carga tributária, mas cobrar de forma mais justa, ampliando a mordida sobre os que podem pagar mais,

oferecendo, em contrapartida, redução de impostos que possam gerar aumento de emprego e de competitividade.

Resumidamente, as propostas visam: a) atualizar a tabela progressiva do imposto sobre a renda da pessoa física, a fim de ampliar o limite de isenção; b) estabelecer a incidência do imposto sobre dividendos; c) reduzir ou extinguir a dedutibilidade dos juros sobre o capital próprio; e d) reduzir proporcionalmente a alíquota do IRPJ para compensar as alterações.

A proposta que atinge forte-

mente os mais ricos estabelece a tributação, exclusivamente na fonte, de lucros ou dividendos pagos ou creditados pelas pessoas jurídicas, atualmente isentas. Para compensar, a alíquota do IRPJ seria reduzida proporcionalmente, sem onerar a carga tributária como um todo.

Empresários e acionistas, com participações societárias importantes, têm cerca de quatro meses para, cercados de advogados, avaliar os impactos e traçar estratégias no sentido de reduzir os efeitos

da provável incidência a partir de 2021.

O ITCMD é outro imposto que está sendo objeto de estudos e propostas que sugerem alteração na competência do tributo, de estadual para federal, e aumento nas alíquotas, com impacto na sucessão patrimonial feita mediante doação ou transmissão de bens por causa mortis, no inventário dos bens para distribuição aos herdeiros.

Atualmente, o governo federal estabelece o teto de 8%, e cada estado define a alíquota e eventuais isenções. Quebrados, precisando desesperadamente de recursos, os estados dificilmente deixarão passar a oportunidade de majorar as alíquotas.

É possível também que haja equalização na incidência do tributo sobre recursos obtidos em produtos de previdência complementar. Atualmente, al-

guns estados recolhem ITCMD quando transmitidos aos beneficiários dos planos. A isenção que está sendo objeto do estado de São Paulo, por exemplo, pode deixar de existir, como já acontece em Minas Gerais, Paraná, Goiás, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, entre outros.

Há controvérsias, e, embora alguns advogados sejam contrários à admissibilidade da incidência sobre os planos de previdência, advertem que há espaço para cobrança do imposto, especialmente quando configura desvio de finalidade.

Os fundos fechados, típicos nas grandes fortunas e atualmente isentos da antecipação do Imposto de Renda via comecotas, continuam na mira da Receita Federal. O instrumento oferece vários atributos na sucessão patrimonial e tende a ser mantido apesar do novo pedágio, caso seja aprovado.

marcia.dessen@gmail.com



folhainvest **coronavírus**

## PAINEL S.A.

Joana Cunha

painelsa@grupofolha.com.br

## Cinzeiro

As sociedades brasileiras de cardiologia e pneumologia estão preparando um comunicado para enviar à Anvisa pedindo a quebra da patente da molécula do Champix, medicamento para combater o fumo, de acordo com Jaqueline Scholz, cardiologista diretora do programa de tratamento do tabagismo do Incor. A médica afirma que o caso é preocupante porque, como mostram pesquisas realizadas nos últimos meses, o consumo de cigarros cresceu durante a pandemia.

**FUMACÊ** Há pouco mais de um mês, a Pfizer, fabricante do Champix, avisou a Anvisa que o produto passaria por um período de desabastecimento com previsão de normalização só em julho de 2021, como antecipou o Painel S.A. Na época, a farmacêutica não deu detalhes sobre o motivo do problema. Só disse que se tratava de adequação regulatória do local de fabricação.

**FILTRO** "Se a Pfizer tem a licença para importar e comercializar e não propõe uma solução, que lacuna a gente tem para facilitar o acesso das pessoas? A importação acabou encarecendo em quase 30% o produto, sem contar que às vezes demora semanas", diz Scholz.

**INFANTIL** A indústria de brinquedos brasileira entra neste mês na fase de entrega dos produtos preparados para o Dia da Criança, data que corresponde a 40% de suas vendas anuais. A conclusão é que os fabricantes atravessaram com sorte os piores meses da pandemia, segundo Spynio Batista, presidente da Abring (entidade do setor).

**CALENDÁRIO** O timing foi favorável para os brinquedos. As feiras do setor que reúnem os negócios mais importantes ocorreram antes de o mundo se fechar em quarentena. Os meses de março a julho representam só 2% a 3% do faturamento, e agora a torcida é para que as lojas estejam abertas em outubro, segundo Batista.

**LIGADO** Com 400 fábricas no país, o setor fechou 15, mas abriu rapidamente. Com a maior parte em operação normal, poucas aderiram ao corte de salário e hoje elas trabalham em dois turnos. O presidente da Abring diz que faltou acesso a crédito, mas as empresas não suspenderam contratos nem demitiram.

**MAPA** O impacto da pandemia na China no primeiro trimestre também beneficiou a indústria por aqui porque levou os asiáticos a cancelar quase 60% das entregas, segundo Batista, produção que foi absorvida pelas brasileiras. "Como estávamos operando com 45% a 50% de capacidade ociosa, conseguimos atender essa demanda dos clientes", diz.

**ALÔ** A TIM resolveu apostar no renascimento do celular pré-pago. Nesta segunda-feira (17), a companhia vai anunciar um novo programa de fidelização de clientes com bônus de operadora, descontos em empresas parceiras do varejo e prêmios, como carros, motos ou dinheiro.

**DE NOVO** O programa chega em um momento em que o segmento pré-pago é considerado esgotado e repetitivo. Alberto Griselli, diretor da empresa, afirma que as ofertas do pré-pago sempre foram muito parecidas entre si, com algumas variações de preço, quantidade de giga e uma duração temporária, mecanismo considerado pouco complexo.

**PLACAR** O novo programa de fidelização vai funcionar por meio de um aplicativo da marca em que, ao recarregar e jogar, o cliente vai descobrindo os benefícios, que fazem parte do portfólio da operadora, como o aumento dos dados, ou resultam de parcerias com empresas de outros setores.

**RITMO** "Nos últimos anos, todas as operadoras, nós inclusive, fomos ativando um processo de migração do cliente pré-pago para o modelo de assinatura mensal. Esse recurso, que foi um dos principais condutores de crescimento de receita, chegou a um momento que deu o que tinha que dar. Então, queremos redimensionar o pré-pago", diz Griselli.

**MACA** Após quase cinco meses de queda, o setor de produtos hospitalares começa a retomar as atividades com algum fôlego nos procedimentos eletivos parados na quarentena, mas o patamar normal só deve voltar em 2022, segundo Bruno Bezerra, novo presidente do conselho da ABIS (Aliança Brasileira da Indústria Inovadora em Saúde).

**SALA DE EMBARQUE** John Rodger, presidente da Azul, é o convidado da série de lives Ao Vivo em Casa deste segunda (17), às 17h, no site da Folha e no canal do jornal no YouTube. O executivo fala sobre a projeção de retomada dos voos na pandemia, a nova operação regional da empresa, as negociações com o BNDES e os protocolos de higiene.

# É preciso rebaixar o piso de gastos para que o teto não colapse

Grupo de economistas lança manifesto em defesa do teto de gastos, que limita o aumento de despesas à inflação do ano anterior

## OPINIÃO

O mês de agosto tradicionalmente aglutina discussões sobre a situação fiscal do país, pois, de acordo com a legislação, ao seu final, o Poder Executivo precisa enviar o Projeto de Lei Orçamentária para o exercício seguinte.

No atual cenário de emergência fiscal, devido à pandemia, a discussão sobre o rumo desejável da política fiscal tende a ser ainda mais acalorada, como evidenciou a semana que passou.

O teto de gastos, instituído pela emenda constitucional 95/2016, é o pilar central da política econômica. Ao limitar o crescimento de praticamente todas as despesas primárias da União à inflação do ano anterior, o teto afiança a sociedade e os agentes econômicos a solvência da União, o que ancora as expectativas de inflação e permite, ao Banco Central, praticar sua política monetária livre do espectro da dominância fiscal.

Foi graças ao teto de gastos que pudemos experimentar os benefícios da prática de juros reais baixos ao longo dos últimos anos, mesmo com a observância de déficits primários sucessivos, desde muito antes da pandemia.

Como é amplamente sabido, o Orçamento do governo federal é cerca de 95% comprometido com despesas obrigatórias, que não podem ser remanejadas para outros fins, nem pelo Poder Executivo nem pelo Poder Legislativo.

As duas maiores despesas obrigatórias são com pessoal (ativo e inativo) da União e com despesas com aposentadorias e benefícios do INSS, que responderam, juntas, em 2019, por dois terços de todas as despesas primárias da União.

Agregadamente, os gastos obrigatórios crescem em ritmo superior ao da inflação, principalmente em razão do crescimento real das despesas previdenciárias, que, apesar da reforma implementada, devem seguir subindo a um ritmo em torno de 2% acima da inflação nos próximos anos.

Essa dinâmica, se não revertida, fará com que, no máximo em 2023, o cumprimento do teto de gastos não seja mais possível sem que o Estado deixe de executar serviços essenciais.

Em 2020, o Orçamento de Guerra associado à pandemia permitiu uma necessária expansão dos gastos para (muito) além do teto. Aqui cabe uma observação importante: somente a perspectiva do retorno ao teto a partir de 2021 é que permitiu a operação simultânea de expansão temporária dos gastos e prática de juros reais baixos durante a pandemia.

Não fosse essa garantia implícita oferecida pelo teto, o aumento de gastos teria levado a uma piora muito mais substancial das condições financeiras e da capacidade de financiamento do Tesouro. A travessia do ano de 2020 teria sido incomparavelmente mais dura.

Com a perspectiva de retomada das atividades econômicas e o declínio da pandemia intensificando-se no último quadrimestre do ano, não haverá justificativa para a prorrogação do estado de emergência (e a consequente possibilidade de rompimento do teto) em 2021, como chegou a ser cogitado por algu-

mas lideranças.

A escolha desse caminho, a partir de um ponto em que a dívida bruta do governo se dá de 95% do PIB, levaria à rápida desorganização da economia e ao aprofundamento da recessão. Felizmente, essa opção parece quase integralmente descartada.

Não obstante a desconsideração de opções que levariam à "morte súbita", existem aqueles que defendem, de forma praticamente aberta, algum tipo de flexibilização do teto de gastos.

A intenção parece ser acomodar, por exemplo, um certo montante de recursos em obras de infraestrutura ou um programa Renda Brasil — que substituiria o Bolsa Família — mais generoso que os R\$ 50 bilhões a R\$ 25 bilhões que o teto de gastos permitiria acomodar em 2021, combinando vários programas assistenciais, dada a atual estrutura de gastos obrigatórios.

Esse também não é o caminho. Diante da atual situação fiscal, aumentar o "pé direito" do teto, apesar de tentador do ponto de vista político, levaria os agentes econômicos a questionarem, justificadamente, o que faria o governo no próximo ciclo orçamentário, quando as restrições impostas pelo teto de gastos se tornariam ainda mais severas.

Esse problema de credibilidade e inconsistência na política fiscal é muito maior do que o representado pelo valor dos recursos que, eventualmente, viessem a ser excluídos do teto em 2021.

Não obstante, o mérito, do ponto de vista tanto da eficiência econômica como de bem-estar social, em expandir os gastos assistenciais e de infraestrutura em detrimento de despesas obrigatórias — especialmente as com pessoal — é evidente.

A pandemia e a recessão a ela associadas escancararam essa necessidade, que havia muito já era premente.

Nos últimos meses, para falar apenas do plano federal, enquanto cerca de 600 mil funcionários públicos da ativa gozaram da integralidade de seus salários e da estabilidade de seus empregos, cerca de 14 milhões de brasileiros perderam seus empregos — isso porque o programa de assistência ao emprego permitiu a preservação de cerca de outros 15 milhões de postos formais de trabalho.

Os que, na informalidade, preservaram suas atividades sofreram uma redução significativa em seus rendimentos.

Por isso, o melhor (possivelmente o único) caminho, na atual situação, é o que está sendo esboçado pelo Ministério da Economia: combinar as PECs (propostas de emendas à Constituição) 186 (Ergencial) e 188 (Pacto Federativo), textos já em tramitação no Senado, em uma única proposta que pudesse caracterizar o estado de emergência fiscal e disparar gatilhos para contenção das despesas obrigatórias do Orçamento já em 2021.

Felizmente, a receptividade a essa ideia pelos presidentes da Câmara e do Senado parece ter sido boa, pelo que foi divulgado pela imprensa.

Em relação à caracterização do estado de emergência fiscal da União, há algumas alternativas: pode ser mantido o critério previsto nas referidas PECs (operações de

## VEJA OS ECONOMISTAS QUE ASSINAM O MANIFESTO

Alexandre Bassoli, Alexandre de Azara, Alexandre Lowenkron, Alexandre Maia, Alexandre Rands Barros, Alexandre Schwartzman, Amaury Bier, Ana Carla Abrão Costa, André de Castro Silva, André Gordon, Aod Cunha, Arilton Teixeira, Aurélio Bicalho, Braz Camargo, Carlos Kawai, Carlos Viana de Carvalho, Claudio Frischthar, Daniel Azeiteiro, J. Schmidt, Daniel Ribeiro Leichsenring, Daniel Weick, Eraldo Braz, Eduardo Loyo, Eduardo Guardia, Eduardo Souza Rodrigues, Eduardo Zilberman, Elena Landau, Fernanda Guardado, Fernando Luz Barbosa, Fernando Veloso, Gabriel Hartung, Genaro Duarte, Lins, Guilherme Batistella Martins, Gustavo Porto Florido, Isaias Coelho, John Welch, Joisa Dutra, José Carlos Carvalho, José Guilherme de Lara Resende, José Luiz Rossi Junior, José Márcio Camargo, José Roberto Mendonça de Barros, Julia Passabom, Julian Fonseca Peña Chedak, Juliano Cecilio, Leany Lemos, Leandro Piquet Carneiro, Leonardo Rothmüller, Leonardo De Paoli, Luis Fernando Giarelli Cezario, Luiz Fernando Figueiredo, Lucas Maestri, Manuel Theófilo, Marcelo Fernandes, Marcelo Fonseca, Marcelo Portugal, Marco Garcia, Marco Bonomo, Marco Antonio Jacob Caruso, Marcos Mendes, Marcos Molica, Mario Mesquita, Mario Ramos Ribeiro, Mirella Sampaio, Natalie Victal, Nicole Saba, Otaviano Canuto, Paula Magalhães, Paulo Hermirany, Paulo Pereira Miguel, Pedro Cavalcanti Ferreira, Pedro Henrique Castro, Pedro Jobim, Pedro Luca Maciel, Reinaldo Le Grazie, Renato Fragelli Cardoso, René Garcia Jr, Ricardo Denada, Roberto de Faria e Almeida Prado, Roberto Iglesias, Rodrigo Azevedo, Rodrigo Barros de Moura Campos, Rodrigo Bomfim de Andrade, Rogério Mazili, Ruy Ribeiro, Sandra Polónia Rios, Sergio Ribeiro da Costa Werlang, Silvia Matos, Solange Srouf, Stefanie Birman, Thiago Pereira, Thiago Cavalcanti, Vinicius Carrasco e Vitor Azevedo Pereira

crédito superiores à despesas de capital, ou regra de ouro) — que estará desequilibrada, nos próximos anos — ou substituí-la por um critério semelhante ao utilizado para os entes subnacionais — no caso destes, a emergência fiscal na PEC 186 é caracterizada quando a despesa corrente atinge 95% da receita corrente.

Já em relação aos gatilhos, vários daqueles previstos nas PECs 186 e 188, em caracterizada a emergência fiscal, já estão, na verdade, acionados pela lei complementar 173/2020, que vedou, salvo exceções, reajustes salariais, progressões funcionais, concursos públicos e a criação de despesas de caráter continuado em geral, nas três esferas da administração pública, até dezembro de 2021.

O gatilho previsto na PEC 186 que pode de fato liberar espaço adicional para despesas sociais e de infraestrutura é a possibilidade de redução de até 25% das horas trabalhadas dos servidores durante o estado de emergência, com adequação proporcional dos vencimentos à carga horária.

Apenas no plano federal, estimamos que essa medida possa abrir espaço em torno de R\$ 15 bilhões para despesas discricionárias.

Note-se que, excluídas as compensações de ICMS estaduais pela União aos estados, é muito provável que a grande maioria desses entes fosse hoje enquadrada no estado de emergência, pelos critérios da PEC 186.

Assim os reajustes de pessoal seguiriam vedados após 2021, provavelmente por mais alguns anos. O mesmo pode-se dizer do enquadramento da União pela regra de ouro ou por outro critério que venha a substituir.

Uma economia adicional substancial poderia ser obtida caso dispositivos de desindexação — principalmente de despesas previdenciárias — sejam incluídos no texto da PEC. Mesmo se fossem vedados por um curto intervalo de tempo, como um ou dois anos, esses mecanismos poderiam liberar dezenas de bilhões de reais no teto de despesas.

Note-se, ainda, que é enganosa a crítica de que o teto prejudica os gastos sociais. Saúde e educação são as duas únicas categorias de despesa que têm um piso mínimo, para proteger os setores. Na educação básica, o principal gasto federal, feito através de complementação do Fundeb, está fora do teto, e boa parte da despesa está a cargo dos estados e municípios.

Diga-se de passagem, a Câmara acaba de aprovar uma elevação substancial dos recursos para o Fundeb. Na saúde, o que se observou desde a implementação do teto é que a despesa tem ficado sistematicamente acima do piso mínimo e não é inferior ao que seria gasto pela regra vigente antes do teto.

A PEC 95/2016 (atual EC 95/2016) ficou conhecida como PEC do Teto e se tornou o mais importante instrumento da política econômica dos últimos anos. Está na hora de acelerar a PEC 186 e rebaixar a de "PEC do Piso".

Precisamos rebaixar o piso, para que o teto não colapse, se não em 2021, por opções equivocadas de política, nos próximos, por excesso incontornável de despesas obrigatórias. Agora é agora, e não há mais nenhum tempo a perder.

## INDICADORES

## JUROS



## CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Competência julho\*

Autônomo, empregador e facultativo

Valor mín. R\$ 1.045 20% R\$ 209

Valor máx. R\$ 6.101,06 20% R\$ 1.220,21

MEI (Microempreendedor)

Valor mín. R\$ 1.045 5% R\$ 52,25

Assalariado

Até R\$ 1.045 Aliquota 7,5%

De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,60 9%

De R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40 12%

De R\$ 3.134,41 a R\$ 6.101,06 14%

\*O prazo da competência de julho vence em 20 ago para empresas; para pessoas físicas, vence em 15 ago. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro para empresas.

## IMPOSTO DE RENDA

Em R\$	Aliquota, em %	Deducit, em R\$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

## EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Considerando o piso na capital e Grande SP

Aliquota	Mínimo em R\$	Máximo em R\$
Empregado	De 7,5%	97,04
	14%	713,09

Empregador 20% 250,50 1.220,21

\*O prazo para o patróio da doméstica venceu em 7 ago. A guia de pagamento dos patróios inclui a contribuição ao INSS do empregador e da doméstica, o FGTS, a multa para a demissão e o seguro contra acidentes. A contribuição ao INSS da doméstica pode ser descontada de seu salário. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro

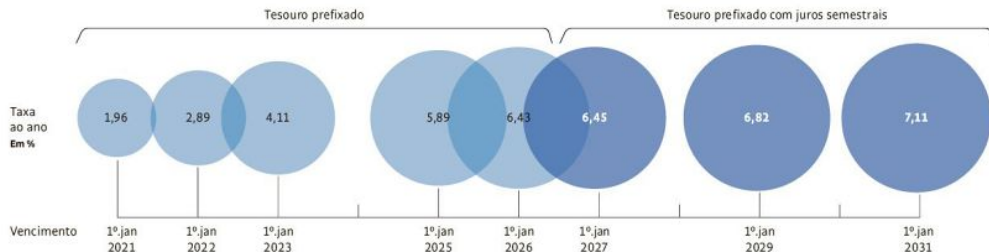


folhainvest coronavírus

# Investidor cobra preço da incerteza fiscal com juro alto e dificulta ação do Tesouro

Taxas de títulos mais longos sobem, e governo é obrigado a se financiar com papéis de curto prazo

Governo paga juros de mais de 7% em títulos de longo prazo



Eduardo Cucolo

**SÃO PAULO** Apesar de os juros estarem nas mínimas históricas, com a taxa básica Selic em 2% ao ano, títulos públicos com prazos mais longos têm oferecido retornos maiores, que refletem a preocupação do investidor com a sustentabilidade de política fiscal.

A curva das taxas prefixadas dos títulos do Tesouro Nacional mostra uma remuneração nesse mesmo nível até o próximo ano, mas que sobe para cerca de 3% em 2022, 4% em 2023, mais de 6% em 2026 e superior a 7% em 2031.

Em razão dessa diferença, o governo tem se financiado mais a curto prazo. Segundo dados do Tesouro, 23% da dívida federal vence nos próximos 12 meses, algo próximo de R\$ 1 trilhão. Esse percentual era de 16% no início de 2019.

No mês passado, o ministro Paulo Guedes (Economia) afirmou que, por causa das despesas elevadas durante a pandemia, o governo planeja transferir R\$ 400 bilhões do lucro do Banco Central (com o efeito da alta do câmbio nas reservas internacionais) para o Tesouro, dinheiro que pode ser usado na gestão da dívida pública e "ameniza a necessidade de rolagem" dos títulos que vencem nos próximos meses.

O Tesouro terá alguns grandes vencimentos pela frente. Um deles nesta segunda-feira (17), de mais de R\$ 60 bilhões em papéis prefixados.

De acordo com levantamentos da IFI (Instituição Fiscal Independente), o Tesouro utilizou o lucro repassado pelo BC nos últimos anos para viabilizar o pagamento de despesas relacionadas ao enfrentamento da pandemia. Até 2019, o repasse era recorrente, o que acabou a partir de 2020 por causa da mudança na lei.

"A curva de juros está bastante empinada, como a gente diz no jargão do mercado. Para 2025 e 2026, acima de 6%. A perspectiva é de deterioração no quadro fiscal, e o mercado tem cobrado mais prêmio. Nos contratos com vencimentos mais longos, já está embutido um aumento de taxa de juros", afirma Adalberto Cavalcanti, presidente-executivo da RB Investimentos.

Cavalcanti diz que não tem visto dificuldades do Tesouro em se financiar no mercado, uma vez que não há falta de demanda pelos títulos do governo, mas que a instituição tem sido conservadora na oferta de papéis com prazos mais longos, de forma a evitar mais pressão sobre os preços.

"Tem uma diferença entre a necessidade de mais prêmio e a dificuldade de financiamento. A dificuldade é quando nenhum prêmio serve", afirma André Pimentel, diretor de Investimentos da Infinity Asset, afirma que o Tesouro tem concentrado as vendas de títulos a curto prazo, com destaque para o vencimento de abril de 2021, o que garante taxas próximas à Selic.

Segundo Pimentel, os juros de longo prazo estão bem acima da Selic projetada para o período, o que significa que o mercado está pagando um prêmio de risco relevante sobre os papéis. Ele também não vê problemas de rolagem e diz que os recursos do BC contribuem para uma administração mais tranquila da dívida.

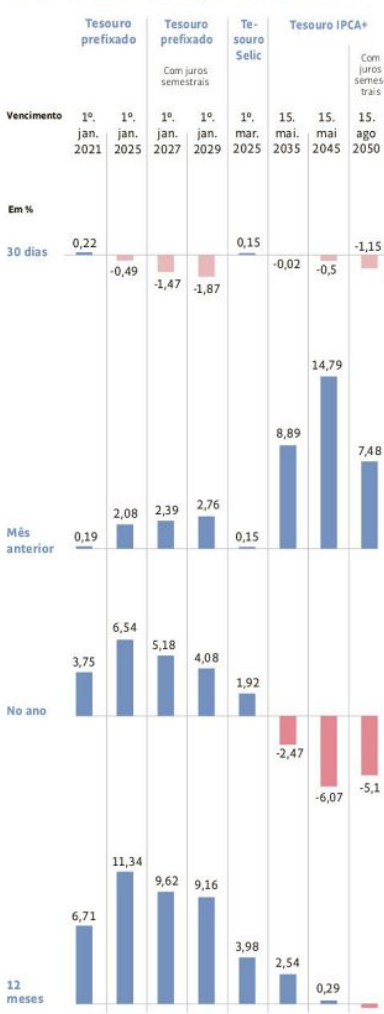
"Você está com a curva muito empinada, fugindo do que o mercado espera que a Selic efetivamente vá alcançar. Ou seja, você tem um prêmio de risco muito alto. O mercado tem desconfiado dessa queda de juros, de quanto sustentável ela é", afirma Pimentel.

Mauro Rached, sócio da Integral Investimentos, afirma que os recursos do BC devem contribuir para que o Tesouro faça uma recomposição do seu caixa aos níveis pré-crise, o que permite a instituição recorrer à estratégia de administrar os vencimentos da dívida sem pressionar os juros.

A estratégia de reduzir a atuação foi utilizada, segundo Rached, nos meses de março e abril, quando os juros tiveram forte oscilação. Em agosto, as taxas voltaram a subir, depois de caírem bastante em julho.

"Em agosto [as taxas] só vem aumentando, muito por causa da celebração em torno de furar ou não o teto de gastos e com o pedido de demissão desses secretários da equipe econômica. A incerteza com o compromisso do governo com a austeridade fiscal tem gerado esse aumento da taxa de médio prazo e nos prazos mais longos", afirma Rached.

Rentabilidade dos títulos do governo oscila com crise



Oscilações das taxas trazem ganhos e perdas para aplicador

**SÃO PAULO** O sobe e desce das taxas de juros tem provocado muitas perdas e ganhos para os investidores. Em julho, por exemplo, alguns títulos atrelados à inflação renderam quase 15%, embora ainda acumulem no ano resultado negativo.

Há três tipos de títulos disponíveis para compra por pessoas físicas. Os pós-fixados (Tesouro Selic) são corrigidos pela taxa básica. Sempre se valorizam, tendo acumulado resultado positivo de cerca de 4% em 12 meses.

Os papéis com juros prefixados (Tesouro prefixados) só garantem a rentabilidade contratada no dia da compra para quem carrega os títulos até o vencimento. Até lá, os preços variam de acordo com os juros de mercado.

Com a tendência de redução de juros pelo BC desde 2019, acumulam retorno entre 6% e 12% em 12 meses.

Os títulos que pagam juros mais a correção pela inflação (Tesouro IPCA, também chamado de NTN-B) também têm variações de preços frequentes. O título Tesouro IPCA+ 2023, por exemplo, rendeu 2,5% em 12 meses, 2,5% no ano, 8,9% no mês passado e -0,02% nos últimos 30 dias.

Mauro Rached, sócio da Integral Investimentos, afirma que o papel prefixado com vencimento em 2025, por exemplo, variou durante a crise dos patamares de 5% a quase 9%. Os papéis indexados à inflação têm tido comportamento semelhante.

"As NTN-Bs [Tesouro IPCA] reagem mais a questões ligadas ao longo prazo. Elas têm uma tendência a se manter voláteis, porque temos no cenário uma questão muito forte que é a das reformas, que mexem com a noção de compromisso do governo com a manutenção do teto de gastos e a austeridade fiscal. A gente vai assistir nos próximos meses a muita incerteza em relação a esse compromisso, e isso vai impactar as expectativas na curva mais longa."

André Pimentel, diretor de Investimentos da Infinity Asset, diz que essas oscilações também têm garantido bons resultados em algumas aplicações classificadas como renda fixa, como mostram os índices de mercado baseados em títulos públicos.

"Se alguém está querendo rentabilidade, não dá para dizer que não tem no Brasil. A de curto prazo é baixa, mas não existe só isso. Você ainda tem uma taxa de 7% na curva longa, juro real de prazo mais longo com 4% mais IPCA. É muita taxa quando comparada com o mundo. Dez vezes a taxa de dez anos nos EUA", afirma.

"Há renda fixa fora da Selic. Muita gente só fala em renda variável, mas ainda tem um prêmio razoável na renda fixa."

**Aeroportos Brasil Viracopos S.A.**  
Em Recuperação Judicial  
CNPJ/MF nº 14.522.178/0001-07 - NIRE 35.300.413.962

**COMUNICADO**

A Aeroportos Brasil Viracopos S.A. em recuperação judicial, comunica a contratação da consultoria ASV Infra Partners - Consultoria em infraestrutura para assessoramento da condução do processo de reestruturação do Aeroporto Internacional de Viracopos. A ASV Infra Partners será representada pelo seu CEO, Adalberto Santos de Vasconcelos, especialista em regulação e concessões de serviços públicos e controle. Com vasta experiência profissional nessas áreas, o consultor é reconhecido por seu perfil técnico e pelas relevantes experiências no setor de infraestrutura do País.

**DECLARAÇÃO DE PROPOSITO**

As pessoas físicas e jurídicas abaixo identificadas, por intermédio do presente instrumento, DECLARAM, nos termos do art. 8º do Regulamento nº 4.122, de 2 de agosto de 2012, sua intenção de exercer cargo de administração no REMUNERADOR DE TRABALHADORES E APOSENTADOS (LTA em fase de constituição) do Alvorada da Costa S/A, CNPJ nº 025.117.273/0001-07, Diretor; b) Gledson dos Santos, CNPJ nº 027.467.208/0001-07, Diretor. As pessoas físicas separadas deste instrumento ESCALAM, que eventuais obrigações a presente declaração, acompanhadas de documentação comprobatória, devem ser apresentadas diretamente ao Banco Central do Brasil, por meio do Protocolo Digital, na forma especificada abaixo, no prazo de trinta dias, contados a partir da data de publicação desta declaração, sob pena de anulação, observado que os declarantes possuem, na forma da legislação em vigor, o direito a votar no processo eleitoral. Protocolo Digital disponível no site do Banco Central do Brasil no endereço: "Processo de Concurso Administrativo Eletrônico - PE" com o número do processo mencionado abaixo. Seleção do cargo "Assessor". Autorização e encaminhamento para Instituições Supervisionadas e para integrantes do SPS. Seleção no campo "Dietista" o componente do Departamento de Organização do Sistema Financeiro - Diefm. Seleção no campo "Banco Central" 00 BRASIL - Geografia Nacional no Rio de Janeiro (BDFGTRM), Assessor Presidente Vargas, 730 - 1º Andar - CEP 20071-900, Rio de Janeiro - RJ. Telefone: 21 2189-5025, 2189-5012, 2189-5146; 2189-5198 - e-mail: gualberto@bcb.gov.br. Processo nº 1710182181, Curitiba, PR, 17 de agosto de 2020. Assessor da Costa José Gledson dos Santos.

**CIDADE DE SÃO PAULO SAÚDE**

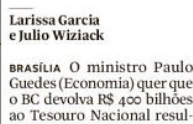
**COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE SUDESTE**

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
PREGÃO ELETRÔNICO 943/CRS-SE/2020 - Processo Administrativo 6516.2018/0202933-7 - Objeto: SERVIÇO DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO NAS UNIDADES DA COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE SUDESTE, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM. Abertura: 02/09/2020, às 09:00 horas, pelo endereço eletrônico [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

Os documentos referentes às propostas comerciais e anexos, das empresas interessadas, deverão ser encaminhadas a partir da disponibilização do sistema [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) até a data de abertura, conforme especificado no edital.

O edital do pregão acima poderá ser consultado e/ou obtido nos endereços: <http://www.coordenadoriasaude.sp.gov.br> e [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) ou na Comissão de Licitação da Coordenadoria Regional de Saúde Sudeste, na Rua Padre Marchetti, nº 557 - Itapiranga, São Paulo/SP - CEP: 04266-000, mediante o recolhimento de taxa referente aos custos de reprografia do edital, através do DANFS, Documento de Arrecadação do Município de São Paulo, ou ainda poderá ser retirado mediante a entrega de 01 CD/R gravado.

Guedes quer R\$ 400 bi em lucro do BC, que resiste



**Larissa Garcia e Julio Wiziack**

**BRASÍLIA** O ministro Paulo Guedes (Economia) quer que o BC devolva R\$ 400 bilhões ao Tesouro Nacional resultantes dos lucros obtidos pela autoridade monetária com operações cambiais e reservas internacionais. O presidente do BC, Roberto Campos Neto, no entanto, resiste.

A transferência tem respaldo legal e só exige a autorização do CMN (Conselho Monetário Nacional), que é formado pelo ministro da Economia, pelo presidente do BC e pelo secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues.

Mesmo assim, tanto o Tesouro quanto o BC querem fazer uma consulta informal ao TCU (Tribunal de Contas da União) para evitar qualquer tipo de ruído caso a operação venha a se concretizar.

Em junho, a conta tinha R\$ 521 bilhões disponíveis. O valor entrará no balanço do primeiro semestre, que será autorizado pelo CMN na reunião deste mês.

Pela nova lei, de maio de 2019, o BC não é mais obrigado a repassar o lucro com operações cambiais ao Tesouro. Para isso, foi criado um fundo no qual essa quantia é depositada. Quando a autarquia tem prejuízo, essa reserva é usada para cobrir a diferença.

Antes, todo o resultado positivo do BC era transferido automaticamente ao Tesouro e, quando havia perdas, a União cobria emitindo títulos.

Os outros valores apurados dentro do balanço, fora as operações cambiais, ainda seguem essa sistemática. Segundo o resultado do primeiro semestre, o BC terá que transferir, obrigatoriamente, R\$ 24,7 bilhões ao Tesouro.

O valor não pode ser usado para despesas primárias, como salários e benefícios. A legislação permite, no entanto, que valores desse fundo sejam repassados à União para custeio da dívida pública "quando severas restrições nas condições de liquidez afetarem de forma significativa o seu refinanciamento".

Segundo assessores de Guedes, no TCU, há uma discussão com o BC se, de fato, a situação atual de liquidez e a combinação de juros e inflação baixos configuraria quadro bom o bastante para a transferência. Há ainda outras questões jurídicas em discussão.

Para Guedes, a transferência está garantida na lei, inde-



## mercado

## Chegar à economia do conhecimento

É preciso acordar para o fato de que é possível aprender qualquer coisa de graça, online

Ronaldo Lemos

Advogado, diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro

Um jeito de resumir o caminho a ser trilhado para o Brasil se desenvolver está em uma fórmula simples: precisamos aprender a transformar conhecimento em produtos, serviços e geração de valor.

Hoje, o país possui boa capacidade de transformar recursos naturais em valor econômico, seja na mineração ou no agronegócio. No entanto, ainda precisamos de mais pessoas, empresas e organizações capazes de transformar conhecimento em valor.

Para dar esse salto de eco-

nomia dependente da natureza para economia movida a ideias, é preciso investir em pessoas, como fizeram vários países na Ásia. Não é aceitável que hoje no Brasil os 10% melhores alunos (incluindo ensino particular) correspondam aos 10% piores alunos do Vietnã, país em desenvolvimento que enfrentou anos de guerra.

A melhor forma de prever o futuro é olhar o sistema educacional de um país no presente. Esta é uma boa bola de cristal: o estado da educação hoje permite prever o que aconte-

rá no país dali a 20 ou 25 anos.

Nesse contexto, um caminho que pode ser promissor na luta por saltos educacionais é o chamado ensino híbrido. Em outras palavras, aproveitar o que há de melhor no ensino presencial realizado na escola e o que há de melhor na capacidade de ensinar pela internet, simultaneamente.

Por exemplo, pegar a parte que funcionou da experiência forçada de educação online durante a pandemia (que tanto enlouqueceu pais e professores), só que de forma complementar.

Por um lado, isso requer investimento em infraestrutura e conexão de alta velocidade, especialmente lembrando que há no país 70 milhões de brasileiros mal conectados ou desconectados.

Por outro, requer avanços em termos metodológicos. Hoje, é possível aprender praticamente qualquer coisa pela internet, de graça. Por exemplo, habilidades práticas como consertar a bicicleta, o chuveiro, fazer pão, tocar um instrumento ou falar um idioma. Dá para aprender também

a habilidade central do mundo contemporâneo, que é programação, de graça pela rede. Mais que isso, é possível aprender também matemática, geografia, biologia. Ou ainda design gráfico ou os pilares práticos de ferramentas de inteligência artificial. Há tutoriais (muitos em vídeo) para qualquer tipo de conhecimento.

Essa constatação de que dá para aprender tudo pela rede precisa ser urgentemente incluída nos currículos educacionais formais. A habilidade mais importante que alguém pode adquirir hoje é justamente acordar para o fato de que pode aprender qualquer coisa sozinho, de graça, se estiver online.

Mais do que isso, é possível incentivar um empreendedorismo baseado em ideias a partir dessa constatação. Inovação pode ser feita de ideias grandes ou pequenas.

Um conhecimento novo ad-

quirido na internet vindo um vídeo pode se transformar em um produto ou serviço inédito, capaz de gerar um mercado novo. Nesse sentido, o mais poderoso de dizer que está no caminho certo para uma economia baseada em conhecimento quando as micro, pequenas e médias empresas passam a participar do processo de inovação.

Uma avenida para isso é a educação formal. Enquanto ela não chega como deveria, a aquisição de conhecimentos e habilidades informalmente pela internet ajuda muito.

## READER

**Já era** Achar que a corrida espacial se encerrou com a Guerra Fria

**Já é** Planos para explorar recursos minerais no espaço

**Já vem** Planos para construir um reator nuclear na Lua

## Ausência de negros entre economistas afeta formulação de políticas públicas

Baixa presença começa na graduação, em curso visto como elitista, e passa por falta de dados sobre cor

## DELTAFOHLA

Thais Carranza e Daniel Mariani

SÃO PAULO "Referências de economistas negros/negras no Brasil?", perguntou no Twitter o advogado Thiago Amparo. Com mais de 46 mil seguidores, o professor da FGV Direito e colunista da Folha recebeu apenas 14 respostas.

O episódio é sintomático de uma realidade das ciências econômicas brasileiras: a baixa presença de pessoas negras numa área que ocupa a linha de frente na elaboração de políticas públicas no país. A fim de chamar a atenção para a questão, foi criada em junho a REPP (Rede de Economistas Pretos e Pretos), que pretende ampliar o espaço desses especialistas no debate público de questões econômicas.

O grupo reúne atualmente cerca de 30 economistas e estudantes de economia negros. Trata-se de uma rede de apoio mútuo e também de discussão para intervenção no debate público.

O problema da falta de representatividade de negros na economia, enquanto área do conhecimento, começa nos cursos de graduação.

Levantamento feito pela Folha a partir de dados do Censo do Ensino Superior do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) mostra que, em 2018, apenas 30% dos concluintes de cursos de graduação em economia se declararam pretos ou pardos.

O percentual tem crescido aos poucos —era de 27,1% em 2013, ano seguinte à criação da Lei de Cotas, que instituiu a reserva de vagas em instituições federais de ensino superior, por critérios de renda e raça.

Mas ainda é muito inferior à presença de negros na população brasileira, que é de 56%, de acordo com dados do IBGE de 2019 (considerando os que se declaram pretos e pardos), e à parcela de negros concluintes de cursos de graduação em geral, que chegou a 41% em 2018, segundo os números do Inep.

O percentual de negros concluintes de cursos de graduação em economia, que sugere o volume de profissionais que estão entrando no mercado de trabalho, também é menor do que o de ingressantes.

Em 2013, 33% dos que entravam nos cursos eram ne-

gros, percentual que subiu para 38% em 2018. O que indica que estudantes pretos e pardos também enfrentam dificuldades maiores do que seus pares brancos para se manter nos cursos.

Na avaliação de Bruno Gomes, de 24 anos e estudante cotista de graduação em economia da Universidade Federal do Ceará, as dificuldades enfrentadas por alunos como ele vão desde a falta de profissionais negros para servirem de modelo até o perfil elitizado do curso, que exige conhecimento de inglês e valoriza experiências como intercâmbios internacionais.

O conhecimento de matemática também é uma dificuldade para alunos que vêm do ensino público com deficiências na sua formação.

"Pesam também as dificuldades materiais, como comprar notebook, que eu não tinha e só fui ter agora no fim da graduação", afirma.

"Internet boa, espaço para estudar em casa, livros, são todos fatores de dificuldade para acompanhar o curso, porque o nosso perfil socioeconômico é outro. Há também falta de sensibilidade dos docentes com a questão."

Os alunos negros de economia muitas vezes também trabalham para ajudar suas famílias, diz Gomes, ao mesmo tempo que moram em bairros violentos, onde o medo de se tornar vítima da guerra às drogas é um fator constante.

"Soma-se a isso uma grande ansiedade por não se verem empregados na área, porque as oportunidades parecem ter uma cor definida. Não há certeza no futuro."

Para Laís Rachter, de 31 anos e estudante do último ano do doutorado em economia na FGV, a falta de diversidade contribuiu para a interdição do debate racial na pós-graduação da área. "Quando você vai subindo na profissão, os espaços vão ficando cada vez mais brancos", diz Laís.

"Na faculdade, tive a oportunidade de discutir sobre raça. Do mestrado para o doutorado, essa discussão desaparece, porque não existem praticamente negros na pós-graduação. A falta de diversidade apaga a discussão."

Segundo levantamento de Pedro Rossi, professor do Instituto de Economia da Unicamp, dos 52 centros associados à Anpec (Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia), 6 contam atualmente com cotas ra-

## Baixa presença de negros na economia começa na graduação



Fonte: Inep e IBGE. Elaboração: Deltafolha. São considerados negros a soma de autodeclarados pretos e pardos.



Mario Theodoro, da Abed (Associação Brasileira de Economistas pela Democracia) Arquivo pessoal

ciais na pós-Unicamp, Universidade de Brasília e as universidades federais Fluminense, de Uberlândia, de Minas Gerais e da Bahia.

A baixa diversidade na área reflete uma realidade também presente nas demais profissões. Mas é particularmente problemática por ter impactos na formulação de políticas públicas, avaliam economistas negros.

"Não conseguimos formular, analisar e avaliar políticas públicas sem conhecer realidade distintas no país", diz Synthia Santana, de 32 anos e analista do IBGE.

"A falta de diversidade impacta, é difícil se colocar no lugar do outro. O problema na ciência econômica é a bolha."

Para Mario Theodoro, de 62 anos e membro da Abed (Associação Brasileira de Economistas pela Democracia), o problema tem origem no racismo estrutural. "A elite do país não tem cor da sua população, e isso é uma catástrofe, porque as decisões tomadas pelas elites não levam em consideração os anseios da população", afirma.

"Quando um governo coloca uma restrição de gastos por 20 anos, com certeza essas pessoas que pensaram nisso nunca subiriam numa favela, nunca viriam de perto qual é a situação da população negra", diz Theodoro, em crítica à regra do teto de gastos.

"Há hoje uma espécie de pacto do economista branco", um privilégio de eles nunca pensarem os efeitos de suas políticas na população negra

Quando um governo coloca uma restrição de gastos por 20 anos, com certeza essas pessoas que pensaram nisso nunca subiriam numa favela, nunca viriam de perto qual é a situação da população negra

Mario Theodoro  
Abed (Associação Brasileira de Economistas pela Democracia)

e pobre. A presença de negros e da população de origem pobre importa, a falta de diversidade afeta o que é estudado e como é estudado", diz o estudante Bruno Gomes.

"Precisamos de espaço, de protagonismo nas discussões públicas, nos jornais e nas decisões políticas que nos afetam, por isso criamos a REPP"

A baixa presença de negros na área passa ainda pela falta de dados sobre o tema. No Censo do Ensino Superior, o nível de não resposta para o item cor/raça entre os alunos de graduação em ciências econômicas chegava a 54% em 2013, patamar que foi reduzido a 20% no dado mais recente.

Já nos números da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), sobre alunos de mestrado e doutorado, o nível de não resposta para a questão racial chega a superar 70% em alguns anos.

Entre os respondentes, em 2018, 37% dos alunos ingressantes de mestrado em cursos de economia se declararam pretos ou pardos, e entre os doutorandos, 25%. Mas o baixo nível de preenchimento do item indica que esses dados devem ser lidos com cautela.

"As universidades ainda não fazem uma coleta qualificada da declaração racial dos alunos. Há um certo desconforto em perguntar sobre isso porque há quem considere ofensivo questionar a cor ou raça da pessoa", diz Adriano Senkevics, pesquisador em educação na Universidade de Toronto.

"Há uma barreira cultural que tem a ver com o legado brasileiro de uma certa recusa em discutir as desigualdades raciais."

Com relação aos economistas em atuação no mercado, o Cofecon (Conselho Federal de Economia) não exige dos profissionais registrados que informem cor ou raça e por isso não possui dados sobre o tema.

Nos principais departamentos de ensino de economia do país, também não há registro sobre raça ou cores dos professores em atuação.

"Não temos esse tipo de informação, nunca foi uma preocupação", afirma José Carlos de Souza Santos, chefe do departamento de economia da FEA-USP.

"Nossa única preocupação tem a ver com a produção científica e qualidade dos cursos ministrados, não fazemos nenhum tipo de controle com relação à raça de professor."

A FGV informou que não tem dados de cor ou raça de seus docentes. Já o Insper disse não ter dados específicos sobre seu curso de economia, mas que na instituição como um todo possui dez docentes pretos ou pardos (2,6% do total). A UFRJ afirmou que não conseguiria atender à solicitação de dados, e PUC-RJ e Unicamp não responderam a pedido de informação.







# TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias\_debates@grupofolha.com.br  
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

## De onde vem o dinheiro do cinema?

Tributação pesada trava a produção de filmes

**Luiz Carlos Barreto**

Produtor de cinema brasileiro, já produziu mais de 150 títulos de ficção, documentários, curtas-metragens, séries e minisséries para a TV

É preciso esclarecer equívocos que tão mal fazem à economia do cinema brasileiro. Os recursos que irrigam nossa indústria cinematográfica não são verbas subtraídas da saúde, da educação ou de qualquer outro item do Orçamento da União, como muitos apregoa.

São duas as fontes que geram os recursos financeiros essenciais para o desenvolvimento da indústria audiovisual, em todos os seus segmentos: 1) Lei 8.685/1993, instituída pelo governo Itamar Franco, posteriormente aprimorada e operacionalizada no governo Fernando Henrique; 2) Contribuição do Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine), criada pela iniciativa do então ministro do Planejamento João Paulo Reis Veloso, em 1976, no governo Geisel.

A Lei 8.685/1993, hoje conhecida como Lei do Audiovisual, é uma lei de renúncia fiscal que possibilita pessoas físicas e jurídicas abaterem de seu Imposto de Renda 3% (pessoa jurídica) e até 6% (pessoa física) e aplicarem na produção de filmes em forma de investimento ou prociócio. Esse mecanismo funcionou de forma plena até 2018 e chegou a injetar na atividade cerca de R\$ 400 milhões/ano.

Em 2019, quando venceu o prazo de vigência de dois artigos dessa lei (art. 1º e 1A), o Congresso aprovou a

renovação de ambos, mas, em seguida, estes foram vetados pelo presidente Jair Bolsonaro. Agora, tendo o Congresso rejeitado os vetos do presidente, fica reestabelecida a vigência da Lei 8.685 na sua integralidade.

Quanto à Condecine, tecnicamente, trata-se de uma Cide (Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico), mas que pode ser entendida como o "pedágio" que todos os filmes (nacionais e estrangeiros) e conteúdos audiovisuais pagam para explorar o mercado brasileiro. Esses sujeitos a esse "pedágio" produtores, exibidores e distribuidores, canais de TV aberta e por assinatura, além de empresas de telefonia.

A Condecine é a principal fonte de receita do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA). Tal taxa tem gerado em torno de R\$ 1,3 bilhão por ano, sendo que desde 2012 essa receita veio sendo contingenciada pela União para cobertura do déficit fiscal. Cerca de R\$ 6 bilhões do Fundo Setorial do Audiovisual foram contingenciados indevidamente desde 2013, pois a Condecine, nos termos da MP 2.228, tem finalidade específica: sua receita só pode ser aplicada na indústria cinematográfica nacional.

Ainda assim, nas redes sociais e mesmo nos jornais, há sempre alguém acusando o cinema de "mamar nas tetas do governo". É importante lembrar que produtores, exibi-

dores, distribuidores, canais de TV, atores e técnicos pagam milhões de reais à pesada cadeia tributária (federal, estadual e municipal).

No entanto, o injusto e maldoso mantra reafirma que "mamos nas tetas... quando, como vimos acima, é o governo quem mama nas tetas do cinema.

Outra questão que, de tão repetida, se tornou uma acusação, é a de que os recursos financeiros que viabilizam a nossa atividade são públicos. Essa tese vem sendo adotada pelas sucessivas diretorias da Ancine (Agência Nacional do Cinema).

Essa errônea interpretação do que é dinheiro público está na raiz da atual crise de prestação de contas, pois, para legalizar o uso dos recursos gerados pelas cidades, as nossas empresas foram enquadradas na Lei de Diretrizes e Bases Organizacionais em regime de convênio. Mas tal regime só pode ser praticado com instituições sem fins lucrativos. Nossas empresas são comerciais/industriais, com fins lucrativos. Essa ilegalidade já foi denunciada em voto proferido pelo ministro Bruno Dantas, do TCU (Tribunal de Contas da União).

Travamos uma luta de resistência contra esse monstro de sete cabeças em que as sucessivas diretorias da Ancine a transformaram, introduzindo 101 emendas na MP 2.228 e editando mais de 150 instruções normativas que nos levaram a tal labirinto burocrático que o ato de produzir um filme se tornou quase impossível.

Somente a força, o vigor empreendedor e o talento criativo daqueles que realmente fazem cinema viabilizaram as centenas de filmes que nos últimos anos têm mantido e ampliado, em todas as telas do mundo, a imagem do Brasil.

Sempre afirmei e volto a afirmar: país sem cinema é como casa sem espelho.

# PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br  
Cartas para sl. Bairro de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

ENVIE PARA O PAINEL DO LEITOR SUA FOTO EM AMARELO DA CAMPANHA PELA DEMOCRACIA

### Culpa por mortes

"Para 47%, Bolsonaro não é responsável por mortes de Covid-19" (Saúde, 15/8). Jair Bolsonaro é o principal culpado, mas não o único.

**Carla Lins** (Aracaju, SE)

Claro que não é responsável. Da mesma forma que um chefe de equipe de vendas não tem culpa de os vendedores não venderem, e que um técnico não tem culpa do time não ganhar. Da guerra perdida, culpa dos soldados, não do general. Assim como o adulto não tem culpa das atitudes das crianças sob sua tutela. Para entender a responsabilidade dele, teria que entender o conceito de liderança, algo difícil para o pessoal que não tem capacidade de abstração.

**José Geraldo** (Cacaquava, SP)

Isso é um tapa na cara dos críticos do Bolsonaro, dos que o chamam de genocida, fascista, xenófobo e outras coisas. É bom destacar que apenas 11% acham que ele é culpado pelas mortes de Covid-19. Os demais acham que ele não é o único culpado, que a culpa é de todos. Um recado: como a pesquisa demonstra, o povo não é bobo e não cai mais em falácias de quem torce contra.

**Antonio Ivair Arrais** (Brasília, DF)

### Aprovação de Bolsonaro

"Auxílio e crédito deram gás a Bolsonaro, afirma Mourão" (Poder, 15/8). Até o vice sabe que esta popularidade é fake. Daqui a pouco volta para a realidade.

**Edailson Monteiro Rodrigues** (Blumenau, SC)

Enquanto isso, as oposições seguem fazendo beicinhos entre si, competindo para ver quem é o melhor quadro para perder para o bolsonarismo agora e em 2022. Bolsonaro e sua trupe de desmonte do Estado brasileiro agradecem e mandam lembranças.

**Júlio Cezar B. Silva** (Fortaleza, CE)

A verdade é que o governo Bolsonaro e a direita brasileira são mil vezes melhores do que o governo PT, Lula e companhia. Os números da mais recente pesquisa Datafolha estão aí para confirmar isso.

**Olavo Cardoso Jr** (Marília, SP)

O auxílio emergencial é obrigação do Estado. As ações de Bolsonaro foram o desmonte do Ministério da Saúde, a defesa da clorequina, o "auê" sem máscara na porta do palácio, os passeios por Brasília sem o mínimo de respeito a qualquer cidadão e aos seus entes queridos morrendo sem ar. Sem contar o ódio e os ataques à democracia.

**Noel Neves** (Pocos de Caldas, MG)

### Falta de trabalho

"40 milhões querem trabalhar, mas não conseguem, diz IBGE" (Mercado, 15/8). Estes dados estão longe de refletir a dura, triste e feia realidade dos pais e mães de família que não têm como colocar comida na mesa por falta de oportunidade de trabalho. E o governo continua com a sua máquina de produzir informações falsas usando "contabilidade criativa".

**Antonio José da Cosata Neto** (São Luís, MA)

### Motoboy ofendido

"Após ofensas, motoboy ganha R\$ 200 mil em vaquinha e emprego" (Mercado, 15/8). Muito legal esta reportagem. É bom saber que o episódio resultou em algo extremamente positivo para o Matheus Pires Barbosa. Sorte e sucesso para ele.

**Claudia Roveri** (Blumenau, SC)

Boa sorte e bom trabalho, Matheus. Dê um olhar atento aos jovens como você que têm talentos ainda não descobertos. Não os deixe passar por uma situação triste como a de que você foi vítima para poder ter oportunidade de trabalhar.

**Esléide Gomes** (São Paulo, SP)

### Temas mais comentados na semana no site

De 8 a 14.ago

Total de comentários: 10.116

Comentários

499 Luto (Opinião) 8.ago

317 Aprovação a Bolsonaro sobre e é a melhor desde o início do mandato, diz Datafolha (Poder) 13.ago

207 Governo Bolsonaro vincula mortes e casos de Covid a governadores adversários (Cotidiano) 10.ago

### Queiroz

"Gilmar determina que Fabrício Queiroz, fique em prisão domiciliar" (Poder, 15/8). A prisão domiciliar parece ser a mais acertada. Os presídios estão já enfeitados de gente. Para que colocar mais sem necessidade? A prática de tortura travessada de prisão temporária tem que acabar.

**Carlos Nunes** (Campos dos Goytacazes, RJ)

Dói que, na mesma semana em que a popularidade de Bolsonaro sobe, e 47% acham que ele não tem nenhuma culpa pelas 100 mil mortes, ainda temos que ver milicianos com pedregueiro sendo beneficiados pela Justiça. Meu estômago está embrulhado!

**Helôisa Mendonça** (Rio de Janeiro, RJ)

Gilmar Mendes dasa conforme a música que o Datafolha toca.

**Miguel Fabrício Neto** (Santana de Parnaíba, SP)

### MP-RJ

"Gabinete de bolsonarista antecipo contagem em que MP-RJ perdeu prazo" (Poder, 15/8). A gente gosta de se iludir que é o direito ou as leis que governam o processo e os julgamentos. Gostamos de nos iludir com que há impessoalidade. Esse é um exemplo eloquente, como se diz em jurídiques, de que, mesmo não se tratando de um gesto partidário, os acontecimentos determinantes são não-jurídicos (embora usem as regras). Lamentável, espero que a reclamação no STF contra a absurda norma do foro privilegiado seja acolhida.

**João Fernando de Coelho** (Rio de Janeiro, RJ)

Relapsa, negligente, indiligente, desleixada, desleixada, desleixada, desidiosa, incuriosa ou simplesmente criminosos? A procura tem de ser investigada para apurar se cometeu crime de prevaricação. Basta analisar o histórico de seus recursos para constatar se foi justamente só nesse caso que perdeu o prazo ou se é relapsa contumaz e costuma apresentar recursos no último dia de prazo — ou além dele.

**Antonio Melo** (São Paulo, SP)

Creio ser muita imaginação concluir que houve intenção de favorecer o Flávio Bolsonaro. E, de qualquer forma, ele está juridicamente certo.

**Paulo Roberto Fernandes de Andrade** (Santos, SP)

### Pensão alimentícia

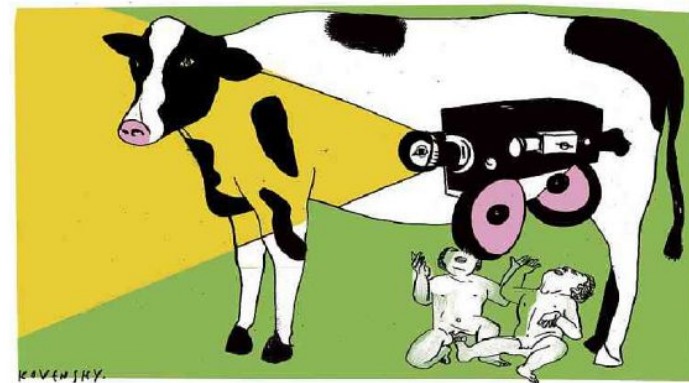
"Ex-mulher e filhos de Pelé cobram pensão alimentícia na Justiça" (Esporte, 15/8). Como atleta, reconhecidamente, de valor indiscutível. Como cidadão, coloco um monte de pontos de interrogação.

**Maria Filomena Martins de Almeida Gomes** (São Paulo, SP)

### Djamila Ribeiro

"Axexé para Pipo" (Ilustrada, 14/8). Obrigada, Djamila Ribeiro, por esse texto belíssimo nos apresentando uma mulher tão forte. Obrigada também por trazer um pouco da crença espiritual tão presente no Brasil, mas que muitos desconhecem.

**Simone Costa** (São Paulo, SP)



## A missão do 'turco'

Temer tem caráter conciliatório e viés harmônico

**Flavio Goldberg**

Advogado e mestre em direito

No folclore brasileiro, principalmente entre os mais humildes, o imigrante sírio-libanês sempre foi identificado como o "mascate", o prestamista, o facilitador a crédito da dívida, o simpático "turco da prestação".

Jorge Amado eternizou esse personagem que habita as fábulas de nossa imaginação; o sedutor de fala mansa, gente boa que vende a fiado. Ora, pois o ex-presidente Michel Temer enfrenta esse "papel" nosocodrama, despido das encrências de sua trajetória ou dos contratempos que a realidade impõe.

No jeitinho surreal de nossa linguagem, fica como "turco" aquele que, do Oriente Médio, trouxe a nostalgia e a fidalguia da ternura.

Acompanhei do começo ao fim a viagem de Michel Temer, professor de direito constitucional, a uma palestra realizada em Oxford, na Inglaterra, a convite da Oxford Union — célebre por ter sido palco, entre outros pronunciamentos, de Winston Churchill e Martin Luther King. Dadas as circunstâncias políticas

e mesmo jurídicas, Temer se apresentou com um exercício dialógico democrático. Foram dias intensos de reflexões e contatos que me possibilitaram, independentemente de qualquer juízo partidário, testemunhar o seu caráter de tom conciliatório e viés harmônico.

Agora, com a trágica explosão ocorrida no porto de Beirute — agudizando a crise econômica e social do país, já assolado pelos efeitos da pandemia —, uma extraordinária cartada do destino jogou nas mãos do poeta de Tatuf (SP) a responsabilidade de representar a solidariedade brasileira na triste configuração.

Convidado pelo presidente Jair Bolsonaro, Temer, naturalmente, não pode se limitar a chefiar uma viagem por si só já tão generosa e humanitária de socorro material.

O Brasil, na formação de nossa identidade nacional, sempre contou com a imigração de centenas de milhares de libaneses, que, com seus filhos e netos — incluindo a própria família do ex-presidente —, ére-

conhecidamente uma das comunidades mais bem integradas e sofisticadas do país.

Neste e em muitos aspectos, essa missão de solidariedade é mais uma dádiva fraterna e afetiva do que meramente um ato político ou de interesse geoestratégico.

Na ancestralidade do seu psiquismo, Temer vai como o outro que, em outro momento e em outra realidade, foi capaz de tocar a profunda sensibilidade libanesa e unir o país no pranto e na esperança — refiro-me a um poeta que, aliás, influenciou alguns de nossos melhores escritores: Khalil Gibran. Ao pedir para ser enterrado no seu país natal, emocionou todo o mundo.

A tarefa é complexa, o desafio é imenso, mas cabe a cada um de nós, de todas as origens, nesta terra de miscigenação, torcer no sentido de que a missão brasileira seja capaz de um milagre a mais: a pacificação dos conflitos que dilaceram o Líbano.

Numa crise planetária de dor e sofrimento, que já costou ao Brasil mais de 100 mil mortos, uma guerra sem fronteiras, em que a covardia da natureza e o desencontro das inteligências se somam, eis uma oportunidade exemplar para cicatrizar as memórias do horror.

O mapa-múndi hoje está manchado de sangue — que seja irrigado na compaixão pela alteridade, o encontro no outro do nosso próximo.



mercado **coronavírus**

# Auxílio emergencial impede que 23,5 milhões caiam na pobreza

Estudo mostra também que medidas do governo levam à redução temporária da desigualdade

William Castanho e Thiago Resende

BRASÍLIA Programas emergenciais para enfrentamento da pandemia da Covid-19 levaram à redução temporária da desigualdade no Brasil, aponta estudo. O auxílio emergencial, por exemplo, evitou a queda de 23,5 milhões de brasileiros para a pobreza.

Outras 5,5 milhões de pessoas tiveram aumento de renda com a ajuda do governo — o impacto total é sobre os menos 29 milhões de brasileiros. Sem ações federais, a desigualdade teria crescido de forma acentuada.

As conclusões são de estudos de Rogério Jerônimo Barbosa, da USP (Universidade de São Paulo), e Ian Prates, do Cebraj (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento).

Nota técnica do Boletim Mercado de Trabalho, do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), mostra os efeitos do benefício de R\$ 600 e da redução de jornada e corte de salário. Os resultados estão em constante atualização. As medidas foram adotadas pelo governo Jair Bolsonaro em abril. O auxílio é voltado a informais e atende 65,9 milhões de pessoas.

Previsto inicialmente para abril, maio e junho, o benefício foi prorrogado até agosto (cinco meses). Com isso, o custo do programa alcança R\$ 254,2 bilhões.

A redução de jornada com corte de salário socorre trabalhadores formais e empresas. Até o momento, foram fechados 16,2 milhões de acordos. O programa foi estendido para

durar até quatro meses.

Antes, seriam três meses para redução e dois para suspensão do contrato de trabalho. Ao todo, o programa custa R\$ 51,6 bilhões, pois o governo banca uma parte da redução da renda do trabalhador.

"Na ausência de qualquer benefício dessa natureza, a desigualdade teria aumentado de modo constante e rápido", escrevem Barbosa e Prates, na nota publicada pelo Ipea em julho.

Os pesquisadores cruzaram dados do Pnad (Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar), do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) e dos dois programas.

Os indicadores avaliados são emprego, renda taxa de pobreza e coeficiente de Gini (indicador de desigualdade). É considerada pobre a pessoa com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 318,33 (um terço do salário mínimo, de R\$ 1.254).

Os pesquisadores revisam os dados regularmente. Com a dinâmica dos efeitos da pandemia no mercado de trabalho, a realidade os surpreendeu, negativamente.

"Quando a Pnad Covid-19 sai, ela traz, além do que previmos, uma série de outros fatores, e um é que o volume de desemprego tinha sido maior do que os nossos cenários simulados", diz Barbosa.

"O efeito do desemprego é muito maior. E havia outras formas de perda de renda que nós não contemplamos no estudo." Uma delas são as reduções de jornada, não apenas as acordadas em razão de lei.

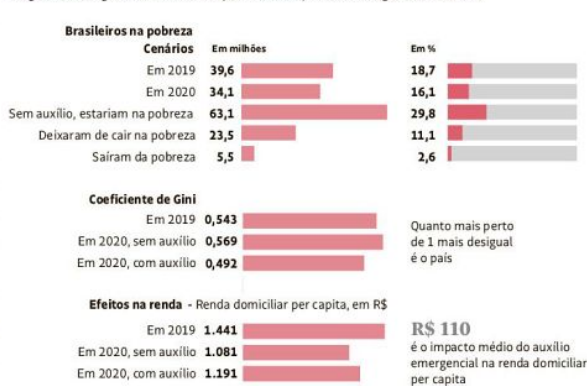
Segundo os pesquisadores, os brasileiros foram forçados

## Programas do governo para enfrentar a pandemia



## Os efeitos na pobreza e na desigualdade

Programas emergenciais reduzem temporariamente pobreza e desigualdade no Brasil



Fontes: Ministério da Economia, Boletim Mercado de Trabalho - edição especial Covid-19 (Ipea) e Nota Técnica Nº 14 (Rede de Pesquisa Solidária)

a deixar de trabalhar ou a trabalhar menos horas. Com isso, claro, perderam renda.

Nesse universo, entram trabalhadores com alta qualificação, em home office e jornada e salário reduzidos, por exemplo, e informais, como domésticas e eletricitistas. "Por causa da pandemia, parte dessas pessoas não está sendo recebida em casa", diz Prates.

Pela atualização, publicada em boletim da Rede de Pesquisa Solidária, a queda da renda do trabalho é gritante.

Em 2019, a renda média domiciliar per capita era de R\$ 1.441. Neste ano, caiu para R\$ 1.191. Sem o auxílio emergencial, o valor seria R\$ 110 menor — ou seja, R\$ 1.081.

Esse cenário revelou os efeitos dos programas. Sem o benefício de R\$ 600, a taxa de pobreza teria ido a 29,8% da população — isso equivale a 63,1 milhões de brasileiros.

"O auxílio emergencial foi uma política desenhada pelas necessidades de momento. Ele deu um valor às famílias que é muito mais alto do que elas estavam acostumadas a ganhar", diz Prates.

O coeficiente de Gini, que mede a desigualdade, caiu a 0,492. Sem as medidas, teria chegado a 0,569 — patamar registrado nos anos 1980 e 1990.

Prates, porém, pondera: "Olhar os dados da pandemia como estáticos, ou seja, dizer que a pobreza caiu sem levar em conta que já estávamos em uma situação de crise, e a pandemia em si vai ter consequências de longo prazo, é um olhar um tanto quanto limitado", diz.

"Existiu um período pré-pandemia e vai existir um pós-pandemia. As políticas que estão sendo usadas durante a pandemia são temporárias."

Com a pandemia, o governo conseguiu criar os dois programas sem restrições orçamentárias. Porém, só valem no período de calamidade pública, prevista até dezembro. O Ministério da Cidadania, responsável pelo auxílio emergencial, ressalta que, segundo dados levantados pelo IBGE, o

## Tributo como a CPMF é solução para problemas pontuais, afirma relator

ENTREVISTA  
AGUINALDO RIBEIRO

Danielle Brant e Thiago Resende

BRASÍLIA O relator da reforma tributária na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), disse que propor um imposto nos moldes da antiga CPMF parece uma solução para problemas pontuais, por não ser transparente, não ter um modelo aprovado e por apresentar caráter cumulativo.

"Acho que a gente está discutindo uma reforma tributária para mudar estruturalmente", disse, ao criticar a ideia em elaboração pelo ministro Paulo Guedes (Economia).

Em entrevista à Folha, Ribeiro, que também é relator na Comissão Mista da Reforma Tributária (que analisa também a proposta do Senado), defendeu a proposta apresentada por congressistas para que a alíquota de qualquer novo tributo seja calibrada ao longo da transição da reforma, apesar de o governo ter apresentado um projeto que reúne o PIS e a Cofins em uma alíquota de 12%.

O deputado, que lidera a Maioria da Câmara, quer convencer prefeitos de grandes cidades a também defender a proposta do Congresso, que inclui o ISS (imposto municipal) na reforma.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RR), disse que espera que a reforma seja votada na Casa até o fim do ano, mas antes esse era o prazo para aprovação de toda a re-

forma tributária nas duas Casas. A reforma completa só fica para 2021? O ideal para o Brasil era que fossem nas duas Casas neste ano. É evidente que cada Casa tem o seu rito, e dentro da Câmara eu acho que a gente tem de construir ouvindo as lideranças partidárias, fazendo um debate como estamos fazendo, na comissão mista que tem o propósito de acelerar esse debate.

A gente já está discutindo a proposta como um todo dentro do ambiente da comissão. E o ideal é que pudesse, em havendo a participação do Senado como está havendo na comissão mista.

Se a discussão da reforma ficar para 2021, a tramitação pode atrasar por causa das eleições no Congresso? Eu acho que há um sentimento do Congresso Nacional da importância de uma agenda estruturante para o país. E a reforma tributária é, no momento, essa agenda.

Eu acho que o maior problema de você deixar para 2021 é que nós temos o princípio da anterioridade. O que a gente aprovar em 2021 vai ficar para 2022. A gente perde, inclusive, no impacto positivo da própria reforma, a gente perde no início da transição.

Ainda falta o governo apresentar outras etapas da proposta dele, inclusive a que mexe no IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), que, de acordo com as PECs (propostas de emenda à Constituição) que tramitam no Congresso, seria fundido a outros tributos, como PIS, Cofins, ICMS e



Pedro Ladeira - 15.ago.19/Folhapress

ISS. O Congresso vai esperar o projeto do governo? Isso [o IPI] está contemplado dentro da PECs. Acho que também é acoplável, como é acoplável PIS e Cofins [cuja fusão foi apresentada pelo governo], é acoplável IPI, porque já está nas PECs.

Qual seria o período ideal para a transição para que se tenha os efeitos da reforma tributária na economia? Uma das propostas prevê uma transição em até dez anos. O que vai ditar isso é exatamente essa necessidade de calibrar esse potencial arrecadatório e a forma de você não trazer, vamos dizer assim, o dano, do ponto de vista dessa mudança rápida. É isso que vai ditar como se deve fazer essa transição, ou seja, testar números e modelos.

É possível que a proposta do governo que unifica PIS e Co-

fins comece a vigorar antes do princípio único previsto nas PECs do Congresso, que mexe em mais impostos? Eu defendo que essa reforma seja feita de forma ampla. O que não inviabiliza, aquilo a que me referi, tanto em relação ao PIS e Cofins quanto em relação ao próprio IPI, que acho que são acopláveis nas propostas que estão postas. Por que talvez não seja factível do ponto de vista operacional você proceder tudo ao mesmo tempo. Por isso que eu digo que é acoplável isso.

Qual a sua posição sobre o princípio de tributar transações financeiras? Guedes fala que é um "microimposto digital" e com arrecadação anual de R\$ 120 bilhões. Como uma "nova CPMF" seria avaliada no Congresso? Nós estamos querendo um sistema que seja simples e que seja transparente. Além do mais, se ele vi-

er como imposto que aumente a carga tributária, já bateu no meu princípio de não aumento de carga tributária, que já é muito alta em um país em que o Estado brasileiro devolve muito pouco ao cidadão.

Nesse aspecto, qualquer imposto que seja cumulativo, que não traga transparência para o cidadão, e que não tem um modelo testado, um modelo aprovado, parece aquelas coisas que se cria para se resolver determinados problemas pontuais e aí você termina criando um casuismo que se tende a uma tentação de perenização. E isso é muito ruim.

A gente está discutindo uma reforma tributária para mudar estruturalmente

Sobre o ISS, os prefeitos de grandes capitais querem tentar adiar a discussão. Até que ponto isso atrapalha? Nós vamos aprofundar essa discussão para construir, no diá-

logo, um texto que possa dar a tranquilidade para todos. Nós não estamos fazendo um sistema tributário nem setorial nem do ponto de vista federativo para esse ou aquele ente da Federação.

O governo propôs uma alíquota de 12% para o imposto que reuniria PIS e Cofins. A PEC que o sr. relata prevê que a alíquota será calibrada ao longo da transição. Isso atrapalha o andamento da proposta do governo? Quando se fala "a alíquota vai ser alta, a alíquota vai ser baixa", na verdade nós vamos trazer à tona aquilo que estava encoberto, que é o sistema tributário que esconde do seu contribuinte, do seu consumidor, aquilo que ele está pagando de impostos. Acho que isso é fundamental.

Agora vamos discutir isso com os governos, inclusive, com a participação de todos, é a partir daí que você vai mon-



benefício chegou a 80% dos domicílios mais pobres. Por isso, tem movimentando a economia e amparado os carentes.

O programa de redução de jornada com corte de salários tem impacto mais ameno, segundo Barbosa e Prates. Mesmo assim, altera o Gini, em razão da equalização, o que leva à redução da desigualdade.

Para o secretário de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco, o programa evitou demissões em massa e, agora, serve de inspiração internacional. "Outros países e organismos já têm observado as ações do Brasil", diz.

Os programas têm efeitos artificiais e provisórios, afirmam os pesquisadores. "Com o fim do auxílio) a desigualdade [deve] crescer vertiginosamente para patamares que não víamos desde os anos 1980". Atento a esse quadro, o governo elaborou o Renda Brasil, nome a ser dado à reformulação da Bolsa Família.

Pesquisa Datafolha publicada na quinta-feira (13) mostra os efeitos dos programas sobre a imagem de Bolsonaro. Em campanha antecipada pela reeleição, o presidente viu a avaliação positiva do governo subir. Entre os que recebem o auxílio emergencial — 47% dos entrevistados —, 42% avaliam o governo como ótimo ou bom.

Técnicos do Ministério da Economia enfrentam dificuldades para conseguir recursos no Orçamento que financiem o Renda Brasil. A ideia é unificar o Bolsa Família — umas das marcas mais fortes de governos petistas — a outros gastos sociais, como abono salarial e salário-maternidade.

O plano é remanejar dinheiro dentro do Orçamento. Assim, preserva-se a regra do teto de gastos que impede o aumento de despesas acima da inflação do ano anterior.

"Evitar esse legado da pandemia [alta da desigualdade] por meio de um sistema de proteção social sólido é um dos principais desafios para os tempos futuros", escrevem Barbosa e Prates.

# Novo imposto de Guedes pode arrecadar mais que antiga CPMF

Tributo sobre pagamentos arrecadou em 2007 o equivalente a 1,34% do PIB; se implementado como quer o governo, arrecadaria 1,47% do PIB

Thiago Resende e Bernardo Caram

**BRASÍLIA** O imposto sobre transações financeiras elaborado pelo ministro Paulo Guedes (Economia) pode ter arrecadação até mesmo superior à da extinta CPMF.

Como estratégia política, o governo tem propagado o discurso de que estuda a criação de um "microimposto digital", mas os dados mostram que o novo tributo poderia arrecadar mais que o antigo.

Em 2007, ano em que foi extinta, a CPMF teve uma arrecadação de R\$ 72 bilhões, em valores atualizados pela inflação, o que corresponde a 1,34% do PIB (Produto Interno Bruto), segundo informações da Receita Federal.

O time de Guedes prevê que a "nova CPMF", como vem sendo chamada no Congresso, renderia R\$ 120 bilhões por ano aos cofres públicos.

Para 2021, isso representaria 1,47% do PIB, considerando a estimativa do governo para o PIB nominal que está no projeto de LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

A equipe que elabora a reforma tem como objetivo modernizar o sistema sem alterar a carga tributária. Por isso, Guedes argumenta que, com o tributo, será possível, por exemplo, desonerar a folha de pagamentos, promessa da campanha eleitoral.

Dados mais recentes apontam que o emaranhado tributário do país, incluindo cobranças federais, estaduais e municipais, abocanha mais de 33% do PIB por ano. Procurada, a Receita Federal não quis comentar.

Guedes afirmou no começo do mês que é "maldade ou ignorância" comparar os dois impostos, sem explicar qual seria a diferença entre eles.

Segundo especialistas, a proporção do PIB é a melhor forma de medir o peso de um tributo, porque permite avaliar seu impacto em relação ao tamanho da economia.

Quando vigorou no país, de 1997 a 2007, a CPMF incidiu sobre as movimentações financeiras, mas com exceções. Havia isenção para negociações de ações na Bolsa, transferências entre contas-correntes de mesma titularidade e saques de aposentadorias, seguro-desemprego e salários.

O Ministério da Economia discute com o Banco Central a possibilidade de não haver essas isenções, ou ao menos parte delas, no novo tributo.

O modelo do novo imposto está em fase final de formação na pasta, que busca a maior base possível para garantir uma arrecadação robusta, segundo participantes da discussão. Embora o foco seja alcançar operações digitais, um interlocutor do ministro disse que os saques também serão taxados.

Em 2007, a CPMF tinha alíquota de 0,38% e incidia só de um lado da operação, como no débito na conta. Em cenário traçado pela Receita em 2019, um imposto idêntico à CPMF — com alíquota de 0,38% — arrecadaria em 2021 quase R\$ 106 bilhões.

No último ano em que foi aplicada, a CPMF recolheu R\$ 36,5 bilhões. Corrigido pela inflação de 2007 a 2020, esse

**+**  
**O IMPOSTO DE GUEDES**

**0,2%** é a alíquota em estudo por operação com cobrança nas duas pontas

**R\$ 120 bilhões** é a arrecadação anual estimada pelo governo para o tributo

**1,47% do PIB** é a proporção de arrecadação que o novo imposto deve gerar em relação ao PIB previsto para 2021

**1997 a 2007** período no qual vigorou no Brasil a antiga CPMF

**0,38%** era a alíquota do tributo, cobrado de débitos na conta bancária de quem realizava o pagamento, ou em caso de saque

**R\$ 72 bilhões** foi a arrecadação em 2007 (corrigido pela inflação para valores de 2020)

**1,34% do PIB** foi a proporção de arrecadação que o imposto gerou em relação ao PIB de 2007

valor sobe para quase R\$ 72 bilhões. Portanto, tinha potencial de arrecadação abaixo do novo imposto de Guedes.

Alíquota do novo tributo deve ser de 0,2%, mas com cobrança nas duas pontas: em uma compra online, será cobrada do consumidor e da empresa vendedora. A incidência total daquela operação, portanto, será de 0,4%.

Apesar do governo dizer que o novo tributo terá uma base diferente, técnicos ainda não apresentaram explicações ao Congresso, e especialistas veem a chance de o imposto digital ser uma "nova CPMF" disfarçada.

Para o economista e advogado Eduardo Fleury, do escritório FCR Law, o governo dificilmente alcançará a arrecadação de R\$ 120 bilhões estimada pela equipe econômica.

A partir de análises das movimentações financeiras do país, ele estima que a receita poderia se aproximar desse valor se em cenário otimista e se fossem eliminadas todas as isenções da extinta CPMF.

Fleury ressalta que o obaque econômico gerado pela pandemia do novo coronavírus vai derrubar o PIB e pode reduzir o volume de transações financeiras no país. Isso teria impacto negativo para a arrecadação do novo tributo.

"Paulo Guedes fala 'vamos pegar o sonogedor'. Tem estudos que dizem que temos cerca de 16% de economia não registrada. Mesmo que alcance essas pessoas e multiplique por várias transações, também não vai resolver".

Na avaliação de Fleury, com a taxa básica de juros, a Selic, em patamar baixo, a alíquota de 0,2% cobrada nas duas pontas da operação é proporcionalmente alta. O resultado da instituição do tributo, diz, será uma elevação do custo do dinheiro.

Para ele, as pessoas tentam achar meios para fugir da cobrança, possivelmente buscando mecanismos não alcançados pelo fisco, como moedas virtuais.

No caso das empresas, afirma que a tendência é de verticalização de processos. Um supermercado, por exemplo, buscaria ampliar o leque de produtos próprios para reduzir o volume de transações com outras companhias.

"Não vejo muito ponto positivo e acho uma regressão em termos de sistema tributário", disse Fleury.

Sem nem sequer ser oficialmente entregue aos parlamentares, a proposta do novo imposto vem sendo criticada na Câmara e no Senado.

Apesar de se aliar a Guedes na agenda econômica, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), é um dos mais resistentes a um imposto semelhante à CPMF. Por isso, a estratégia do Ministério da Economia é convencer o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), sobre a importância da medida.

Para ter apoio no Congresso, o governo terá de derrubar a ideia de que o tributo cria travas na economia e incide da mesma forma em todas as classes sociais, pesando mais para os mais pobres.

O presidente Jair Bolsonaro deu, em julho, aval para Guedes retomar esse debate e negociações com o Congresso.

PAINEL S.A.

Joana Cunha

painelsa@grupofohla.com.br

## Fique em casa

A adesão ao home office definitivo no pós-pandemia deve crescer entre os escritórios de advocacia. Para os que trabalham com equipes pequenas, foi mais fácil entregar os espaços físicos, diminuindo os custos de aluguel, mas alguns dos grandes também começam a estudar a mudança ou acelerar planos que já estavam no radar. Cláudio Moretti, sócio do Trench Rossi Watanabe, afirma que, na pandemia, a empresa desocupou metade de um andar da unidade de São Paulo.

**A DISTÂNCIA** O movimento no Trench Rossi Watanabe já vinha sendo praticado antes do coronavírus, segundo Moretti. O escritório iniciou um programa de trabalho remoto há cerca de dois anos que, desde então, resultou na diminuição dos espaços também em Brasília, Porto Alegre e Rio de Janeiro.

**ENDEREÇO** O Moraes Pitombo mudou o escritório de lugar. Trocou os mil metros quadrados na Vila Olímpia por 270 metros quadrados na região da Faria Lima em São Paulo.

**DOCE LAR** Segundo a empresa, a produtividade cresceu 15%, e as economias com o aluguel estão sendo revertidas em adaptação dos espaços remotos, salas de reunião e postos de trabalho rotativos.

**FUTURO** O Demarest diz que está analisando. "Se eu tiver uma presença física menor de pessoas, preciso estudar como isso vai acontecer. Também temos de avaliar o comportamento do cliente, será que vão exigir menos reuniões no escritório?", afirma o sócio-diretor, Paulo Rocha.

**NÔMADES** Até a empresa de condomínios Lello está testando a troca dos nove escritórios que tem na capital paulista por três unidades que vêm sendo chamadas de "hubs". A ideia é que os funcionários trabalhem a maior parte do tempo em casa e usem o espaço comum apenas para as reuniões com clientes ou as atividades em grupo.

**CRIME** O botão do pânico instalado nos aplicativos das marcas do GPA, como Pão de Açúcar, Extra, Assaí e Compre Bem, que direciona denúncias de mulheres vítimas de violência doméstica, registrou mais de 80 mil acessos desde que foi lançado, em 23 de junho.

**VOZ** A ação faz parte de um programa elaborado pelo Instituto Avon com mais de 20 instituições para ajudar as mulheres que estão sofrendo violência na pandemia. Quem faz o acesso pelo app da rede de supermercados é atendido por uma assistente virtual no WhatsApp, que encaminha a mulher para serviços jurídicos, psicológicos e outros.

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

A HORA DO CAFÉ | Fabiane Langona



**Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), 51**

É deputado federal desde 2011. Administrador, formado em gestão empresarial e engenharia, já foi ministro das Cidades da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) e líder do governo na Câmara durante a gestão do ex-presidente Michel Temer (MDB)

tar a alíquota do IBS, que é justamente o imposto sobre bens e serviços [proposta na PEC da reforma tributária da Câmara]. Por isso que acho que é importante que a gente faça uma reforma de maneira ampla, e não fatiada.

**Como a debandada no Ministério da Economia pode afetar a reforma tributária e a agenda liberal de Guedes no Congresso?** Do ponto de vista da reforma tributária, acho que nós vamos continuar com esse diálogo permanente que nós temos tido, para avançar nessa reforma. É uma questão interna do ministério, cabe ao próprio ministro fazer essa avaliação. Isso não mudará, porque são agendas privadas do Executivo.

O governo deu um gesto importante para o país de compromisso com o teto de gastos, isso é fundamental com a responsabilidade fiscal.



## mercado coronavírus

# Debandada expõe pressões contra a reforma do Estado e as privatizações

Congresso espera nova relação com time de Guedes, mas eleições pioram cenário para mudanças

Julio Wiziack e Julia Chaib

**BRASÍLIA** A saída de dois integrantes da equipe econômica responsáveis por parte relevante da agenda liberal do ministro Paulo Guedes (Economia), privatizações e simplificação da burocracia estatal, expôs os diversos focos de pressão contra a prome-tida reforma do Estado.

No Congresso, as baixas geraram a expectativa de que os substitutos dos secretários, cujos nomes já foram anunciados, adotem postura e trânsito mais empáticos com a política.

Sem isso, avaliam congressistas, os danos à economia gerados pela paralisação de projetos poderão ser maiores do que o esperado pelo mercado.

Na condição de anonimato, banqueiros e investidores afirmaram à Folha que já contam com o adiamento da reforma administrativa e a lentidão do programa de privatizações — a chamada precificação no jargão do mercado.

A percepção deles se alinha com a de lideranças no Congresso que se tornaram mais resistentes à reforma do funcionalismo público e ao plano de desestatização de empresas como a Eletrobras.

Os Correios e a Casa da Moeda deram resultado positivo na pandemia, aumentando a atuação de deputados contrários à venda de estatais.

Nas instâncias feitas pelos bancos, com base no atual cenário, o país deve ultrapassar a marca de R\$ 1 trilhão em gastos para conter os danos da pandemia até o fim deste ano, o que fará a dívida ultrapassar 100% do PIB — patamar superior àquele previsto para a equipe econômica.

Para esse grupo, ficou evidente que a divergência de interesses pode prejudicar a economia, tanto neste ano quanto no próximo, ampliando o endividamento e degradando ainda mais o cenário fiscal.

A falta de alinhamento entre as alas do governo também irrita líderes de partidos de centro e do chamado centro, que dizem haver desorganização do próprio Executivo a respeito de propostas prioritárias no Congresso.

"O que merece atenção é esse ruído entre a equipe econômica e outros setores do próprio governo. O cenário de instabilidade prejudica a agenda pós-pandemia e a retomada econômica do Brasil", afirma o líder do DEM na Câmara, Efraim Filho (PB).

O que explica essa situação é o choque entre a agenda liberal de Guedes e a pauta eleitoral, que, neste momento, mobiliza o Planalto e o Congresso em torno de medidas populistas, como a postergação do socorro financeiro da pandemia até o fim deste ano e, possivelmente, a do crédito para empresas em dificuldades.

No time de Bolsonaro, essas divergências são materializadas, de um lado, pelos ministros Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional), Tarcísio de Freitas (Infraestrutura) e Walter Braga Netto (Casa Civil), e, do outro, Guedes.

Os três primeiros pressionam por investimentos públicos para tocar obras de saneamento e infraestrutura, vitrines eleitorais para o presidente, que ajudariam na recuperação econômica. Essa defesa levou a um debate sobre a possibilidade de esse furar o teto de gastos, o que os opôs frontalmente ao ministro da Economia, defensor do ajuste fiscal.

Na semana que passou, o presidente, ao lado desses ministros, e os principais líderes no Congresso fizeram uma declaração conjunta em defesa

## As baixas na equipe de Paulo Guedes

CARGO	MISSÃO	QUEM FOI CONTRA	DIFICULDADES QUE ENCONTROU	QUANTO TEMPO DUROU
<b>JOAQUIM LEVY</b> 	<b>Ex-presidente do BNDES</b> Reduzir o tamanho do banco como financiador de empresas e concentrar esforços nos processos de privatizações. Também teria de equacionar a devolução de recursos ao Tesouro	<b>Jair Bolsonaro</b>	Ter sido ministro da Fazenda da ex-presidente Dilma Rousseff e colocou na mira de Bolsonaro desde sua indicação. A gota d'água foi a nomeação para a diretoria de Mercado de Capitais do banco de um advogado que foi chefe de gabinete do ex-presidente do BNDES na gestão Lula	<b>6 meses</b> (jan.2019 a jun.2019)
<b>MARCOS CINTRA</b> 	<b>Ex-secretário da Receita Federal</b> Preparar a proposta de reforma tributária, uma das promessas de campanha de Bolsonaro	<b>Jair Bolsonaro e Rodrigo Maia, presidente da Câmara</b>	Resistência do empresário, do Congresso e do Planalto à criação de um imposto sobre movimentações comerciais, uma espécie de CPMF, que permitia deduções. Também foi alvo de críticas devido ao vazamento de dados sigilosos das declarações de renda de cônjuges de ministros do Supremo Tribunal Federal	<b>9 meses</b> (jan.2019 a set.2019)
<b>GUSTAVO CANUTO</b> 	<b>Ex-ministro do Desenvolvimento Regional</b> Reformular os programas sociais da pasta, particularmente o Minha Casa Minha Vida, que, sob Bolsonaro, teria menos subsídios e seria mais abrangente	<b>Jair Bolsonaro</b>	O presidente pressionou o ministro da Economia, Paulo Guedes, para que enquadrasse Canuto devido à demora em apresentar um novo programa. Havia falta de recursos para ampliar o volume de contratações de obras e Canuto, servidor de carreira do Ministério da Economia, pediu para deixar o cargo	<b>1 ano e 2 meses</b> (jan.2019 a fev.2020)
<b>MANSUETO ALMEIDA</b> 	<b>Ex-secretário do Tesouro</b> Além de controlar o caixa da União, foi um importante conselheiro de Paulo Guedes por conhecer o funcionamento da máquina pública	—	Mansueto já tinha avisado ao ministro que gostaria de deixar o governo e migrar para a iniciativa privada. A mudança demorou devido ao agravamento da situação fiscal do país	<b>1 ano e 7 meses</b> (jan.2019 a jul.2020)
<b>CAIO MEGALE</b> 	<b>Ex-diretor de Programas da Secretaria Especial de Fazenda</b> Levar para o governo sua experiência da iniciativa privada para desenvolver programas voltados à inovação da Indústria, Comércio e Serviços	—	Não se adaptou ao serviço público. Inicialmente, teve problemas com a gestão do secretário de Produtividade, Emprego e Competitividade, Carlos da Costa. Foi então nomeado assessor especial do ministro. Depois, mudou para a Secretaria Especial da Fazenda até que decidiu sair	<b>1 ano e 7 meses</b> (jan.2019 a jul.2020)
<b>RUBEM NOVAES</b> 	<b>Ex-presidente do Banco do Brasil</b> Modernizar o banco para a competição na era das transações digitais. Além disso, alimentava com Guedes o plano de privatizar a instituição	<b>Congresso</b>	Advertências do Tribunal de Contas da União sobre os gastos do banco com publicidade, críticas sobre ingerência do Planalto com a nomeação do filho do vice-presidente da República para um cargo especial no banco, resistência no Congresso depois da divulgação de uma reunião ministerial em que Guedes revelou a Bolsonaro o plano de privatização do banco que, segundo Guedes, seria o sonho de Novaes	<b>1 ano e 7 meses</b> (jan.2019 a jul.2020)
<b>SALIM MATTAR</b> 	<b>Ex-secretário de Desestatização, Desinvestimento e Mercado</b> O ex-secretário de Desestatização, Desinvestimento e Mercado conduzia o plano de privatizações que, segundo Guedes, permitiria levantar até R\$ 1 trilhão	<b>Congresso e ala militar do governo</b>	Mattar não sabia lidar com a burocracia federal e reclamava de que tudo ficava centralizado no PPI (Programa de Parcerias de Investimentos), que tinha a missão de inscrever as estatais no Plano Nacional de Desestatização concentrando assim o processo. Tentou obter aval do Congresso para uma espécie de "fast-track", mas se deparou com a resistência de parlamentares a privatizações, especialmente a Eletrobras e os Correios	<b>1 ano e 8 meses</b> (jan.2019 a ago.2020)
<b>PAULO UEBEL</b> 	<b>Ex-secretário de Desburocratização, Gestão e Governo Digital</b> Promover o engajamento da máquina pública por meio de uma reforma administrativa. Também deveria conduzir a digitalização de todos os processos do governo federal para aumento de produtividade e melhora da qualidade do atendimento público	<b>Bolsonaro e servidores federais que fizeram pressão no Congresso e no Planalto</b>	Bolsonaro preferiu adiar a reforma administrativa porque poderia ameaçar seu plano de reeleição. Servidores federais pressionaram os dirigentes das duas Casas para adiar as mudanças	<b>1 ano e 8 meses</b> (jan.2019 a ago.2020)

do respeito ao limite de despesas públicas. Por ora, Bolsonaro decidiu ceder aos apelos do Posto Ipiranga para evitar a alta do dólar, por exemplo.

Pelos cálculos dos economistas, a incerteza sobre a situação fiscal já afeta a taxa de câmbio, que poderia estar R\$ 0,70 mais baixa ante o dólar, não fossem as dúvidas que a pressão política em ano eleitoral coloca sobre as despesas do governo.

Com um lobby pesado no Congresso, os servidores federais conseguiram adiar a reforma de suas carreiras (administrativa). Muitos também operam no Congresso contra as privatizações, caso da Infraero, dos Correios e da Eletrobras.

A debandada de integrantes da equipe econômica não surpreendeu o mercado, já acostumado às sucessivas baixas que ocorrem a partir da saída de Joaquim Levy da presidência do BNDES. Desde então, já foram oito baixas no time.

As interferências políticas de Bolsonaro na gestão das estatais ligadas a Guedes se tornaram frequentes, tanto no banco de fomento quanto no Banco do Brasil. Salim Mattar, ex-secretário de Desestatização, não tinha traquejo para lidar com congressistas, a quem, ao final, caberia o aval para o plano de venda de estatais do porte da Eletrobras, dos Correios e da Casa da Moeda.

Além da resistência histórica do mundo político para venda de estatais — desalojando aliados nesses órgãos —, outros fatores passaram a pesar contra a agenda de privatizações. A crise levou, por exemplo, a uma procura por papel-moeda, movimento que se intensificou com o pagamento do auxílio emergencial de R\$ 600 pelo governo. Houve um aumento dos saques, e o Banco Central até pediu o adiamento de entregas de cédulas pela Casa da Moeda.

Nos Correios, o isolamento fez o fluxo de entregas aumentar 25% até junho deste ano na comparação com o mesmo período de 2019. As compras pela internet foram o principal motor desse resultado.

A exemplo dos Correios, muitas estatais têm filiais nos estados e servem de cabides de emprego para indicados de políticos. Também assumem gastos de cunho social, ajudando a reforçar a base de apoio local dos congressistas.

Mesmo com a entrada na equipe de Guedes de nomes com maior trânsito entre os parlamentares, a chance de haver privatização de grandes empresas neste ano é considerada remota.

Na quinta-feira (13), Guedes indicou os substitutos dos secretários que saíram na semana passada. No lugar de Mattar na Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, entrará Diogo Mac Córd. Já na Secre-

taria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, o escolhido foi Caio Andrade no lugar de Paulo Uebel.

O ministro optou por soluções internas. Mac Córd já estava no Ministério da Economia, no cargo de secretário de Desenvolvimento da Infraestrutura. Ele ajudou a equipe econômica a tocar a proposta do marco do saneamento básico, aprovada na Câmara e no Senado.

Andrade é o atual diretor-presidente do Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados).

Esse movimento reproduz na Economia o que já vinha ocorrendo com o próprio presidente Jair Bolsonaro. A resistência dele a implementar uma política de costura de apoio parlamentar travou sua agenda, impondo derrotas históricas ao governo. Bolsonaro é o mandatário que mais coleciona reversões do Congresso.

## Empresa brasileira de games é avaliada em US\$ 3 bilhões

TEC

**SÃO PAULO** | REUTERS | A desenvolvedora de games brasileira Wildlife Studios, criada em São Paulo há menos de uma década, captou US\$ 120 milhões (R\$ 646 milhões) em uma rodada de investimento liderada pelo fundo Vulcan Capital, do cofundador da Microsoft Paul Allen, avaliando a empresa em US\$ 3 bilhões (R\$ 16 bilhões).

A Wildlife, que desenvolve jogos para dispositivos móveis, já havia alcançado o status de "unicórnio", startups com valor de mercado acima de US\$ 1 bilhão, em dezembro do ano passado, após receber aporte de US\$ 60 milhões (R\$ 322 milhões) do fundo norte-americano Benchmark Capital.

Na ocasião, a empresa havia sido avaliada em US\$ 1,3 bilhão tomando-se então o 10º unicórnio brasileiro. A rodada mais recente eleva o total captado pela empresa a US\$ 250 milhões (R\$ 1,35 bilhão).

"A Wildlife demonstrou uma capacidade única e consistente de desenvolver, lançar e sustentar vários títulos de maneira eficiente em vários gêneros, resultando em uma trajetória de crescimento líder elucrativa", afirmou Rafael Costa, sócio da Vulcan Capital, que também investiu em empresas como Epic Games e Spotify.

Discreta na comunicação, a empresa tem boa reputação entre analistas de venture capital, que destacam seu lucro desde o primeiro ano, alta capacidade de monetização e de audiência dos jogos.

Outro ponto de atenção é a maturidade no negócio. Apesar de idade inferior a uma década, surgiu na esteira da popularização do smartphone, o que já lhe deu vantagem competitiva de adaptação ao digital se comparada a outras mais tradicionais.

Fundada pelos irmãos Victor e Arthur Lazarte em 2011, a Wildlife afirmou que pretende usar os recursos do aporte para continuar investindo na aquisição e desenvolvimento de talentos e para se tornar uma plataforma de jogos para dispositivos móveis.

Dentre seus títulos mais populares, estão o "Tennis Clash" e o jogo multiplayer online "Zooba".

A companhia possui mais de 700 funcionários em seus cinco escritórios ao redor do mundo e atualmente conta mais de 100 milhões de usuários ativos em seus games, que somam 2 bilhões de downloads globais.

O investimento ocorre em um momento em que o setor de games vê um acelerado crescimento, com a empresa de pesquisa Newzoo prevendo uma alta de 10,3% na receita da área em 2020 na comparação anual, gerando US\$ 6 bilhões (R\$ 32,3 bilhões).

A maior fatia do faturamento global de games vem do mercado móvel, que movimentou quase US\$ 70 bilhões ao ano, mais do que PC e console juntos, de acordo com dados da Newzoo do ano passado.

No Brasil, 70 milhões de pessoas se declaram jogadores de celular, o que reflete a criação de empresas nos últimos anos.

Outros unicórnios brasileiros são 99, Nubank, Arco, iFood, Stone, GymPass, Loggi, QuintoAndar e Ebanx.



## TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.

## A reforma tributária proposta pelo governo tornará a cobrança de impostos mais justa?

## Sim Adequar a tributação do consumo à melhores práticas

Modelo pretende acabar com mais de cem isenções e regimes diferenciados

Leonel Cesarino Pessoa

Doutor em Direito pela USP e professor da FGV Direito SP

A PEC 45, em tramitação no Congresso Nacional, propõe uma ampla alteração na tributação sobre o consumo a partir de princípios que estão em sintonia com as melhores práticas internacionais: cria um imposto sobre valor agregado que incidiria sobre uma base ampla, que inclui bens e serviços, adota o princípio do destino para as vendas interestaduais e, especialmente, estabelece uma alíquota única e acaba com o conjunto atual das isenções.

A proposta de reforma tributária enviada pelo governo ao Congresso, ainda que abrangendo apenas a substituição do PIS e da Cofins e mantendo algumas isenções, também aponta para essa direção.

Argumenta-se que a reforma da tributação sobre o consumo em nada contribuiria para resolver o problema mais grave do Brasil, que é a desigualdade. Com efeito, tornar a tributação mais progressiva é uma exigência premente — e isso pode ser feito, em especial, com modificações no sistema de tributação da renda, que também precisa passar por uma revisão. Nesse sentido, espera-se que a instituição de um imposto sobre o valor agregado inspirado na melhor experiência internacional seja apenas a primeira etapa do que deve ser uma ampla reforma de todo o sistema tributário brasileiro.

No entanto, os projetos de reforma tributária em tramitação no Legislativo, assim como a proposta do governo, não pretendem apenas simplificar o sistema, reduzindo o número de tributos. Há, na sua base,

expectativas normativas ligadas a um ideal de justiça que também precisa ser implementado.

De acordo com estudo da Febrafite (Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais), com base nas leis de diretrizes orçamentárias estaduais, o gasto tributário dos estados com o ICMS teria sido de R\$ 83,4 bilhões no exercício de 2018. Esses números são estimados e não incluem os benefícios concedidos por meio de regimes especiais. A proposta do governo pretende acabar com mais de cem isenções e regimes diferenciados.

Sea concessão de benefícios é a regra do jogo, fica muito mais fácil lutar por algum tipo de isenção ou de re-

[...]

Os projetos de reforma tributária em tramitação no Legislativo, assim como a proposta do governo, não pretendem apenas simplificar o sistema, reduzindo o número de tributos. Há, na sua base, expectativas normativas ligadas a um ideal de justiça que também precisa ser implementado

gime especial do que atuar de forma mais eficiente. Os pedidos se multiplicam, e o resultado é a proliferação de alíquotas e tratamentos diferenciados do que decorre a enorme falta de transparência, que é a regra em nossa tributação sobre o consumo.

Em termos de justiça, o problema é que as isenções, créditos presumidos, regimes especiais e o tratamento diferenciado interferem, de forma geral, na igualdade da tributação entre os diferentes setores e mesmo no âmbito de um mesmo setor. E, além disso, reduzem o volume de recursos arrecadados que poderiam ser redistribuídos via serviços públicos.

O Brasil tem que resolver o gravíssimo problema de distribuição da renda e implementar um estado social de acordo com os ideais da Constituição de 1988. Mas a questão é que os resquícios de um problema anterior ainda permanecem e tem que ser resolvidos simultaneamente. Por isso, a tarefa é mais difícil. Além de equacionar o problema distributivo, o Brasil tem que acabar com os privilégios e implementar um Estado de Direito em que o princípio da igualdade perante a lei seja efetivamente a pedra angular.

Para fazer um diagnóstico da justiça de um determinado sistema tributário, é necessário olhar não apenas para a arrecadação, mas também para o gasto. Melhorar a tributação sobre o consumo, acabando com as isenções e regimes especiais, permite que mais dinheiro possa ser alocado para quem realmente precisa.

## PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br

Cartas para o Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

ENVIE PARA O PAINEL DO LEITOR SUA FOTO EM AMARELO DA CAMPANHA PELA DEMOCRACIA

## Datafolha

A Folha merece meu respeito. Pública o fato, agrade ou não ao leitor. Por exemplo, a manchete desta sexta-feira (14), "Bolsonaro tem aprovação recorde", causou-me náuseas ao lê-la. Mas fazer o quê? No momento é o que a pesquisa detecta. Luiz Simões Berthoud (Tremembé, SP)

Como todas as manhãs, recebo a Folha e corro os olhos pelas manchetes antes de me dedicar à leitura. Nesta sexta, com o semblante tomado pela idiotice, estupefato e meio letárgico, leio: "Bolsonaro tem aprovação recorde; rejeição cai 10 pontos". Como um cachorro que caiu da mudança, busco abrigo no título do imperdível colunista Hélio Schwartsman: "O Brasil merece Bolsonaro". Que país é este, meu Deus?

Carlos Alberto Bellozi (Belo Horizonte, MG)

O governo Bolsonaro está buscando R\$ 5 bilhões extras para tocar obras em infraestrutura. Está sendo elaborada uma lista de obras a serem contempladas. E ainda tem gente que não gosta do presidente. Arcangelo Sforzin Filho (São Paulo, SP)

A esquerda, incluindo aqui muitos jornalistas, está roendo as unhas. Está vendo agora que o povo do bem não aceita mais a corrupção no poder. Antonio Franco (Aragarças, GO)

Excelente homenagem da professora Djamilia Ribeiro para Maria Aparecida Eugênio, a Pipó ("É hora de resistir, ao mesmo tempo em que é hora de se despedir", Ilustrada, 14/8). Realmente, não se lamenta a partida no axexé, mas se celebra a vida, a obra e a força de quem foi para o Orum, conduzida pelos ventos de Yansá! Agora Pipó é uma encantada. Axé! José Jorge Zacharias (São Paulo, SP)

Tocante e admirável a coluna de Djamilia Ribeiro. Texto em espiral, que cresce e emociona sem cessar, dando voltas profundas por dentro da vida, homenageando quem partiu. Com rara sutileza, permitiu que as entrelinhas brilhassem. Comprometeu-se e reafirmou seus propósitos. A escrita mais leve, porém, intensa, é uma espécie de pausa no tempo. Ronilson de Souza Luiz, doutor em educação pela PUC-SP (São Paulo, SP)

Parabenizo Tati Bernardi pelo artigo "Que esquerda tola nós somos!" (Saúde, 14/8). Penso que é momento de cada brasileiro que está angustiado com a situação atual do nosso país fazer uma reflexão a respeito dos motivos que nos trouxeram a ela. Independentemente de ideologias, temos que pensar no nosso comportamento individual perante o caos em que nos metemos. Fazendo uma introspecção, só posso concordar com Tati Bernardi. Somos o somatório de egoísmos e vaidades, seja qual for o espectro em que militemos. José Elias Aiex Neto (Foz do Iguaçu, PR)

Em relação à charge de Claudio Mor desta sexta-feira (14), digo que o ministro Paulo Guedes supera Ray Bradbury em criatividade. E a festa toada em que estamos, e por tudo o que temos presenciado, acho que "Fahrenheit 451" vai parecer um conto de fadas. Cassio Antonio Leardini (Mauá, SP)



## ERRAMOS

erramos@grupofolha.com.br

PODER (11.AGO., PÁG. A8) O partido Cidadania foi identificado como PPS na infografia que acompanhou a reportagem "Nova regra

de partidos nanicos sem tempo de TV nas eleições municipais". PPS era o nome que o partido adotava até o ano passado.

Em relação ao editorial "O deslante do tribunal", é lamentável confirmar, uma vez mais, que aqueles que deveriam dar o exemplo de justiça são os que a usam para cometer as maiores injustiças. Como diz o ditado popular: "O país da Justiça injusta".

Márcia Nascimento (São Paulo, SP)

## Quilombo Campo do Meio

Quem cala consente, e a Folha está calada e omite a violência praticada pelo governo Romeu Zema em Minas Gerais. Em plena pandemia, Zema pôs a PM para desalojar 450 famílias do assentamento Quilombo Campo Grande, em Campo do Meio. O assentamento existe há mais de 20 anos e é aprovado pela população do município em que se localiza, que convive bem e consome alimentos saudáveis produzidos no local. A PM ateou fogo no assentamento, deixando os moradores inclusive sem acesso à comida. Isso não é notícia para o jornal que eu assino há décadas?

Mouzar Benedito (São Paulo, SP)

## Portuguesa, 100

Sou palmeirense, mas acho que a maioria dos paulistas e paulistanos tem a Lusa como seu segundo time. Um clube que revelou Leivinha, Zé Roberto, Zé Maria, Dener, Servilho, Djalma Santos, Félix e tantos outros craques não pode viver essa penúria. Empresários, sejam de que ramo forem, poderiam tirar a Lusa da UTI. A Portuguesa é grande e não pode pagar sozinha por erros de administrações anteriores ("Pandemia atrapalha planos da Portuguesa de se reerguer no centenário", Esporte, 14/8). Luis Carlos Bonadio (Marília, SP)

14 de agosto de 1920 - 14 de agosto de 2020. Salve Associação Portuguesa de Desportos. Parabéns, Lusa querida. Cem anos de muita luta e de muito sofrimento também, mas de muitas conquistas, muitas alegrias e grandes vitórias. O grito que tem que valer por 50; as palmas que têm que ser mais fortes que os tambores. Somos poucos e bons. Somos Lusa de coração. Somos Portuguesa. Somos Canindé. David de Pinho Filho (São Paulo, SP)

## Sem livros

Em relação à charge de Claudio Mor desta sexta-feira (14), digo que o ministro Paulo Guedes supera Ray Bradbury em criatividade. E a festa toada em que estamos, e por tudo o que temos presenciado, acho que "Fahrenheit 451" vai parecer um conto de fadas. Cassio Antonio Leardini (Mauá, SP)

## Não A 'deforma' tributária do governo Bolsonaro

Possível 'IVA dual manco' concentra renda e agrava os conflitos federativos

Guilherme Mello

Professor do Instituto de Economia (IE) e diretor do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica (Cezon-IE) da Unicamp

Após meses de proleção, o governo federal finalmente apresentou um esboço de sua proposta de reforma tributária, prevendo quatro mudanças principais: a unificação do PIS/Cofins em um único tributo, denominado Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS); a transformação do IPI em imposto seletivo; mudanças no Imposto de Renda, com redução das alíquotas máximas e fim de isenções; e redução dos encargos trabalhistas, a serem compensados pela arrecadação de uma "nova CPMF".

Dentre as quatro, apenas a criação da CBS foi detalhada em projeto de lei. Na comparação com outras propostas que tratam exclusivamente da mudança em impostos indiretos (como as PECs 45 e 110), ela representa um retrocesso.

Ao excluir do debate os impostos de competência estadual e municipal (ICMS e ISS), o governo federal se recusa a participar da reforma nos tributos que mais produzem complexidade tributária e conflitos federativos. A criação de fundos de desenvolvimento regional e a devolução do imposto para os mais pobres, necessários na criação de um novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA), são temas propositalmente ignorados pelo governo.

Além disso, a alíquota de 12% proposta para a CBS é maior do que a

"alíquota neutra" que repõe a arrecadação atual. Isso significa que a arrecadação federal deverá aumentar através de tributos sobre consumo, o que irá centralizar a arrecadação e ampliar a desigualdade social, formando a nossa já péssima estrutura tributária.

Caso estados e municípios consigam avançar sozinhos na criação de um IVA, teremos o chamado "IVA dual". Mas dada a alíquota federal de 12%, a mera adoção de uma "ali-

[...]

Com a proposta de substituir tributos sobre folha pela "nova CPMF", um tributo indireto cobrado em cascata, o governo desonera o empresário e onera o consumidor. Da forma apresentada, a "nova CPMF" será repassada ao preço dos produtos, prejudicando os mais pobres

quota neutra" no IVA estadual municipal produzirá uma alíquota total próxima a 30%, uma das maiores do mundo nesse tipo de imposto.

Em suma, o governo quer criar um "IVA dual manco", que simplifica pouco, concentra renda, centraliza arrecadação e agrava os conflitos federativos.

Por sua vez, com a proposta de substituir tributos sobre folha pela "nova CPMF", um tributo indireto cobrado em cascata, o governo desonera o empresário e onera o consumidor. Da forma apresentada, a "nova CPMF" será repassada ao preço dos produtos, prejudicando os mais pobres, os produtores nacionais e incentivando a verticalização produtiva.

Ademais, a aposta na redução dos encargos trabalhistas parece inócua em um cenário de falta de demanda, como foram as desonerações de folha e a reforma trabalhista no passado recente.

A única proposta de reforma tributária que combina simplificação, equilíbrio federativo, distribuição de renda e preocupação ambiental é a "Reforma tributária justa, solidária e sustentável", apresentada pela oposição. Curiosamente, ela é omitida do debate público, talvez por tributar a renda e patrimônio dos muito ricos e desonerar os mais pobres.



# Retomada é desigual e dependente do auxílio do governo

### Dados mostram força em setores essenciais; para analistas, ritmo vai depender da escala da retirada do benefício social

Nicola Pamplona

**RIO DE JANEIRO** Os sinais de aquecimento da economia verificados pelo IBGE em junho indicam que a retomada ainda é focada em artigos essenciais e, segundo economistas ouvidos pela Folha, dependente do auxílio emergencial concedido pelo governo federal após o início da pandemia.

Para os especialistas, a manutenção do ritmo de recuperação vai depender da decisão sobre a prorrogação do benefício e de uma recuperação do mercado de trabalho, único dos grandes indicadores do IBGE que ainda não mostrou sinal de melhora.

"A reabertura [do comércio] e a transferência de dinheiro não dão algum otimismo para a transição do segundo para o terceiro trimestre, mas isso pode ser temporário diante do risco de abismo fiscal", dizem os economistas Fábio Ramos e Tony Volpon, do banco UBS.

Na comparação com abril, considerado o fundo do poço da pandemia, os dados do IBGE mostraram melhora disseminada nos três grandes setores da economia pesquisados pelo instituto — indústria, comércio e serviço —, mas a evolução se dá sobre uma base de comparação muito baixa, lembra o economista Otto Nogami, do Insper.

"Apesar de o valor absoluto [de evolução em relação ao mês anterior] ser grande, os números não necessariamente retratam uma realidade que a economia está vivendo, porque as bases de comparação são extremamente baixas", diz. "E não são garantia de que nos próximos meses estaremos num patamar equivalente ao período anterior o distanciamento social."

A comparação com o mês de fevereiro, o último sem nenhuma semana em distanciamento social, já mostra que poucos segmentos da economia conseguiram recuperar o patamar anterior à crise, e a maior parte deles ligado ao consumo de bens essenciais. Na indústria, operam no azul os fabricantes de alimentos, bebidas, produtos de higiene e farmacêuticos, por exemplo.

Os bens semi e não duráveis se recuperaram do tombo recorde do pico da pandemia, mas ainda estão em nível bem abaixo. Montadoras e o setor calçadista, por exemplo, produzem menos da metade do volume verificado em fevereiro. A fabricação de roupas es-

tá em um patamar 37% inferior, e a produção de equipamentos de informática é quase 20% menor.

No comércio, a recuperação do patamar de fevereiro foi puxada pelo setor de supermercados, que representa mais de 50% do indicador e não parou durante a crise. Em relação a fevereiro, operam no terreno positivo também material de construção e móveis, vistos como reflexo da injeção de dinheiro do auxílio emergencial na economia.

Na avaliação de Nogami, mesmo a leve recuperação de setores não essenciais em relação a abril pode mostrar efeitos de reposição de estoques e da demanda reprimida durante as semanas de isolamento. "Foi um pico em razão da demanda reprimida e agora vai tender a entrar em uma linha de normalidade."

O IBGE vê, por exemplo, um aumento nas compras de produtos para o lar, o que explica o aumento de 31% nas vendas de móveis em junho.

"As pessoas estão passando mais tempo em casa, entendendo as necessidades, e pode ser que a renda do auxílio acabe virando consumo, e não poupança", disse o gerente da pesquisa de comércio do instituto, Cristiano Santos.

Mesma percepção de na indústria têxtil, que vê maior movimentação no setor de cama, mesa e banho do que no de vestuário. As vendas de tecidos, vestuário e calçados cresceram 53,2% em junho.

O indicador de serviços, principal motor do PIB brasileiro, reforça as dúvidas sobre o ritmo de recuperação.

Mesmo com crescimento de 5% em relação a maio, o volume de serviços no país ainda está perto do piso histórico. O banco Fator lembra que a recuperação desse setor tem forte influência sobre o emprego e a renda do brasileiro.

"A recuperação mais lenta do setor preocupa principalmente por seu peso no mercado de trabalho. Segundo o Caged [Cadastro Geral de Empregados e Desempregados], 47% dos empregos formais em janeiro estavam no setor".

De acordo com o IBGE, o número de brasileiros sem nenhuma ocupação é recorde de e, em maio, o contingente dos desocupados foi maior do que de ocupados pela primeira vez desde que o início da pesquisa com o formato atual — situação que se repetiu em junho.

Para os economistas, a volta às compras mesmo com o mercado de trabalho em sua maior crise indica que o auxílio tem sido fundamental para aquecer a demanda.

"Se as transferências sociais forem reduzidas muito rápido em relação à recuperação do desemprego, podemos ver crescimento zero ou mesmo resultados piores no início de 2021", avaliam os economistas do UBS, lembrando que o programa custa, em termos anualizados, 8,5% do PIB e tende a ser reduzido até o fim do ano.

"Tem aí uma questão de timing", concorda o economista Reginaldo Nogueira, do Ibmeq. "Ao retirar o recurso, haverá um grande risco de queda na economia." Beneficiário pelos efeitos da transferência sobre a aprovação de Jair Bolsonaro (sem partido) vem negociando uma prorrogação.

Nogueira vê com maior otimismo os números do IBGE. Na sua opinião, apesar de indicarem um resultado negativo do PIB em 2020, eles mostram que a economia já saiu do fundo do poço. "Ficou claro que a gente não está em queda livre", afirma, dizendo acreditar que o mercado de trabalho deve mostrar reação em breve também.

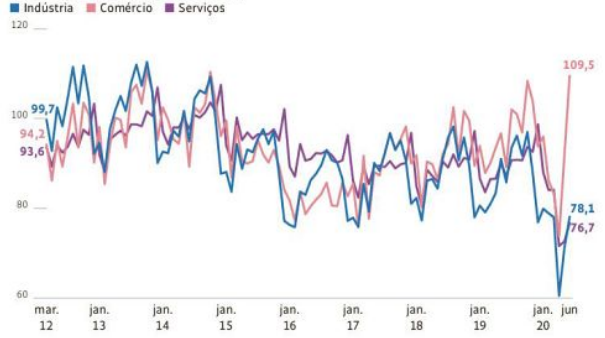
Ainda assim, pondera, qualquer previsão sobre o ritmo é prejudicada por incertezas em relação a um eventual repique no contágio.

"Parece que o pior já passou. Temos que considerar, claro, os riscos de uma segunda onda, mas a expectativa é que a gente comece a ter números melhores no segundo semestre."

## Recuperação da economia é desigual

Apesar da retomada das atividades, só o comércio conseguiu ainda voltar ao patamar pré-crise

Varição da produção ou vendas, índice de base fixa



O crescimento é puxado por poucos segmentos

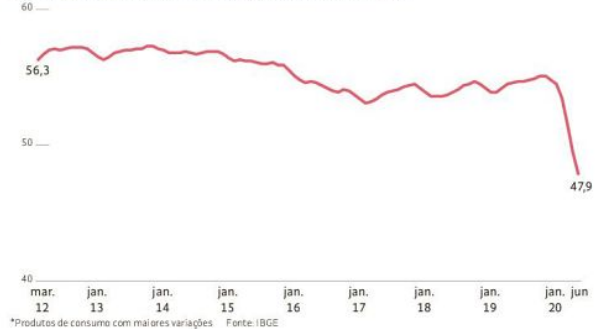
Setor	Variação (%)
Material de construção	15,6
Móveis e eletrodomésticos	12,9
Hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	8,9
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria	-0,1
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	-5,3
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-10,8
Combustíveis e lubrificantes	-15,1
Veículos e motos, partes e peças	-24,8
Livros, jornais, revistas e papelaria	-42,2
Tecidos, vestuário e calçados	-45,8

Setor	Variação (%)
Serviços	-51,3
Serviços prestados às famílias	-3,7
Serviços de informação e comunicação	-15
Serviços profissionais, administrativos e complementares	-16,3
Transportes, serviços auxiliares dos transportes e correios	-6,3
Outros serviços	-6,3

E ainda não há efeitos no mercado de trabalho, que hoje tem mais gente sem trabalho do que trabalhando

Nível da ocupação (quantos brasileiros em idade de trabalhar têm uma ocupação, em %)



**Atividade cresce 4,89% em junho, diz indicador do BC**

A atividade econômica mostra sinais de recuperação e cresceu 4,89% em junho, segundo o indicador IBC-Br. Os níveis, no entanto, ainda estão abaixo dos registrados antes da pandemia. Em relação a junho de 2019, houve queda de 7,05%. No primeiro semestre, houve retração de 6,28% na atividade. Já no acumulado dos últimos 12 meses, o índice mostrou queda de 2,55%. No segundo trimestre, a queda na atividade chegou a dois dígitos, de 10,94%, em relação ao primeiro trimestre.

# Zona Franca indica reação à reabertura, afirmam analistas

Monica Prestes

**MANAUS** A forte retomada da produção industrial no Amazonas reflete a capacidade de recuperação da economia após o distanciamento social. Também pode ser interpretada como sinal de recuperação em muitos outros estados brasileiros, uma vez que uma das principais vocações da Zona Franca é a produção de insumos e matérias-primas para outras indústrias.

A análise é do coordenador de Disseminação do IBGE no Amazonas, Adjalma Nogueira Jaques, com base nos dados da Pesquisa Industrial Mensal, divulgada na terça-feira (11).

Primeiro estado a sofrer colapso no sistema de saúde e

também o primeiro a registrar uma tendência de queda nos casos e óbitos, o Amazonas lidera a recuperação da produção industrial entre os 15 estados brasileiros analisados no mês de junho, com 65,7% de crescimento em comparação com maio de 2020. Esse resultado ficou bem acima da média nacional para o período, de 8,9%.

A expansão foi impulsionada pela produção de discos fonográficos (84%), borracha e material plástico (26,6%), motocicletas e peças (15,2%), produtos de metal (10,9%) e eletroeletrônicos (9,1%).

"Nossa indústria produz, na sua maioria, para atender uma demanda de indústrias de outros estados. Significa

que essas outras indústrias já estão tendo ou devem ter em breve aumento de demanda", analisa Jaques.

É o caso da produção de borracha e material plástico e de produtos de metal, por exemplo, que estão entre os setores que tiveram os maiores crescimentos em junho.

Outro fator que impulsionou a recuperação da economia amazonesa, segundo Jaques, é o aumento da demanda do consumidor, que pode ser medido no crescimento das indústrias de motocicletas e de eletroeletrônicos, especialmente TVs e celulares.

"Isso pode ter, em parte, relação com o distanciamento social, que leva ao aumento da demanda pelos apare-

lhos eletrônicos e serviços de entrega em motocicletas, mas também pode indicar os efeitos da reabertura do comércio em geral."

Para o presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), Wilson

Périco, a retomada da produção industrial no Amazonas está ligada à flexibilização das regras de distanciamento social em todo o Brasil.

"Esse é o reflexo do início da flexibilização do distanciamento social. O comércio

começa a ter atividade, e essa atividade gera demanda de produção para a indústria. E agora podemos produzir, porque, durante o 'lockdown' em outros estados, os caminhões não podiam nem entrar nas cidades", disse Périco.

**Lance Maior** IMPERDÍVEL LEILÃO DE VEÍCULOS 19 E 20 DE AGOSTO DE 2020 AS 13H30

**EXTRAJUDICIAL ONLINE** Informações: (11) 2366-9273

**Chassis:**

9B01E3230B18E255	WALLACCHIAVEAO60626	9B40N700X44A0246	15M V13444 0704	WBAVL105E0B2376
9B01E3230B18E255	WALLACCHIAVEAO60626	9B40N700X44A0246	15M V13444 0704	WBAVL105E0B2376
9B01E3230B18E255	WALLACCHIAVEAO60626	9B40N700X44A0246	15M V13444 0704	WBAVL105E0B2376

**Visitação dos lotes:** 2ª vez (18h) de 17 e 4ª vez (18h) de 16 às 13h. Local: Rua Doutor Ferreira Lopes, 148, São Paulo/SP

**Informações:** (11) 2366-9273 / 2366-9275 / 6665-8738

**Condições:** O lote é vendido no estado em que se encontra, sem garantia. Todos os Pés, multas, impostos ou de eventuais que tiverem sido pagos pelo comprador, são de sua responsabilidade. O comprador é responsável por verificar o estado do lote antes de comprar. Não se responsabiliza a venda de bens que não foram devidamente avaliados e/ou não foram devidamente fotografados. Aceite o seu cadastramento. Acesse nosso portal [www.lancemaiorleiloes.com.br](http://www.lancemaiorleiloes.com.br) FAÇA O SEU CADASTRO E DE SEU LANÇE



coronavírus mercado

Após admitir debate sobre teto, Bolsonaro volta a defender regra

Presidente diz que imprensa distorce declarações suas da véspera de que 'a ideia de furar o teto existe'

Ricardo Della Cetta

BRASÍLIA Poucas horas depois de ter admitido que o governo avaliou furar o teto de gastos, o presidente Jair Bolsonaro acusou a imprensa de distorcer suas declarações da véspera e voltou a afirmar que sua administração tem como norte a regra fiscal.

"Quando indagado na live de ontem sobre 'furar' o teto, comecei dizendo que o ministro Paulo Guedes (Economia) mandava 99,9% no Orçamento. Tudo após essa declaração, resumia que, por mais justa que fosse a busca de recursos por parte de ministros finalistas, a responsabilidade fiscal e o respeito [à emenda constitucional do 'teto'] seriam o nosso norte", escreveu Bolsonaro nas redes sociais.

"A ideia de furar o teto existe, o pessoal debate, qual o problema? Na pandemia nós temos a PEC de Guerra, já furamos o teto [de gastos] em mais ou menos R\$ 700 bilhões", disse.

O presidente afirmou então que auxiliaria live perguntaram se era possível extrapolar o teto em "mais R\$ 20 bilhões". "Eu falei: 'Qual a justificativa? Se for para vírus, não tem problema nenhum'", complementou, ainda na sua live de quinta.

Na ocasião, ele também indicou que um dos argumentos defendidos pelos que querem encontrar uma forma de contornar o teto —dispositivo constitucional que limita despesas do governo federal— são realizadas no exercício anterior, corrigidas pela inflação —é considerar obras relacionadas a água dentro das ações de combate à pandemia do coronavírus.

"Alô Paulo Guedes fala: 'Tá sinalizando para a economia, e o mercado, que no teto está dando um 'jeitinho', contou o presidente na live.

Na publicação na manhã desta sexta, Bolsonaro disse que a "grande imprensa tradicional virou o político ao atual governo".

Ele se queixou que as reportagens sobre sua declaração davam conta de que ele admitiu que o teto poderia ser desrespeitado.

"Apenas posso lembrar essa obsessão pelo 'furo jornalístico' onde a verdade é a primeira vítima nesses órgãos de comunicação, que teimam em desinformar e semear a discórdia na sociedade. Vamos trabalhar junto ao Congresso para controlar despesas com objetivo de abrir espaço para investimentos e assim atravessarmos unidos essa crise", complementou.

Não é a primeira vez nesta semana que o presidente foi obrigado a prometer publicamente respeito à principal âncora fiscal, que é defendida pelo ministro Paulo Guedes.

Na quarta (12), o presidente defendeu o teto de gastos após uma reunião com ministros e deputados Rodrigo Maia (DEM-RR) e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP).

O encontro ocorreu após as credenciais liberais do governo terem sido novamente colocadas em dúvida com a saída, no dia anterior, dos secretários do ministério da Economia responsáveis pelas privatizações e pela reforma administrativa.

Os agora ex-secretários Salim Mattar e Paulo Uebel deixaram a equipe de Guedes por verem poucos avanços em suas respectivas agendas.

Na quinta à noite, o Ministério da Economia anunciou os substitutos de Mattar e Uebel. Diogo Mac Córd foi indicado para a Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, responsável pelas privatizações de empresas estatais. E Caio Andrade foi o escolhido para a Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, que está a cargo da reforma administrativa planejada pelo governo.

Na quinta à noite, o Ministério da Economia anunciou os substitutos de Mattar e Uebel. Diogo Mac Córd foi indicado para a Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, responsável pelas privatizações de empresas estatais. E Caio Andrade foi o escolhido para a Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, que está a cargo da reforma administrativa planejada pelo governo.

Na quinta à noite, o Ministério da Economia anunciou os substitutos de Mattar e Uebel. Diogo Mac Córd foi indicado para a Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, responsável pelas privatizações de empresas estatais. E Caio Andrade foi o escolhido para a Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, que está a cargo da reforma administrativa planejada pelo governo.

Na quinta à noite, o Ministério da Economia anunciou os substitutos de Mattar e Uebel. Diogo Mac Córd foi indicado para a Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, responsável pelas privatizações de empresas estatais. E Caio Andrade foi o escolhido para a Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, que está a cargo da reforma administrativa planejada pelo governo.

Na quinta à noite, o Ministério da Economia anunciou os substitutos de Mattar e Uebel. Diogo Mac Córd foi indicado para a Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, responsável pelas privatizações de empresas estatais. E Caio Andrade foi o escolhido para a Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, que está a cargo da reforma administrativa planejada pelo governo.

Na quinta à noite, o Ministério da Economia anunciou os substitutos de Mattar e Uebel. Diogo Mac Córd foi indicado para a Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, responsável pelas privatizações de empresas estatais. E Caio Andrade foi o escolhido para a Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, que está a cargo da reforma administrativa planejada pelo governo.

Na quinta à noite, o Ministério da Economia anunciou os substitutos de Mattar e Uebel. Diogo Mac Córd foi indicado para a Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, responsável pelas privatizações de empresas estatais. E Caio Andrade foi o escolhido para a Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, que está a cargo da reforma administrativa planejada pelo governo.

Na quinta à noite, o Ministério da Economia anunciou os substitutos de Mattar e Uebel. Diogo Mac Córd foi indicado para a Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, responsável pelas privatizações de empresas estatais. E Caio Andrade foi o escolhido para a Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, que está a cargo da reforma administrativa planejada pelo governo.

Na quinta à noite, o Ministério da Economia anunciou os substitutos de Mattar e Uebel. Diogo Mac Córd foi indicado para a Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, responsável pelas privatizações de empresas estatais. E Caio Andrade foi o escolhido para a Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, que está a cargo da reforma administrativa planejada pelo governo.

Na quinta à noite, o Ministério da Economia anunciou os substitutos de Mattar e Uebel. Diogo Mac Córd foi indicado para a Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, responsável pelas privatizações de empresas estatais. E Caio Andrade foi o escolhido para a Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, que está a cargo da reforma administrativa planejada pelo governo.

Na quinta à noite, o Ministério da Economia anunciou os substitutos de Mattar e Uebel. Diogo Mac Córd foi indicado para a Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, responsável pelas privatizações de empresas estatais. E Caio Andrade foi o escolhido para a Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, que está a cargo da reforma administrativa planejada pelo governo.

2W Energia S.A.

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Realizada em 14/07/2020

1. Data: 14/07/2020 às 10:00h, na sede social da 2W Energia S.A., Avenida Rio Branco nº 1.081, 11º andar, 01301-900, São Paulo, SP. 2. Convocação: 12/07/2020 às 10:00h, na sede social da 2W Energia S.A., Avenida Rio Branco nº 1.081, 11º andar, 01301-900, São Paulo, SP.

3. Local: Rua do Comércio, nº 100, Centro, São Paulo, SP. 4. Horário: das 10h às 18h. 5. Ordem do Dia: 1. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020. 2. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020.

6. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020. 7. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020.

8. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020. 9. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020.

10. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020. 11. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020.

12. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020. 13. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020.

14. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020. 15. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020.

16. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020. 17. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020.

18. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020. 19. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020.

20. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020. 21. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020.

22. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020. 23. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020.

24. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020. 25. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020.

26. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020. 27. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020.

28. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020. 29. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020.

30. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020. 31. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020.

32. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020. 33. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020.

34. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020. 35. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020.

36. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020. 37. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020.

38. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020. 39. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020.

40. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020. 41. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020.

42. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020. 43. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020.

44. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020. 45. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020.

46. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020. 47. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020.

48. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020. 49. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020.

50. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020. 51. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020.

52. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020. 53. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020.

54. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020. 55. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020.

56. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020. 57. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020.

58. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020. 59. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020.

60. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020. 61. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020.

62. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020. 63. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020.

64. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020. 65. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020.

66. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020. 67. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020.

68. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020. 69. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020.

70. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020. 71. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020.

72. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020. 73. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020.

74. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020. 75. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020.

76. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020. 77. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020.

78. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020. 79. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020.

80. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020. 81. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020.

82. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020. 83. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020.

84. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020. 85. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020.

86. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020. 87. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020.

88. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020. 89. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020.

90. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020. 91. Deliberação sobre a proposta de alteração da estrutura societária da 2W Energia S.A., aprovada em 13/07/2020.

Assine a Folha. Informações sobre assinatura e contato. Assine a Folha. Informações sobre assinatura e contato. Assine a Folha. Informações sobre assinatura e contato.

Sem liberdade de imprensa não há democracia

Sem liberdade de imprensa não há democracia. Sem liberdade de imprensa não há democracia. Sem liberdade de imprensa não há democracia.





# Sem transparência, partidos abusam do dinheiro público

*Ano eleitoral triplica recursos das agremiações, que operam como empresas subsidiadas pelo Tesouro*

**T**rinta e três partidos vão às urnas em novembro, na disputa por cargos de prefeito e vereador em 5.570 municípios. Ainda é possível identificar diferenças entre eles, mas elas esmaecem a cada eleição, porque as organizações partidárias se transformaram em máquinas eleitorais, descoladas da realidade e dos interesses do eleitorado. Crescem na dependência do Estado e manipulam o dinheiro público com transparência rarefeita.

Custaram R\$ 1 bilhão aos cofres públicos no ano passado. Prevê-se que o custo para a sociedade seja triplicado neste ano eleitoral, num país onde a economia há tempos patina em ciclo recessivo, agravado pelos efeitos da pandemia. Os R\$ 3 bilhões previstos para 2020 equivalem a um terço do gasto efetivamente realizado pelo Ministério da Saúde em ações de mitigação da Covid-19, entre janeiro e julho.

O centro do problema é que os partidos políticos passaram a ope-

rar como empresas, subsidiadas pelo Tesouro Nacional. Têm receita média acima de R\$ 50 milhões anuais. Os maiores (PT, PSL, MDB e PSDB) recebem, cada um, mais de R\$ 150 milhões por ano.

É o contribuinte que paga as contas, integralmente, dessa estrutura paraestatal, composta por entidades privadas, mas administradas sem limites entre público e privado. São mais de 100 mil diretórios, representações partidárias formais nos estados e municípios, obscuras no manejo do dinheiro público.

Até o mês passado, mais da metade (50,5 mil diretórios partidários) não havia apresentado à Justiça Eleitoral as prestações de contas obrigatórias sobre gastos feitos em 2017 e 2018. À omissão, soma-se a ineficácia do sistema de fiscalização, disfuncional diante da organização partidária fragmentada.

Na origem desse sistema viciado, um convite à corrupção, está uma legislação feita de acordo com a conveniência dos principais inte-

ressados na confusão e na leniência dos organismos de controle e fiscalização — os próprios partidos.

Não há justificativa plausível para gastos de R\$ 2,4 milhões na compra de um helicóptero, como ocorreu com o PROS. Ou de veículos a custo entre R\$ 165 mil e R\$ 260 mil, como fizeram Patriota e PSL. Há contratos publicitários de R\$ 5,5 milhões anuais no PT. Há dirigentes no PTB com remuneração básica de R\$ 300 mil por ano, de acordo com um levantamento feito pela organização não governamental Transparência Partidária, em parceria com o jornal "Folha de S.Paulo".

A dependência dos cofres públicos, sem a transparência devida, resultou na perda de identidade, refletida nas pesquisas sobre o sistema partidário brasileiro. Encapsulados na gestão de benesses a uma burocracia dirigente ávida, os partidos se distanciam do eleitorado, razão teórica da sua existência. Eles deveriam existir para representar o eleitor, não como negócios.



# O GLOBO

## Impostos e Covid-19

RUBENS PENHA CYSNE



Como nos ensinou Adam Smith no século XVIII, não é da benevolência nem do pai-deiro nem do açougueiro que devemos esperar nosso jantar à noite. Mas sim das consequências não intencionais dos seus atos intencionais. Ao trabalhar com o intuito de gerar sua renda e sustento, acabam indiretamente pagando salários ou dividendos que garantem o jantar de terceiros.

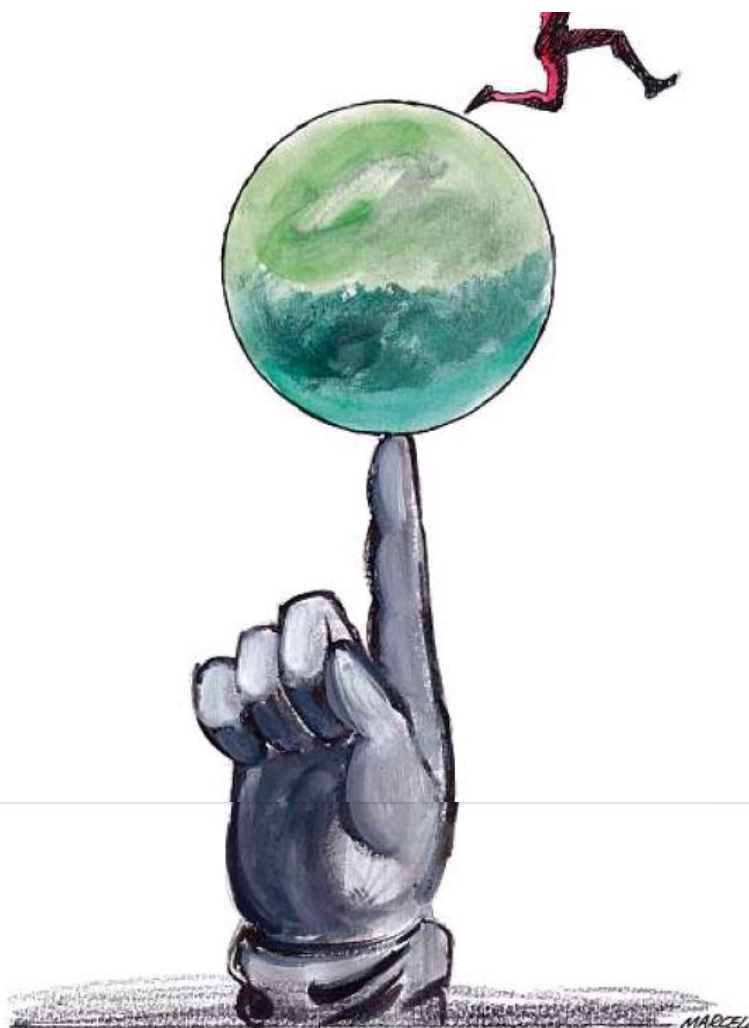
A afirmativa é poderosa, abrangente e estabelece as bases de funcionamento de uma economia capitalista. Mas perde a sua validade quando, em meio a uma pandemia, o ser humano gerador das riquezas da economia, por meio do exercício de suas ações produtivas, se torna transmissor de uma grave enfermidade. Nessa condição, o trabalhador ou empreendedor, no seu intuito natural de produzir para si próprio, pode se tornar fonte de queda, e não de aumento do bem-estar coletivo.

Não surpreende, assim, que a Covid-19 tenha desorganizado com tal profundidade o sistema produtivo mundial. Um dos mais importantes resultados do exercício da prática capitalista — que nos assegura que motivações individuais tendem a conduzir ao bem-estar coletivo — perde sua razão de ser. Isso para não falar de inúmeros outros pressupostos de funcionamento eficiente de uma economia que passam a não mais valer: razoável previsibilidade, igualdade de oportunidades, existência de mercados para diferentes evoluções futuras das condições econômicas etc.

Quando a presença de um indivíduo em determinado ambiente passa a poder implicar a contaminação de outro indivíduo por grave moléstia, a consequência política inevitável é a perda do poder de decisão individual ante o poder de decisão coletivo. Passam a ganhar força as demandas e justificativas para que o individualismo se curve ao Estado. As regras públicas globais de isolamento social compulsório constituem o exemplo mais claro nesse sentido.

A perda do individual diante do coletivo passa a exigir mais regulação e, por conseguinte, mais governo. Ao mesmo tempo, como com a pandemia os desassistidos tendem a perder mais que os abastados, emerge também a necessidade de transferências compensatórias para os mais atingidos. Novamente, torna-se maior o montante dado pelos gastos de consumo, investimento ou transferências públicas.

Como a natureza majoritária do aumento de gastos públicos derivado da pandemia não se destina à construção adicional de capital físico, mas sim a atos de natureza com-



pensatória, não se deve esperar uma elevação do crescimento do PIB em função especificamente de tais políticas.

Nesse contexto, uma certeza global do processo pandêmico é o aumento presente ou futuro do percentual da renda bruta da sociedade transferida ao governo. Se não aumenta no presente, porque gastos presentes se financiam com emissão de títulos públicos, aumentará no futuro, quando o valor da rolagem de títulos ganhar demasiado vulto perante a capacidade de geração de receitas do governo.

Pensem inicialmente no individual como um país europeu e no coletivo como a Comissão Europeia (CE), o braço executivo da junção das 27 economias da União Europeia. Em contrapartida à pandemia (e a questões climáticas), criou-se um fundo de € 750 bilhões, a ser administrado pela CE, devendo gerar transferências e empréstimos subsidiados para os países mais pobres. Isso não se faz sem maiores impostos presentes ou futuros.

O mesmo ocorre nos Estados Unidos, on-

de o déficit orçamentário previsto para 2020 tende a ser, em função da pandemia, quase quatro vezes superior ao déficit de 2019. Ou no Brasil, que previa para 2020 (antes da pandemia) um déficit primário da ordem de R\$ 125 bilhões, mas que agora trabalha com valor próximo a R\$ 800 bilhões.

O que determina o total de transferência de renda que a sociedade faz ao governo são os gastos públicos, e não diretamente a carga tributária. Inadimplência, confisco em função de juro negativo sobre passivos públicos e imposto inflacionário subtraem, sempre que necessário, a renda adicional do setor privado para fechar as contas públicas. Mas não majoram diretamente a arrecadação.

Seja no Brasil ou no restante do mundo, portanto, o valor presente dos impostos já aumentou. Cabe apenas determinar que grupo social e que geração pagará a maior parte da conta.



Rubens Penha Cysne  
é professor da FGV EPGE

# DIVISÃO DE RECURSOS DESIGUAL

## Prefeitos de partidos de oposição recebem menos verbas federais

**NATÁLIA PORTINARI**  
[natalia.portinari@bsbr.com.br](mailto:natalia.portinari@bsbr.com.br)  
BRASÍLIA

No governo Jair Bolsonaro, as prefeituras comandadas pela oposição foram prejudicadas na distribuição de dinheiro. A média de verba por habitante liberada para prefeitos de partidos de centro ou direita até julho deste ano foi 56% maior do que aquela enviada a municípios comandados por legendas de oposição, principalmente devido à influência de parlamentares no Executivo.

Levantamento do GLOBO mostra que, entre as 10 prefeituras que mais receberam dinheiro do governo para investimentos, nenhuma é de oposição. Os partidos mais beneficiados são PROS, Solidariedade, Republicanos, PSD, PP, MDB, Avante, PL, PV, DEM, PSC e PTB, nessa ordem. Em 13º lugar, vem o PDT e, depois, o PT.

Apesar de não ter loteado ministérios entre partidos, a articulação política de Bolsonaro criou um sistema para direcionar verba para municípios de acordo com o alinhamento das legendas. Em negociações sensíveis no Congresso, como a reforma da Previdência, o governo colheu indicações de deputados, repassadas pela Secretaria de Governo aos ministros.

O total de valores empenhados (reservados para pagamentos futuros) para investimentos em municípios sobre os quais o governo teve controle desde a posse de Bolsonaro é R\$ 858 milhões. Dos 5.570 municípios brasileiros, só 763 tiveram empenhos desse tipo, sem considerar emendas parlamentares. Desse total, 134

são de prefeitos de oposição e 629, de partidos de centro ou de direita, estejam ou não na base aliada formal do governo no Congresso.

Nathan Macena Souza, prefeito de Careiro (AM), lembra que, quando assumiu seu município em 2017, não havia hospital, médicos especialistas e ambulância. Hoje, há na cidade 20 médicos. Todos pagos com verba federal. — Só com o recurso do FPM (Fundo de Participação de Municípios, transferência obrigatória da União que paga as contas das cidades pequenas), não consigo fazer nada.

A verba empenhada em 2019 para a prefeitura, R\$ 6,6 milhões, se somou ao que parlamentares aliados conseguiram liberar em emendas. Ele frisa que parece muito, mas é pouco para uma cidade com cerca de 50 mil habitantes. Eleito pelo PROS, diz que mudou para o Republicanos especialmente devido à ajuda que recebeu do deputado Silas Câmara (Republicanos-AM).

— Eles (parlamentares) vão até o ministro, tem aqueles negócios da base do governo. Não sei ter dizer como funciona, mas eles têm o jeito de liberar o recurso. O senador Eduardo Braga (MDB-AM) e o Silas Câmara ajudam muito.

Já o município de Xapuri (AC), com 20 mil habitantes e comandado por Bira Vasconcelos (PT), está em uma situação distinta. Não recebeu nenhum investimento liberado diretamente pelos ministérios no ano passado. Na cidade, não há esgoto tratado nem aterro sanitário, relata o prefeito.

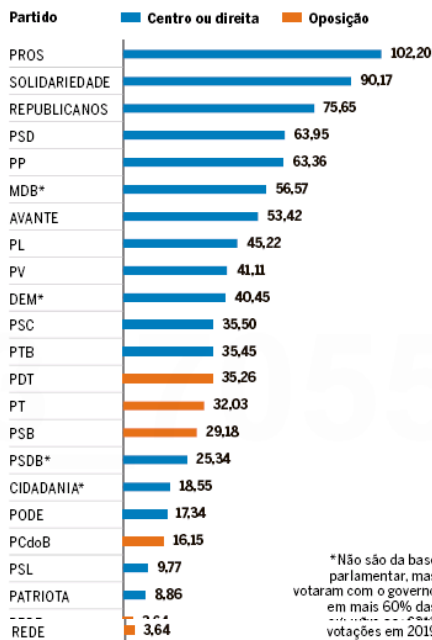
— Não temos parlamentar de esquerda no Acre, exceto a Perpétua Almeida

### TRATAMENTO DIFERENCIADO

Governo federal liberou mais investimentos para prefeituras comandadas por aliados



### VALOR MÉDIO LIBERADO PARA CADA PREFEITURA, EM R\$ (POR HABITANTE)



Fontes: dados do IBGE, TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Arko Advice e SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira)

(PCdoB). Então, encaro (a falta de investimento) com naturalidade, mas com preocupação, já que deveríamos ter o mesmo tratamento republicano.

O presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Gladimir

Aroldi, diz que o ideal é que as cidades tivessem uma participação adequada no bolo tributário para não terem que recorrer a verbas extraordinárias.

O levantamento do GLOBO, feito com base em dados do Sistema Integrado de

Administração Financeira (SIAFI), exclui emendas parlamentares e outros gastos obrigatórios. Leva em conta apenas gastos sobre os quais os ministros têm total controle. A Secretaria de Governo argumenta que gerencia apenas as emendas e, portanto, não pode responder sobre os gastos discriminários dos ministros.

Nas emendas, a Segov afirma seguir o critério sob o qual "considera-se equitativa a execução das programações de caráter obrigatório que observe critérios objetivos e imparciais e que atenda de forma igualitária e impessoal às emendas apresentadas, independentemente da autoria".

### SISTEMA MILENAR

Deputados defendem o sistema de indicações sob o argumento de que conhecem melhor do que o governo federal os problemas dos municípios. — Isso é milenar — diz José Nelto (PODE-GO). — Quando o deputado apoia os projetos do governo, ele tem um tratamento diferenciado,

que é normal. Faz parte do processo político. Na época do PT, do FHC, foi do mesmo jeito. O deputado não coloca o dinheiro no bolso. Ele manda para atender as bases.

O cientista político Fernando Meireles, da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), pontua que, em governos anteriores, as indicações costumavam ocorrer por meio de um ministério dominado por um partido — hoje, para ele, o sistema de distribuição está menos transparente.

— Esses dados mostram que prefeitos ainda estão conseguindo ser atendidos por meio de seus partidos. Nisso, não há diferença alguma em relação a governos anteriores.

Deputados argumentam também que, apesar do que mostram as estatísticas, não mandam dinheiro apenas para prefeitos alinhados a eles. O deputado Toninho Wandscheer (PROS-PR), por exemplo, diz que a cidade que mais ajudou em 2019 é São João do Triunfo, comandada pelo PT:

— Escolho pelo caráter de quem está na prefeitura.

Damesma maneira, o prefeito Adinan Ortolan (MDB), de Cordeirópolis, nega que seu município tenha sido o mais agraciado com verbas em São Paulo devido ao trânsito de seu partido no governo federal.

— Temos um núcleo de ação estratégica, para cadastrar projetos. Não é por uma vinculação pessoal, até porque minha vice é do PT.



“Eles (parlamentares) vão até o ministro, tem aqueles negócios da base do governo. Eles têm o jeito de liberar o recurso”

**Nathan Macena**, prefeito de Careiro (AM)

“Isso é milenar. Quando o deputado apoia os projetos do governo, ele tem um tratamento diferenciado, que é normal. Faz parte do processo político. Na época do PT, do FHC, foi do mesmo jeito”

**José Nelto**, deputado (PODE-GO)



# Repassa de verbas contra Covid-19 frustra deputados

Já secretários de Saúde dizem que parlamentares querem impor determinado uso dos recursos, como a compra de remédios sem eficácia

NATÁLIA PORTINARI, RENATA MARIZE NAIRA TRINDADE  
opais@globo.com.br  
BRASÍLIA

A negociação do governo com deputados para distribuir a verba para o combate ao coronavírus gerou frustração entre parlamentares e secretários de Saúde. Em um estratégia do governo para consolidar sua base no Congresso, os parlamentares receberam a oferta de indicar o destino de cerca de R\$ 10 milhões, cada, para o

enfrentamento à Covid-19. Eles reclamam, porém, que as liberações não atenderam as expectativas. Já secretários de Saúde ficaram incomodados com a tentativa de congressistas de impor um determinado uso para a verba apadrinhada.

Secretários de Saúde ouvidos pelo GLOBO relatam que parlamentares os procuraram para dizer como eles deveriam usar os recursos. Alguns pediram que o dinheiro fosse usado para com-

prar remédios cuja eficácia não é comprovada, ou até mesmo para fins sem relação direta com o combate à doença, como o financiamento de cursos de Odontologia.

O senador Marcos do Val (PODE-ES), por exemplo, mandou um ofício “determinando” que o Espírito Santo gastasse R\$ 10,6 milhões indicados por ele em kits de azitromicina, ivermectina e hidroxicloroquina. O governo do estado não acatou a sugestão.

Carlos Eduardo Lula, presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), afirma que o problema é recorrente. Segundo ele, a pressão dos políticos em torno das verbas para a Covid-19 causa espanto nos gestores.

— O único carimbo que vem nesse dinheiro é Covid-19. E os políticos aparecem dizendo que foram repasses deles e querendo aplicar em ações que não têm relação com a pandemia. É uma coisa inusitada — diz Lula.

Já para os deputados, a frustração teve a ver com os valores enviados e com a falta de um carimbo de que eram os “pais” dos recursos. A prefeitura, o Ministério da Saúde distribuiu o dinheiro de uma forma que dificultou esse reconhecimento da indicação.

Nem todos os deputados, porém, relatam essa insatisfação. Marx Beltrão (PSD-AL) disse que, no seu caso, a verba prometida já foi liberada.

— No meu partido, o líder combinou com o governo de

ter uma distribuição que fosse feita com critérios técnicos e também políticos — conta.

Já um deputado do centrão que não quis se identificar diz que o governo “deu o cano”, porque não empenhou o prometido. A Secretaria de Governo chegou a prometer uma liberação extra de R\$ 1 bilhão para quitar a conta, o que não foi feito.

O Ministério da Saúde nega que a verba seja distribuída segundo critérios políticos e afirma que “em conjunto com os representantes dos secretários estaduais e municipais de Saúde, Conass e Conasems (Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde), definiu critérios técnicos para a distribuição de recursos”.





# Popularidade de Bolsonaro cria risco fiscal

*Descartar o teto de gastos para favorecer o projeto político do presidente seria um disparate*

**N**enhuma pesquisa equivale à realidade, mesmo assim os últimos números do Datafolha bastam para comprovar a inflexão na queda de popularidade sofrida pelo presidente Jair Bolsonaro desde o início da pandemia. Apesar da responsabilidade inequívoca dele na tragédia das 106 mil mortes, nunca tantos brasileiros aprovaram seu governo. Aqueles que o consideram ótimo ou bom somaram 37% — eram 32% no final de junho. Os que o julgaram ruim ou péssimo foram 34% — eram 44%. Desde a posse, é a primeira vez que mais gente aprova do que reprova a gestão Bolsonaro.

São dois os motivos para isso. Primeiro, o auxílio emergencial de R\$ 600, distribuído a 65,3 milhões de brasileiros em virtude da pandemia. Entre os que solicitaram o benefício, a aprovação de Bolsonaro é 6 pontos maior. Três quintos da alta na popularidade vêm, diz o Datafolha, da população com renda familiar de até três salários mínimos. A re-

provação a Bolsonaro caiu 13 pontos nessa faixa desde junho, e também 13 pontos entre os que têm instrução fundamental. No Nordeste, região a que Bolsonaro tem se dedicado com afinco, a reaprovação caiu 17 pontos, enquanto a aprovação subiu 6. O auxílio serviu para que ele atraísse o eleitorado tradicionalmente associado ao lulismo.

Só que Bolsonaro também se recuperou nos estratos mais altos. No grupo com instrução superior, a aprovação subiu 5 pontos desde junho, a reaprovação caiu 11 desde maio. No de renda mais alta, a primeira subiu 6, a segunda caiu 5 desde junho. A reviravolta nesses segmentos se deve ao segundo motivo: o recuo de Bolsonaro nas provocações diuturnas para inflamar sua base. Pesa aí o rosto mais apresentável de um político que trocou agrados a militantes nas redes sociais por afagos ao Centrão.

A alta na popularidade é coerente com a estratégia para a reeleição em 2022. Mas os 37% não bastam para garanti-la. Nem para descartá-la.

Tudo dependerá do que acontecer. Mesmo que mantenha o figurino menos agressivo e o namoro com o Centrão, Bolsonaro não tem controle sobre o que acontecerá ao auxílio que, como diz o próprio nome, tem prazo para expirar.

Tenta transformá-lo numa política de renda básica que leve sua assinatura, um novo Bolsa Família. Não será tão fácil. Até agora, o auxílio já custou R\$ 130 bilhões aos cofres públicos. Será impossível mantê-lo sem rever regras de equilíbrio fiscal, como o teto de gastos.

Seria um disparate alterá-las para financiar o projeto político de Bolsonaro. A renda básica é discutida no mundo todo como forma de compensar o desemprego tecnológico, não a miséria endêmica. Para implantá-la no Brasil, o Congresso precisaria criar espaço orçamentário. Antes, portanto, seria necessário promover reformas no Estado, em especial a administrativa e a tributária. Do contrário, o país quebra. Com ou sem Bolsonaro.

# Tumulto tributário gera impasse judicial de mais da metade do PIB

*Qualquer que seja a proposta de reforma, simplificar a cobrança de impostos é uma tarefa inadiável*

**A** disputa entre o Estado e a sociedade sobre a cobrança de tributos chegou a um limite perigoso. José Barroso Tostes Neto, secretário da Receita Federal, informou ao Congresso que a soma do valor dos litígios com o governo federal já representa mais da metade do Produto Interno Bruto.

O país se enredou num emaranhado de normas sobre tributos, cuja complexidade passou a confundir até os órgãos estatais encarregados da arrecadação. Fiscais da Receita são obrigados a manter um manual atualizado sobre a fragmentada legislação fiscal. Nele, apenas o capítulo sobre duas taxas (PIS/Pasep e Cofins) tem 60 páginas de índice, seguidas por mais de duas mil páginas de texto. A aplicação sobre o faturamento das empresas e as folhas de salários requer preenchimento de noventa campos de formulários fiscais.

Organizações não governamentais estimam que o governo produza mais de uma nova norma tributária por hora, a cada dia útil. A última contagem do Instituto Brasileiro de Tributação revelou a edição de mais de 360 mil regras específicas desde a promulgação da Constituição até setembro de 2018.

Um único imposto (ICMS) é objeto de 27 legislações diferentes, em cada estado e no Distrito Federal, lembra a Confederação Nacional da Indústria. Sem contar que todos adotam uma miríade de imposições acessórias, em códigos fiscais, bases tributárias e alíquotas de impostos absolutamente distintos.

A confusão produz interminável discussão entre Estado e contribuintes. Retrato do impasse na área federal está num contencioso nacional composto por mais de 700 mil ações judiciais e administrativas. A discórdia sobre formas de cobrança

de apenas duas taxas (novamente PIS/Pasep e Cofins) é o motivo central em dois de cada dez processos.

Chegou-se a nível tão extremado de desordem que um único caso, ainda não decidido pelo Supremo Tribunal Federal, pode afetar outras 10 mil disputas em instâncias judiciais inferiores, além de levar o STF a estabelecer jurisprudência com repercussão geral sobre 22 temas tributários diferentes.

O tumulto resulta em insegurança jurídica e custo adicional para empresas e trabalhadores. Acentua, também, perversidades que se refletem em privilégios setoriais, como a isenção de taxas sobre meia centena de produtos não essenciais incorporados à cesta básica.

Simplificar o sistema tributário se tornou tarefa inadiável, independentemente da proposta de reforma que se prefira. Nesse caso, menos é mais — para todos.



# DISCURSO E PRÁTICA

## Pautas que criam gastos testam adesão da base do governo à agenda de Guedes

BRUNO GÓES  
bruno.goes@oglobo.com.br  
BRASÍLIA

Após uma semana marcada pela “debandada” de integrantes da equipe econômica, e de declarações por parte do governo e de parlamentares em defesa da austeridade fiscal, uma série de projetos a serem votados pelo Congresso nas próximas semanas vai medir, na prática, se a base aliada do governo Bolsonaro, desde a última quarta-feira formalmente liderada pelo centrão, vai manter o compromisso com a agenda defendida pelo ministro da Economia. Estarão em votação propostas que criam gastos extras não só relacionados à pandemia, mas também permanentes, como a autorização do aumento de salário do funcionalismo e a extensão do auxílio emergencial a outras categorias, entre outros temas.

As votações ocorrerão diante de um discurso público do

centrão de que vai trabalhar para “manter o rigor fiscal”, como disse ao GLOBO o novo líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR). Os debates, porém, terão como pano de fundo divergências até dentro do próprio governo sobre manter o teto de gastos ou liberar recursos para obras. Na quarta-feira, Bolsonaro recebeu os presidentes da Câmara e do Senado, Rodrigo Maia (DEM-RJ) e Davi Alcolumbre (DEM-AP), e os três fizeram juntos um pronunciamento em defesa do teto.

Com custo menor em comparação com outras propostas, porém carregado de valor simbólico, o projeto que cria o Tribunal Regional Federal (TRF) da 6ª Região, em Minas Gerais, deve ser o primeiro do tipo a ser votado na Câmara, já na próxima semana. A proposta estava na pauta de antontem, mas a análise foi adiada. Desde o ano passado, o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), João Otávio de Noronha, pressiona deputa-

dos a acelerar a tramitação.

O custo estimado é de R\$ 30 milhões, ainda que defensores da ideia digam que não haveria despesa extra porque haveria remanejamento de desembargadores e o novo tribunal atuaria em espaço já ocupado pelo Judiciário em Minas.

— Não tem como não ter aumento. Vão decidir que

vão levar todo mundo para Minas. Não vai ter custo? Claro que sim. Há as estruturas que são correlatas ao TRF. Promotor, procurador, isso também vai ter que ser expandido para o tribunal funcionar — diz o líder do Novo na Câmara, Paulo Ganimé.

Um tema com forte impacto fiscal que deve ser analisa-

do em breve é o congelamento de salários de servidores públicos até 2021. Bolsonaro vetou, no projeto de socorro a estados e municípios, texto aprovado no Congresso que permitia a concessão de reajustes a funcionários das áreas de saúde, segurança, educação, servidores de carreiras periciais, guardas municipais, agentes socioeducativos, profissionais de limpeza urbana, de serviços funerários e de assistência social.

Nesta semana, ao deliberar sobre 17 vetos do presidente, o Congresso seguiu a orientação do governo e manteve decisão de Bolsonaro que barrou a ampliação do Benefício de Prestação Continuada (BPC), mecanismo voltado para aposentados pobres. Na lista de vetos ainda não apreciados, no entanto, há outra supressão legislativa de Bolsonaro em relação ao BPC, com impacto estimado em R\$ 20 bilhões. Este veto ocorreu em projeto que alterou regras para o auxílio

emergencial.

O líder do governo no Congresso, senador Eduardo Gomes (MDB-TO), disse que está pedindo compreensão aos parlamentares em relação aos projetos onerosos.

— Mesmo no tempo da pandemia, com estado de emergência, muitas categorias foram atendidas, até por iniciativas do próprio governo. Então, a gente está tentando sensibilizar.

Nesta semana, senadores aprovaram ainda um projeto que concede auxílio emergencial de R\$ 600 para atletas e trabalhadores envolvidos com esportes. A proposta, cujo impacto deve ser de R\$ 1,6 bilhões, ainda precisa ser votada pelos deputados.

### COMPENSAR PERDAS

Existem também projetos que buscam promover compensações de prejuízos decorrentes da pandemia. Um texto em discussão prevê ajuda de R\$ 4 bilhões para empresas de transporte público de capitais e grandes cidades. No caso do turismo, o debate ocorre em torno de uma lei de incentivo que, segundo a assessoria do Novo, pode ter impacto de R\$ 2,5 bilhões a R\$ 15 bilhões, a depender de disponibilidade orçamentária.

Outro veto de Bolsonaro a ser votado é o que barrou a lei que poderia liberar R\$ 8,6 bilhões para estados e municípios comprarem equipamentos de combate à Covid-19. A verba teria origem em um fundo do Banco Central.

### OPINIÃO DO GLOBO PRESSA

TEM PRAZO de validade a reunião convocada no fim da tarde de quarta-feira pelo presidente Jair Bolsonaro, encerrada em grande estilo com pronunciamentos dele e dos presidentes da Câmara e do Senado, Rodrigo Maia e Davi Alcolumbre. Os três manifestaram apoio à responsabilidade fiscal e ao teto de gastos.

MAIA FOI além. Propôs

que Bolsonaro envie logo ao Congresso a reforma administrativa, cujo projeto disse estar pronto para tramitar. Bolsonaro deveria aceitar a sugestão, para que a pajelança que organizou à frente do Alvorada não seja em breve entendida como apenas um gesto para acalmar mercados e seu ministro Paulo Guedes. O tempo voa.

### PROJETOS EM DEBATE NA CÂMARA E NO SENADO

#### Empresas de transporte



Um projeto em discussão na Câmara dos Deputados prevê uma ajuda de R\$ 4 bilhões para empresas de transporte coletivo de capitais e grandes cidades. A justificativa é a perda de receita que as firmas do setor enfrentaram com a pandemia, já que houve uma queda na circulação de pessoas.

#### Congelamento de salários

Em maio, ao sancionar o projeto de socorro a estados e municípios, o presidente Jair Bolsonaro vetou o reajuste de salários de servidores federais, estaduais e municipais até o fim de 2021. A trava foi um pedido do ministro Paulo Guedes, em contrapartida à ajuda da União para compensar a perda de arrecadação dos outros entes.

#### Incentivo ao turismo



Está na pauta da Câmara dos Deputados um projeto de lei de incentivo ao setor do turismo, afetado pela pandemia de coronavírus. De acordo com a assessoria técnica do partido Novo, a proposta pode ter impacto de R\$ 2,5 bilhões a R\$ 15 bilhões, a depender de disponibilidade orçamentária.

#### Mais verbas contra a Covid

O presidente Jair Bolsonaro vetou o repasse de R\$ 8,6 bilhões para estados e municípios comprarem equipamentos de combate ao coronavírus. A verba está alocada em um fundo administrado pelo Banco Central e costuma ser usada para abater a dívida pública federal. O governo argumentou que a nova destinação fere o teto de gastos.

#### Ajuda para atletas



O Senado aprovou na quinta-feira um projeto que destina R\$ 600 de auxílio emergencial para atletas e trabalhadores envolvidos com esportes. O impacto previsto é de R\$ 1,6 bilhão. O texto, que também cria linhas de crédito específicas, voltará para análise da Câmara, já que foi alterado pelos senadores.

#### Veto relacionado ao aumento de categorias com direito a receber o Benefício de Prestação Continuada (BPC)

Nesta semana, ao deliberar sobre 17 vetos, o Congresso Nacional seguiu a orientação do governo e manteve decisão do presidente Jair Bolsonaro que barrou a ampliação do Benefício de Prestação Continuada (BPC), mecanismo voltado para aposentados pobres. Na lista de vetos ainda não apreciados por deputados e senadores, no entanto, há

#### Criação de novo tribunal



O projeto que cria o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, em Minas Gerais, deve ser votado na próxima semana pelos deputados. O texto é apoiado pelo presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), João Otávio de Noronha. A estimativa é de um gasto de R\$ 30 milhões.

outra supressão legislativa de Bolsonaro relacionada ao benefício. Com isso, algumas categorias foram excluídas da lista de beneficiários, como motoristas de aplicativo. O impacto desta medida, caso entre em vigor, é estimado em R\$ 20 bilhões por ano. Este veto ocorreu em projeto que alterou regras para o auxílio emergencial.



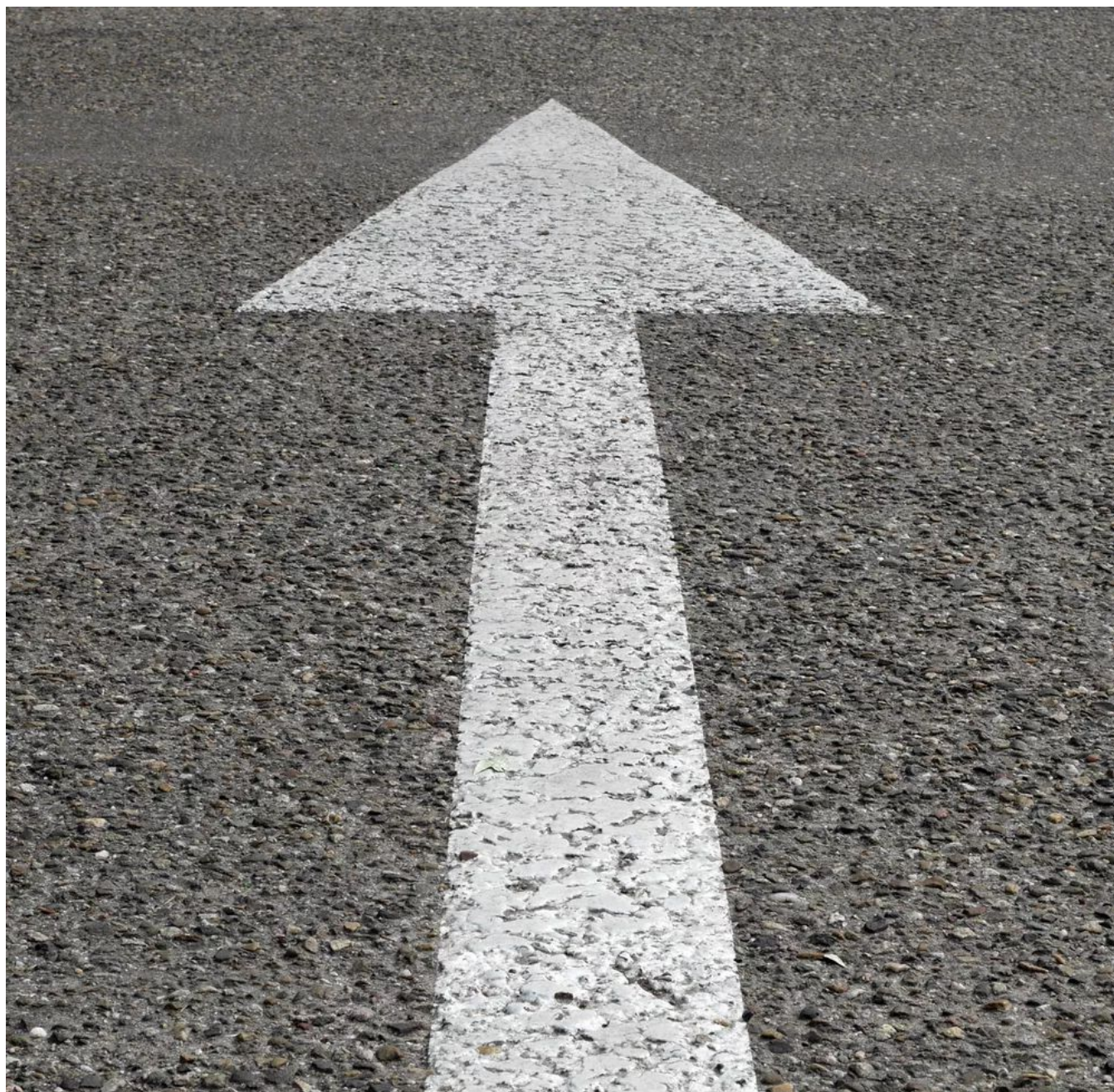
# CBS para uma reforma tributária ampla

Haverá aumento de carga tributária para o setor de serviços, que não conseguirá repassar a totalidade do tributo

**Por Ernesto Lozardo e Melina Lukic**

17/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---





— Foto: Joffi/Pixabay

O governo federal apresentou recentemente a proposta de criação da CBS - Contribuição sobre Bens e Serviços. A nova contribuição tem sofrido críticas, tanto técnicas quanto setoriais. É preciso que a discussão em torno da CBS seja separada em dois aspectos. Primeiro, uma análise da estratégia em termos políticos de começar a reforma pela criação de um IVA (Imposto sobre o Valor Adicionado) Federal, substituindo as contribuições PIS e Cofins. A segunda questão é saber se a estratégia foi bem executada tecnicamente por meio do Projeto de Lei nº 3.887/2020.

No que se refere à estratégia, tendo em vista as discussões políticas e federativas que motivaram a não aprovação de uma reforma tributária ampla nos últimos 30 anos, a iniciativa do governo de começar a reforma com a criação de um IVA Federal deve ser entendida com otimismo. Até porque o governo anunciou que vai continuar as negociações com Estados e Municípios dentro da PECs nº 45 e 110 para a criação de um IVA Nacional e que a CBS não inviabilizaria a tramitação das PECs, já que poderia posteriormente ser acoplada ao IVA nacional.

**Haverá aumento de carga tributária para o setor de serviços, que não conseguirá repassar a totalidade do tributo**



O ministro Paulo Guedes tem mencionado a possibilidade de adoção de um sistema de IVA Dual. Tal como propusemos no Ipea em 2017, o IVA Dual parte da premissa de que o processo de reforma deve ser modular e feito em níveis federativos diferentes. O processo se iniciaria com a criação de um IVA Federal - tal como proposto pela CBS - e de um IVA Estadual no nível dos Estados e municípios, abrangendo o ICMS e o ISS. Neste modelo, a PEC nº 45 poderia perfeitamente ser transformada em uma IVA Estadual, aproveitando assim o entusiasmo político do Congresso. Esta estratégia sai da lógica do “tudo ou nada” e promove mudanças consistentes com o contexto político e federativo do país. Em um terceiro momento, somente após a criação de um IVA Estadual no destino, seria possível ainda promover uma harmonização dos Estados que assim optassem ao IVA Federal.

Esta estratégia é a mais viável politicamente, tendo em vista as dificuldades para aprovação no curto prazo de um IVA nacional nos termos das PECs nº 45 e 110. Mesmo que seja possível a aprovação no longo prazo, a implementação ainda terá um tempo de transição longo - dez anos pela PEC nº 45 - no qual haverá a coexistência do novo imposto com os demais tributos existentes, de modo que os efeitos econômicos positivos ainda poderão levar tempo para aparecer.

Apesar do entusiasmo em torno das PECs no Congresso, a verdade é que elas enfrentam os mesmos entraves presentes nas tentativas das reformas anteriores. O próprio secretário Tostes afirmou que há muitos pontos que precisam de acordo com Estados e municípios e alguns deles são a nosso ver críticos. O primeiro é a condição colocada pelos Estados de criação de dois fundos a serem financiados pela União: fundo de equalização e fundo de compensação aos Estados exportadores. Ora, só este primeiro tema já é motivo para causar entraves nas discussões, ainda mais no contexto de crise fiscal em que a União pode chegar a uma dívida pública correspondente a 100% do PIB.

O segundo tema é a governança da ATN - Agência Tributária Nacional - entidade através da qual os entes federativos fariam a administração compartilhada do novo imposto. Qual será o peso da União, Estado e Municípios na ATN? Como serão divididos a representação e o poder de voto entre os entes para que não haja captura das decisões? Como garantir que coalizões de interesse não desvirtuem o modelo original do IBS? Parece ser claro que a União não vai querer entrar neste



“balaio de gatos” junto com os demais entes sem ter garantia de manutenção de seus poderes na gestão do novo imposto.

Por fim, o terceiro ponto crítico é a divisão da alíquota do IBS entre os três entes federativos. A alíquota do CBS proposta em 12% já mostra que definitivamente não será possível que a alíquota total do IBS fique em 25%, tal como divulgado no âmbito das discussões da PEC nº 45.

Soma-se a tudo isso o contexto de crise econômica trazida pela covid-19. O histórico das tentativas demonstra que as crises e incertezas econômicas contribuíram fortemente para a não aprovação das reformas, tal como ocorreu na PEC nº 175/95, que foi influenciada pelas crises russas e asiáticas, e na PEC 233/08, do governo Lula, que igualmente foi influenciada pelo contexto da crise financeira de 2008.

Apesar da estratégia política acertada, do ponto de vista técnico, a redação do PL nº 3.887/2020 tem que ser certamente modificada para aplicar corretamente a técnica do valor adicionado a um tributo que deve incidir sobre a receita da pessoa jurídica e não sobre operações com bens e serviços. Isso para evitar contencioso judicial em torno de conceitos do modelo tradicional de IVA que têm outro sentido no contexto nacional ou que ainda não estão pacificados na doutrina e jurisprudência brasileiras.

Importante também ressaltar que logicamente haverá aumento de carga tributária para o setor de serviços, já que a mudança abrupta de alíquota não permitirá que os prestadores repassem a totalidade do tributo ao consumidor final. A alíquota igual entre os setores deve ser mantida, mas o ideal seria haver uma compensação, mesmo que temporária, através da redução do percentual de presunção de 32% aplicada no lucro presumido dos prestadores de serviços. Isto reduziria o impacto negativo inicial e possibilitaria uma transição menos radical para o setor.

Assim, ao contrário do que tem sido veiculado, não há espaço e ambiente político para uma reforma tributária ampla e não há ainda perspectiva de consenso entre União, Estados e Municípios. Por isso é que a CBS sozinha já é sim um avanço, mesmo que ajustes na redação do PL sejam necessários. O IVA Nacional ou o IVA Estadual, no modelo Dual, podem continuar sendo negociados. Em suma, é preferível termos uma nota musical bem inserida dentro de um contexto harmônico

## Crise política e relação ruim de Witzel com Bolsonaro dificultam renovação

Apostas são de que presidente da República não fará esforço para que recuperação seja prorrogada

Por Cristian Klein — Do Rio

17/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Pedro Paulo (DEM-RJ): “Governo do Estado não levou o ajuste a sério. Agora, com a pandemia, problema se agravou” — Foto: Gustavo Sales/Câmara dos Deputados

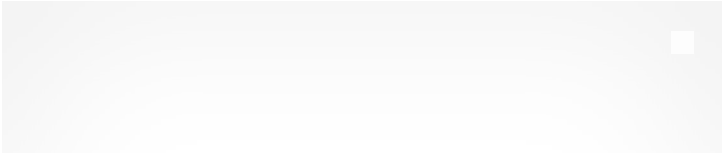
O Rio de Janeiro não tem tido sorte com seus governadores: cinco ex-ocupantes do Palácio Guanabara foram presos nos últimos quatro anos, o que coincide com o fracasso de se sair do cenário de terra arrasada das finanças do Estado. Às voltas com o drama de renovar o Regime de Recuperação Fiscal (RRF) com a União, que

vence em 5 de setembro, a situação política, no entanto, é ainda pior. Se Luiz Fernando Pezão (MDB) demonstrava algum tipo de articulação e vivia em viagens semanais a Brasília, portando a imagem de um São Pidão, para obter socorro financeiro junto ao Congresso e ao então presidente e correligionário Michel Temer, a atuação do governador Wilson Witzel (PSC) tem sido praticamente nula. A péssima relação entre Witzel e Jair Bolsonaro tornou-se o principal obstáculo para que o governo federal prorrogue o Regime de Recuperação Fiscal por mais três anos.

Há quem aposte que Bolsonaro não moverá uma peça do tabuleiro - ainda que o Rio seja seu reduto eleitoral -, o que tende a levar o Estado a judicializar a questão. “Não acredito que ele vá fazer absolutamente nada. O presidente vai esperar a gente aprovar um projeto ou o Supremo decidir”, afirma o deputado federal Pedro Paulo (DEM-RJ), autor de projeto de lei que busca acudir Estados em penúria fiscal. “Teria que ter uma construção política [do governo estadual]. O secretário de Fazenda [Guilherme Mercês] está muito sozinho. A renovação pressupõe concordância entre as partes. Mas o presidente e o governador - que eram melhores amigos e venderam isso ao eleitor - hoje são os maiores inimigos. E não sabemos nem se o governador amanhã continua no cargo”, diz.

Sem pontes com o Planalto, a prioridade de Witzel é salvar a própria pele. O ex-juiz é acossado por investigações que cumpriram mandados de busca e apreensão em sua casa e no gabinete. Os indícios de contratos superfaturados na área de saúde, realizados em meio à pandemia do novo coronavírus, já levaram à prisão do ex-secretário da pasta, Edmar Santos. A homologação do acordo de delação premiada de Santos, recém-firmada, sustenta os rumores da iminência do afastamento ou mesmo da prisão de Wilson Witzel. Seria o sexto chefe do Executivo fluminense na cadeia, em menos de quatro anos. Além disso, responde a processo de impeachment, cuja petição foi acolhida por 69 dos 70 deputados da Assembleia Legislativa.





Ex-vice-governador de Marcello Alencar (1995-1998), o deputado estadual Luiz Paulo Corrêa da Rocha (PSDB) critica Witzel e compara a situação a uma espécie de “maldição de faraó” que atinge os últimos governadores. “Errou de cara na política. Ao assumir, [Witzel] teria que ter sido gestor, e não, a partir do primeiro dia de governo, se tornar candidato à Presidência da República, rompendo com o presidente. Além do mais, nunca foi bom de diálogo, que é uma qualidade do político. Veio com o vício de arrogância e prepotência. E, agora no período da pandemia, a secretaria da Saúde, entre outras, entrou numa corrupção desvairada. E corrupção em pandemia, no meu entendimento, é crime hediondo”, diz o parlamentar, especialista em assuntos econômicos e autor do pedido de impeachment.

Apesar disso, Luiz Paulo defende a tese de que a prorrogação do Regime de Recuperação Fiscal por mais três anos seria automática, o que contraria pareceres das procuradorias gerais da Fazenda Nacional (PGFN) e do Tesouro Nacional (PGTN). Para esses órgãos, a renovação depende da análise de instâncias técnicas, do aval do ministro da Economia Paulo Guedes e, em última instância, do aceite de Bolsonaro, desafeto de Witzel.

O deputado argumenta que o Rio não teria condições de sair do buraco em apenas três anos e que, se estão ocorrendo rodadas de conciliação entre o Estado e a PGFN, como as realizadas na quarta e quinta-feira, isso seria promissor. “Se ela está tentando conciliar é porque está entendendo que este é o caminho justo, da renovação automática. O que não implica que não tenha que ser apresentado uma nova proposta agora. Por quê? Porque nos três anos que findam em 5 de setembro muitas metas são inexequíveis”, diz Luiz Paulo.

Pedro Paulo é mais pessimista em relação à chegada a um acordo. Tanto pelo clima político adverso quanto pelo descumprimento das contrapartidas previstas no RRF. “O governo do Estado não levou o ajuste a sério. E agora, com a pandemia, o problema se agravou. Hoje é praticamente impossível você encontrar algum técnico do Tesouro que assine um parecer favorável à renovação desse contrato. Eles já

estão negando tudo. E sem uma operação, um trabalho político fica mais difícil”, afirma, em referência às recusas da PGFN e da PGTN e ao fato de Witzel “estar totalmente fora dessa discussão”.

Para Luiz Paulo, contudo, o RRF assinado em 2017 teria falhado ao não prever um plano de desenvolvimento estratégico para que o Estado encontrasse formas de crescer, aumentando o investimento, e não apenas cortando despesas e incentivos fiscais. “Você não recupera o Estado cortando despesa e aumentando receita a partir do nada. Precisa de um plano estratégico de desenvolvimento econômico e social de, no mínimo, dez anos. Veja os planos de recuperação judicial das empresas; eles são longevos. O da Odebrecht foi de 50 anos”, cita.

Além dos entraves político - dada a beligerância entre Bolsonaro e Witzel - e técnico - devido a metas não cumpridas pelo Estado -, o Rio de Janeiro teve o azar de ver a pandemia atrapalhar a aprovação do projeto de lei complementar 101/2020, que escalonaria o pagamento do serviço das dívidas públicas das 27 unidades da Federação pelo prazo de dez anos.

Proposto por Pedro Paulo, ele saiu das prioridades da Câmara em virtude do congestionamento de pautas emergenciais relacionadas à covid-19; das votações remotas; e da aprovação do projeto de lei de auxílio a Estados e municípios.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Com o App da PicPay é fácil enviar e receber dinheiro pelo celular. Dá até pra parcelar boleto!  
PICPAY

### LINK PATROCINADO

Ouçá a Febraban News  
FEBRABAN NEWS | SPOTIFY

### LINK PATROCINADO

Primeira parcela só para março de 2021!  
MERCEDES-BENZ VANS

### LINK PATROCINADO

Juntos na Estrada com o Mercedes Club

# Economistas esperam retração perto 5% em 2020

IBC-Br consolidou percepção que queda do PIB será menor no segundo semestre

Por Anaís Fernandes — De São Paulo

17/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

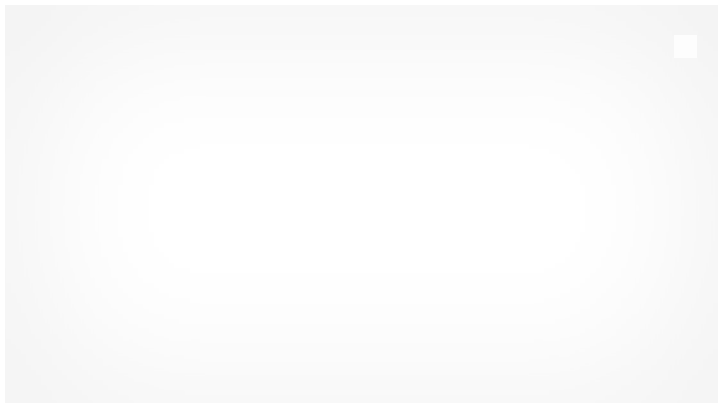
---

O desempenho do indicador do Banco Central para a atividade brasileira em junho consolidou a percepção de que a queda do segundo trimestre deve ser menor do que o projetado anteriormente. Somado a indicadores que sinalizam um início de terceiro trimestre também melhor, o resultado fez economistas levarem suas previsões de Produto Interno Bruto (PIB) do país neste ano para uma queda mais próxima de 5%.

Dois bancos, o Goldman Sachs e o Barclays, revisaram suas estimativas para -5%, partindo de -7,5% e -5,7%, na ordem. As alterações ocorreram após o BC divulgar que o IBC-Br cresceu 4,89% em junho, ante maio. O resultado veio abaixo da mediana colhida pelo Valor Data (+5,2%), mas foi a maior alta mensal da série, iniciada em 2002.

Considerando crescimento de 6,6% no IBC-Br de maio-junho, indicadores de confiança mais firmes e sinais de inclinação crescente à manutenção de volume significativo de estímulos fiscais até pelo menos o fim do ano, o Goldman Sachs passou a prever “contração mais branda no segundo trimestre e expansão mais forte no terceiro trimestre”, afirma em relatório Alberto Ramos, diretor de pesquisa econômica para América Latina.





Roberto Secemski, economista-chefe para Brasil do Barclays, ajustou a projeção para o PIB do segundo trimestre de -9,7%, ante os três meses anteriores, para -9,4%. Mais importante, porém, foi a revisão para o terceiro trimestre, de +3,8% para +5,3%.

O ritmo da recuperação no terceiro trimestre “em boa parte definirá o resultado anual”, segundo a MCM Consultores. A casa revisou sua projeção para o PIB no ano de -7% para -5,4%, com queda de -9,4% no segundo trimestre (contra -11,5% anteriormente) e alta de 6,5% no terceiro trimestre (revisada de +4%). A Oxford Economics também mudou a projeção de 2020 para -5,4%, saindo de -6,4%. Em relatório, Marcos Casarin, economista-chefe para América Latina, disse que não hesitará em atualizar as estimativas “se o aumento da atividade visto no início de agosto durar até o fim do mês”.

A aparente dependência que a retomada tem do auxílio emergencial gera incertezas quanto à sustentabilidade da recuperação, seja pelo fim do programa, seja pela forma como sua extensão afeta o cenário fiscal. Além disso, perspectivas para o mercado de trabalho, já fraco, não são boas. “Programas de auxílio e para o mercado formal têm ajudado a preservar um pouco mais emprego e renda. Quando isso acabar que é o grande dilema”, afirma Thiago Pereira, economista-chefe da Macro Capital.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Premium Família. Um plano. Até seis contas.  
SPOTIFY

### LINK PATROCINADO

Com o App da PicPay é fácil enviar e receber dinheiro pelo celular. Dá até pra parcelar boleto!

## Fim do auxílio põe em dúvida o ritmo de retomada do PIB

Para analistas, encerramento do programa no último trimestre pode ser precoce

Por **Arícia Martins** — De São Paulo

17/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---



Luis Otavio de Souza Leal, economista do Banco ABC Brasil: “‘coronavoucher’, foi uma injeção de consumo na veia” — Foto: Daniel Wainstein/Valor

Em grande parte chancelada pelas medidas de suporte à renda do governo, a surpresa positiva com os últimos indicadores de atividade levantou o debate sobre o que pode acontecer não só com as contas públicas, mas também com o desempenho da economia, a depender da extensão ou não do auxílio emergencial. Economistas avaliam que o fim do benefício, pago a 66,2 milhões de brasileiros, seria o principal risco à continuidade da reação econômica no curto prazo.

A manutenção ou não do “coronavoucher” não teria impacto só no quadro fiscal, mas também na resiliência da economia aos efeitos da pandemia, afirma Luis Otavio de Souza Leal, economista-chefe do banco ABC Brasil. Em conjunto com os economistas Daniel Xavier Francisco e Daniel Lima, Leal estimou três cenários diferentes para a retração do Produto Interno Bruto (PIB) este ano, de acordo com hipóteses para o futuro do benefício.

No mais pessimista, com encerramento do programa em agosto, o PIB cairia 6,1% em 2020. Assumindo que o benefício continua sendo pago até dezembro, mas com o valor de R\$ 200 mensais, a queda diminuiria para 5,3%, atual cenário-base do banco. Por fim, na suposição mais otimista, com manutenção do “coronavoucher” em R\$ 600, a economia encolheria 4%.

Na sexta, o ABC passou a prever recuo 0,7 ponto menor para o PIB brasileiro em 2020. “Os dados correntes sugerem que o impacto deste auxílio é relevante. Ele está sustentando os níveis de vendas varejistas em supermercados, farmácias e material de construção”, aponta o economista Daniel Xavier. Já nos serviços, a maior influência positiva seria sobre as atividades de reparação, manutenção e consertos.

Leal observa que mesmo a indústria tem se recuperado com mais intensidade do que o previsto, o que também estaria ligado à ajuda emergencial do governo, que elevou o consumo de bens. “Na China, por exemplo, a diferença entre o desempenho da indústria e do comércio é muito maior do que aqui, o que relaciono ao ‘coronavoucher’. Ele foi uma injeção de consumo na veia.”

Por isso, preocupa a chance de que o benefício seja extinto, diz o economista-chefe do ABC, destacando que os cenários calculam apenas o impacto direto do ‘coronavoucher’ sobre o PIB. Haveria, ainda, um efeito negativo indireto, já que



muitas pessoas não estão procurando emprego porque recebem a ajuda governamental. Caso elas voltassem a buscar uma vaga assim que perdessem a fonte de renda, o desemprego subiria rapidamente. Isso porque o IBGE só considera desempregados aqueles que estão procurando se recolocar.

Para ilustrar como a volta de mais pessoas à força de trabalho poderia elevar a desocupação, o ABC calculou como estaria a taxa de desemprego em junho, se a soma de ocupados e desocupados fosse a mesma de junho de 2019: em vez de 13,1%, a taxa seria de 22,8% no mês. “Já estamos no segundo mês de reabertura e taxa de participação no mercado de trabalho continua baixa”, nota Leal, o que pode estar relacionado à renda garantida pelas medidas do governo.

O banco estimou, também, como seria a variação dos rendimentos, a depender do ‘coronavoucher’. A massa ampliada - que inclui, além da renda do trabalho, aposentadorias e benefícios governamentais - subiria 7,5% em 2020 com manutenção em R\$ 600, ou apenas 0,8% com o fim do programa em agosto. No cenário-base do ABC, de extensão até o fim do ano no valor de R\$ 200, a expansão será de 2,8%.

Mesmo num valor reduzido, a continuidade do pagamento, porém, teria custo elevado para os cofres públicos. Ao incorporarem em seu cenário que o auxílio será pago até o fim do ano, no valor de R\$ 300, os economistas Cristiano Souza e Cassiana Fernandez, do J.P. Morgan, calculam que o impacto fiscal das medidas de estímulo aumenta em R\$ 91,8 bilhões este ano.

Devido aos gastos extras, a instituição espera, agora, que o déficit primário do governo central fique em R\$ 867 bilhões em 2020, ou 12,4% do PIB. A projeção para a relação dívida bruta/PIB ao fim do ano foi elevada de 94,9% para 96,4%. Já a economia deve encolher 6,2% no ano.

Para Rodrigo Nishida, economista da LCA Consultores, a possibilidade de que o auxílio seja descontinuado é o maior risco à atividade no curto prazo. A retirada pode fazer com que haja uma “recaída” da economia no quarto trimestre, avalia ele. Isso porque, numa conjuntura sem controle efetivo da pandemia, atividade ainda deprimida no setor de serviços - que abarca cerca de 70% do PIB -, e aumento

significativo do desemprego, ainda pode ser cedo para que o governo acabe com a maior parte dos estímulos fiscais, deixando a economia “andar sozinha”.

O possível fim do ‘coronavoucher’ em agosto é a principal razão pela qual a LCA não reviu para melhor a projeção de queda de 5,6% para o PIB em 2020. “Temos visto um movimento de melhora da atividade e das projeções, com muita gente prevendo queda na casa de 4%. Mantivemos a nossa projeção em cerca de -5% principalmente por causa desse risco relacionado ao fim do ano”, explicou Nishida, que também destaca os riscos fiscais ligados ao futuro do benefício.

A forte expansão fiscal este ano ocorre em meio à uma circunstância excepcional, e poderia causar menos problemas se houvesse sinalização de que as âncoras fiscais seriam respeitadas e que reformas como a administrativa e a tributária andariam, aponta Nishida. Mas os sinais no momento vão em sentido contrário. “É uma situação muito difícil.”

Ao revisar sua projeção para a retração do PIB em 2020 de -5,7% para -5%, o economista-chefe para Brasil do Barclays, Roberto Secemski, afirmou que a retomada gradual da atividade persistiu em julho, ainda que contando com grande impulso fiscal. De um lado, há dúvidas sobre a sustentabilidade do crescimento caso os estímulos diminuam. Do outro, se o ‘coronavoucher’ for estendido nos atuais R\$ 600, a estimativa para o déficit fiscal este ano, atualmente em 11,8% do PIB, aumentaria, disse Secemski.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Premium Família. Um plano. Até seis contas.

SPOTIFY

### LINK PATROCINADO

Com o App da PicPay é fácil enviar e receber dinheiro pelo celular. Dá até pra parcelar boleto!

PICPAY

### LINK PATROCINADO

Embarque pela porta da frente na Van 19+1!

MERCEDES-BENZ NOVA SPRINTER

## Necessária assertividade na defesa do teto de gastos

As prioridades do país seguem sendo o combate à pandemia e a manutenção da atividade econômica sem que se coloque em risco a solvência do Brasil

17/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---

A última semana ficará marcada, quando se fizer uma retrospectiva da administração Jair Bolsonaro, como um dos momentos mais tensos na disputa entre a ala liberal e o grupo desenvolvimentista que cercam o presidente da República. E os próximos dias devem ser tão ou mais esclarecedores sobre os rumos do governo e seu compromisso com o teto de gastos. Deles também se poderá depreender o tamanho da força política que o ministro da Economia, Paulo Guedes, terá para implementar o programa defendido na campanha eleitoral e consagrado nas eleições de 2018.

A divisão entre desenvolvimentistas e liberais ocorreu em praticamente todos os governos que antecederam o atual. No entanto, acreditava-se, no início do mandato de Bolsonaro, que ela seria mais tênue na atual gestão. Não por causa do perfil do presidente, mas sim porque o ministro da Economia conseguira levar adiante seu projeto de criação de uma superpasta. Os ministérios da Fazenda e do Planejamento, normalmente o ponto de atrito mais visível entre as duas alas, ficou sob o comando de um economista de inegável perfil liberal e histórico de defesa da responsabilidade fiscal.

A expectativa era que Guedes tivesse total respaldo do Palácio do Planalto. Afinal, durante a campanha, o então candidato Jair Bolsonaro se esquivava de perguntas sobre economia e sempre as remetia a Guedes. Deu a entender que assim agiria se “chegasse lá”, ao Palácio do Planalto.





Ads by Teads

Desde a posse, entretanto, viu-se uma reacomodação das forças internas do governo, com a ascensão da ala política e dos que defendem um peso maior do investimento público no chamado mix de políticas públicas capazes de induzir o crescimento econômico. E a proximidade das eleições parece ter aflorado os ânimos daqueles mais comprometidos com projetos políticos do que com a solidez fiscal de um Estado que há anos apresenta resultados negativos em suas contas.

O embate ganhou novas proporções quando o próprio Guedes reconheceu que havia uma “debandada” em sua equipe devido à insatisfação com a demora no avanço das privatizações e da reforma administrativa. O ministro foi além. Acusou os colegas que aconselham o presidente “a pular a cerca e furar teto” a levar Bolsonaro para uma sombria zona, onde há risco de se enfrentar um processo de impeachment por irresponsabilidade fiscal.

Exposta a fratura e diante da preocupação de empresários e investidores, restou ao presidente sair em defesa do ministro, fiador da política econômica e hoje um dos integrantes do alto escalão do governo capaz de afastar Bolsonaro de um estelionato eleitoral.

Primeiro, Bolsonaro convocou uma reunião com os presidentes das duas Casas do Poder Legislativo, líderes governistas, Guedes e ministros que demandam mais recursos para tocar projetos de infraestrutura. Em um pronunciamento após o encontro, fez uma defesa pouco animada do teto de gastos e da responsabilidade fiscal, declarações que foram encobertas cerca de 24 horas depois, em um desabafo feito na sua já tradicional transmissão ao vivo das quintas-feiras nas redes sociais.

O presidente reconheceu que houve uma discussão dentro do governo para romper o teto de gastos, inclusive a intenção de consultar o Tribunal de Contas da União (TCU) para fazê-lo. “Eu sempre falo que a economia é 99,9% com Paulo Guedes. Eu tenho que ter 0,1% de veto. O teto é o teto, certo? O piso sobe anualmente e cada vez mais tem menos recursos para fazer alguma coisa”, complementou.

Bolsonaro quantificou o apoio que ainda deposita, pelo menos em público, em seu ministro da Economia. Seria positivo que se esforçasse um pouco mais para reduzir qualquer dúvida sobre a permanência de Guedes.

Em relação ao teto de gastos, está claro que o instituto está sob ataque e o alto escalão do Executivo precisa ter clareza sobre a importância da única âncora fiscal de fato hoje no Brasil.

O governo já está com dificuldades para reduzir o tamanho do Estado, conforme prometeu Bolsonaro em sua campanha, e a pressão dos diversos ministérios por mais recursos tende a permanecer. Enquanto isso, as prioridades do país seguem sendo o combate à pandemia e seus funestos efeitos socioeconômicos, além da manutenção da atividade econômica sem que se coloque em risco a solvência do Brasil. O respeito ao teto de gastos dialoga bem com esses desafios.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Com o App da PicPay é fácil enviar e receber dinheiro pelo celular. Dá até pra parcelar boleto!

PICPAY

### LINK PATROCINADO

Ouçá a Febraban News

FEBRABAN NEWS | SPOTIFY

### LINK PATROCINADO

Primeira parcela só para março de 2021!

MERCEDES-BENZ VANS

### LINK PATROCINADO

Juntos na Estrada com o Mercedes Club

MERCEDES-BENZ

# Recuperação fiscal do RJ faz 3 anos sem equilibrar finanças

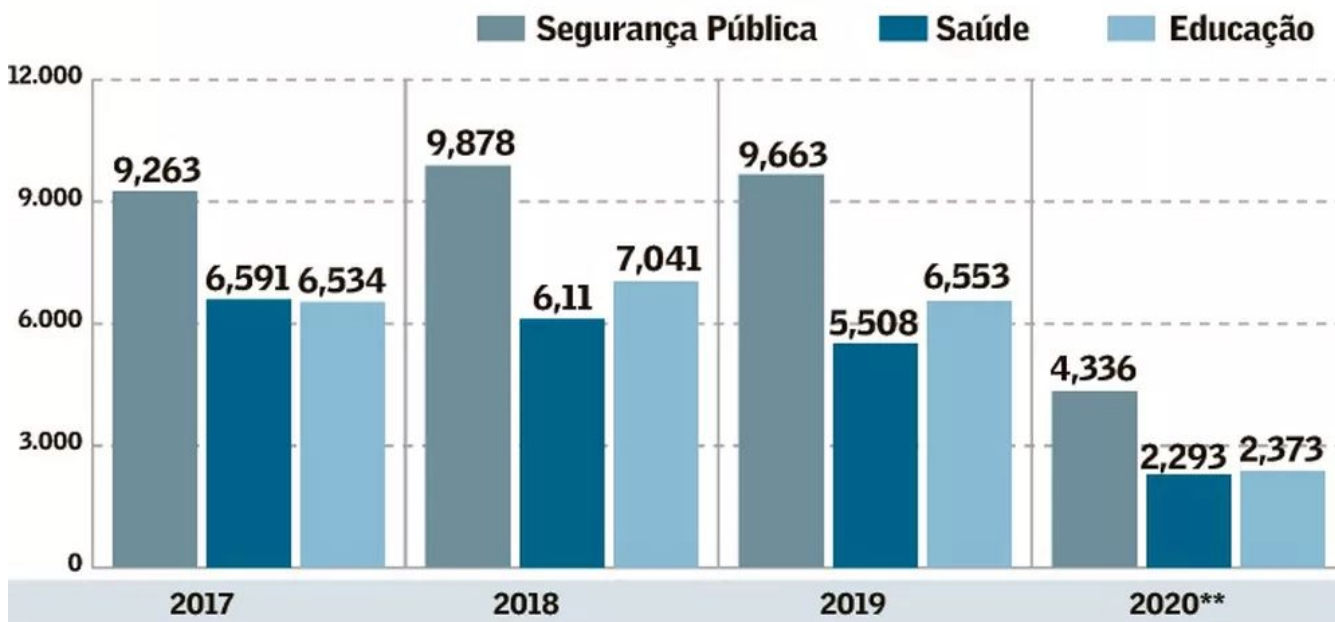
Secretário de Fazenda diz que ajuste foi maior que o previsto

Por Rodrigo Carro — Do Rio

17/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

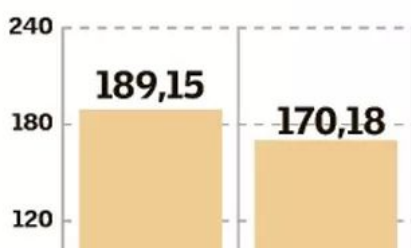
## Gastos do Rio com serviços básicos

Despesas liquidadas (em bilhões de reais)\*

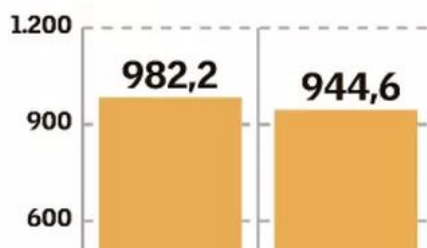


### Pessoal do Poder Executivo

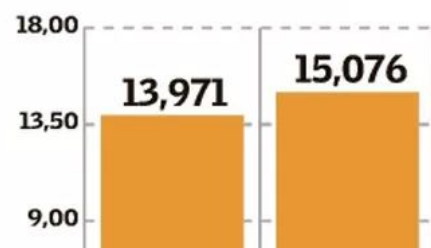
■ Vínculos ativos  
Em mil



■ Despesa com pessoal  
Em R\$ milhões\*



■ Cargos em comissão







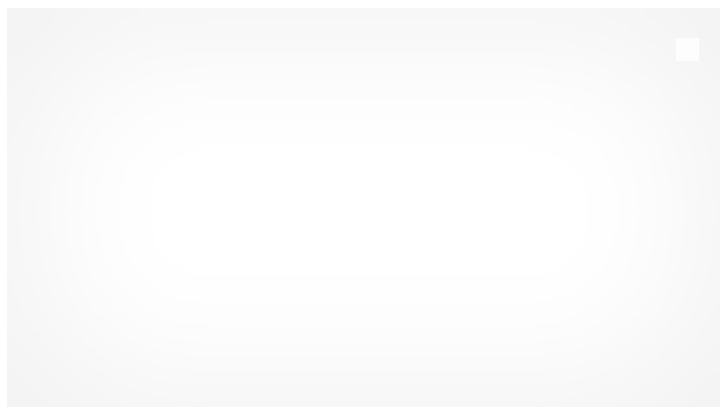
Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária - LRF ,IG-RH. Elaboração: Conselho de Supervisão do RRF  
 \*Deflator: IPCA, a preços de junho de 2020 \*\*Até junho

Faltando menos de três semanas para completar três anos, o Regime de Recuperação Fiscal (RRF) está distante de cumprir seu objetivo primordial: reequilibrar financeiramente o Rio de Janeiro. O plano de recuperação original homologado em 2017, com a chancela da União, previa um impacto financeiro de R\$ 94 bilhões no caixa do Estado ao longo de seis anos. O ajuste se daria tanto por meio da redução de despesas como do aumento das receitas.

Quase três anos depois, o Conselho de Supervisão do RRF aponta em seu relatório mais recente uma frustração acumulada de R\$ 5,3 bilhões desde o início do regime até junho deste ano, no tocante às medidas de ajuste pontuais e permanentes. Pelo lado do aumento de receita, a situação era ainda mais desfavorável. A frustração de receita em 2020 era de R\$ 6,9 bilhões.

“O ajuste foi mais intenso que o exigido”, rebate o secretário de Estado de Fazenda do Rio, Guilherme Mercês. Pelas contas da secretaria, a redução de despesas realizada pelo Estado desde o início do regime soma R\$ 5,1 bilhões, montante “superior ao previsto pelo plano” de recuperação fiscal, segundo Mercês.

PUBLICIDADE



A frustração de receita este ano, sustenta ele, é em grande parte resultado da desaceleração econômica provocada pela pandemia. Até junho, o Estado contabilizava uma diminuição de R\$ 6,7 bilhões provocada pela covid-19 em sua arrecadação.

Dados do compilados pelo Conselho de Supervisão do RRF e corrigidos pela inflação do período indicam que entre agosto de 2017 e junho deste ano os gastos do Executivo com pessoal diminuíram 3,8%. O número de servidores na ativa também caiu. Ainda assim, o governo fluminense continua a comprometer 85% da sua receita corrente líquida com o pagamento da folha, frisa o conselho de supervisão.

Uma série de medidas listadas no plano de recuperação fiscal apresentado em 2017, como parte do RRF, jamais saiu do papel. Prevista para gerar R\$ 610,6 milhões, a reforma administrativa que incluiria a privatização de seis estatais fluminenses dependentes de recursos do Tesouro. O resultado até agora foi zero, uma vez que nenhuma delas foi alienada.

A antecipação da renovação das concessões de empresas distribuidoras de gás natural deveria render R\$ 800 milhões no período de 2017 a 2020, mas não também não se concretizou.

Fonte que acompanha em detalhes o desempenho do Rio de Janeiro dentro do RRF lembra que o Estado jamais cumpriu qualquer uma das metas estabelecidas para o resultado nominal ou para o estoque de restos a pagar (despesas autorizadas, mas não pagas até 31 de dezembro). “Além disso, das 20 medidas pactuadas, cinco o Estado disse que não iria implementar”, diz a fonte próxima ao governo federal.

“Você não é obrigado a seguir o plano. O compromisso do Estado é com o equilíbrio fiscal”, afirma o secretário estadual Guilherme Mercês. Na semana passada, a Fazenda fluminense e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) deram início formalmente a um processo de conciliação, promovido pela Advocacia-Geral da União (AGU).

A ideia é costurar uma solução em comum para duas visões completamente antagônicas. A PGFN sustenta em parecer de novembro de 2019 que seria

necessário um pedido formal de renovação do regime por mais três anos, a partir de 5 de setembro deste ano. A renovação teria de seguir um processo idêntico ao de adesão, inclusive com a apresentação de um novo plano de recuperação.

O Estado do Rio entende que é um direito seu permanecer no regime. Não pretende fazer qualquer solicitação de renovação, já que sua permanência estaria garantida pelos termos do acordo firmado há três anos. Mercês até acena com a possibilidade de elaborar um novo plano de recuperação. “Mas o novo plano tem nada a ver com o prazo de renovação. A lei não exige isso”, defende. “Todos sabemos que não há tempo.”

A previsão original era de que o Estado conseguiria equacionar suas contas em 2022, com base nas medidas propostas em 2017. Por detrás da resistência em apresentar um pedido oficial de renovação estaria uma questão prática, diz a fonte governamental. Se tivesse que reapresentar nova versão do plano de recuperação, a Fazenda do Rio não conseguiria reunir um conjunto de medidas factíveis capaz de reequilibrar as contas nos próximos três anos, acrescenta a fonte. “Comprovar a viabilidade do equilíbrio financeiro seria essencial para a renovação”, conclui.

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), André Ceciliano (PT) considera que a assinatura do RRF foi fundamental para evitar bloqueios de repasses que ameaçavam em 2017 o pagamento de servidores e a prestação de serviços públicos básicos. “Mas a saída não é parar a contratação de servidores em áreas essenciais como as de educação e saúde”, frisa o parlamentar. “Queremos renovar o regime em outras bases, com uma visão de desenvolvimento econômico.”

Entre 2017 e 2019, os gastos do governo estadual com serviços básicos, como segurança pública, educação e saúde permaneceram praticamente estáveis ou retrocederam, em termos reais.

Na tentativa de propor soluções de médio e longo prazo para a crise, a Alerj criou este ano uma assessoria fiscal, nos moldes do Instituto Fiscal Independente (IFI), do Senado Federal. Diretor da assessoria, o economista Mauro Osorio diz que o Estado do Rio atravessa uma crise estrutural que já dura décadas. Entre 1970 e 2017 a



# Sachsida descarta novo declínio com término da ajuda

Secretário menciona injeção de mais R\$ 36 bilhões na economia com a liberação de saques do FGTS

Por Ribamar Oliveira — De Brasília

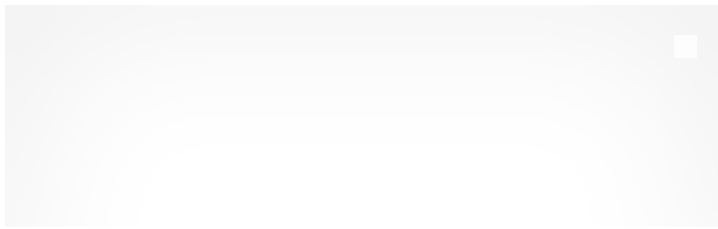
17/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---

O secretário de política econômica do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida, não acredita que a economia possa entrar em novo declínio após o fim do auxílio emergencial, que está alavancando a atividade econômica durante a pandemia. “Quando o auxílio emergencial terminar, já teremos um arcabouço econômico que estará em retomada”, afirmou, em entrevista ao **Valor**.

O governo está injetando na economia, com o auxílio, cerca de 3% do Produto Interno Bruto (PIB) ou R\$ 250 bilhões, o que ampliou a demanda das famílias por alimentos, bens de consumo duráveis e outros gêneros, como materiais de construção.

Na sexta-feira passada, o Banco Central divulgou o seu índice de atividade econômica que aponta um crescimento de 4,89% em junho, na comparação com maio - a maior alta mensal de toda a série histórica do índice. Foi também a segunda alta mensal do índice na pandemia.



O indicador de junho, segundo o BC, foi influenciado pelas altas de 8,9% na produção industrial, 8% nas vendas do varejo restrito e 5% na prestação de serviços. O ritmo da retomada certamente está relacionado aos recursos injetados na economia com o auxílio emergencial, que também ajudou no aumento da popularidade do presidente Jair Bolsonaro, que atingiu o seu maior índice de aprovação desde a posse, segundo pesquisa “Datafolha”, divulgada também na sexta-feira.

O receio de analistas do mercado é que a economia perca força com o término do auxílio, previsto para setembro. Sachsida lembra que serão injetados mais R\$ 36 bilhões com a liberação de saques do FGTS de até R\$ 1.045 por trabalhador, com impacto direto na demanda das famílias.

Além disso, o secretário acredita que o crédito barato terá um papel importante na retomada da economia, pois as taxas de juros estão no menor nível da história. No início deste mês, o Banco Central reduziu a Selic, a taxa básica de juros da economia, para 2% ao ano, o menor patamar desde o início da série histórica em 1996.

Sachsida destacou também a possibilidade de novos investimentos na área de saneamento básico - depois da aprovação do novo marco regulatório - e no setor de gás, com a aprovação da nova regulamentação, que está sendo analisada pelo Congresso.

“Claro que a crise ainda é severa e prudência é fundamental”, afirmou. “A queda do PIB em 2020 ainda será a maior da história, mas os dados sugerem uma queda inferior a 5%, o que demonstra o sucesso da política econômica adotada pelo governo em parceria com o Congresso”, acrescentou.

O secretário considera essencial retomar as reformas econômicas e trabalhar pela consolidação fiscal. Ele citou a aprovação da reforma tributária e da nova lei de falência como necessárias. Mas, na avaliação do secretário, o que vai impulsionar o